**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

JULIANA FREITAS

**“O LUGAR CERTO É AQUI”: PAISAGEM E TERRITÓRIO NO ALTO SERTÃO BAIANO,
COMUNIDADE CRISTINA**

Volume 1

Versão Revisada

**São Paulo
Outubro 2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

JULIANA FREITAS

**“O lugar certo é aqui”: Paisagem e Território no Alto
Sertão Baiano, Comunidade Cristina**

Volume 1

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dra. Fabíola Andréa Silva

Linha de pesquisa: Arqueologia e Sociedade

Versão Revisada

**São Paulo
Outubro 2019**

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação, MAE/USP,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Freitas, Juliana
?O LUGAR CERTO É AQUI?: PAISAGEM E TERRITÓRIO NO
ALTO SERTÃO BAIANO, COMUNIDADE CRISTINA / Juliana
Freitas; orientadora Fabíola Andréa Silva. -- São
Paulo, 2019.
398 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
em Arqueologia) -- Museu de Arqueologia e
Etnologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Materialidade. 2. Território. 3. Paisagem. 4.
Etnografia Arqueológica. 5. Arqueologia do Presente.
I. Silva, Fabíola Andréa , orient. II. Título.

Dedico este trabalho à todas as pessoas da comunidade Cristina.
À Tia Maria, Seu Zé Patinha e Desuite Pereira Guedes (*In memoriam*).
Ao Contramestre Imburana (*In memoriam*), que suas sementes deem frutos.
À Christian Igor Fukuda (*In memoriam*), pela amizade e pelos ensinamentos.
À minha mãe, Maria Hélia Santos Freitas, pelo amor incondicional.

Agradecimentos

“Gate Gate Paragate Parasamgate Bodhi Svaha”

Salve a Bahia!

Salve Todos os Santos!

Okê Arô Cacoblo!

Laroyê Exu!

Certa vez me disseram que *o fim é igual o começo*.

Assim, início meus agradecimentos expressando minha gratidão às pessoas da comunidade Cristina, pelas memórias, trajetórias de vida e sabedoria compartilhadas. Em especial, ao senhor Juraci Pereira Benevides, por fazer parte ativamente desta pesquisa, muito obrigada.

Agradeço à Universidade de São Paulo, sobretudo, aos docentes, técnicos e servidores do Museu de Arqueologia e Etnologia.

À Fabíola Andréa Silva, pesquisadora incrível e orientadora excepcional, muito obrigada pela oportunidade, e por me mostrar a potencialidade do trabalho.

Ao professor Camilo de Mello Vasconcellos, pelas contribuições no momento da qualificação deste estudo.

Ao Lucio Ferreira Menezes, por compor a banca de defesa e pela sensibilidade na leitura desta dissertação.

Meu profundo agradecimento à empresa Zanettini Arqueologia, nas pessoas de Paulo Zanettini e Gabriela Farias, em especial ao Paulo por tudo que fez por mim. Muito do que sou hoje devo a você.

Agradeço também aos colegas e amigos com quem trabalho, sobretudo, ao Lucas Troncoso, pelo incentivo de sempre e correções desde a época da elaboração do projeto.

Aos amigos que ali encontrei e para além de lá permanecem - Juliana Bonfim, Mariana Zauhy Coradi, Priscylla Almeida, Fran Gonçalves, Beatriz Lussim, Breno Paiva, Marcelo Manfrini, Bruno Augusto, Sheila Silva, Hendrigo Valenziano, Piero Tessaro, Rogerio Félix, Alex Sandro Barros, Letícia Ribeiro e Melina Pissolato.

À Fernando Luiz Lara, por uma das mais enriquecedoras disciplinas que tive durante o mestrado.

À Hélio Rosa de Miranda, muito obrigada por tudo (*“você tem uma vaga no céu”*).

À Ângelo Alves Côrrea e Danielle Samia, por todo apoio e amizade.

Aos amigos Dani Ortega, Jordana, Fabrício, Henrique, Fabi, Isabela, Kelly, Renata, Renato, Marcony, Carol Rutz, Tomás, dentre outros, por tornar essa caminhada mais suave e divertida.

À Jose Ibanhez, minha companheira de longa data. Muito obrigada meu bem, pela amizade e por me erguer quando não tinha mais forças.

Ao ‘Capitão 4 Meias’, que me fez companhia durante as madrugadas.

Meu mais profundo agradecimento à Chico Noelli, por todo incentivo desde o início e discussões enriquecedoras.

Agradeço também à Glauco Constantino, pelos mapas e o auxílio com a caracterização Geoespacial presente neste estudo.

À Juliano Meneghello, pelo auxílio com as documentações históricas e formatação.

À Emerson Nobre, saiba que tens minha admiração e respeito.

Muito obrigada Alex Martire, por todo incentivo, auxílio e suporte às minhas “ideias malucas”.

À Michele Viriato, minha gratidão pela ajuda com a revisão bibliográfica.

À Ricardo Sanzi, por dar vida aos meus pensamentos e imaginação através de sua arte. Muito obrigada.

Agradeço também à Peter Whitridge, pelo diálogo ainda que breve, mas encorajador.

Minha gratidão a historiadora Maria de Fátima Novaes Pires, pelo trabalho fantástico que desenvolve, e por toda atenção a mim dispensada.

À Daniela Dionizio, por todas as discussões, reflexões e vivências compartilhadas.

Minha eterna gratidão a todos que conheci e que me permitiram, ainda que momentaneamente a fazer parte de suas vidas no Alto Sertão baiano. Em especial, à minha querida amiga Lielva Aguiar, por quem tenho muito carinho e respeito.

À Antônio Hipólito, meu braço direito e esquerdo nessa pesquisa. Também agradeço à Dona Nena e seu Dejaniro por me permitir fazer parte de sua família. “Bença”!

Agradeço aos meus professores do CPAQ/UFMS, Iara Quelho, João Fernando, Carlos Martins, Gilson Martins, Sandra Nara Novais e ao gordo, Arnaldo Begossi (*in memória*).

Aos meus amigos pantaneiros, e também àqueles que encontrei no meu amado Pantanal, a galera “roots” de Aquidauana – “Row”!

À Sandro Ângelo de Faria e Francieli Cristina, pela amizade sincera.

À Rebeka Ferreira, pelo amor e irmandade.

À Daiane de Moraes e Taize Cardozo pelo companheirismo de sempre.

À Mônica Revelin Albani pela amizade de tantos anos, e Fabiano Gustavo Albani Medeiros, por se tornar como um irmão para mim.

Ao Fukuda-sensei, por mostrar-me o Caminho, e por todos os ensinamentos e amor fraternal. Mesmo longe sempre perto!

Aos colegas e amigos que por certo tempo compartilhei o Caminho no Dojo, em especial Antônio Carlos e Juliana Oliveira.

À Tia Matilde, muito obrigada por tudo. Salve a tua banda!

A todos que convivi na Escola Estadual Vicente Felício Primo em Birigui-SP, sobretudo, à Professora Vera Lúcia por sempre acreditar em mim. Muito obrigada.

Minha eterna gratidão à Liamara Pacheco Galera, que mais do que um emprego, me deu um lar e uma família. Nada que eu faça nessa vida pode retribuir o que você fez por mim.

Agradeço a todos (conhecidos ou desconhecidos) que de forma direta ou indireta, atenderam às súplicas de minha mãe, que nos ajudaram com um prato de comida, roupas, calçados, dentre tantas outras coisas. Muito obrigada Dona Clemência e família, por tudo que fez por mim e pelos meus irmãos.

Agradeço aos meus pais pela vida, e aos meus irmãos pelo respeito e admiração. Mas agradeço, sobretudo, minha mãe Maria Hélia Santos Freitas. Jamais esquecerei o quanto se sacrificou por mim. Você é meu maior exemplo de força, perseverança e fé!

Minha gratidão aos Santos e as Entidades que me acompanham desde sempre e até o fim.

Ao Divino e ao Tao, pela permissão da vida.

“O fim é importante em todas as coisas”

(Hagakure – O Livro do Samurai)

“A comunidade Cristina é tudo, é um lugar” (...) “já fui para outros lugares, mas igual esse aqui não tem”, (...) “o lugar certo é aqui”.

Juraci Pereira Benevides – Morador da comunidade Cristina

RESUMO

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas no âmbito do licenciamento ambiental, das áreas destinadas à instalação dos parques eólicos no sudoeste baiano, propiciaram uma inter-relação com as comunidades tradicionais situadas na região comumente denominada como Alto Sertão da Bahia. Nesta pesquisa de mestrado, estudo os efeitos desses empreendimentos na vida dos moradores de uma dessas comunidades, mais especificamente, da comunidade Cristina, que integra o conjunto de comunidades tidas como quilombolas existentes no município de Caetité. Importa ressaltar que algumas dessas comunidades já são reconhecidas em termos da sua particularidade cultural, no entanto, outras – como a comunidade Cristina – ainda aguardam o processo de reconhecimento de seu território pelos órgãos federais. A partir dos preceitos teórico-metodológicos da Etnografia Arqueológica e Arqueologia do Presente, busquei compreender a relação dos moradores da comunidade Cristina, com a paisagem e com os registros arqueológicos, de modo a entender como estas pessoas se apropriam desta paisagem, dando significado a ela, elencando lugares significativos e, conseqüentemente, elaborando a sua noção de território. Esta pesquisa trouxe esforços, para lançar novas reflexões acerca da *práxis* arqueológica na produção de conhecimento, sobre o modo como as populações tradicionais percebem as transformações de suas paisagens significativas, contribuindo para uma crítica às políticas governamentais desenvolvimentistas que, na maioria das vezes, não consideram as vozes locais na avaliação dos impactos socioambientais dos empreendimentos econômicos.

Palavras chaves: Arqueologia, Materialidade, Lugar, Território, Paisagem, Comunidades Tradicionais, Alto Sertão da Bahia, Etnografia Arqueológica, Arqueologia do Presente.

ABSTRACT

Archaeological research developed within the scope of environmental licensing of areas intended for the installation of wind farms in southwestern Bahia provided an interrelationship with traditional communities located in the region commonly known as Alto Sertão da Bahia. In this project we study the effects of this enterprise on the lives of residents of one of these communities, more specifically, Cristina community, which is part of the set of communities that have been identified as quilombolas in the municipality of Caetité. It should be noted that some of these communities are already recognized in terms of their cultural particularity; however, others - such as Cristina community - still await the process of recognition of their territory by federal agencies. From theoretical and methodological precepts of Archaeological Ethnography and Archaeology of the Present, we seek to understand the relationship of Cristina community residents with the landscape and the archaeological record, apprehending how these people appropriate this landscape, giving meaning to it, listing significant places and, consequently, elaborating their notion of territory. This research has made efforts to launch new reflections on archaeological praxis in the production of knowledge about how traditional populations perceive the transformations of their significant landscapes, contributing to a critique of developmental government policies that, for the most part, do not consider local voices within the scope of socio-environmental impacts assessment of economic enterprises.

Keywords: Archaeology, Materiality, Place, Territory, Landscape, Traditional communities, Alto Sertão da Bahia, Archaeological Ethnography, Archaeology of the Present.

Sumário

PRÓLOGO	20
CAPÍTULO 1	25
ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NO ALTO SERTÃO DA BAHIA	25
1.1. <i>“Acham-nos agora no sertão”: As problemáticas e os caminhos da pesquisa</i> ..	25
1.2. <i>Um olhar sobre semiárido</i>	37
CAPÍTULO 2	65
“HISTÓRIA DE VIDA DE UM TERRITÓRIO” – ALTO SERTÃO BAIANO	65
2.1. <i>Processo de reformulação dos territórios e a formação histórica das comunidades rurais no Alto Sertão da Bahia</i>	65
2.1.1. <i>Os Relatos dos Viajantes e Naturalistas</i>	70
2.1.2. <i>Considerações a partir da Historiografia Regional e da Arqueologia Preventiva</i>	90
CAPÍTULO 3	133
ETNOGRAFIA ARQUEOLÓGICA E ARQUEOLOGIA DO PRESENTE – CAMINHOS PARA O ESTUDO DAS MATERIALIDADES, DOS LUGARES E DAS PAISAGENS NO (E DO) CONTEMPORÂNEO	133
3.1. <i>Arqueologia – Uma questão de caráter</i>	133
3.2. <i>“Vou ver Cristina” – A Pesquisa Arqueológica e Etnográfica junto à Comunidade Cristina</i>	138
3.2.1. <i>As narrativas históricas da Comunidade Cristina</i>	149
3.2.2. <i>Materialidades: Paisagens e Lugares Significativos</i>	182
3.3. <i>Caminhos, Coisas e Corpos – Por uma Arqueologia dos Lugares e dos Sentidos na Comunidade Cristina</i>	239
CAPÍTULO 4	250
EMPREENHIMENTOS VISÍVEIS EM TERRITÓRIOS INVISÍVEIS – AS PROBLEMÁTICAS EM TORNO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, LEGISLAÇÃO E ARQUEOLOGIA PREVENTIVA	250
4.1. <i>“Tem um probleminha aí, aqui não é caimbola não” - Os Territórios Invisíveis</i>	250
4.2. <i>Empreendimentos Visíveis e Licenciamento Ambiental – A Energia Eólica no Alto Sertão</i>	260
4.3. <i>Uma reflexão mais do que uma conclusão - O que pode “sujar” essa “Energia Limpa”?</i>	271
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	284
ANEXOS	335

Índice

Siglas

ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNA Centro Nacional de Arqueologia

COELBA Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente

DNAEE Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

EPE Empresa de Pesquisa Energética

FCP Fundação Cultural Palmares

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAC Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LER Leilão de Energia Renovável

MASB Museu do Alto Sertão da Bahia

MDS Ministério do Desenvolvimento Social

MME Ministério de Minas e Energia

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PBQ Programa Brasil Quilombola

PCH Pequenas Centrais Hidrelétricas

PGH/UEFS Programa de Pós-Graduação em História da Universidade estadual de Feira de Santana (PGH/UEFS)

PPGARq/MAE-USP Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Proinfra Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

PTI Programa de Territórios de Identidade

SEAGRI Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Governo da Bahia

SEPLAM Secretaria de Planejamento

SHIA Sítio Histórico de Interesse Arqueológico

SIN Sistema Elétrico Interligado Nacional

UFBA Universidade Federal da Bahia

UFMS Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNEB Universidade Estadual da Bahia

TABELAS

Tabela 1. Relação dos sítios arqueológicos e as comunidades correspondentes ao processo de formação. (Fonte: Zanettini Arqueologia 2011, 2014a, 2018a e 2019).	131
Tabela 2. Sítios arqueológicos localizados na comunidade Cristina no âmbito das ações da Arqueologia Preventiva (Fonte: Zanettini Arqueologia 2014a).	183
Tabela 3. Sítios arqueológicos localizados em decorrência da prática etnográfica junto à comunidade Cristina (Fonte: Freitas 2017).	183
Tabela 4. Manifestações materiais associadas à comunidade Cristina.	237
Tabela 5. Relação de comunidades quilombolas reconhecidas no município de Caetité (Fonte: Fundação Cultural Palmares).	251

FIGURAS

Figura 1. Municípios baianos que compõem o Território de Identidade Sertão Produtivo, dentre eles o município de Caetité.	26
Figura 2. Representação da espacialidade correspondente ao Alto Sertão da Bahia, com indicação para a localização do município de Caetité, sendo as demais localidades assinaladas por círculos em cinza. (Ilustração de Ricardo Sanzi adaptada de Neves 2005).	67
Figura 3. Detalhe do mapa elaborado a partir do “Roteiro de Quaresma de 1731/1734”, com a representação gráfica do Alto Sertão baiano na transição do século XVIII ao XIX (indicação para a localização das fazendas citadas no quadro em vermelho). Fonte: Neves 2008.	73
Figura 4. Indicação para o possível local descrito por Spix e Martius em parte de seu trajeto da fazenda Malhada para Caetité no início do século XIX. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth 2018).	77
Figura 5. Detalhe da feição da drenagem utilizada como o caminho descrito por Spix e Martius em parte de seu trajeto da fazenda Malhada para Caetité no início do século XIX. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth 2018).	78
Figura 6. Ilustração de Carl Friedrich Philipp von Martius da ‘caatinga’, descrita como ‘deserto ao sul da Província da Bahia’. (Fonte: Spix & Martius 1781-1826; Assis Júnior 2004).	80
Figura 7. Ilustração de Carl Friedrich Philipp von Martius retratando uma das lagoas às margens do rio São Francisco. (Fonte: Spix & Martius 1781-1826).	80
Figura 8. Ilustração de Carl Friedrich Philipp von Martius do rio Itaípe em território baiano. (Fonte: Spix & Martius 1781-1826; Assis Júnior 2004).	81
Figura 9. Ilustração de Carl Friedrich Philipp von Martius retratando uma formação rochosa com presença de pinturas rupestres. (Fonte: Spix & Martius 1781-1826).	81
Figura 10. Ilustração retratando o santuário na formação rochosa em Bom Jesus da Lapa, esboçada por Teodoro Sampaio. (Fonte: Costa 2007).	83
Figura 11. Ilustração retratando o povoado de Nossa Senhora do Livramento, ao fundo a Serra das Almas e a queda d’água atualmente conhecida como ‘Véu da Noiva’, esboçada por Teodoro Sampaio. (Fonte: Costa 2007).	83
Figura 12. Ilustração retratando ‘menina’ retirante às do rio São Francisco, esboçada por Teodoro Sampaio. (Fonte: Costa 2007).	84
Figura 13. Ilustração retratando o modo de fazer renda de bilro, esboçada por Teodoro Sampaio. (Fonte: Costa 2007).	84
Figura 14. Fotografia pertencente ao acervo particular da família Becker (Robert Becker é o primeiro à direita na foto). (Fonte: Wey 2014).	86
Figura 15. Capa da obra “ <i>Brieven Uit Brazilië: Reizen In Een Primitief Land</i> ”, constituída por quarenta cartas escritas por Verschuur sobre sua viagem ao Brasil. (Fonte: Bert Ernste 2013).	88
Figura 16. Detalhe do mapa elaborado por Curt Nimuendajú, indicação para a localização da comunidade Cristina. (Adaptado por Gabriela Farias. Fonte: Nimuendajú 1987).	96
Figura 17. Exemplo de pessoas associadas às populações africanas que foram escravizadas no Brasil. Cabe destacar que no Alto Sertão, ao que parece se tem notícias da presença de pessoas de quase todas as ‘nações’ apontadas por Debret, salvo a Quilola e Monjolo	

(Ilustração de Jean Baptiste Debret). (Disponível em: https://digital.bbm.usp.br . Acessado em 20/12/2018).	97
Figura 18. Detalhe das cartografias relativas às dinâmicas da diáspora africana para o Brasil e as fronteiras atuais dos Estados Nacionais. (Fonte: Anjos 2014).	98
Figura 19. Detalhe do mapa retratando a rota do tráfico interprovincial.	101
Figura 20. Capa do livro Plantas Medicinais – Saberes Tradicionais, publicado pela Renova Energia (Fonte: Barreto 2014).	105
Figura 21. Detalhe do processo de confecção manual de tijolo de adobe, com o uso de forma em madeira. (Fonte: Colin 2010).	119
Figura 22. Ilustração aproximada das delimitações territoriais das comunidades supracitadas elaborada com base nos levantados pelos trabalhos em campo (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel do artista Ricardo Sanzi).	129
Figura 23. Localização da comunidade Cristina e comunidades quilombolas Gurunga e Olho D'Água, em relação a locais das fazendas conhecidas desde o século VIII. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Neves 2003 e Google Earth 2018).	154
Figura 24. Detalhe de um dos possíveis roteiros a serem realizados a pé, entre Caetité e a cidade de São Paulo. Observa-se que, por essa opção de caminho, por exemplo, a pessoa percorria ao menos cerca de 1.328 quilômetros por 274 horas ininterruptas. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Maps 2019).	167
Figura 25. Localização da comunidade Cristina, em relação ao Morro do Novato apontado por Tia Maria, bem como ao local de ocorrência de cerâmica indígena no território da Cristina, e, por fim, em relação ao sítio arqueológico Muritiba, localizado próximo à comunidade Olho D'água e Cristina, que também apresenta fragmentos cerâmicos indígenas, além de vestígios líticos. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth 2019).	170
Figura 26. Localização dos umbuzeiros existentes na comunidade Cristina, sendo alguns deles mencionados nas narrativas dos moradores da Cristina. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth 2019).	176
Figura 27. Mapa com a localização das manifestações materiais ligadas ao SHIA Represa da Cristina. (Elaborado por Gabriela Farias. Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).	220
Figura 28. Ilustração de uma das técnicas corporais das mulheres durante o processo de lavagem de roupa na represa da comunidade Cristina. (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel do artista Ricardo Sanzi).	223
Figura 29. Ilustração retratando a assombração da noiva (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).	226
Figura 30. Ilustração retratando a visagem envolvendo duas bolas de fogo que percorrem o território da comunidade Cristina (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).	226
Figura 31. Projeção do percurso feito pelas bolas de fogo junto ao território da comunidade Cristina, assinalada pelo tracejado em amarelo, e o sentido, pela seta em amarelo. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth).	227
Figura 32. Localização das três áreas cemiteriais onde são enterrados os moradores da comunidade Cristina. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth).	229
Figura 33. Ilustração retratando os saberes e modos de fazer associados ao ofício de marceneiro, como o caso citado do senhor Miro (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).	230
Figura 34. Ilustração retratando os saberes e modos de fazer associados ao ofício de ceramistas, conforme constam as figuras femininas da senhora Judite, 'Maria Preta' e Rita Martins, dentre outras mulheres já falecidas da comunidade Cristina (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).	231
Figura 35. Ilustração retratando os saberes e modos de fazer associados ao ofício de tecelã, como os vinculados às figuras de 'Maria Preta', a senhora Perciliana, Clemência, Dometila, 'Tia Bela', 'Tia Maria' e 'Tia Dina'. Na cena da ilustração consta o processo da tecelagem envolvendo a roda de fiar (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).	232

Figura 36. Ilustração retratando as atividades junto às áreas de cultivo denominadas localmente como 'roças' (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).	233
Figura 37. Ilustração retratando a 'lida' com o gado, envolvendo a prática de guiar os animais até os locais com vegetação, para pastagem, e água, no território da comunidade Cristina (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).	234
Figura 38. Paisagem e Território - Comunidade Cristina. (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel do artista Ricardo Sanzi).	248
Figura 39. Comunidade Cristina, em 2014, sem a implantação do empreendimento	275
Figura 40. Comunidade Cristina, em 2019, com a implantação do empreendimento	275

QUADROS

Quadro 1. Escavação arqueológica junto às ruínas da antiga casa sede da fazenda. (Fotos: Zanettini Arqueologia).	102
Quadro 2. Ruínas da capela construída com blocos rochosos, tida como local de sepultamento do antigo proprietário da fazenda, além do vestígio do cruzeiro em madeira situado ao lado da capela. Ao fundo no horizonte dos vestígios do cruzeiro, observa-se a área com as ruínas da casa sede. (Fotos: Zanettini Arqueologia).	103
Quadro 3. Exemplos de barragens evidenciadas. (Fotos: Zanettini Arqueologia).	116
Quadro 4. Exemplos de casas e 'casas de roça' evidenciadas.	117
Quadro 5. Detalhe de agrupamento de telhas, assim como ruínas de edificação sem a presença do telhado indicando práticas de reuso dos materiais construtivos, na comunidade Aguaní. (Fotos: Zanettini Arqueologia).	118
Quadro 6. Detalhe da cavidade resultante da retirada de sedimento para a confecção do adobe, assim como o detalhamento dos tijolos dispostos em forma ordenada no terreno, localizados em uma propriedade na comunidade Gameleira de Fora. (Fotos: Zanettini Arqueologia).	119
Quadro 7. Exemplos de manifestações materiais ligados à esfera religiosa, averiguadas dentre o patrimônio evidenciado no escopo da Arqueologia Preventiva. (Fotos: Zanettini Arqueologia).	120
Quadro 8. Exemplos de cruzeiros situados no alto da Serra das Gerais, e marco funerário localizado em terreno aplainado as margens de uma estrada vicinal. (Fotos: Zanettini Arqueologia).	122
Quadro 9. Detalhe de pequenos blocos rochosos observados na base dos cruzeiros, localizados em área de topo de morro. (Fotos: Zanettini Arqueologia).	123
Quadro 10. Exemplos de coisas que são guardadas pelas pessoas da comunidade e tidas como dos "mais antigos", a exemplo de utensílios cerâmicos, baús, chapéus e até mesmo coisas inutilizadas, como a parte da roda de fiar. (Fotos: Juliana Freitas).	155
Quadro 11. Exemplos de Umbuzeiros (<i>Spondias tuberosa</i>) apreendidos a partir das designações de pessoas da comunidade, contendo algumas inscrições gravadas nos galhos das árvores. (Fotos: Juliana Freitas).	177
Quadro 12. Universos de Ação e Uso (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).	186
Quadro 13. Imagens do IX Encontro de Comunidades Quilombolas de Caetité. (Disponível: http://www.caetite.ba.gov.br . Acessado em 13/02/2019).	253

IMAGENS

Imagem 1. Capela de São Sebastião, construída ao que tudo indica no século XIX, localizada próxima aos remanescentes da antiga sede da Fazenda Hospício. Foi tombada a nível estadual pelo IPAC-BA em 1981, devido a sua relevância arquitetônica, histórica e cultural. (Foto: Juliana Freitas). 70

Imagem 2. Vista do montículo associado à antiga edificação da casa sede da **Fazenda Hospício**, mapeada por Quaresma Delgado. É possível averiguar na superfície do terreno, a presença de louças, cerâmicas, materiais metálicos e vítreos. (Foto: Juliana Freitas)..... 71

Imagem 3. Vista dos remanescentes construtivos presentes no sítio arqueológico Casarão do Brejo, localizado entre o distrito de Pajeú do Vento e a cidade de Guanambi. Local que abrigava possivelmente a sede da **Fazenda Brejo** mapeada por Quaresma Delgado no início do século XVIII. Nota-se entre os vestígios das antigas paredes construídas com blocos rochosos e seixos, a presença de árvores de grande porte. No local, observam-se ainda materiais arqueológicos como fragmentos de louças e vidros, além de elementos numismáticos que remetem ao século XVIII. (Foto: Zanettini Arqueologia). 71

Imagem 4. Ações de documentação junto a um ‘caldeirão’ localizado nas proximidades da comunidade Cristina. (Foto: Zanettini Arqueologia)..... 75

Imagem 5. Vista de cacimba em época das chuvas, localizada na comunidade Lagoa do Fundo. (Foto: Zanettini Arqueologia). 75

Imagem 6. Lápide de Robert Becker, localizada na antiga área cemiterial do distrito de Brejinho das Ametistas. (Foto: Zanettini Arqueologia). 89

Imagem 7. Vista da edificação existente na localidade Regapé. Conforme aponta as narrativas dos moradores da comunidade, esta edificação teria sido construída com os materiais construtivos do sobrado outrora pertencente à Garcia Leal. No interior da casa, consta entalhada na madeira de uma das portas a data de 1626. (Foto: Zanettini Arqueologia). 91

Imagem 8. Detalhe dos vestígios de embasamento rochoso remanescentes do sobrado de Bento Garcia Leal, identificados junto ao sítio arqueológico Sobrado. Este sítio localizado entre as comunidades João Barrocas e Regapé. Apresenta ainda outros materiais arqueológicos que remetem a ocupação para o final do século XVIII e do século XIX. (Foto: Zanettini Arqueologia). 91

Imagem 9. Procedimento de medição junto às duas estruturas de queima (fornos) localizadas próximas aos remanescentes construtivos associados ao sobrado outrora pertencente à Garcia Leal. (Foto: Zanettini Arqueologia). 93

Imagem 10. Fragmento cerâmico com decoração plástica unglada identificado junto ao sítio arqueológico Paraguai. (Foto: Zanettini Arqueologia)..... 109

Imagem 11. Detalhe das gravuras rupestres no sítio arqueológico Toca do Tapuio/Moita dos Porcos. (Foto: Juliana Freitas). 109

Imagem 12. Ruína de edificação construída em pau a pique, associada à Fazenda Hospício, localizada junto ao sítio arqueológico Estrela da Tarde. (Foto: Zanettini Arqueologia)..... 109

Imagem 13. Instrumento lítico lascado confeccionado em quartzito, identificado junto ao sítio arqueológico Muritiba. (Foto: Zanettini Arqueologia). 109

Imagem 14. Fragmentos cerâmicos associados à ocupação de populações horticultoras ceramistas ligadas ao Tronco linguístico Macro Jê, exumados junto ao sítio arqueológico Freitas. (Foto: Zanettini Arqueologia)..... 109

Imagem 15. Trecho de ‘estrada real’ preservado, na média vertente da Serra das Gerais, próximo a comunidade quilombola Gurunga, compõe um dos vestígios do sítio arqueológico Planaltina I. (Foto: Zanettini Arqueologia). 109

Imagem 16. Detalhe de objetos cerâmicos com feições zoomorfa e antropomorfa, instalados na cumeeira da habitação em ruínas, identificado junto ao sítio arqueológico Caipira. (Foto: Zanettini Arqueologia). 110

Imagem 17. Suporte lítico para britagem manual, identificado junto ao sítio arqueológico Redondo. (Foto: Zanettini Arqueologia). 110

Imagem 18. Ponta de projétil bifacial fragmentada, compreendida como ocorrência arqueológica 48. (Foto: Zanettini Arqueologia). 110

Imagem 19. Utensílio cerâmico remontado, apresentando alisamento em sua parte interna/externa, além de brunidura em sua parte externa, identificado junto ao sítio arqueológico Sobrado. (Foto: Zanettini Arqueologia).	110
Imagem 20. Muro erigido com o emprego da técnica construtiva junta seca, compõe o sítio arqueológico Teixeira. (Foto: Zanettini Arqueologia).	110
Imagem 21. Lâmina de machado, proveniente do sítio arqueológico Machado. (Foto: Zanettini Arqueologia).	110
Imagem 22. O SHIA Muro da Árvore é caracterizado por um muro de junta seca e foi construído para proteção dos fortes ventos sob um Umbuzeiro, localizado na comunidade Lagoa das Beredas. (Foto: Zanettini Arqueologia).	115
Imagem 23. Remanescente de um cruzeiro em madeira localizado as margens de uma das estradas na comunidade Paraguai, mas que antigamente era apreendido pelas pessoas como marco de falecimento. (Foto: Zanettini Arqueologia).	124
Imagem 24. Cacimba escavada manualmente, localizada na comunidade Lagoa do Fundo.	126
Imagem 25. Fragmento de recipiente em porcelana chinesa, exumado junto ao sítio arqueológico Morro do Vento, na comunidade Lagoa do Fundo. (Foto: Zanettini Arqueologia).	127
Imagem 26. Fragmentos de recipiente de faiança policrômica, característica do início do século XIX, este tipo de material é facilmente encontrado em contextos litorâneos. (Foto: Zanettini Arqueologia).	127
Imagem 27. Senhor Juraci (à esquerda na foto), durante conversa com os moradores das comunidades no entorno da Cristina. (Foto: Juliana Freitas).	146
Imagem 28. Senhor Juraci e Antônio Hipólito com os moradores da comunidade quilombola Olho D'Água. (Foto: Juliana Freitas).	147
Imagem 29. Sede da Associação dos Moradores da Comunidade Cristina e Região.	149
Imagem 30. Retrato da família do senhor Juraci, constando seu pai ('Tião Garapa', filho de 'Mané Preto'), sua mãe (Dometila) e seus oito irmãos. O senhor Juraci é o primeiro jovem à direita na fileira abaixo do retrato. (Foto: Juliana Freitas).	150
Imagem 31. Senhor Juraci mostra o medidor de grãos e uma base de pilão em madeira, ambos confeccionados por Miro. (Foto: Juliana Freitas).	158
Imagem 32. Senhora Belarmina Souza Lopes, 'Tia Bela', em uma das nossas primeiras conversas. (Foto: Zanettini Arqueologia).	159
Imagem 33. Uma das toalhas confeccionadas e bordadas pela senhora Belarmina Souza Lopes, 'Tia Bela'. (Foto: Juliana Freitas).	160
Imagem 34. Tia Dina demonstrando o uso do fuso. (Foto: Juliana Freitas).	161
Imagem 35. Tia Dina fazendo o 'lanzudo'. (Foto: Juliana Freitas).	161
Imagem 36. Pé de algodão existente no quintal da casa de Tia Dina. (Foto: Juliana Freitas).	161
Imagem 37. Tia Dina mostra o pé de anil (Indigofera tinctoria) outrora utilizado no processo de tingimento dos tecidos. (Foto: Juliana Freitas).	161
Imagem 38. Uma das toalhas que foram tecidas, rendadas e bordadas por Tia Dina. (Foto: Juliana Freitas).	161
Imagem 39. Instrumento feito com coquinho de Ouricuri (Syagrus coronata) e galho de vaqueta (Combretum Leprosum), denominado bilro. É utilizado para fazer a popular 'Renda de Bilro'. (Foto: Juliana Freitas).	161
Imagem 40. O fuso em madeira pertencente à Tia Dina é utilizado para fazer os fios de algodão cru, denominados localmente como lanzudos. (Foto: Juliana Freitas).	161
Imagem 41. O arco é utilizado no processo de limpeza do algodão, antes de iniciar o uso do fuso. (Foto: Juliana Freitas).	161
Imagem 42. Isaurina Pereira Benevides, 'Ninha'. (Foto: Juliana Freitas).	163
Imagem 43. O antigo cruzeiro da comunidade Cristina, atualmente localizado na casa da 'Tia Amélia'. Ao fundo, o processo de construção de outra edificação na propriedade.	164
Imagem 44. Seu Zé de Maria durante uma incursão no território da comunidade Aguani (antigo Criminoso). O senhor Zé de Maria acompanhou a equipe da Zanettini Arqueologia, à época, até o local com vestígios arqueológicos posteriormente cadastrados como sítio arqueológico Criminoso. (Foto: Zanettini Arqueologia).	165

Imagem 45. Exemplo de casa na comunidade Cristina, com a presença de cisterna. (Foto: Juliana Freitas).	166
Imagem 46. Exemplo de casa na comunidade Cristina, com a presença de cisterna. (Foto: Juliana Freitas).	166
Imagem 47. Tia Maria durante nossa última conversa em sua casa em janeiro de 2017.	168
Imagem 48. Atividades vinculadas ao regate arqueológico do sítio Muritiba. (Foto: Zanettini Arqueologia).	171
Imagem 49. Fragmentos cerâmicos possivelmente relacionados às populações falantes do Tronco Macro Jê, exumados junto ao sítio arqueológico Muritiba. (Foto: Zanettini Arqueologia).	171
Imagem 50. Fragmentos cerâmicos possivelmente relacionados às populações falantes do Tronco Macro Jê, compreendidos enquanto uma ocorrência arqueológica isolada. (Foto: Zanettini Arqueologia).	171
Imagem 51. Vista da área indicada na narrativa de 'Tia Maria', o Morro do Novato. (Foto: Juliana Freitas).	171
Imagem 52. Dina Pereira Benevides ('Tia Dina'). (Foto: Juliana Freitas).	173
Imagem 53. Área de plantio de feijão e milho no território da Cristina.	178
Imagem 54. Em umas das minhas conversas com os moradores da Cristina, ao lado do senhor Juraci e do senhor José Fernandes. (Foto: Juliana Freitas).	179
Imagem 55. Quando da minha visita ao sítio arqueológico Luidugério, local da outrora residência do bisavô do senhor José Fernandes. (Foto: Zanettini Arqueologia).	180
Imagem 56. Fragmento de lâmina de machado polida exumada junto ao sítio arqueológico Granizo. (Foto: Zanettini Arqueologia).	194
Imagem 57. Senhor Juraci Benevides mostrando o local da antiga habitação, e, ao fundo, o chamado "Imbuzeiro de Titia". (Foto: Juliana Freitas).	204
Imagem 58. Detalhe da 'Represa da Cristina' durante o período de chuvas. (Foto: Juliana Freitas).	218
Imagem 59. Vista da 'Represa da Cristina' durante o período de chuvas. (Foto: Juliana Freitas).	218
Imagem 60. Detalhe da 'Represa da Cristina' no período de estiagem.	219
Imagem 61. Vista da 'Represa da Cristina' no período de estiagem.	219
Imagem 62. Jirau presente na área da represa da comunidade Cristina, e, ao fundo, as placas rochosas instaladas no chão, igualmente destinadas à lavagem de roupa.	221
Imagem 63. Detalhe das placas rochosas instaladas no chão para a lavagem de roupa na área da represa da comunidade Cristina. (Foto: Zanettini Arqueologia).	221
Imagem 64. Mulheres durante o processo de lavagem de roupa na represa da comunidade Cristina. (Foto: Juliana Freitas).	222
Imagem 65. O senhor Desuite fazendo as rezas contra o mau-olhado em Antônio Hipólito, durante nosso último encontro. (Foto: Juliana Freitas).	224
Imagem 66. Aneli Rodrigues, a 'Lira', durante sua fala no <i>IX Encontro de Comunidades Quilombolas</i> de Caetité, realizado na comunidade Lagoa do Mato em 2018. (Disponível: http://www.caetite.ba.gov.br . Acessado em 13/02/2019).	252
Imagem 67. Vista da entrada do <i>Terreiro Ile Ashe Oju Oorum</i> , próximo ao núcleo urbano de Caetité. (Foto: Juliana Freitas).	256
Imagem 68. Vista de 'altar' de uma 'mesa de santo', em uma das comunidades na área rural de Caetité. (Foto: Antônio Hipólito).	257
Imagem 69. Vista da comunidade Cristina, sentido Leste-Oeste, antes da implantação do empreendimento, no ano de 2014. (Foto: Juliana Freitas).	276
Imagem 70. Vista da comunidade Cristina, sentido Leste-Oeste, depois da implantação do empreendimento, no ano de 2018. (Foto: Juliana Freitas).	276
Imagem 71. Vista da comunidade Cristina, sentido Norte-Sul, antes da implantação do empreendimento, no ano de 2014. (Foto: Juliana Freitas).	277
Imagem 72. Vista da comunidade Cristina, sentido Norte-Sul, depois da implantação do empreendimento, no ano de 2019. (Foto: Juliana Freitas).	277

Imagem 73. Vista da comunidade Cristina, sentido Oeste-Leste, depois da implantação do empreendimento, no ano de 2019. (Foto: Juliana Freitas).	278
Imagem 74. Vista da subestação elevadora a partir da entrada da comunidade Cristina, sentido Oeste-Leste, depois da implantação do empreendimento, no ano de 2019. (Foto: Juliana Freitas).	278
Imagem 75. Detalhe do aerogerador de um dos parques da Renova Energia que veio a colapsar em 2016, no município de Igaporã. (Foto disponível em: http://www.alocidade.com.br).	279

GRÁFICOS

Gráfico 1. Quantificação por categoria	187
Gráfico 2. Universos de ação e uso	189
Gráfico 3. Universos de ação e uso	193
Gráfico 4. Categoria Material	198
Gráfico 5. Categoria Material	198
Gráfico 6. Universos de ação e uso	200
Gráfico 7. Forma específica	200

PRANCHAS

Prancha 1. Sítio arqueológico Alagadiço
Prancha 2. Acervo proveniente do sítio arqueológico Alagadiço
Prancha 3. Sítio arqueológico Granizo
Prancha 4. Acervo proveniente do sítio arqueológico Granizo
Prancha 5. Sítio arqueológico Céu
Prancha 6. Acervo proveniente do sítio arqueológico Céu
Prancha 7. Sítio arqueológico Boiadeiro
Prancha 8. Acervo proveniente do sítio arqueológico Boiadeiro
Prancha 9. Sítio arqueológico Dina
Prancha 10. Acervo proveniente do sítio arqueológico Dina
Prancha 11. Sítio arqueológico Barranco
Prancha 12. Acervo proveniente do sítio arqueológico Barranco
Prancha 13. Sítio arqueológico Casa de Farinha
Prancha 14. Material observado em superfície no sítio arqueológico Casa de Farinha
Prancha 15. Sítio arqueológico Casa Velha

Anexos

Anexo I. Mapa dos Territórios de Identidade – Estado Bahia - 2017
Anexo II. Diário do Rio de Janeiro, 4.1.1863, Edição 4, Página 1
Anexo III. Planilha de Evidências Cadastradas pela Zanettini Arqueologia
Anexo IV. Território do Saber – Educação Patrimonial, Arqueologia e Mediação Cultural
Anexo V. Chaves para a Análise
Anexo VI. Portarias Iphan para o município de Caetité

PRÓLOGO

*“Preciso ser um outro
para ser eu mesmo*

*Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta*

Sou pólen sem inseto

*Sou areia sustentando
o sexo das árvores*

*Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro*

*No mundo que combato morro
no mundo por que luto nasço”¹*

Para apresentar os resultados alcançados pela presente pesquisa de mestrado, acredito que seja necessário discorrer sobre o ser humano que se encontra por detrás desta proposta de estudo. Talvez assim, as ideias e reflexões que serão explanadas nas páginas vindouras desta Dissertação, façam mais sentido aos leitores e leitoras.

Através do estudo desenvolvido junto à comunidade Cristina abordado nesta pesquisa, procuro demonstrar como as pessoas, por meio de suas experiências e vivências junto aos lugares e paisagens que lhes são significativas, alcançam conhecimentos específicos sobre seus territórios, tanto no tocante a saberes referentes aos processos e fenômenos que envolvem as dinâmicas ambientais, como àqueles relativos ao campo simbólico e cosmológico de ser/viver no mundo.

Ao longo deste trabalho defendo a ideia de que a *práxis* arqueológica envolve considerar o que é *vivo* na materialidade do arqueológico, ao entender que são justamente as percepções, olhares, narrativas, memórias e sentimentos que as populações humanas contemporâneas desenvolvem a partir da convivência com tais manifestações materiais, que lhe proporcionam esse contínuo sopro de vida.

¹ Couto, M. (2001). *Identidade. Raiz de orvalho e outros poemas*. Lisboa: Editorial Caminho.

Chamo atenção para a importância das diferentes vozes e olhares que emanam dos mais distintos segmentos da sociedade com relação às suas materialidades, sendo que muitos deles historicamente desconsiderados por aqueles que ocupam os espaços de poder. Tais percepções locais são preciosas e possuem o mesmo peso para se construir o conhecimento, apesar de serem medidas diferentes das aprendidas no meio acadêmico. Adotar essa postura com relação a *práxis* arqueológica é, ao mesmo tempo, entender a arqueologia como uma ciência social. Isso implica inclusive, considerar a história de vida das pessoas que se devotam a estudar esse campo do conhecimento.

Dessa forma, dentre os pontos que me levaram a estudar as problemáticas que abrangem as comunidades tradicionais, encontra-se a certeza que tenho comigo desde criança - que o conhecimento é poderoso e transformador.

Não sou oriunda de uma família 'abastada', pelo contrário, quando nasci minha família estava dentre àquelas abaixo da linha da pobreza e destruída pelo alcoolismo. Em razão disso, tive que me tornar 'adulta' ainda criança, e refletir sobre um futuro aparentemente nada promissor. Entretanto, sempre tive certeza que adquirir os mais variados níveis de conhecimento sobre a vivência humana nesse mundo, poderia me ajudar a alcançar um sonho, o de ser arqueóloga. Confesso que o personagem do arqueólogo aventureiro do cinema, foi um grande motivador para esse sonho. Grande parte da minha infância, se deu na imensidão de uma fazenda no interior paulista, logo, me imaginar como aquele pesquisador aventureiro era como uma válvula de escape para a dura realidade que me cercava.

É claro que, aos 6 anos, não possuía e nem conhecia ninguém que tivesse alguma dimensão do que realmente era ser um arqueólogo, muito menos no que consistia de fato estudar Arqueologia. Lembro-me de que, quando na escola pública onde estudei comentava sobre esse meu desejo, muitos riam de mim, outros ficavam preocupados com as decepções que esse sonho impossível poderia me trazer. Na realidade isso mostra como a Arqueologia no país foi, e acredito que de certa forma ainda é, um campo acadêmico seletivo e elitista. Contudo, a ironia da vida reside aí, por mais seletiva que fosse (e ainda é), a capacidade intelectual e cognitiva das pessoas

não está associada ao seu *status quo* ou ao seu poder aquisitivo, embora reconheça que as oportunidades se tornem bem mais limitadas.

Nesse sentido, para criar tais oportunidades, trabalhei desde 9 anos de idade. Aos 13 anos, trabalhava em três empregos para conseguir guardar recursos na esperança de passar em uma universidade pública. Quando chegou o momento, prestei vestibular em várias universidades federais para o curso de História, já que naquele momento, não existia curso de graduação em Arqueologia no Brasil. Dentre as universidades públicas que passei no processo seletivo entre os anos de 2002 e 2003, escolhi a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), onde tive meu primeiro contato com a arqueologia acadêmica através da convivência com o Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins, à época, professor titular das disciplinas de Arqueologia e Arqueologia Regional no *campus* da UFMS em Aquidauana.

Depois disso, muitos foram os acontecimentos na minha vida, até conhecer o arqueólogo Paulo Zanettini em fins de 2010. O Paulo me ofereceu algo pelo qual sempre tive que lutar com “unhas e dentes” - uma oportunidade na vida. No caso em questão, o Zanettini me ofereceu a oportunidade para vivenciar meu sonho, o de atuar profissionalmente no campo da Arqueologia, mais precisamente, a Arqueologia Preventiva. E aqui estou 8 anos depois, com o compromisso de estudar questões ligadas à Arqueologia Preventiva e as comunidades tradicionais no Alto Sertão baiano.

Em síntese, o ser humano por detrás desta pesquisa, vivenciou desde o nascimento muitas dificuldades. Porém, buscou no conhecimento uma forma de transformar sua realidade, uma vez que conhecimento é uma forma de poder. À vista disso, acredito plenamente que devemos respeitar a autonomia das pessoas, além de considerar o conhecimento das mesmas sobre as coisas, a fim de se construir um conhecimento plural sobre a vida.

Sigo por esse caminho de pesquisa, por acreditar que ao respeitar os diferentes olhares sobre as materialidades que envolvem o que entendemos por patrimônio arqueológico, é também um modo de demonstrar respeito pelas histórias de vida dessas pessoas, não só daquelas populações do passado, mas das populações vivas, a exemplo das populações tradicionais do país, como a comunidade Cristina.

Desta forma, cumpre reforçar que este estudo apresentado em quatro capítulos, traz os resultados de uma pesquisa iniciada no âmbito da Arqueologia Preventiva, mas desenvolvida através de uma perspectiva etnográfica. No **capítulo 1**, exponho minha trajetória e como se deu meu encontro com a comunidade Cristina, e, conseqüentemente, as problemáticas que motivaram a realização deste estudo. Descrevo ainda nesse capítulo, as características e os aspectos físicos inerentes ao ambiente semiárido verificados no município de Caetité, para poder lançar posteriormente algumas reflexões sobre o processo de construção da paisagem e de noção de território por parte de populações tradicionais como a Cristina, de modo a sinalizar os processos e dinâmicas vetores desse ambiente, no qual encontram-se vinculadas.

No **capítulo 2**, realizo um esforço para propor uma “história de formação do território” (Zedeño 2008), procurando entender o “território” como um agregado de ações, eventos, processos e transformações da paisagem na qual se insere a comunidade Cristina, ou seja, como uma paisagem cultural e histórica.

Ao demonstrar com base nos relatos de viajantes e naturalistas, na produção acadêmica proveniente da historiografia regional, além de fundamentada nos resultados dos estudos sistemáticos realizados no escopo da Arqueologia Preventiva, que os territórios ocupados por essas comunidades tradicionais no Alto Sertão – como a comunidade Cristina – se constituem não apenas dos materiais arqueológicos e dos lugares significativos, vinculados ao passado pré-colonial, mas também, àqueles associados ao processo de conquista colonial dos territórios indígenas, no século XVII. Essas manifestações materiais revelam os processos de apropriação dessas terras pelo colonizador e a constituição das grandes fazendas baseadas na pecuária e na mão-de-obra escrava a partir do século XVIII e, por conseguinte, o processo de decadência desta economia escravagista e o surgimento das comunidades tradicionais nelas existentes.

Por conseguinte, no **capítulo 3**, me posiciono em termos teórico e metodológico, bem como, apresento as narrativas históricas das pessoas da comunidade Cristina, sobre as trajetórias de vida de seus antepassados e também acerca de suas próprias histórias, além de evidenciar sua inter-relação

com o território e as materialidades (acauteladas ou não) resultantes de suas vivências junto ao semiárido, as quais, possibilitaram estabelecer reflexões no que diz respeito ao estudo das materialidades, dos lugares e das paisagens no (e do) contemporâneo. Além disso, trago os diálogos estabelecidos com autores que se dedicam a entender conceitos movediços como o de espaço, território, lugar e paisagem. Ao recorrer às discussões presentes no campo da ciência geográfica (sobretudo a de cunho humanista), da qual se originaram tais conceitos, mas também de reflexões advindas de outras áreas do conhecimento, que os incorporaram em suas áreas de atuação, muitas vezes os redefinindo de acordo com seu arcabouço teórico-metodológico, a exemplo da Arqueologia, Antropologia, Sociologia e História. Acredito que estes diálogos são necessários, para em seguida apresentar as problemáticas que envolvem os efeitos da implantação de empreendimentos econômicos, em territórios das populações tradicionais no Alto Sertão baiano.

Por fim, no **capítulo 4** e conclusivo, contextualizo o que denomino de *empreendimentos visíveis* instalados nesses *territórios invisíveis* como o da Cristina, além dos processos que giram em torno dos mesmos, como os Leilões de Energia, o licenciamento ambiental e a arqueologia preventiva. Assim, procuro demonstrar o porquê dos meus esforços em evidenciar a dimensão e importância do território para essas pessoas, além dos diversos significados que as materialidades, a exemplo das paisagens e lugares significativos possuem para as mesmas, como uma tentativa de comprovar que estudos desenvolvidos a partir de abordagens etnográficas, tornam-se indispensáveis em casos de comunidades tradicionais que conhecerão as transformações advindas com a implantação desses empreendimentos econômicos, mesmo quando permeados pelos discursos de ‘energia limpa’ e ‘desenvolvimento sustentável’, de modo a abarcar as complexidades que envolvem os territórios e processos históricos de formação das comunidades tradicionais no Alto Sertão.

CAPÍTULO 1

ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NO ALTO SERTÃO DA BAHIA

1.1. “Acham-nos agora no sertão”: As problemáticas e os caminhos da pesquisa

A partir de 2007, o país vivenciou o início de grandes obras de infraestrutura, com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) instituído pelo Governo Federal (Brasil 2010). Consequentemente, o crescente avanço desses empreendimentos engendrados no escopo deste Programa Econômico, resultou em um aumento exponencial da demanda pela chamada Arqueologia Preventiva. É neste cenário, que se enquadram as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no processo do licenciamento ambiental das áreas destinadas à instalação dos complexos eólicos, na região sudoeste do Estado da Bahia.

Desde meados de 2008, a região do *Sertão Produtivo*², passou a ser alvo de processos no âmbito do licenciamento ambiental para a instalação de complexos eólicos. Trata-se de uma região privilegiada em termos de recursos eólicos, no Estado da Bahia. O papel da Arqueologia Preventiva nessa conjuntura se encontrava atrelado às condicionantes postuladas pela legislação vigente naquele momento, e que regiam o processo do licenciamento ambiental no país (Caldarelli 1999; Caldarelli e Santos 2000; Hamilakis 2015; Hattori 2015; Rocha *et al* 2015; Silva 2015a; Silva e Gnecco 2017; Zanettini 2009; Zanettini e Moraes Wichers 2015; Zarankin e Pellini 2015).

² Esta denominação é oriunda do Programa Territórios de Identidade (PTI), elaborado pelo Governo do Estado no ano de 2007, e teve como objetivo conciliar dados e informações relativos a campos e setores distintos em uma única plataforma, de modo a atuar como unidades de planejamento de políticas públicas. De acordo com a geógrafa Cintya Dantas Flores (2014), apesar de algumas contradições e incongruências durante o processo de criação e divisão dos Territórios de Identidade, o que se tem ao certo é que desde 2012 o computo oficial é de 27 unidades (ver cartografia no **Anexo 1**), a saber: 1) Irecê; 2) Velho Chico; 3) Chapada Diamantina; 4) Sisal; 5) Litoral Sul; 6) Baixo Sul; 7) Extremo Sul; 8) Médio Sudoeste da Bahia; 9) Vale do Jiquiriçá; 10) Sertão do São Francisco; 11) Bacia do Rio Grande; 12) Bacia do Paramirim; 13) Sertão Produtivo; 14) Piemonte do Paraguaçu; 15) Bacia do Jacuípe; 16) Piemonte da Diamantina; 17) Semiárido Nordeste II; 18) Litoral Norte e Agreste Baiano; 19) Portal do Sertão; 20) Vitória da Conquista; 21) Recôncavo; 22) Médio Rio de Contas; 23) Bacia do Rio Corrente; 24) Itaparica; 25) Piemonte Norte do Itapicuru; 26) Metropolitana de Salvador; e por fim, 27) Costa do Descobrimento (Flores 2014:46). Cabe destacar, no entanto, que outros municípios circunscritos aos Territórios de Identidade Velho Chico (Igaporã e Riacho de Santana) e Sudoeste Baiano (Licínio de Almeida), também receberam a implantação de parques eólicos.

Essas condicionantes servem de parâmetro norteador para a emissão das licenças de instalação e operação desses empreendimentos que, por sua vez, as obtêm a partir da realização de diversos estudos técnico-científicos que têm como objetivo avaliar a viabilidade de instalação dos mesmos nas áreas almejadas por seus responsáveis (Rodrigues e Souza Miranda 2012; Sánchez 2015 e 2017).

Figura 1. Municípios baianos que compõem o Território de Identidade Sertão Produtivo, dentre eles o município de Caetité. (Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br>. Acessado em 20/12/2018).

O início das pesquisas arqueológicas deflagradas nessa conjuntura, e que se referem às etapas de diagnóstico e prospecção junto às áreas destinadas à implantação dos parques eólicos referentes a um dos Leilões de Energias Renováveis (LER)³, mais precisamente ao LEILÃO 2013, é o momento considerado por mim crucial para a realização de uma reflexão acadêmica, como a que estou propondo nesta pesquisa de mestrado. Trata-se do momento de consolidação das problemáticas que incitaram esta proposta de pesquisa.

³ Relativo aos Leilões de Geração de Energia realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Contudo, cabe dizer que minha vivência junto ao processo de licenciamento dos parques eólicos nesta área do Sertão Produtivo, não se limitou aos trabalhos desenvolvidos no escopo do referido LEILÃO 2013, pois já vinha trabalhando nesta região desde os estudos voltados ao licenciamento de empreendimentos análogos, e relacionados a outros Leilões de Energia⁴, instalados nesta parte do Estado da Bahia alcunhada pela historiografia regional como o *Alto Sertão*.

A participação no trabalho de campo junto à equipe técnica da empresa Zanettini Arqueologia⁵, me proporcionou estabelecer uma relação de convivência com as comunidades tradicionais situadas nas áreas, ou em locais próximos aos destinados à implantação dos parques eólicos. Por conseguinte, essa convivência despertou em mim alguns questionamentos sobre o efeito desses empreendimentos junto às comunidades locais, bem como sobre o papel dos arqueólogos e arqueólogas nas ações relacionadas à Arqueologia Preventiva (Bezerra 2015; Fausto 2015; Ferreira 2008a e 2013; Gnecco e Dias 2015; Hamilakis 2015; Hutchings e La Salle 2015; Ribeiro 2015; Silva 2015a).

O empreendimento em questão, atualmente já em fase de instalação, encontra-se circunscrito aos municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida, Riacho de Santana, Pindaí e Urandi. Sua implantação resultará na instalação de um montante considerável de aerogeradores ao longo das áreas rurais dos sete (7) municípios anteriormente citados, sendo que muitos deles serão instalados nas proximidades ou no seio das comunidades rurais do Alto Sertão da Bahia (Zanettini Arqueologia 2014a).

A título de ilustração, entre as comunidades abarcadas pelos parques eólicos no município de Caetité, encontram-se comunidades tidas como quilombolas almejando realizar as tratativas legais para o reconhecimento de seu território junto ao órgão federal responsável e, dentre elas, a comunidade Cristina (Anjos 2009). Tal comunidade é formada por aproximadamente 10 famílias e mantém um intenso diálogo com as demais comunidades do entorno.

⁴ LER 2009 e LER 2010-2011.

⁵ Empresa de consultoria técnica-científica responsável pelo desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no âmbito do licenciamento de parcela desses empreendimentos econômicos.

LOCALIZAÇÃO COMUNIDADE CRISTINA CAETITÉ - BA

Fonte: IBGE, 2016
Danielle G. Samia
nov. 2017
SIRGAS2000 FUSO 23S

1:12.500

A comunidade Cristina é constituída de remanescentes quilombolas e permanece aguardando o início do processo de reconhecimento do seu território junto à Fundação Cultural Palmares⁶. As comunidades como Olho D'Água (município de Caetité) e Gurunga (município de Igaporã) que ficam próximas à Cristina, já foram reconhecidas pela Portaria nº 84, publicada em 06 de julho de 2010, no Diário Oficial da União.

No dia em que adentrei ao território da comunidade Cristina pela primeira vez, em virtude das ações prospectivas vinculadas aos estudos mencionados anteriormente, foi um dia especial para a comunidade não em razão da minha presença, mas devido a uma forte chuva de granizo. No processo de estabelecer uma conversa com quem encontrava pelo caminho, na busca pelos proprietários dos terrenos alvos das atividades de avaliação, recordo a surpresa dos membros da comunidade, ao terem conhecimento sobre o que a equipe de arqueologia (quase sempre confundida com biólogos) estava a 'procurar' em suas terras. Por outro lado, o que me chamou atenção, desde o início foi o nome da comunidade, Cristina.

A grande parcela das comunidades até então conhecidas no âmbito desses estudos, tinham seu nome vinculado a elementos ligados ao aspecto físico do território e não a pessoas⁷. Nesse sentido, perguntar quem foi Cristina, mas, sobretudo, o silêncio que se seguiu a tal indagação é para mim, o marco inicial desta pesquisa de mestrado.

Dessa forma, minha primeira ação junto à comunidade Cristina, ainda que atrelada a uma postura devotada em *comunicar*, e não apenas estabelecer *comunicados* para aquelas pessoas historicamente *silenciadas*, resultou, da mesma maneira, em silêncio. Uma vez que neste momento não estavam sendo silenciados por mim, mas, *silenciosos* para comigo e com a equipe em campo,

⁶ Com a publicação no Diário Oficial da União da Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019, assinada pelo presidente recém-empossado Jair Bolsonaro, competia ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as tratativas legais acerca da identificação, delimitação, demarcação e os registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, bem como, passa ser de sua responsabilidade os processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes quilombolas no país. Entretanto, após alguns meses de governo tal quadro foi novamente alterado, com o retorno da FUNAI para a pasta do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Por outro lado, no que diz respeito à Fundação Cultural Palmares (FCP), com a extinção do Ministério da Cultura nos primeiros dias do governo Bolsonaro, a FCP passou a integrar a pasta do Ministério da Cidadania.

⁷ A historiadora Maria de Fátima Novaes Pires (2003:207) já chamava atenção para casos em que *condições topográficas e culturais definiam a nomeação de lugares* nos sertões baianos.

talvez como um meio de demonstrar sua autonomia, ou ainda uma face histórica de sua resistência (Freire 2007:117; Meneses 1992; Pollak 1989). Isto me incitou a pensar, como se deu a ocupação daquele território, o processo de formação daquela comunidade e por que quando perguntados sobre sua história, muitas vezes faltavam-lhes palavras ou, quando as tinham, não as verbalizavam (Anjos 2009, Oliveira e Ivo 2013). Em meio a todo esse quadro havia o fato de que, no território desta comunidade seriam instalados alguns aerogeradores de um futuro parque eólico, sendo inevitáveis futuras transformações e mudanças nos seus modos de vida.

A problemática que me impulsionou para a elaboração desse estudo pautou-se, então, em compreender como os moradores da comunidade Cristina se relacionam e apreendem em sua vivência junto ao território, o processo de construção das paisagens, alcançando conhecimentos específicos sobre seus territórios, tanto no tocante a saberes referentes aos processos e fenômenos que envolvem as dinâmicas ambientais, como aqueles relativos ao campo simbólico e cosmológico de ser/viver no mundo.

Para tanto, a presente pesquisa pretendeu compreender a “história de formação do território” (*history of territory formation*), procurando entender o “território” como um agregado de ações, eventos, processos e transformações da paisagem na qual se insere a comunidade Cristina, ou seja, como uma paisagem cultural e histórica. Esta perspectiva de estudo pressupõe uma investigação da paisagem⁸ integrada ao estudo da territorialidade, conforme propõe a arqueóloga María Nieves Zedeño. Segundo a autora, a Arqueologia é uma “*promessa para o futuro campo de estudo de territórios*”, porque se vale “*não só de traços materiais para identificar territórios humanos*”, como também se molda a uma perspectiva interdisciplinar para “*reconstruir ações, eventos e processos relacionados ao surgimento, manutenção e transformação de um território*” (Zedeño 2008:210).

Os territórios ocupados por essas comunidades tradicionais no Alto Sertão – como a comunidade Cristina – se constituem não apenas dos materiais arqueológicos e dos lugares significativos (Bowser e Zedeño 2009)

⁸ Definida por María Nieves Zedeño (2008:214), como “*the time people come into contact with land and resources; it extends as people develop territorial attachments and strive to possess land and resources; and, through memory and action*”.

vinculados ao passado pré-colonial, mas também, àqueles associados ao processo de conquista colonial dos territórios indígenas, no século XVII. Esses materiais revelam os processos de apropriação dessas terras pelo colonizador e a constituição das grandes fazendas baseadas na pecuária e na mão-de-obra escrava a partir do século XVIII. A história desses territórios abarca também o processo de decadência desta economia escravagista e o surgimento das comunidades tradicionais neles existentes (Anjos 2009; Ivo 2004, 2005 e 2009; Lima 2017; Neves 1996, 2000 e 2003; Neves e Miguel 2007; Nogueira 2011; Miranda 2016; Oliveira e Ivo 2013; Pires 2003, 2006 e 2009; Santana 2012; Santos 2014).

Na literatura arqueológica contemporânea, alguns autores chamam a atenção para a necessidade de construção de uma abordagem que contemple a compreensão dos contextos e processos coloniais, sob uma perspectiva mais ampla e vinculada à construção do mundo moderno, uma vez que esses não foram apenas marcados pela “mistura” no tocante aos *fluxos de genes humanos* nestes contextos de “*contato*” entre os grupos colonizados e o colonizador, *mas também em termos de ecossistemas, paisagens construídas e cultura material que emergiram do passado recente* (p.ex. Flexner 2014:44-45). O Alto Sertão, como um todo, conhece tais processos desde a primeira metade do século XVII, dado que já existia toda uma rede em escala mundial ligada ao sertão, percebidas nas atividades de ‘trabalho’ e de comércio, como também, em certa medida, *nos corpos daqueles que iam e vinham de um sertão a outro* (Ivo 2009:32).

Diante de tal cenário, torna-se relevante discutir como esses grandes empreendimentos econômicos afetam a dinâmica de relação entre os coletivos humanos que compõem essas comunidades tradicionais no Alto Sertão – no caso da comunidade Cristina – neste processo de inter-relação com o território e percepção da paisagem. Entende-se que o sentimento de pertencimento de/a um território dessas populações pode se tornar a base para sua vida cultural, práticas e ações cotidianas, já que o território pode ser entendido não apenas como um fenômeno, mas também, como um processo social dinâmico resultante da interação de múltiplos aspectos como o econômico, ecológico, cognitivo e simbólico (Anjos 2009; Gnecco et al. 2008; Souza 2009).

Ressalto que tanto a Zanettini Arqueologia, como as demais empresas responsáveis pelos estudos de viabilidade para a implantação dos parques eólicos nos territórios dessas comunidades, como também os pesquisadores responsáveis pelos estudos socioambientais circunscritos a este empreendimento, cumpriram todas as condicionantes referentes às legislações engendradas no âmbito do licenciamento ambiental para a sua instalação. Contudo, o que a presente pesquisa buscou analisar é justamente até que ponto, essas legislações atendem realmente a todo um complexo quadro social e cultural, que está implícito na implantação de um empreendimento deste porte junto a comunidades tradicionais, como a comunidade Cristina, notadamente vinculada a um processo de marginalização, exclusão social e, sobretudo, de luta e resistência nesse território há mais de um século e meio (Anjos 2009; Nogueira 2011; Oliveira e Ivo 2013; Pires 2003, 2006 e 2009; Santana 2012).

Cabe apontar ainda que para a execução dos estudos arqueológicos nas áreas alvos do empreendimento em questão, a empresa Zanettini Arqueologia diante da expressiva dimensão do projeto optou, à época, pela elaboração de um Programa de Gestão engendrado às leis, normas e diretrizes operacionais relacionadas à preservação do patrimônio arqueológico, assim como devotada às demais esferas ligadas ao patrimônio cultural (Zanettini Arqueologia 2014a).

Desta forma, entender como se dá a execução desses processos junto às comunidades locais e de que forma a legislação vigente⁹ sobre o licenciamento ambiental precisa, acima de tudo, se tornar mais atenta às demandas socioculturais e econômicas das populações afetadas pelos empreendimentos, é primordial para que suas vidas e suas histórias não sejam prejudicadas. O que desejo mostrar através desse estudo é que o “habitar” humano não reside apenas em ocupar determinados ‘espaços geográficos’, mas fazer e sentir-se parte de lugares e com eles experienciar vivências. É isto que torna os lugares que “habitamos” lugares significativos, e que são assim compreendidos tendo em vista que eles são também a espacialização dos

⁹ Refiro-me aqui às leis, normas e diretrizes operacionais em vigência até a data que foi finalizada esta pesquisa e que será discutido no Capítulo 4 desta Dissertação.

imaginários evocados através das coisas, corpos e paisagens (Bowser e Zedeño 2009; Whitridge 2004 e 2016).

Considerar tais problemáticas torna-se uma questão de suma importância, ao lançar reflexões acerca dos impactos oriundos desses empreendimentos econômicos sobre as comunidades tradicionais. A fala de um dos moradores da comunidade Cristina e ex-presidente da Associação Comunitária mostra a importância desta questão: “...o lugar certo é aqui, de todos os lugares, o lugar certo é aqui”. Isto ele disse ao ser perguntado sobre os motivos que teriam levado seus antepassados a se fixarem naquele lugar. Assim, a comunidade Cristina se apresenta como um valioso exemplo na busca por uma melhor compreensão dos processos de construção de noções de paisagem e território – tão caras à pesquisa arqueológica sobre a espacialidade e o habitar humano – e também, dos processos de formação de identidades e de pertencimento territorial, de resiliência e de construção de memórias das populações inseridas nos processos colonialistas e neocolonialistas, nos quais se integram os vários empreendimentos econômicos em nosso país – temas igualmente caros à pesquisa arqueológica das sociedades contemporâneas em uma escala mundial (p.ex. Ashmore 2009; Gnecco 1999 e 2012; Gnecco et al. 2008; González-Ruibal 2008, 2014, 2015 e 2016; Hodder 1992 e 2003; Lane 2011; Lyndon 2008; Lydon e Rizvi 2010; Rizvi 2006; Symansky e Gomes 2013; Singleton 1998 e 2010).

De modo igual, este quadro evidenciado converge para a necessidade de se discutir acerca das políticas públicas direcionadas ao patrimônio arqueológico, dado que a materialidade que o constitui origina-se diretamente do processo de inter-relação dos coletivos humanos junto a seus territórios. Não obstante, exponho que meu entendimento sobre o conceito de materialidade é fundamentado a partir das reflexões presentes nos trabalhos de pensadores como Mikhail Bakhtin (1993), Joshua A. Bell e Haidy Geismar (2009), Tim Ingold (2010 e 2012), Marcia Bezerra (2012 e 2013), Fabíola Andréa Silva (2009, 2013 e 2015b), Rafael Abreu e Souza (2017) e Daniel Miller (2013).

Ainda que de modo diferenciado, as concepções desses autores convergem para um foco central que diz respeito à questão humana e à interface material da vida. Nesse sentido, para alguns deles a materialidade se

faz por meio da ressonância iminente entre os objetos e as pessoas. Outros, porém, acreditam que para expressar a complexa fluidez da face material da vida, os objetos e demais formas materiais devem ser entendidas como ‘coisas’, cujas relações se estendem para além das relações humanas, já que as coisas também se relacionam entre si. Assim, as coisas por essência porosas e fluídas comporiam o emaranhado de fios da vida que continuam a crescer (transformar) e a se movimentar constantemente. Da mesma forma, a materialidade também pode ser concebida a partir de uma noção de materialização, que nada mais é que entendê-la como um processo vivido e sempre em curso. Há ainda quem conceba a própria linguagem como uma materialidade, dado que se reporta a todos campos que envolvem a vida humana. Muito do que é vivido, quase sempre é falado, e falar sobre o que se vive, consiste em fazer emergir traços das esferas que compõem a conjuntura de quem viveu, e os lugares e as coisas com as quais se viveu. Ademais, o que não é falado, de alguma forma é sentido, posto que para se propor uma reflexão acerca da materialidade, deve-se considerar a esfera sensória da vida humana – ver, ouvir, sentir e degustar. Isto, inclusive, implica entender que os processos que geram a materialidade estão atrelados aos processos de produção do conhecimento humano (Bakhtin 1993; Bell e Geismar 2009; Bezerra 2012 e 2013; Freire 2007; Ingold 2000, 2008, 2010 e 2012; Miller 2013; Silva 2009, 2013 e 2015b; Souza 2017).

Ao se promover a instalação de qualquer empreendimento no seio de uma comunidade tradicional, é de se esperar transformações nas relações interpessoais e perdas ou (re) significações das práticas cotidianas, dos lugares significativos e da materialidade associada à história de formação desses territórios. Essa materialidade que é sentida, vista, falada e vivida pelas pessoas serve de referência nos processos de afirmação e pertencimento territorial (Anjos 2009). Como afirmou Ingold (1993), as paisagens têm uma temporalidade, elas são parte das pessoas e as pessoas são parte delas. Ao mesmo tempo, as paisagens são experienciadas através de seus corpos, por meio de uma conexão instantânea, sinestésica (Tilley 2004).

Portanto, meu estudo também esteve devotado em entender como se deu o processo de apreensão da paisagem na comunidade Cristina, a partir da vivência dessas pessoas com os novos elementos trazidos pelo

empreendimento. A começar pelos elementos atrelados à esfera material do complexo eólico, a exemplo dos aerogeradores, acessos, linhas de transmissão, subestações, dentre outros. Mas, igualmente, àqueles vinculados ao campo das relações humanas, os quais, conseqüentemente, provocaram mudanças na noção de valores sobre o uso da terra, influenciando nas relações e práticas sociais cotidianas tecidas pelos membros da comunidade Cristina. Dado que uma comunidade não pode ser encarada como sinônimo de um corpo homogêneo, mas de um corpo formado pelas individualidades dessas pessoas, as quais fazem da comunidade um corpo orgânico, fluido e dinâmico que perpassa por vários momentos e níveis de ações e práticas coletivas (Atalay 2012; Smith e Waterton 2013).

Nessa perspectiva, a postura seguida por meu trabalho encontra-se pautada em um olhar atento às narrativas descolonizantes e aos discursos construídos com base na ‘ideia’ de modernidade e desenvolvimento das políticas públicas vigentes. Posto que os empreendimentos apresentados sob o jargão das chamadas Energias Renováveis são tidos - pelo discurso neoliberal - como sinônimo de “energia limpa” e de desenvolvimento sustentável local e do país como um todo (Goldemberg e Lucon 2007). No entanto, será que isto corresponde às realidades locais?

As percepções e reflexões constadas em trabalhos das mais diversas áreas das ciências humanas, dessa maneira, são tidas para mim como um suporte para discutir acerca desta conjuntura. Estudos como os desenvolvidos por Foucault (1972, 1984 e 2008), Deleuze e Guattari (2007), Escobar (1991, 2001, 2005, 2011 e 2015), Mignolo (2001), Said (2003), Huyssen (1986 e 2007), Viveros de Castro (1996, 2004 e 2010), Bhabha (1990), Canclini (1997), Freire (2007), dentre outros, são entendidos por mim, como base para propor reflexões sobre alteridades, particularidades e autonomias junto às comunidades tradicionais do Alto Sertão baiano.

Ao mesmo tempo, estas questões também são ligadas à problemática derivada do registro arqueológico, proveniente das pesquisas realizadas no âmbito desses processos de licenciamento em territórios dessas comunidades¹⁰. Uma vez que devemos considerar que tal materialidade traz

¹⁰ Destaco que no âmbito do processo de instalação desses complexos eólicos, as comunidades rurais em conjunto com outros segmentos da sociedade nos municípios de

consigo não só informações acerca das tecnologias e morfologias relacionadas aos objetos de sociedades do passado, ou dados relacionados às dinâmicas e processos geoambientais, mas sobretudo, histórias, memórias, identidades e narrativas das comunidades vivas e que deram a esta materialidade outros sentidos (Smith e Waterton 2013).

Esse entendimento em torno de quem afinal tem autoridade sobre a materialidade do arqueológico, no processo de construção do conhecimento vem sendo alicerçado a partir de reflexões atuais de arqueólogos e antropólogos, como as expostas nos trabalhos de Bezerra (2012 e 2013), Gnecco (1999), Habu, Fawcett e Matsunaga (2008), Smith e Waterton (2013), Hamilakis e Anagnostopoulos (2009), Hamilakis (2011), González-Ruibal (2009 e 2010), Bhabha (1990), Hodder (2003), Ferreira (2008a e 2013), Atalay (2012) e Lydon e Rizvi (2010).

Finalmente, a presente pesquisa almejou estruturar ponderações no tocante às consequências sociais da *práxis* arqueológica, nesses processos de licenciamento ambiental, de grandes empreendimentos econômicos, no âmbito da Arqueologia Preventiva. Considerar as alteridades, particularidades e autonomias dessas populações tradicionais no Alto Sertão é pensar um processo de construção do conhecimento, de forma a contemplar uma construção coletiva de tal conhecimento. Isto só pode ser alcançado a partir de um diálogo reflexivo com essas comunidades locais, bem como com a sociedade em geral. Dado que os arqueólogos não podem ser considerados a única autoridade sobre a materialidade do arqueológico, assim como não podem deter a exclusividade sobre o controle e acesso aos recursos arqueológicos envolvidos nestes processos (Atalay 2012; Bezerra 2013, Ferreira 2008a e 2013; Gnecco et al. 2008; Smith e Waterton 2013).

Caetité, Guanambi e Igaporã, demonstraram o desejo para que os acervos arqueológicos provenientes dessas pesquisas não fossem para outras regiões do Estado da Bahia. Nessa conjuntura teve início o processo de 'construção' do Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), conforme pode ser observado nas informações constatadas nos trabalhos de Alfonso (2012), Cândido e Moraes Wichers (2015), Lima (2017), Moraes (2019) e Silva-Neponoceno (2018). Ainda, tal cenário ainda será tratado no Capítulo 4 deste trabalho.

1.2. Um olhar sobre semiárido

Abordarei neste subcapítulo, as características, processos e dinâmicas ambientais circunscritas à região alvo deste estudo. Acredito ser indispensável trazer tais informações acerca do semiárido, uma vez que o processo de formação da paisagem e a noção de território se dão através da inter-relação dos seus habitantes com os elementos vetores, a exemplo da fauna e flora, tipos de solo, hidrografia, geomorfologia, clima, dentre outros.

Destaco, todavia, que tal caracterização Geoespacial abarca especificamente Caetité, município do Estado da Bahia, distante 645 quilômetros da capital do estado – Salvador e possui uma população de 50.861 habitantes, conforme dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no ano de 2018. Compõe um dos municípios circunscritos à mesorregião do Centro-Sul baiano, assim como faz parte da microrregião de Guanambi. Caetité encontra-se distante cerca de 37 km ao Norte-Leste do município de Guanambi, o maior núcleo urbano da região. Apresenta altitude de 825 metros, tem Latitude: 14° 3' 17"; Sul, Longitude: 42° 28' 28" Oeste.

Hidrografia e Drenagem

De acordo com o IBGE (2018), o município de Caetité é banhado pelas Bacias Hidrográficas dos Rios Paramirim (a Leste do município) e Santo Onofre (a Oeste do município). O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) ¹¹, relata que essas bacias apresentam os seguintes limites geográficos: a Leste, com as Região de Planejamento de Gestão de Águas (RPGA) do Rio de Contas, Rio Paraguaçu e Rio Verde e Jacaré; a Sudoeste, com a RPGA do Rio Carnaíba de Dentro; a Oeste, com a RPGA dos Riachos da Serra Dourada e do Brejo Velho e, ao Norte com a RPGA do Lago do Sobradinho.

Nessa conjuntura, têm-se considerado como os principais rios associados a estas bacias hidrográficas, o Parnamirim e Santo Onofre. Assim como, encontram-se dados dos 17 municípios influenciados pelas mesmas, a saber: Boquira, Botuporã, Caturama, Ibipitanga, Ibitiara, Macaúbas, Morpará, Novo Horizonte, Oliveira dos Brejinhos, Rio do Pires, Tanque Novo, Brotas de

¹¹<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

Macaúbas, Érico Cardoso, Gentio do Ouro, Ibotirama, Xique-Xique, Ipupiara, Paramirim, Paratinga, Abaíra, Boninal, Caetité, Igaporã, Piatã, Riacho de Santana, Rio de Contas e Seabra. Cabe dizer que nos **Mapas 2 e 3**, a seguir, podem ser observados os principais rios e drenagens constados para o município de Caetité, sendo eles: Riacho do Jatobá, Riacho do Tamboril, Córrego dos Veados, Rio Carnaíba de Fora são afluentes da Bacia de Santo Onofre, já o córrego de Salobro, Riacho Fundo, Rio São João compõem a Bacia do Rio Paramirim.

A sua vez, o **Mapa 4**, mais adiante, traz informações acerca das drenagens mais próximas da área de estudo, a comunidade Cristina. Esta cartografia foi elaborada levando em consideração um buffer (área de influência) de 4km de distância ao redor do ponto da Cristina, para demonstrar a ocorrência de locais com recursos hídricos nas proximidades da comunidade.

Desse modo, percebe-se que no interior da poligonal da área de influência estabelecida (buffer de 4km), a presença de cursos d'água intermitentes, como o caso do Riacho do Jambeiro e do Riacho Lagamar, os quais também guardam proximidade com relação ao distrito de Pajeú do Vento.

Mapa 2. Hidrografia da região de Caetité

Mapa 3. Drenagens do município de Caetité.

Mapa 4. Drenagem constatada para o município de Caetité, com relação à proximidade à comunidade de Cristina. Nota-se que o buffer de 4km demonstra a proximidade do Riacho do Jambeiro e do Riacho de Lagamar.

Relevo e declividade do terreno

No tocante aos aspectos que envolvem o relevo e declividade dos terrenos, pode-se aferir que Caetité está localizada na Microrregião da Serra Geral, na área de influência da Chapada Diamantina e das Almas, e em zona de transição entre o planalto e a depressão do São Francisco. Na cartografia temática logo a seguir (**Mapa 5**), é possível identificar, em verde, a área da chapada e seus platôs que ocupam quase toda a área do município de Caetité, bem como áreas montanhosas, morros baixos e planícies fluviais. Já a comunidade Cristina, encontra-se localizada na área de domínios montanhosos, cujos dados expostos no **Mapa 6** indicam que é uma região com declividade entre 25° e 45° de declividade. Tais cartografias, dessa maneira, demonstram que a Cristina está localizada em áreas de maior altitude e íngreme do município, o que me leva ao próximo item da caracterização espacial da região estudada.

Conforme aponta Dourado (2017), as condições de declividade, comprimento de encostas e configuração superficial dos terrenos definem as formas topográficas. A autora relata que as distinções são empregadas, principalmente para prover informações sobre possibilidade do emprego de equipamentos agrícolas, notadamente os mecanizados, e facilitar inferências sobre suscetibilidade à erosão dos vários ambientes. Em conformidade ainda com Dourado (2017), são reconhecidas as seguintes classes de relevo:

- Plano - superfície de topografia lisa ou horizontal, onde os desnivelamentos são muito pequenos, com declividades inferiores a 3%;
- Suave ondulado - superfície de topografia ligeiramente movimentada, constituída por conjunto de pequenas colinas ou outeiros, ou sucessão de pequenos vales pouco encaixados (rasos), configurando pendentes ou encostas com declives entre 3 até 8%;

- Ondulado - superfície de topografia relativamente movimentada, constituída por conjunto de medianas colinas e outeiros, ou por interflúvios de pendentes curtas, formadas por vales encaixados, configurando em todos os casos pendentes ou encostas com declives maiores que 8% até 20%;
- Forte Ondulado - superfície de topografia movimentada, com desníveis fortes, formadas por conjunto de outeiros ou morros, ou por superfície entrecortada por vales profundos, configurando encostas ou pendentes com declives maiores que 20 até 45%;
- Montanhoso - superfície de topografia vigorosa, com predomínio de formas acidentadas, usualmente constituídas por morros, montanhas, maciços montanhosos e alinhamentos montanhosos, apresentando desnivelamentos relativamente grandes e declives fortes ou muito fortes, predominantemente maiores de 45 até 75%;
- Escarpado - áreas com predomínio de formas abruptas, compreendendo superfícies muito íngremes, usualmente ultrapassando 75%, tais como: aparados, itaimbés, frentes de cuevas, falésias e vertentes de declives muito fortes.

De acordo com as informações fornecidas pelo **Mapa 6** e as definições de Dourado (2017), pode-se dizer que a área da comunidade Cristina, por ex., está em área montanhosa com desnivelamentos que variam do fortemente ondulado ao montanhoso, dada a angulação do seu relevo.

Mapa 5. Relevo do município de Caetité. E detalhe da comunidade Cristina em Domínio Montanhoso.

Mapa 6. Mapa de declividade do terreno da região do município de Caetité.

Vegetação e ecossistema

Primeiramente, devo destacar que os dados aqui apresentados, tem como fonte o Projeto RADAM¹², que embora tenha se encerrado em meados dos anos 1985, ainda é fonte para estudos voltados para a vegetação nacional. Para o Radam, o município de Caetité apresenta características do bioma de Cerrado e Caatinga, estando o primeiro presente nas partes altas. Em meio ao as áreas de cerrado, denominado localmente de "Gerais", surgem ilhas de mata com características de floresta estacional (ou mata atlântica de interior), chamadas de "capões".

Por sua vez, os principais problemas ecológicos observados na região são o desmatamento indiscriminado, para a produção de carvão (destinado ao consumo das grandes siderúrgicas de Minas Gerais), bem como para atender ao polo ceramista local.

De acordo com o IBGE, bem como, com o Manual Técnico de Vegetação Brasileira (2017), a vegetação presente na região de Caetité é denominada por Região Florística do Brasil Central, que incluem Savanas, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual (**Mapa 7**).

O referido manual explica que esta região de clima continental apresenta, frequentemente, dois períodos anuais bem-marcados por chuvas e secas, que condicionam três tipos de vegetação, de acordo com a gênese e a fertilidade dos solos, a saber: a savana (cerrado) em terrenos areníticos lixiviados e ricos em alumínio trocável e nos solos de origem ígnea e/ou eruptiva, e logicamente mais férteis (latossolos eutróficos, nitossolos e argissolos), assim como ocorrem os tipos florestais estacionais (semideciduais e deciduais).

¹² O Projeto RADAM (Projeto Radar da Amazônia, após 1975, Projeto Radambrasil), operado entre 1970 e 1985 no âmbito do Ministério das Minas e Energia, foi dedicado à cobertura de diversas regiões do território brasileiro (em especial a Amazônia) por imagens aéreas de radar, captadas por avião. O uso do radar permitiu colher imagens da superfície, sob a densa cobertura de nuvens e florestas. Com base na interpretação dessas imagens, foi realizado um amplo estudo integrado do meio físico e biótico das regiões abrangidas pelo projeto, que inclui textos analíticos e mapas temáticos sobre geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra e capacidade de uso dos recursos naturais renováveis, que até hoje é utilizado como referência nas propostas de zoneamento ecológico da Amazônia brasileira. Em 1985, a equipe que realizou este levantamento e todo o acervo técnico foram incorporados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Vilas Boas 1998-2012)

Mapa 7. Mapa de vegetação do Município de Caetité.

O manual também esclarece que estes tipos vegetacionais são provenientes da região amazônica, com espécies que se expandiram através da rede hidrográfica, além de indicar que a Savana (Cerrado) seria adaptada à região através dos tempos aos Latossolos alumínicos e mesmo aos Neossolos Quartzarênicos, pela intensa lixiviação dos solos areníticos.

Clima

Médias térmicas

Caetité possui clima ameno, apesar de situado no semiárido baiano. Os períodos de maior insolação são entre maio e setembro, quando o município se encontra na estação seca, e sua temperatura média compensada anual é de 22,1 °C (média máxima de 27,6 °C e mínima de 17,5 °C), segundo dados da estação convencional do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)¹³. Nos **Mapas 8 e 9** é observada a diferenciação entre as regiões que apresentam médias tidas como quentes (superiores aos 18°C em todos os meses) e áreas com médias térmicas entre 15° e 18° em pelo menos um mês ao longo do ano.

Umidade

De acordo com as informações de Weather Spar¹⁴, o nível de conforto de umidade é conhecido como ponto de orvalho, dado que é a partir dele que se determina transpiração da pele e, conseqüentemente, resfrio do corpo humano. Dessa forma, pontos de orvalho mais baixos provocam uma sensação de mais secura, enquanto pontos de orvalho mais altos, provocam sensação de maior umidade. Diferente da temperatura, que em geral varia significativamente do dia para a noite, o ponto de orvalho tende a mudar mais lentamente. Assim, enquanto a temperatura pode cair à noite, um dia abafado normalmente é seguido por uma noite abafada. No caso de Caetité, nota-se uma variação sazonal significativa na sensação de umidade.

¹³ BDMEP - série histórica - dados diários - temperatura mínima (°C) - Caetité. Instituto Nacional de Meteorologia. www.inmet.gov.br. Acesso em 28 de janeiro de 2019.

¹⁴ <https://pt.weatherspark.com/> Acesso em 28 de janeiro de 2019.

Mapa 8. Mapa climático do município de Caetité que demonstra as médias térmicas regionais.

Mapa 9. Mapa climático do município de Caetité que demonstra a variação da umidade na região.

Em geral, o período mais abafado do ano dura 6,3 meses, de 23 de outubro a 1 de maio, no qual o nível de conforto é abafado, opressivo ou extremamente úmido pelo menos em 11% do tempo. O dia mais abafado do ano pode ser observado, em geral, a partir de 10 de dezembro, com condições abafadas durante 44% do tempo. O dia menos abafado do ano normalmente é tido no mês de julho, quando condições abafadas são praticamente inexistentes. Na cartografia temática acima, pode ser observada a variação da umidade para a região de Caetité, em que o município é dividido entre o semiárido (na localidade da comunidade Cristina), e o semiúmido, principalmente nas áreas mais elevadas do município.

Desertificação

De acordo com Dourado (2017), o termo desertificação foi adotado pela primeira vez pelo francês Andre Aubreville, no ano de 1949, em sua publicação — *Climats, Forests et Desertification de l'Afrique Tropicale* (Aubreville 1949), quando retratou a substituição de florestas tropicais por subtropicais por savanas. Dourado (2017) relata que o termo ficou conhecido internacionalmente após a grande seca que atingiu a região de Shael nos anos de 1967 e 1976. A partir daí houve conferências, simpósios, seminários que se ocuparam da questão amplificada em pautas políticas e científicas nacionais e internacionais. Para a autora, os embates a respeito da seca com a ação humana e os processos de desertificação tiveram início a partir dos anos de 1970, após a Conferência sobre o Meio Ambiente, Escotolmo – 1972; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) ou United Nations Environmental Program (UNEP) de 1977 e também, a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Desertificação ocorrida em Nairobi – Quênia, 1977. A autora afirma que esta última Conferência que tinha como temática principal a desertificação, foi considerada o marco dos estudos neste quesito. A partir desta conferência, ficou definido que a desertificação é uma sequência de modificações degradativas do solo, vegetação e do regime hídrico, conduzindo à deterioração biológica dos ecossistemas, levando-os a feições semelhantes ao deserto, em consequência das variações climáticas e atividades antrópicas conjuntas ou separadas (CGEE 2016).

Dourado (2017) afirma ainda que apenas em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92 ou Eco-92, foi quando houve uma Convenção para o termo da desertificação, como sendo: “degradação da terra em regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de diversos fatores, inclusive de variação climática e de atividades humanas” (ONU 1997; Brasil 2004). Contudo, Dourado (2017) afirma que no Brasil, os primeiros trabalhos relacionados à desertificação surgem no final dos anos 1970, porém apenas em 2004 é que o estado brasileiro aprovou o Programa de Ação de Combate À desertificação (PAN), a partir dos pressupostos da Convenção das Nações Unidas de Combate à desertificação.

O Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE, 2016) aponta a Bahia, inclusive, como a área com a maior área sujeita à desertificação, resultado do acúmulo de um contexto climático severo, condicionado ao uso inadequado de terras pelas populações que lá habitam. No mapa apresentado a seguir, é possível identificar áreas em que a desertificação é amplamente reconhecida dentro dos padrões citados acima. Todavia, a Convenção das Nações Unidas em Combate à Desertificação não definiu uma escala espacial e/ou temporal para compreender a desertificação de forma que exista uma escala comparativa.

Autores como Matallo Jr. (2001), Sampaio, Araújo e Sampaio (2005) e Dourado (2017) afirmam que a inexistência de um método indicador para todo o mundo torna difícil avaliar a observação e o conhecimento acerca dos processos de desertificação pelo mundo. Apesar disso, autores como Marengo e Soares (2005); Marengo e Valverde (2007); Tomasella *et al.* (2009); Nóbrega *et al.* (2011), projetam que as mudanças climáticas no Brasil, causadas pelas alterações planetárias e principalmente a alteração na distribuição dos volumes de chuvas nas últimas décadas, acentuou a expansão de áreas suscetíveis à desertificação.

Mapa 10. Mapa que demonstra a desertificação na região de Caetité.

Geomorfologia

No que se refere aos aspectos geomorfológicos, as informações disponíveis na base de dados do Serviço Geológico do Brasil, CPMR (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) ligado ao Ministério de Minas e Energia, não são claras para grande parcela do município de Caetité. Ainda assim, observa-se uma preponderância de rochas ígneas, metamórficas e materiais de superfícies não especificados.

Com relação a litologia propriamente dita, os dados disponíveis pela CPMR colocam que a região de Caetité, faz parte do Complexo Santa Izabel, com predomínio de rochas metamórficas, com domínios dos complexos granito-gnaiss-migmatíticos e granulitos, com texturas predominantemente argilo-siltítico-arenoso, isto é, rochas do tipo Ortognaisses e que se diferenciam em Kinzigito, Formação ferrífera bandada, Metaperidotito, Metanorito, Metadiorito (**Mapa 11**).

Seja como for, cabe dizer que a litologia é a ciência que faz o estudo das rochas com base em características como a cor, composição mineralógica e a sua granulometria, conforme demonstra os **Mapas 12 e 13**, os quais apresentam em dois formatos a litologia constatada para a região.

Mapa 11. Mapa geomorfológico da região de Caetité, com suas classes de rochas.

Mapa 12. Mapa litológico da região de Caetité.

Mapa 13. Mapa litológico da região de Caetité.

Solos

De acordo com Dourado (2017), a região do semiárido do Estado da Bahia apresenta solos que são o resultado da ação combinada do material de origem, do clima, do relevo, da ação dos organismos e do tempo, bem como dos seus processos de formação. Para Santos *et al.* (2013), os processos de formação promovem a distinção de horizontes pedogenéticos que se destacam entre si e em relação ao material de origem (rochas ou sedimentos). De modo igual, Sá *et al.* (2015) indicam que nestas áreas secas como a semiárida, a geologia (litologia) assume destaque no conjunto de características e propriedades dos solos. Por sua vez, Dourado (2017) entende que as principais características relativas aos solos dessa região, refere-se ao desenvolvidos de rochas cristalinas, o que sugere uma correlação com o material de origem da rocha e a influência do relevo.

Ainda em conformidade com Dourado (2017), bem como demais autores, os solos predominantes no estado da Bahia são os Latossolos, Cambissolos, Argissolos, Neossolos, Luvissolos, Cambissolos, Chernossolos, Espodossolos, Gleissolos, Organossolos, Planossolos e os Vertissolos (SANTOS *et al.*, 2013).

Dessa forma, consta para o município de Caetité, os seguintes tipos de solos:

Argissolo

Santos *et al.* (2013) explica que são solos medianamente profundos a profundos; moderadamente drenados; tendo horizonte B textural com textura média a argilosa, de cores vermelhas a amarelas, abaixo de um horizonte A ou E, de cores mais claras e textura arenosa ou média, com baixos teores de matéria orgânica. Apresentam perfis bem diferenciados, com sequência de horizontes A, Bt e C. A transição entre os horizontes A e Bt é clara, abrupta ou gradual.

Mapa 14. Mapa de solos do município de Caetité.

Apresentam argila de atividade baixa e saturação por bases variável. São moderados a fortemente ácidos, de baixa fertilidade natural e a transição do horizonte A para o Bt ocorre desde gradual até abrupta. Estes solos apresentam horizonte A moderado, fraco ou proeminente e geralmente textura média no horizonte A e argilosa no Bt. A maioria dos solos desta classe apresenta um evidente incremento no teor de argila, com ou sem decréscimo, do horizonte B para baixo no perfil. Apresentam significativa diferença textural entre o horizonte A e o Bt e são de fertilidade natural média, com saturação por bases variando em torno de 80%. Em relação ao tipo de horizonte A, o mais comum é o moderado, mas também ocorrem, em menor frequência, os tipos fracos, proeminentes e chernozêmico. Esta classe compreende solos distróficos e eutróficos.

Para Santos *et al.* (2013), esses solos se desenvolvem a partir de diversos materiais de origem, em áreas de relevo plano a montanhoso. Estes solos possuem potencial agrícola quando devidamente utilizados, isto é, há necessidade de se aplicarem práticas de conservação de solos em áreas de relevo acidentado, adição de adubos para balanceamento dos nutrientes e práticas de irrigação com adoção de manejo adequado, onde ocorre falta de água (Santos *et al.* 2013).

Cambissolo

Santos, *et al.* (2013) relatam que são solos que apresentam horizontes pouco evoluídos, possuindo uma drenagem que varia de fortemente até imperfeitamente. São medianamente profundos a rasos, com exceção dos latossólicos, que são profundos, de moderadamente a bem drenados, praticamente neutros e de baixa relação textural, de cor bruna ou bruno-amarelada, de alta a baixa saturação por bases e atividade química da fração coloidal. Os autores afirmam que este tipo de solo pode possuir quantidade de minerais primários, facilmente decomponíveis superiores a 4% e geralmente fragmentos de rochas na massa do solo, relação silte/argila normalmente maior que 0,8%. O horizonte B incipiente tem textura franco-arenosa ou mais argilosa e o solum, geralmente, apresenta teores uniformes de argila, podendo ocorrer ligeiro decréscimo ou um pequeno incremento de argila do horizonte A para o

Bi. A estrutura do horizonte Bi pode ser em blocos, granular ou prismática, havendo casos, também, de solos com ausência de agregados, com grãos simples ou maciços (Santos *et al.* 2013).

Latossolo

Sá, *et al* (2015) relatam que são solos que apresentam boa permeabilidade, profundidade superior a 1,50 m, boa drenagem, porosos e muito porosos, sendo assim classificados como potencialmente irrigáveis. Possuem boas condições físicas para desenvolvimento das plantas e em sua grande maioria estão localizados em relevo plano, propiciando a mecanização, portanto, se prestando para o uso na agricultura, e quando em presença de água pode permitir a utilização da irrigação. Quanto às propriedades químicas, apresentam limitações, pois sua saturação por bases é baixa e a saturação com alumínio é alta e a capacidade de retenção de nutrientes é baixa, requerendo para sua utilização com agricultura a adição de corretivos e adubos. Possui horizonte superficial pouco espesso e com baixos teores de matéria orgânica.

Os Latossolos Amarelos e Vermelho-Amarelos apresentam textura predominantemente média a argilosa e uniforme ao longo do perfil e possuem baixa capacidade de troca de cátions. São, predominantemente, ácidos e quimicamente pobres. Por apresentar grande profundidade efetiva, com boa retenção e disponibilidade de água e relevo plano ou suave em que ocorrem, podem ser considerados de baixo risco de desertificação (Sá *et al.*, 2015).

Neossolo

Os neossolos litólicos geralmente são de textura arenosa e/ou média, pedregosos e/ou rochosos, muito suscetíveis à erosão, moderada a acentuadamente drenados, e ocorrem em relevo plano até montanhoso (Lima *et al.* 2002). Quanto ao tipo de horizonte A, ocorre predominantemente A fraco e, em menor proporção, A moderado. Esta classe compreende solos álicos, distróficos e eutróficos (Santos *et al.* 2013). A pouca utilização agrícola destes solos decorre de vários fatores restritivos, como a baixa precipitação, pedregosidade, rochosidade, pequena profundidade, suscetibilidade à erosão e relevo frequentemente bem movimentado.

Os neossolos regolíticos integram solos moderadamente profundos a profundos, pouco desenvolvidos, arenosos e não hidromórficos. Apresentam sequência de horizontes A e C, normalmente com fragipan em alguma parte do horizonte C. A drenagem desses solos varia em função da profundidade do fragipan e da rocha.

Planossolo

Tem como característica a mudança textural abrupta do horizonte A para o Bt e normalmente com argila de atividade alta. Apresentam sequência de horizontes A, Bt e C, são pouco profundos ou rasos, imperfeitamente drenados, moderadamente ácidos e praticamente neutros. São solos muito suscetíveis à erosão com problema de encharcamento durante o período chuvoso em virtude da baixa permeabilidade do horizonte Bt. Consequentemente, ocorrem mosqueados e/ou cores de redução no topo do horizonte Bt. Apresentam erosões laminares ligeiras e moderadas, podendo-se verificar sulcos em certas áreas. Nas regiões mais secas estes solos são mais utilizados para a pecuária com a criação extensiva de caprinos, ovinos e, em menor proporção, bovinos e, nas áreas menos secas, a criação extensiva de bovinos de corte e leite. Existem várias limitações ao uso agrícola, sendo a principal a deficiência de água. Esses solos não são recomendados para o uso com a agricultura, sendo, porém indicados para o aproveitamento com pastagens.

Nesse sentido, observando o **Mapa 14** exposto anteriormente, nota-se que a comunidade Cristina, por exemplo, está localizada na região de Cambissolo.

Interesse mineralógicos

Urânio

Em Caetité está localizada a única mina de urânio em produção no Brasil, uma unidade de mineração e beneficiamento de urânio que é explorada pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil S.A., empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia (Governo 2019-2022 – Presidente Jair M. Bolsonaro). Considerada como uma província uranífera, com reservas de 100.000 toneladas do minério (suficiente para abastecer todas as centrais nucleares do país - existentes e programadas - por toda sua vida útil), a mina de Caetité tem capacidade para a produção de 400 toneladas de concentrado de urânio/ano segundo informações do próprio Ministério¹⁶. Tanto que no primeiro semestre de 2011, a energia nuclear foi a segunda fonte de geração de eletricidade no país. Na unidade Indústrias Nucleares do Brasil - Caetité, trabalham cerca de 600 pessoas, 80% das quais são naturais da região e esta atividade representa uma média de uma média de 1. 034, 000 reais por mês referente a impostos, salários, serviços sociais e aquisição de bens e serviços. No **Mapa 15**, a seguir, ilustra as áreas de interesses mineiras na região Leste e Sul do município.

Manganês

Além das minas de Urânio, segundo Borges (2012), Caetité é polo extrator de manganês, sendo a Mina Lagoa D'anta a principal da região. Da mesma maneira, a cartografia temática abaixo, demonstra as áreas de extração, as quais guardam proximidade ao distrito de Brejinho das Ametistas (mundialmente conhecido também pela extração e exploração do quartzo de ametista), assim como outras localidades municipais, como Campinas e Açoita-cavalos.

¹⁶ <http://www.inb.gov.br>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

Mapa 15. Mapa de zonas de interesse mineral para o município de Caetité.

CAPÍTULO 2

“HISTÓRIA DE VIDA DE UM TERRITÓRIO” – ALTO SERTÃO BAIANO

2.1. Processo de reformulação dos territórios e a formação histórica das comunidades rurais no Alto Sertão da Bahia

Para compreender os processos que culminaram na reformulação dos territórios indígenas, bem como aqueles atrelados à formação histórica das comunidades rurais no Alto Sertão baiano, mais precisamente das comunidades localizadas no município de Caetité, torna-se necessário considerar uma questão latente acerca da produção do conhecimento acadêmico devotado a entender tais populações que ocuparam e ocupam estes territórios.

O contato com a literatura que trata dessa temática mostra um expressivo número de trabalhos provenientes da historiografia baiana (Aguiar 2011; Guimarães 2012; Ivo 2009; Mattoso 1974 e 1992; Lima 2017; Neves 1997, 1998, 2000; 2003, 2005, 2008 e 2010; Nogueira 2011; Oliveira e Ivo 2013; Pires 2003, 2006, 2009 e 2014; Sacramento 2012; Santana 2012; Santos 1997; Santos 2001 e 2004; Santos 2010; Santos 2011; dentre outros), em detrimento a uma amostra reduzida de pesquisas atreladas a outras áreas das ciências humanas e sociais, como a Museologia e a Antropologia (Cândido e Moraes Wichers 2015; Lima 2017; Moraes 2019; Silva-Neponoceno 2018; Vieira 2015a e 2015b) e, sobretudo, no tocante a estudos sob o crivo da arqueologia acadêmica (Etchevarne 2007; Beltrão 2007; Silva 2003), bem como de trabalhos acadêmicos oriundos de experiências junto à arqueologia preventiva (Alfonso 2012; Silva-Santana *et al* 2010; Silva-Santana *et al* 2017; Silva-Santana 2013; Vieira 2017).

Assim, um dos aportes para essa proposta de contextualização são as narrativas produzidas pela historiografia baiana sobre o Alto Sertão, à medida que muitos desses pesquisadores, embora devotados em seus estudos a temáticas específicas e a partir de abordagens historiográficas distintas, dedicam suas pesquisas a entender em especial este contexto histórico há mais de duas décadas, como os historiadores Erivaldo Fagundes Neves e Maria de Fátima Novaes Pires.

Outro aporte para minha discussão, encontra-se pautado nas narrativas de viajantes que passaram pelas terras atualmente consideradas político e administrativamente como pertencentes ao município de Caetité, a exemplo do ‘explorador’ Joaquim Quaresma Delgado, nas primeiras décadas do século XVIII, os naturalistas bávaros Spix e Martius, nas primeiras décadas do século XIX, e por fim, o engenheiro baiano Teodoro Sampaio, na transição do século XIX para o século XX.

Esse diálogo com as fontes e pesquisas históricas é frutífero e relevante, sob a ótica da abordagem teórico-metodológica que optei seguir, já que entendo a arqueologia também como o estudo das sociedades vivas e de suas materialidades, por meio das mais diversas práticas e fontes de pesquisa (González-Ruibal 2006 e 2008; Hamilakis 2011; Silva 2009; Souza 2014 e 2017).

De modo igual, entendo que toda e qualquer forma de percepção derivada das experiências humanas empregadas para a produção do conhecimento (a exemplo dos relatos orais e escritos, cartografias históricas e as próprias produções acadêmicas) são construções, interpretações, assim como frutos de determinados discursos e visões de mundo baseadas nas vivências de quem as produziu (Bender 1999; Foucault 1971; Hodder 2003; Le Goff 1978; Oliver 2011).

No que se refere ainda aos caminhos para a pesquisa no campo da Arqueologia, concordo também com as proposições de María Nieves Zedeño (2008), sobre as potencialidades de estudos dedicados em compreender a paisagem para tecer reflexões acerca de um determinado território. Dado que a paisagem possui a capacidade de congregar o presente e o passado da “*história de vida de um território*”, e que não se pode apreendê-la totalmente sem a existência de uma referência explícita a este último (Zedeño 2008).

Dessa forma, a busca pela compreensão de um determinado território encontra-se intrinsicamente ligada às maneiras pelas quais os seres humanos socialmente construíram paisagens como espaços ricos em significados e experiências. Assim, podemos entender os territórios humanos e as paisagens junto às quais os mais variados grupos humanos vivenciaram suas práticas e experiências, desde os tempos pré-coloniais até os dias atuais no Alto Sertão.

Figura 2. Representação da espacialidade correspondente ao Alto Sertão da Bahia, com indicação para a localização do município de Caetité, sendo as demais localidades assinaladas por círculos em cinza. (Ilustração de Ricardo Sanzi adaptada de Neves 2005).

A historiografia baiana apresenta distintas conceituações sobre essa região, mas tomarei como definição, a princípio, aquela proposta pelo historiador Erivaldo Fagundes Neves (2005), que entende Alto Sertão da Bahia como sendo o:

(...) espaço construído pela população, consciente da identidade socioambiental, desenvolvida com vínculos de parentesco e de vizinhança, práticas comuns de folgedos, religião, tradições, representação política, atividades econômicas, enfim, usos e costumes, na convicção de conterraneidade e no sentimento de integração naquele sertão. Todos esses sentimentos, sensações e afinidades, além de se desenvolverem num espaço geográfico específico, constituem práticas sociais, políticas, econômicas e culturais de uma comunidade, aglutinada num determinado contexto, a partir de certo tempo – a transição para o século XVIII, quando se iniciou a ocupação econômica regional –, transmitidas por sucessivas gerações, como sua memória, forjando suas representações e preservando seu patrimônio histórico-cultural (Neves 2005:18).

O que se sabe sobre esta porção específica da Bahia é que no final do século XVII, teve início seu processo de colonização e reformulação dos territórios, a partir das incursões realizadas pelo mestre de campo Antônio Guedes de Brito que na maioria das vezes, *conquistou à bala* suas terras, adentrando violentamente em territórios indígenas (Anjos 2009; Estrela 2003; Ivo 2009; Lima 2017; Neves 1996, 1999 e 2003; Nogueira 2011; Oliveira e Ivo 2013; Pires 2003; Santana 2012; Santos 2010; Santos 2011; Santos 2014).

Considerado um dos maiores latifundiários do Brasil Império, Antônio Guedes de Brito (Morgado da Casa da Ponte), teve posteriormente em Joana da Silva Guedes de Brito sua única herdeira. Dessa forma, a figura de Joana é citada regularmente em inventários, como proprietária de muitas das fazendas existentes no Alto Sertão na primeira metade do século XVIII. Sabe-se ainda que um dos responsáveis por administrar suas fazendas, no decorrer da segunda metade do século XVIII, o português Antônio Xavier de Carvalho Cotrim, residia não muito distante da comunidade Cristina, por ex., na localidade ainda hoje conhecida como Brejo dos Padres (Neves 2003 e 2011b).

A região abarcada por essa pesquisa encontra-se circunscrita atualmente às terras dessas antigas fazendas, a exemplo da Fazenda Lagoa, Fazenda Hospício, Fazenda Umbuzeiro, Fazenda Jardim, Fazenda Brejo e Fazenda Canabrava. Algumas destas fazendas, direta ou indiretamente, abarcavam parcelas e/ou a totalidade dos atuais territórios das comunidades do Paraguai, Serra das Tabocas (Taboca), Cipoal, Hospício, Gameleira, Morro da Gameleira, Gameleira de Fora, Mané Braz, Barriguda, Aguani (localidade conhecida anteriormente como Criminoso), Lagoa das Beradas, Cristina (comunidade tida quilombola, mas não reconhecida), Olho D'Água

(comunidade quilombola reconhecida) , Lagoa do Fundo, Jurema, Sucesso, Lagoa das Vacas, Gurunga (comunidade quilombola reconhecida), além do distrito de Aroeiras, localizados hoje, nos territórios políticos administrativos dos municípios de Caetité e Igaporã.

Estes latifúndios foram alvo de estudo na tese de doutoramento do historiador Erivaldo Fagundes Neves (2003). Dentre tantas informações pesquisadas pelo autor, constam alguns dados relevantes acerca desses latifúndios baseados na pecuária com mão-de-obra escrava e na policultura a partir do início do século XVIII. Posso citar, como exemplo, a Fazenda Hospício, propriedade que abrangia provavelmente as terras entendidas atualmente como território da comunidade Cristina. Quando o autor trata da Fazenda Caldeirão, ao longo das primeiras décadas do século XIX, hoje em território político administrativo de Igaporã, traz uma documentação que coloca como primeira descrição do latifúndio, justamente uma menção à Fazenda Hospício – *“porções de terras na fazenda Hospício”* – sugerindo a possibilidade de existirem faixas de terras consideradas comuns entre Hospício e Caldeirão, ou que originalmente tais terras eram pertencentes a Fazenda Hospício (Neves 2003:317).

Isto significa que como a Hospício é tida enquanto uma fazenda do início do século XVIII, portanto, mais antiga de que a Caldeirão, esta narrativa contida na documentação histórica corrobora para a ideia de que as terras circunscritas à comunidade Cristina eram mesmo pertencentes à Fazenda Hospício. Um dos casos evidenciados por Neves (2003), com relação ao processo de reformulação dos territórios e a formação das comunidades tradicionais está possivelmente relacionado a antepassados de uma família da comunidade Cristina. Constam documentos datados de 1904 referentes a uma Ação Civil de Divisão e Demarcação por parte do Capitão Deraldo Pereira contra o pedido requerido por Inácia Maria de Jesus e Honorina Maria de Jesus¹⁷, ditas como agregadas e moradoras do terreno outrora conformado por terras da Fazenda Hospício há pelo menos 60 anos (Neves 2003:362).

¹⁷ No decorrer de uma das etapas de campo etnográfico junto à comunidade Cristina, foram mapeadas pessoas com laços de parentesco com a família Maria de Jesus, a exemplo de Clemência Maria de Jesus e Judite Maria de Jesus, tidas como as antigas moradoras da habitação outrora existente na área do sítio arqueológico Alagadiço, o qual será tratado de

2.1.1. Os Relatos dos Viajantes e Naturalistas

Os viajantes que passaram pelo Alto Sertão em diferentes épocas, a exemplo de Joaquim Quaresma Delgado, os naturalistas bávaros Spix e Martius e o engenheiro baiano Theodoro Sampaio, também contribuíram com informações de cunho cartográfico, histórico e etnográfico acerca das populações e paisagens observadas na região (Neves e Miguel 2007; Santos 2013).

A título de ilustração, Joaquim Quaresma Delgado em sua passagem pelos sertões mineiro e baiano entre os anos de 1731-1734, realizou um breve mapeamento dos povoados e fazendas avistadas pelo caminho, entre elas, algumas das fazendas nesta região. Seus relatos mencionam latifúndios como a Fazenda Jardim, Canabrava, Umbuzeiro, Lagoa, Brejo e Fazenda Hospício presentes próximas à comunidade Cristina, sendo que algumas dessas fazendas, ao que tudo indica, foram implantadas em fins do século XVII.

Imagem 1. Capela de São Sebastião, construída ao que tudo indica no século XIX, localizada próxima aos remanescentes da antiga sede da Fazenda Hospício. Foi tombada a nível estadual pelo IPAC-BA em 1981, devido a sua relevância arquitetônica, histórica e cultural. (Foto: Juliana Freitas).

forma detalhada no Capítulo 3 desta Dissertação. Convém apontar ainda, que, na comunidade quilombola Olho D'Água também existem pessoas ligadas à família Maria de Jesus.

Imagem 2. Vista do montículo associado à antiga edificação da casa sede da **Fazenda Hospício**, mapeada por Quaresma Delgado. É possível averiguar na superfície do terreno, a presença de louças, cerâmicas, materiais metálicos e vítreos. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 3. Vista dos remanescentes construtivos presentes no sítio arqueológico Casarão do Brejo, localizado entre o distrito de Pajeú do Vento e a cidade de Guanambi. Local que abrigava possivelmente a sede da **Fazenda Brejo** mapeada por Quaresma Delgado no início do século XVIII. Nota-se entre os vestígios das antigas paredes construídas com blocos rochosos e seixos, a presença de árvores de grande porte. No local, observam-se ainda materiais arqueológicos como fragmentos de louças e vidros, além de elementos numismáticos que remetem ao século XVIII. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Quaresma Delgado foi o 'sertanista' enviado pelo vice-rei do então Brasil colônia, o conde de Sabugosa, para percorrer e relatar sobre os territórios do interior da Bahia e de Minas Gerais (Neves e Miguel 2007). Conforme aponta o historiador Márcio Roberto Alves dos Santos (2008), Quaresma Delgado através de seu trabalho pautado em *relatos de reconhecimento*, estruturava uma base para produção de uma cartografia com "*elementos constituintes mutuamente complementares de uma abordagem técnica, cujo propósito central é traduzir, numa linguagem controlada, as paisagens naturais e humanas observadas pelo explorador*" (Santos 2008:689). Entretanto, quais 'paisagens humanas' eram de interesse para Quaresma Delgado?

O que se nota em suas narrativas, são informações semelhantes àquelas coletadas por recenseamentos que captam dados visivelmente quantitativos sobre o território. Seus relatos são pautados em palavras que trazem dados 'precisos' e em consonância com a meta que buscava: menciona os nomes das propriedades e a relação de proximidade entre as mesmas, descreve a vegetação e a topografia dos locais, condições das estradas, presença ou a falta de recursos hídricos, além de fazer referência a quem eram pertencentes. Não obstante, em tais informações transparece a existência, mas também a ausência de algumas 'paisagens humanas' importantes e que retratam a complexidade do quadro social da época.

Do Jardim a faz.da da Lagoa, q' he de Andre Pacheco Pim.ta, e cria gado vacuum, há de estrada duas e meia legoa, e de distancia duas legoas, bom cam. O de varjas, alqua catinga. Aqui vay a estrada p.a o Tucano, q' vay sahir na estrada, q' vem das Minas novas, donde chamaõ o Saco do mel. Etc. Da faz.da da Lagoa a faz.da do Hospício, q' he de D. Joanna, há de estrada legoa e de dist.a e bom cam.0 , cria gado vacuum. Etc. Do Hospício ao brejo das Carnahibas do M.e de Campo Pedro Leolino Maris, aonde há roçaria, e engenho de cana, há de estrada duas legoas e e de dist.a duas ; hua legoa de bom cam.º, e passase o Rio das Rans, a outra legoa e cam.º de ladeyras, e a altima a descer p." o Rio, que se torna a passar, he bem alta, mas de terra vay o Rio aqui entre dous cordoes de Serra, como se vê. Etc.

Daqui do brejo d.º virey p.a atras a buscar outra vez a fazenda do Hospício, e delia seguy o cam. que vay sahir na estrada da B.a meya

*legoa boa p.a a parte do Norte das Barrocas, cam. em partes fragozo. Etc. Naõ falta agoa no d. cam.*¹⁸.

Figura 3. Detalhe do mapa elaborado a partir do “Roteiro de Quaresma de 1731/1734”, com a representação gráfica do Alto Sertão baiano na transição do século XVIII ao XIX (indicação para a localização das fazendas citadas no quadro em vermelho). Fonte: Neves 2008.

Ao ler os seus relatos, para mim se faz latente a falta de ‘paisagens humanas’ relacionadas a supostas áreas ocupadas por populações indígenas ou locais apreendidos como possíveis quilombos nesses sertões, já que em nenhum momento essas populações são mencionadas em seus relatos. Tal quadro me leva a considerar também, duas possibilidades que estão intrinsecamente ligadas – a primeira é que a ausência demonstra que suas narrativas versam sobre o Alto Sertão a partir da ótica colonizadora (Oliver 2011), e a segunda é que – não se pode descartar a possibilidade de que tanto as populações indígenas como as populações dos quilombos, diante dos processos de violência, conflito e resistência, preferiam ocupar locais de difícil acesso e ao mesmo tempo estratégico, longe dos olhos de todos (Anjos 2009).

¹⁸ Trecho dos relatos de Joaquim Quaresma Delgado presente na página 142, constado entre os documentos publicados no “Derrota das cabiceyras do rio Verde athe a sua barra, e dahi ao arrayal dos Morrinhos, e delle correndo o rio de S. Francisco athe a barra do rio Paramerim assimathe a fazenda do Riexo de S.ta Appollonia, e da d.a fazenda corr.do a p.to direyta a oeste a buscar a serra, e por ella assimathe o brejo das carnahubas, e deste a sahir na estrada da B.” na fazenda das Barrocas” — (sem assignatura e sem data, mas deve ser também de 1734, pois é simples continuação do documento anterior, referindo-se a vários bandeirantes paulistas). Quaresma Delgado Relato de reconhecimento 1734 Arquivo Público do Estado de São Paulo. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990. v. XLVIII. p. 129-143.

Seja como for, as informações observadas em seus relatos, a exemplo dos traçados e indicações dos cursos d'água das localidades por quais passou, permitem mapear localizações plausíveis para tais latifúndios atualmente (Neves e Miguel 2007).

Outro olhar sobre o Alto Sertão, consta nas narrativas dos naturalistas Spix e Martius com base em suas vivências no Brasil, os quais passaram por Caetité no começo do século XIX. Esta passagem por Caetité foi descrita na obra de Spix na parte que narra a “*Viagem de Malhada, pelo interior da província da Bahia, para sua capital, Bahia de Todos os Santos*” (Spix e Martius 1781-1826/1981:121). O interessante nas narrativas de Spix são as percepções exteriorizadas por ele sobre os lugares que passaram. Em um dado momento de sua narrativa é perceptível como se dá o contato com o Alto Sertão, quando Spix menciona o fato de que – *Achamo-nos agora no sertão, como denominam os mineiros a vastidão deserta, na sua linguagem usual* (Spix e Martius 1781-1826/1981:75).

Em outro momento, Spix reflete sobre a paisagem sertaneja vivenciada por eles, e que segundo sua percepção, vê na caatinga o *sopro da morte*, assim como sobre a *solidão deserta* que sente ao experienciar tal paisagem. Quanto aos habitantes das terras sertanejas, Spix os descreve como de *cor amarelenta*, além de denominá-los como *habitantes dessas regiões tristes*. Traz também informações importantes sobre usos dos recursos hídricos pelas populações sertanejas, como o uso da água presente em poças e cavidades rochosas, tida por ele como uma *água amarga, enjoativa e viscosa* (Spix e Martius 1781-1826/1981:75). Práticas ainda hoje utilizadas como forma de manejo dos recursos hídricos por parte das comunidades rurais, as quais lhe dão denominações como ‘cacimba’ e ‘caldeirão’ (ver **Imagens 4 e 5** adiante).

As percepções de Spix e Martius sobre a paisagem sertaneja foram influenciadas em demasiado pelo fenômeno das secas, que afligiram o Alto Sertão entre os anos de 1818 e 1819, justamente durante o período da travessia dos naturalistas. Seja como for, existem menções de secas históricas nos sertões da Bahia desde o século XVII, contudo, os piores períodos de estiagem foram justamente ao longo do século XIX e início do século XX.

Imagem 4. Ações de documentação junto a um 'caldeirão' localizado nas proximidades da comunidade Cristina. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 5. Vista de cacimba em época das chuvas, localizada na comunidade Lagoa do Fundo. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Este quadro resultou em um grande número de mortos e de flagelados, plantações danificadas, mortandade do gado e outros animais. Por esse motivo, os viajantes em alguns pontos do trajeto sentem as mazelas da seca, e são obrigados a ingerir águas das cacimbas e caldeirões pelo caminho, estruturas de manejo consideradas como o último recurso das populações assoladas pelos contínuos períodos de estiagem (Campos 2014; Gonçalves 2000).

Tal como Joaquim Quaresma Delgado, Spix e Martius em seu trajeto passam pela fazenda Hospício no caminho da fazenda Malhada para Caetité. De acordo com a narrativa de Spix - *a cada passo que dávamos, da vargem em forma de bacia, revestida de verde viçoso, perto de Hospício, subindo montanha acima* (Spix e Martius 1781-1826/1981:101-122).

Assim, se pegarmos as possibilidades topográficas favoráveis para transpor tal patamar da Serra Geral (ou 'Gerais' como chamam seus habitantes), e que culminam em uma passagem pela fazenda Hospício, o único ponto de subida é uma feição de drenagem próxima à comunidade Cristina, e o caminho atualmente utilizado para acessar o distrito de Pajeú do Vento. Este relato demonstra a existência de caminhos antigos, relacionados ao período da colonização deste território, e que guardavam notória proximidade às terras ocupadas pelos antepassados das pessoas da comunidade Cristina.

Em resumo, nota-se no discurso de Spix certo alívio ao avistar Caetité, dado que esta paisagem vivenciada por eles exigia muito daqueles que transitavam pelo Alto Sertão, ao comentar que quando - *aparece, finalmente, num vale cercado de morros, o casario bem caído da Vila de Caetité, oferecendo aos viajantes cansados um teto hospitaleiro*. Não por acaso, Spix consideraria Caetité como um dos lugares mais ricos dos sertões da Bahia (SPIX & MARTIUS, 1781-1826/1981:101-122).

Figura 4. Indicação para o possível local descrito por Spix e Martius em parte de seu trajeto da fazenda Malhada para Caetité no início do século XIX. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth 2018).

Figura 5. Detalhe da feição da drenagem utilizada como o caminho descrito por Spix e Martius em parte de seu trajeto da fazenda Malhada para Caetité no início do século XIX. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth 2018).

Essa percepção de Spix está relacionada ao contexto sócio econômico de Caetité naquele período, assim como expõe Neves (2003:29) - *a economia firmou-se como pecuarista e policultora – consórcios de algodão, milho e feijão, com pequenas monoculturas de cana, arroz e mandioca, destacando-se a cotonicultura*. Este quadro apontado por Neves (2003), por sua vez, sobretudo em virtude do cultivo do algodão, teria dado condições para o fortalecimento do comércio de importação e exportação, levando Spix elaborar, à época, essa noção em torno de um significativo poder econômico de Caetité (Santos 2014).

Cabe ressaltar ainda que as informações de cunho histórico e etnográfico, contidas nos relatos de Spix e Martius, também podem ser apreendidas através das ilustrações que retratam a fauna, flora, populações humanas e paisagens como um todo, elaboradas por Carl Friedrich Philipp von Martius durante sua passagem pelo Brasil, sobretudo, no que diz respeito a sua viagem pelos sertões (**Figuras 6 a 8**).

A partir de sua vivência no Alto Sertão em sua porção mineira, Martius ilustraria inclusive locais de ocupação humana pretérita, entendidos pela ótica da arqueologia enquanto sítio arqueológico de natureza rupestre, conforme demonstra seu esboço acerca de uma formação rochosa com a presença de registros rupestres na região da Serra do Anastácio, em Minas Gerais (**Figura 9**).

Temos ainda a narrativa do engenheiro baiano Teodoro Sampaio, que a partir das suas experiências junto a Comissão Hidráulica, publica em 1906, seus relatos sobre sua viagem pelo *Rio São Francisco e Chapada Diamantina* no final do século XIX (Sampaio 1906). Como os demais viajantes citados anteriormente, Teodoro Sampaio passará pelo Alto Sertão e também descreverá suas vivências em seu caminho até Caetité, bem como, sobre sua estadia na então cidade. No entanto, é interessante notar em suas narrativas elementos que evidenciam o modo de vida das populações sertanejas. Esta conjuntura detalhada por Sampaio (1906), demonstra perspectivas inclusive antagônicas, ao trazer percepções distintas de uma mesma paisagem, constatadas tanto em seus relatos, como também nas entrelinhas das suas narrativas acerca de seus desenhos (Costa 2007).

Figura 6. Ilustração de Carl Friedrich Philipp von Martius da 'caatinga', descrita como 'deserto ao sul da Província da Bahia'. (Fonte: Spix & Martius 1781-1826; Assis Júnior 2004).

Figura 7. Ilustração de Carl Friedrich Philipp von Martius retratando uma das lagoas às margens do rio São Francisco. (Fonte: Spix & Martius 1781-1826).

Figura 8. Ilustração de Carl Friedrich Philipp von Martius do rio Itaípe em território baiano. (Fonte: Spix & Martius 1781-1826; Assis Júnior 2004).

Figura 9. Ilustração de Carl Friedrich Philipp von Martius retratando uma formação rochosa com presença de pinturas rupestres. (Fonte: Spix & Martius 1781-1826).

Em seu trabalho junto à Comissão¹⁹, Teodoro Sampaio elaborou um conjunto de desenhos que representavam percepções, até mesmo negativas sobre as populações que habitavam o Alto Sertão, como se observa em seu discurso crítico *sobre a falta de técnica construtiva dos habitantes locais*, como um indício de sua falta de *criatividade* (Costa 2007:111).

Todavia, em um outro momento, Sampaio (1906) coloca que as pessoas nesses sertões nunca eram suficientemente pobres ao ponto de terem que se submeter ao trabalho externo, pois naquela região a *natureza pródiga* não propiciava uma pobreza a ponto de forçar suas populações a buscar trabalho em outros locais (Sampaio 1906:62).

Esta conjuntura detalhada por Sampaio (1906), por um lado, indica uma das possíveis interpretações referentes aos motivos pelos quais, as populações que formam as atuais comunidades rurais no Alto Sertão, optassem por permanecer em suas terras, uma vez que na percepção de Teodoro Sampaio este território era composto de *ricas paisagens* (Sampaio 1906:110).

As ilustrações de Teodoro Sampaio fornecem também indicações de atividades e práticas cotidianas, assim como sobre as pessoas através da representação de seus corpos e suas feições, além de outros elementos constatados na paisagem, a exemplo da arquitetura das casas e elementos ligados à esfera física do território.

Em resumo, os desenhos assim como a parte descritiva no trabalho de Teodoro Sampaio, evidenciam uma carga científica, além de *aspectos estéticos revelados no traço do desenho e na qualidade das representações, o que nos permite inferir, guardadas as devidas proporções, que podem se constituir de manifestações artísticas* (Costa 2007:16-140). Por isso, os relatos de Teodoro Sampaio são considerados como de um trabalho descritivo romântico consorciado a um discurso científico, diferentemente ao de Joaquim Quaresma Delgado que se pautava em relatos de reconhecimento.

¹⁹ A comissão hidráulica tinha por objetivo, de modo geral, diagnosticar novos caminhos para o desenvolvimento da navegação nos sertões do Brasil republicano (Costa 2007).

Figura 10. Ilustração retratando o santuário na formação rochosa em Bom Jesus da Lapa, esboçada por Teodoro Sampaio . (Fonte: Costa 2007).

Figura 11. Ilustração retratando o povoado de Nossa Senhora do Livramento, ao fundo a Serra das Almas e a queda d'água atualmente conhecida como 'Véu da Noiva', esboçada por Teodoro Sampaio. (Fonte: Costa 2007).

Figura 12. Ilustração retratando 'menina' retirante às do rio São Francisco, esboçada por Teodoro Sampaio. (Fonte: Costa 2007).

Figura 13. Ilustração retratando o modo de fazer renda de bilro, esboçada por Teodoro Sampaio. (Fonte: Costa 2007).

Seja como for, Teodoro Sampaio em seu trajeto de Monte Alto para Caetité teria passado pelo mesmo caminho realizado por Spix e Martius no começo do século XIX, ao descrever em sua narrativa que – *ao subir um dos degraus da serra passou pelos povoados de Hospício e Paraguai* (Sampaio 1906:101). O diferencial da informação contida nos relatos de Sampaio está no fato que denomina Hospício, não mais como fazenda e sim enquanto um povoado, além de mencionar outra comunidade ainda presente nessa região, como a comunidade do Paraguai. De modo geral, Teodoro Sampaio, assim como Spix, vê em Caetité uma sociedade rica e culta, sendo sua partida sentida com pesar, conforme consta em sua narrativa – *deixamos Caetité, pingados de saudades* (Sampaio 1906:113-114).

Por fim, devo abrir um parêntese neste momento, para mencionar outros viajantes que através de relatos ou até mesmo correspondências expõem suas vivências e percepções sobre a região de Caetité. O primeiro viajante é o conhecido naturalista francês, Alcide Dessalines d'Orbigny, que intercepta o Alto Sertão por volta da década de 1830 e cujo caminho tomado, embora tenha sido o mesmo que o de Spix e o Martius, o faz no sentido oposto, do litoral para o sertão (Santos 2014).

Conta-se ainda com outros dois casos de viajantes e naturalistas que tiveram contato com o território de Caetité, e que são até hoje pouco conhecidos pela historiografia de modo geral²⁰, a exemplo do naturalista Robert Becker originário de Ettelbruck, à época, Grão-ducado de Luxemburgo, e de seu colega de viagem e posteriormente sócio, o ‘explorador’ e naturalista holandês Nikolas Verschuur (Wey 2014). No final do século XIX, Becker e Verschuur após uma longa jornada pela América do Sul, chegam até a localidade de Brejinho das Ametistas, distanciada cerca de 30 quilômetros da cidade de Caetité. A presença dos viajantes em Brejinho foi motivada pela existência de atividades de exploração de um importante mineral, a ametista. Este mineral era apreendido como ‘pedra preciosa’ no comércio europeu, sobretudo no que se refere ao complexo comercial em torno das gemas em Idar-Oberstien, na Alemanha (Wey 2002, 2003, 2004 e 2014).

²⁰ Acredito que a primeira pesquisadora brasileira a tratar da trajetória de tais viajantes com maior profundidade será a historiadora caetiteense Carla Graziela Cotrim, em sua pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade estadual de Feira de Santana (PGH/UEFS).

Sua descoberta em terras do Alto Sertão ainda se mostra imprecisa, dado que são muitas as datas apontadas por viajantes, cronistas e historiadores, mas que sugerem a presença de atividades relativas à existência de ametista nessa região entre 1815 a 1873 (Costa 2010; Cotrim 1997; Cotrim 2015; Falz 1926 e 1939; Ivo 2009; Neves 2003; Santos 1995; Santos 2013; Silva 1932; Spix e Martius 1781-1826/1981; Wey 2014).

Figura 14. Fotografia pertencente ao acervo particular da família Becker (Robert Becker é o primeiro à direita na foto). (Fonte: Wey 2014).

Uma das primeiras menções sobre a presença de ametista na então Capitania da Bahia, encontra-se postulada em carta de 1717 do então monarca português João V ao vice-rei, o Marquês Angeja, na qual, mostra a consciência do rei com relação à existência nos *sertões da Jacobina*²¹ de um “*bom cristal*

²¹ A título de ilustração, a região do Alto Sertão baiano compreende igualmente parcela do espaço imaginário apreendido na documentação histórica associada ao recorte cronológico em questão, como *sertões da Jacobina*. Tais sertões estavam circunscritos geograficamente em uma poligonal que englobava desde a região central “*da Capitania da Bahia, atual Chapada Diamantina e seu Piemonte, sem contornos precisos, possivelmente estendia seus limites no sentido N/S entre os rios Itapicuru Açu e Paraguaçu, e W/E entre o Médio São Francisco e o Recôncavo baiano*” (Santos 2011:23). O espaço imaginário do Alto Sertão também consta nas documentações históricas denominado enquanto ‘*sertoins de sima*’ (Pires 2009; Santos 2014).

branco que risca vidro e ametistas" (Ivo 2009:44). Até mesmo Spix e Martius (1781-1826/1981) em sua passagem por Caetité, relatam a exploração e um intenso comércio de ametistas em Brejinho.

O historiador luxemburguês Claude Wey (2014), classifica Robert Becker, por ex., como um dos últimos naturalistas luxemburgueses do século XIX na América do Sul. Becker era filho de Johann Becker, um dos primeiros professores da escola agrícola de Ettelbruck, em Luxemburgo. Entretanto, guardando fortes laços familiares em Idar-Oberstien, cidade mundialmente conhecida como a capital alemã das gemas (Wey 2014).

O jovem Becker²² e o seu então sócio Nikolas Verschuur, chegariam às terras sul-americanas por volta de 1888. Em 1895, após passar pela Argentina e Bolívia, Becker e Verschuur encaminham-se para Brejinho das Ametistas, cuja sociedade entre os naturalistas derivava de uma ambição familiar de Becker (Wey 2014).

Todavia, no que diz respeito à Nikolas Verschuur, há registros sobre sua partida de Brejinho, em 1900. Sendo que retornou sem Becker para a Europa, e ciente de que Becker nunca havia conseguido exportar nenhuma ametista (Wey 2014). No caso de Verschuur, seus relatos acerca de suas experiências em terras brasileiras constam nas correspondências para o jornal *Het Nieuws van den Dag*, tradicional jornal holandês da época. Estas cartas também seriam publicadas posteriormente na forma de um livro intitulado - *Brieven Uit Brazilië: Reizen In Een Primitief Land*.

Esta obra traz um olhar sobre o Alto Sertão, igualmente marcado por percepções e posturas colonialistas de Nikolas Verschuur, a começar pelo seu título - *Cartas do Brasil: viajando em uma terra primitiva*. Uma das passagens mais marcantes dos relatos de Verschuur, remonta a uma ocasião no sertão de Canudos, em que Verschuur teria recebido a honra de ter a presença de 'artistas' em seu acampamento, mas, cuja partida de sua tenda foi comemorada e descrita da seguinte forma - "*fiquei muito feliz quando esta família negra suja estava fora da minha barraca novamente*".

²² A sepultura de Robert Becker foi identificada junto à antiga área cemiterial do distrito de Brejinho das Ametistas, no decorrer das pesquisas realizadas pela empresa Zanettini Arqueologia no escopo do licenciamento dos parques eólicos.

Figura 15. Capa da obra “*Brieven Uit Brazilië: Reizen In Een Primitief Land*”, constituída por quarenta cartas escritas por Verschuur sobre sua viagem ao Brasil. (Fonte: Bert Ernste 2013).

De modo igual, esta percepção de Brasil como primitivo e decadente, é constantemente presente em seus relatos, sobretudo, aqueles da época de sua chegada a Brejinho. Nikolas Verschuur relata uma situação quando de sua passagem por Bom Jesus da Lapa. Verschuur comenta que após um de seus bois da carroça morrer envenenado, tentou arrastá-lo para os urubus, quando presenciou pessoas *lutando por aqueles pedaços de sangue (...)*, em seu entendimento essa cena foi como um “*um espetáculo degradante e repugnante*” (Bert Ernste 2013). Esta situação encontra-se diretamente associada à presença massiva de flagelados as margens do rio São Francisco,

fugindo da grande seca no final do século XIX, período de estiagem vivenciado também por Spix e Martius como por Teodoro Sampaio.

Não obstante, a trajetória de Robert Becker em solo baiano acabou de forma trágica, conforme retratam as cartas enviadas a sua família. Após a partida de Nikolas Verschuur, Becker se viu em um lugar estranho, sem nenhum familiar ou conhecido, sem conseguir se comunicar e, consequentemente, estabelecer qualquer tipo de relação com o lugar e com as pessoas. Sua estadia em Brejinho é sentida por ele como a “*fase mais cruel de sua vida*”, tornando-se conhecido entre os historiadores europeus, como aquele que fracassou e acabou por morrer pobre e sozinho no Alto Sertão da Bahia (Falz 1939; Wey 2014). O único registro conhecido sobre Becker em solo brasileiro até o momento, não por acaso, conforma-se em seu próprio túmulo, hoje esquecido no antigo cemitério de Brejinho das Ametistas.

Imagem 6. Lápide de Robert Becker, localizada na antiga área cemiterial do distrito de Brejinho das Ametistas. (Foto: Zanettini Arqueologia).

2.1.2. Considerações a partir da Historiografia Regional e da Arqueologia Preventiva

No campo das narrativas acadêmicas, têm-se ainda outras informações relevantes sobre o processo de reformulação dos territórios indígenas, como as expostas pelo historiador Erivaldo Fagundes Neves (2003). Algumas documentações pesquisadas tratavam de questões importantes, no que se refere à presença não só de populações africanas escravizadas, mas também de indígenas em grandes latifúndios no Alto Sertão baiano. Fundamentado na análise de inventários, Erivaldo Fagundes Neves menciona figuras atuantes nos espaços de poder em Caetité, como a do capitão-mor Bento Garcia Leal. De acordo com Neves (2003), a Fazenda Barrocas (mapeada por Quaresma Delgado) pertenceu ao referido capitão-mor.

Como consta em seu inventário datado de 1823, após a morte de sua esposa, Bento Garcia Leal registrou diversos latifúndios em seu nome, a exemplo da Fazenda Barrocas *“com o sobrado da sua residência; os “retiros” de Regapé, com algumas casas, engenho e roças; São Domingos, Vargem Grande e Gargatuá, por quatro contos e oitocentos mil réis; 600 cabeças de gado vacum, três contos de réis; 23 cavalos, 335 mil e mil réis”* (Neves 2003:284).

Por sua vez, o inventário do Capitão-Mor de Caetité também contém outras informações relevantes, e que levantam reflexões sobre prováveis práticas associadas a atividades de exploração mineral, ao expor que - *“em 1835, (Bento Garcia Leal teria inventariado) o sítio Campo Largo, de Barrocas, com “trinta arrobas de ametistas roxas e amarelas, por um conto e 200 mil réis”*. Mas também evidencia elementos acerca das coisas e corpos, engendrados ao espaço doméstico vinculado ao cotidiano da Fazenda Barrocas. É possível apreender informações sobre presença de pessoas escravizadas e seus ofícios (incluindo ofícios ligados à figura feminina), como também vislumbra parcela de toda a gama de objetos que compunham a face material da vida no sobrado de Bento Garcia Leal.

Imagem 7. Vista da edificação existente na localidade Regapé. Conforme aponta as narrativas dos moradores da comunidade, esta edificação teria sido construída com os materiais construtivos do sobrado outrora pertencente à Garcia Leal. No interior da casa, consta entalhada na madeira de uma das portas a data de 1626. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 8. Detalhe dos vestígios de embasamento rochoso remanescentes do sobrado de Bento Garcia Leal, identificados junto ao sítio arqueológico Sobrado. Este sítio localizado entre as comunidades João Barrocas e Regapé. Apresenta ainda outros materiais arqueológicos que remetem a ocupação para o final do século XVIII e do século XIX. (Foto: Zanettini Arqueologia).

O que se sabe é que existe menção em seu inventário, da presença de 73 pessoas escravizadas, *com identificação de aptidões ou atividade profissional*, por exe., *de dois vaqueiros, um ferreiro, duas costureiras, três rendeiras e uma tecelã*. Por sua vez, outro ponto importante nesse inventário de Bento Garcia Leal, recai sobre o descritivo de objetos arrolados pelo Capitão-Mor, a exemplo de *“joias de ouro, pedras preciosas e utensílios de prata, talheres, copo bridas, esporas, fivelas e estribos”* (Neves 2003:286).

Ao que tudo indica, o sítio arqueológico Sobrado cadastrado no escopo das pesquisas ligadas a Arqueologia Preventiva na região, corresponde aos vestígios materiais referentes à antiga edificação de sobrado pertencente à Bento Garcia Leal (Zanettini Arqueologia 2019). Ainda consta os remanescentes construtivos do alicerce da edificação, evidências de dois fornos provavelmente destinados à produção de rapadura e aguardente, assim como consta menção em seu inventário, sobre o cultivo e atividades produtivas para subsistência, uma vez que *“além de produzir cachaça de cana, num alambique grande, pesando sete arrobas de cobre e vários tachos do mesmo metal, próprios para o manejo da rapadura e da aguardente”* (Neves 2003:285).

Personagem recorrente na história da região, na virada do século XVIII para o XIX, o português Bento Garcia Leal foi considerado o detentor da maior fortuna do Alto Sertão baiano, ao possuir, além de várias fazendas, mais de cinco mil cabeças de *gado vacuum* e deter o ‘maior plantel’ de pessoas escravizadas (Neves 2000 e 2003; Pires 2003).

Os 202 seres humanos registrados como escravos por Garcia Leal, no espólio de sua consorte eram em sua maioria constituídos por filhos de africanos escravizados nascidos em terras brasileiras, mas, ainda assim, com presença de africanos de diferentes etnias, como *“Angola, Benguela, Biriba, Bruburu, Calabar, Carandamba, Congo, Crumá, Hauçá, Lambi, Luanda, Manino, Mina, Nagô e Socó”*. No inventário de Bento Garcia Leal consta também informações acerca das profissões e ofícios desenvolvidos por essas populações africanas sob o jugo do Capitão-Mor. Erivaldo Fagundes Neves mostra em uma passagem do inventário de Garcia Leal, a presença de *“seis vaqueiros, o que indica a prática da pecuária escravista, um mestre de carpinteiro, um oficial de carapina, um curioso de carapina, um oficial de*

ferreiro, um bruaqueiro, duas costureiras e uma rendeira”. Entre eles, encontrava-se, ainda, um indígena tido como da etnia ‘tapuia’ (Neves 2003:285).

Imagem 9. Procedimento de medição junto às duas estruturas de queima (fornos) localizadas próximas aos remanescentes construtivos associados ao sobrado outrora pertencente à Garcia Leal. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Ao que parece estes sertões eram povoados segundo as informações levantadas por Santos (2011), por indígenas identificados como das etnias *payayá, sapoiá, tocos, moritises, maracás, secaquerinhens, cacherinhens, caimbés, pankararu, ocren, oris, tamaquins, araquenas, anaíes, topins*, além de mencionar igualmente a presença de populações ligadas ao tronco linguístico Tupi nessas terras (Santos 2011:14-38).

Tais populações seriam falantes do Tronco Macro Jê, conforme aponta as informações constatadas em Santos (2010), e de modo geral mencionadas no trabalho de Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1994 e 2011), ao tratar das populações que habitavam o Sul da Bahia colonial. Com relação à ocupação dos sertões baianos por populações falantes do tronco linguístico Tupi, cabe mencionar também, os trabalhos dos arqueólogos Valentin Calderón (1967 e 1969/70) e José Brochado (1984 e 1989), e posteriormente de Francisco Noelli (1994 e 1996), Gabriela Martín (1999) e Ângelo Alves Correa (2014), dado que

mencionam ou consideram o rio São Francisco dentre os prováveis processos de ocupação e/ou rotas de dispersão dessas populações pelo atual território do Estado da Bahia.

Essa informação torna-se marcante ao expor assim, que além da escravidão de coletivos humanos africanos e de seus descendentes no Alto Sertão, eventualmente, ocorria à escravização de indígenas, sendo utilizados, na maioria dos casos, enquanto criados livres, porém, encarados como escravos:

“Praticava-se no Alto Sertão da Bahia a escravidão negra, empregando-se os índios como criados livres, sobretudo índias, nos serviços domésticos, numa relação de trabalho que pouco ou nada diferenciava do cativo além do estatuto jurídico que, sendo livre não permitia ao senhor o registro cartorial de propriedade nem emitir escritura de compra e venda. No convívio social recebia o mesmo tratamento do escravo. Até meados do século XX encontravam-se velhas índias, suas filhas e netas, na condição de criadas domésticas, tanto em cidades como no campo” (Neves 2003: 223).

Entre outras informações observadas nos estudos de Neves (2011a), aparece a concepção de que as mulheres indígenas que habitavam esses territórios no momento da conquista, serviram como *“o pasto em que se cevou a lasciva do branco”* no processo de instalação desses latifúndios no Alto Sertão (Neves 2011a:69).

Reforçando as pesquisas sobre as populações indígenas durante o processo de colonização nos sertões baianos, temos o trabalho de Jacionira Coêlho Silva (2003), intitulado *Arqueologia no médio São Francisco: indígenas, vaqueiros e missionários*. Em seu estudo, Silva (2003) indica para a região próxima à área alvo da presente pesquisa, inclusive, casos de fugas em que africanos ou seus descendentes escravizados se *refugiavam tanto em quilombos como em aldeias ainda não contatadas, procurando obviamente não deixar rastros de sua passagem, no trajeto desenvolvido na fuga* (Silva 2003:99).

Do mesmo modo, têm-se ainda os significativos trabalhos das historiadoras Napoliana Santana (2012), Gabriela Nogueira (2011) e Simony Oliveira Lima (2017), cujos estudos acerca do contexto escravagista na região no decorrer do século XVIII e XIX, chamam atenção para a existência de indígenas na estrutura social, identificados muitas vezes como parte da mão de

obra escrava junto aos coletivos africanos e afrodescendentes, assim como apontado por Neves (2003) anteriormente.

Em sua pesquisa *“Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no Certam de Sima do Sam Francisco (1730 - 1790)*, Nogueira (2011) se deparou com documentações que citavam a *presença de “índios forros”* na região durante o século XVIII.

A autora conclui então, que, indígenas também foram escravizados no Alto Sertão baiano, *sobretudo no período anterior ao Setecentos*, dado que *nos últimos anos do século XVII, fatores contextuais conduziram à intervenção da Coroa nas questões indígenas, inclusive acarretando mudanças nas relações entre colonos e índios*, além de mencionar que em alguns casos, assim como observado por Silva (2003), estes *“índios forros”* permaneceram *nas fazendas...convivendo com africanos e afro-brasileiros escravos* (Nogueira 2011:33).

É interessante notar que no mapa etno-histórico elaborado por Curt Nimuendajú (1987), por exemplo, não constam mapeadas etnias na área de abrangência do presente estudo, conforme evidenciado na **Figura 16**, a seguir. Cumpre destacar, no entanto, que tais ‘vazios’ não indicam à inexistência de tais populações indígenas na região do Alto Sertão, e sim reforça a necessidade de estudos devotados a compreender os processos históricos que abarcam tais coletivos humanos e sua inter-relação com esses territórios em específico, nas mais diversas áreas do conhecimento, inclusive no campo da Arqueologia.

Por outro lado, também é de suma importância reforçar a constante indicação presente nas narrativas historiográficas, para casos de convivência de indígenas e africanos e/ou descendentes, em locais tidos neste contexto histórico, como locais de resistência, ou seja, os aldeamentos e quilombos outrora existentes na região.

Figura 16. Detalhe do mapa elaborado por Curt Nimuendajú, indicação para a localização da comunidade Cristina. (Adaptado por Gabriela Farias. Fonte: Nimuendajú 1987).

No caso das populações africanas²³ presentes no tecido social do Alto Sertão escravagista, grande parcela das pessoas que foram escravizadas nessa região eram oriundas da África Ocidental e Centro-Ocidental, sendo averiguada a presença de membros de populações tidas como *Angola*, *Benguela*, *Biriba*, *Bruburu*, *Calabar*, *Carandamba*, *Congo*, *Crumá*, *Hauçá*, *Lambi*, *Luanda*, *Manino*, *Mina*, *Nagô*, *Socó*, *Jege*, *Guiné*, *Ganguella*, dentre outras não identificadas junto às documentações históricas (Falheiros 2016; Neves 2000, 2003 e 2010; Santana, 2012; Nogueira 2011; Pires 2003 e 2014).

Figura 17. Exemplo de pessoas associadas às populações africanas que foram escravizadas no Brasil. Cabe destacar que no Alto Sertão, ao que parece se tem notícias da presença de pessoas de quase todas as 'nações' apontadas por Debret, salvo a Quiloa e Monjolo (Ilustração de Jean Baptiste Debret). (Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br>. Acessado em 20/12/2018).

Assim como ocorreu com as populações indígenas, as populações africanas no Alto Sertão baiano e nas demais regiões do Brasil, também foram genericamente agrupadas, quase sempre sob um signo 'guarda-chuva' de uma única etnia, a exemplo dos Mina na região de Rio de Contas (Almeida 2012 e 2018). Dessa forma, após o encarceramento em sua terra, seguido pela cruel

²³ Embora não traga uma discussão acerca dos estudos voltados à Diáspora Africana, entendo que ao lançar esta proposta de pesquisa, meu trabalho também se encontra vinculado as reflexões que giram em torno do que Singleton e Souza (2009:449) definiram como "*the worldwide dispersal of African peoples and their descendants as a consequence of slavery and other migrations out of Africa*".

travessia transatlântica, essas pessoas quando desembarcadas (as que sobreviviam à viagem) perdiam seus nomes e eram batizadas com nomes novos, muitas vezes ganhando nomes ligados ao que viria a ser então seu 'senhor' (Falheiros 2016).

De modo igual, levando em consideração que tais regiões africanas (de onde essas populações eram originárias) apresentam ambientes diversos, a exemplo de ambiente árido, semiárido, tropical e subtropical (Anjos 2011 e 2014), toda a base de vivência, práticas e conhecimentos tradicionais dessas populações, portanto, seu *habitus* e *modus operandis* (Bourdieu 1989) tiveram que ser reformulados em detrimento a essa nova condição, de marginalização e subserviência em todos os aspectos da vida cotidiana. Estas populações sofreram uma 'perda' considerável com relação a todo o suporte da esfera material da vida, bem como de suas materialidades, incluindo sua própria linguagem, seus nomes, vínculos de parentesco, paisagens e territórios junto aos quais faziam parte.

Figura 18. Detalhe das cartografias relativas às dinâmicas da diáspora africana para o Brasil e as fronteiras atuais dos Estados Nacionais. (Fonte: Anjos 2014).

Ao serem lançadas em meio às paisagens sertanejas, e inseridas no escopo do contexto escravagista marcado pelos latifúndios associados ao

Morgado da Casa da Ponte, as populações africanas ‘imprimiram’ na paisagem local determinados traços de sua luta, pautados, sobretudo, no conhecimento e saber tradicional resultantes de suas vivências em solo africano, como também os novos conhecimentos adquiridos a partir das experiências desses coletivos humanos junto ao Alto Sertão.

Tendo em vista que diferentemente das demais regiões da colônia, na região do Sudoeste baiano, as populações africanas e seus descendentes escravizados nas fazendas, tinham em certa medida “*autonomia e mobilidade*” para transitar pelos territórios em questão. Isto seria o entendimento da historiadora Gabriela Nogueira do “*viver por si*”, que descreveu Spix em seus relatos. Esta “*autonomia e mobilidade*” verificada de certo modo junto a essas populações se dariam pela *ausência* de feitores nas fazendas (Nogueira 2011:19). Contudo, Erivaldo Fagundes Neves refletirá que mesmo diante da inexistência de uma figura por si só opressora, como a do feitor, por outro lado isto não amenizou a intensidade que o *caráter degradante iminente das relações escravagistas de trabalho* (Neves 2000:77).

Por isso é necessário também considerar que dada “*autonomia e mobilidade*” das populações africanas e de seus descendentes, não significava que poderiam transitar por todos os espaços livremente. Seus próprios corpos os denunciavam, sua cor da pele era o que os diferenciavam dos outros. Neste caso, a construção e solidificação de relações de compadrio entre famílias escravizadas na região do Alto Sertão, foi uma das estratégias utilizadas (Neves 2000 e 2003; Nogueira 2011; Pires 2003; Santana 2012). De certa forma, buscava-se nesse campo associado ao afetivo, um suporte para diminuição da violência nas relações através desses laços de compadrio, com o *batismo dos filhos por alguém do mundo dos brancos* (Neves 2000:77).

Em contrapartida, observam-se certas publicações em jornais dos grandes centros urbanos da época, como o Rio de Janeiro, notícias sobre casos de “*violência e bestialidade*” na região do Alto Sertão da Bahia, conforme anunciado pelo *Diário do Rio de Janeiro*²⁴, datado de 1863. Cujas matérias traz o relato do assassinato à pauladas da “senhora” e de uma de suas filhas, por uma de suas ‘cativas’, denominada como a “*preta Benta*”, ocorrido na *Alagoa*

²⁴ Diário do Rio de Janeiro, 4.1.1863, Edição 4, Página 1 (ver **Anexo 2**).

do Félix²⁵ (Fazenda Lagoa de Félix Pereira), e situada nas proximidades da comunidade Cristina. O jornal informa que este “*fato horroroso*” foi originalmente publicado no *Diário da Bahia* em novembro de 1862. A reportagem traz informações acerca do crime de “preta Benta”, a qual teria se aproveitado a ausência de seu “*senhor*”, Antônio Alves da Silva, para matar sua esposa e uma de suas filhas, além de ferir outra gravemente, sendo por isso considerada como uma “*fera... bárbara e sanguinária preta*” (sobre a descrição mais detalhada deste ocorrido, ver Pires 2003:202-204).

A questão é que casos de violência em que as vítimas eram os “senhores”, eram divulgados com esse teor de discurso que desqualificava não apenas a criminosa Benta, mas todo um estado de violência permanente vivenciado pelas populações africanas e seus descendentes que foram escravizados, tão terrível e bárbaro como qualquer crime contra a vida humana. Tanto que é recorrente nas documentações, descrições sobre pessoas escravizadas que devido aos esforços físicos, mutilações e/ou punições, são caracterizados como “quebrado”, “quebrado da virilha”, “rendido”, “rendido da virilha”, também constam comentários como *herniado por excesso de trabalho*, “aleijado”, “aleijado dos pés”, “aleijado das mãos”, “com defeito no nariz”, “com defeito num braço e nos pés”, “com o joelho quebrado”, “doente das pernas”, “pouco de um olho”, “defeito no olho esquerdo” (Neves 2000:94). Com base em seu estudo envolvendo pessoas escravizadas em processos criminais na Comarca de Caetité, a historiadora Maria de Fátima Novaes Pires discorre sobre o ocorrido com o “*preto Florêncio*” na segunda metade do século XIX. Este senhor escravizado teria sido espancado quase até a morte, por ter ido tirar satisfação pela quebra de seu tambor usado em *festas e cultos africanos*. Essa passagem na obra de Pires demonstra cenários de violência gratuita para com essas populações, além de indicar a existência de uma religiosidade africana ainda presente na região (Pires 2003:113).

A escravidão no Alto Sertão da Bahia conheceu muitas faces, mas todas notadamente permeadas de violência. Mesmo após a abolição da escravidão em 1888, alguns latifundiários do Alto Sertão promoveram seu

²⁵ Neves (2003:370) descreve que a Fazenda Lagoa indicada por Quaresma Delgada, foi conhecida ao longo do tempo, como “*Alagoa*” ou *Lagoa de Félix Pereira*, latifúndio situado “*em cima da serra da Catinga*”, atuais limites entre Igaporã e Caetité.

“navio negreiro sertanejo” (Neves 2000:91) a partir da segunda metade do século XIX. Ao iniciar o processo de tráfico interprovincial de pessoas escravizadas no Alto Sertão, vendendo-as para os cafezais mineiros e paulistas, diante, sobretudo, do péssimo quadro econômico causado pelas secas persistentes na região. Todo o trajeto até as terras paulistas era realizado a pé por essas pessoas, sob os olhos e correntes daqueles que comandavam os comboios de Caetité até a região dos Campos de Araraquara, em São Paulo (Graham 2017; Neves 2000; Pires 2014 e 2018; Silva 2007).

Figura 19. Detalhe do mapa retratando a rota do tráfico interprovincial.
(Fonte: Neves 2000:109)

De modo igual, ainda no decorrer da segunda metade do século XIX era considerável o número de fazendeiros no Alto Sertão, que defendiam a manutenção da escravidão através da reprodução natural de seus ‘cativos’ (Miranda 2016; Neves 1999 e 2000; Nogueira 2011; Pires 2003 e 2010; Santana 2012; Santos, 2015). A título de ilustração, durante os estudos sistemáticos realizados em 2011, a Zanettini Arqueologia cadastrou um sítio arqueológico histórico na localidade conhecida como Gado Bravo, no escopo

do licenciamento do Complexo Eólico Alto Sertão I (Zanettini Arqueologia 2011 e 2012a). O sítio arqueológico Gado Bravo, guarda os remanescentes construtivos e outras manifestações materiais, relacionadas a um latifúndio originalmente conhecido como Fazenda Isabel, cuja localização entre os limites atuais entre Caetité e Guanambi, coincide com a do registro arqueológico em questão. Além disso, pelo que consta nas documentações históricas, este latifúndio teria pertencido a Manoel Xavier de Carvalho Cotrim (Neves 2003:364).

Quadro 1. Escavação arqueológica junto às ruínas da antiga casa sede da fazenda. (Fotos: Zanettini Arqueologia).

De acordo com as narrativas dos moradores no entorno do sítio arqueológico, essa fazenda teria continuado a comercializar os ‘escravos’ mesmo após a abolição da escravatura, sendo ainda muito marcante nos relatos dos moradores, diversas menções sobre a questão da reprodução natural de pessoas escravizadas nessa fazenda. Outro ponto que chama atenção com relação às narrativas envolvendo o sítio Gado Bravo, se dá em torno da figura do proprietário da fazenda, apreendido nas falas como “Xavier”.

O imaginário popular das comunidades situadas no entorno do sítio arqueológico, traz memórias sobre a figura de um homem *‘tão ruim’* que *‘nem a terra o quis’*, visto que depois de morto, fora enterrado nas proximidades da casa sede da fazenda, mas seu corpo não teria se decomposto, vindo à tona e causando um extremo impacto no imaginário popular a partir de então. Desse modo, segundo as narrativas dos moradores, as próprias pessoas que eram escravizadas por ele (o ‘Xavier’), construíram uma capela de ‘pedra’ com cruzeiro no alto da serra, o reenterrando, mas desta vez verticalmente, com a cabeça para baixo, e colocando blocos rochosos por cima do local de sua sepultura, para que o corpo não viesse à tona novamente (Zanettini Arqueologia 2011:128).

Quadro 2. Ruínas da capela construída com blocos rochosos, tida como local de sepultamento do antigo proprietário da fazenda, além do vestígio do cruzeiro em madeira situado ao lado da capela. Ao fundo no horizonte dos vestígios do cruzeiro, observa-se a área com as ruínas da casa sede. (Fotos: Zanettini Arqueologia).

Diante de todo o contexto explicitado acima, talvez seja por isso que se torna recorrente nessa região, o enlace matrimonial entre africanos escravizados até mesmo com pessoas de etnias diferentes às suas, de modo a minimizar o quadro de violência nas relações. Até porque os latifundiários no Alto Sertão tinham certa preferência em adquirir pessoas pertencentes de populações rivais, pois entendiam tal ação como um modo de dificultar movimentos de resistência (Neves 2000).

Fátima Pires já demonstrava esta recorrência de casamentos entre pessoas escravizadas em uma mesma fazenda, africanos ou ‘crioulos’ e até casos de matrimônio com indígenas. Visto que mesmo diante de um quadro precário, *coabitar o mesmo local*, possibilitava a criação e o fortalecimento de grupos familiares, sendo este inclusive apontado pela autora como uma face de resistência (Pires 2003:84-222). Cabe dizer ainda que de todos os mecanismos e formas de sublevar o sistema escravagista, estas pessoas tinham na fuga, *a maior demonstração explícita de resistência física* (Neves 2000:96).

Ademais, as populações africanas e seus descendentes escravizados no Alto Sertão, e mais precisamente na região em apreço, *trabalhavam nas lavouras, serviam as tropas, eram vaqueiros, e outros nos afazeres domésticos, a exemplo de ferreiros, rendeiras, serviços de casa, carpina, serralheiro, pedreiro, alambiqueiro, alfaiate, “tecelona”, costureira e bordadeira*, tanto que era recorrente no final do século XVIII início do XIX, pessoas escravizadas serem alugadas por seus senhores a outros, cujo interesse em alugar determinado ‘escravo’ variava de acordo com os ofícios que possuísem (Neves 2000).

Nesse contexto, as populações africanas e seus descendentes aproveitavam os poucos espaços de trânsito na sociedade, para tentar estabelecer vínculos sociais, de modo a promover sua mobilidade e trânsito pelo território de forma segura. Cabe reforçar que estas pessoas escravizadas no Alto Sertão, lutavam cotidianamente para se firmar como sujeitos sociais, portanto, todo dia e a cada ação era uma ação de resistência perante uma sociedade opressora, quando não, chegando a cometer atos de violência (como o caso de “*preta Benta*”, mencionado anteriormente), incluindo às vezes até mesmo pequenos furtos para colaborar com outros companheiros que se encontravam aquilombados²⁶ (Pires 2003:91-94).

Um dos quilombos outrora conhecidos²⁷ na região da comunidade Cristina, ao que tudo indica localizava-se nas imediações de Bonito, hoje a

²⁶ A quilombagem deve ser entendida como um *processo social e um movimento mais amplo*. Já que *pessoas indesejadas, perseguidas e tidas como degredadas tomaram parte desse processo* (Anjos 2009:54).

²⁷ Erivaldo Fagundes Neves expõe informações acerca de que a Fazenda Juazeiro localizada em Caetité, apresentaria terras em comum com local de ocupação quilombola, ao mencionar “*parte das terras de Juazeiro, com meia água em Canhambola (Quilombola)*” (Neves 2003:368).

cidade de Igaporã (Pires 2003:67). Este lugar teria sido o outrora quilombo existente próximo a serra das Gurungas, ao que parece ser um dos territórios reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, como o da comunidade quilombola Gurunga, possa vir a ser originário desse local de ocupação quilombola. Este mesmo núcleo de resistência, conforme já citado, teria dado origem a outras comunidades de remanescentes quilombolas, a exemplo da também reconhecida comunidade Olho D'Água, além da comunidade Cristina.

No mais, todo esse quadro explicitado acima, converge para um possível entendimento da persistência de saberes, práticas e manifestações tradicionais ligadas tanto as populações africanas como indígenas, e ainda existentes nessa região, a exemplo dos saberes relativos ao manejo de plantas medicinais e demais elementos bióticos (Pires, 2003 e 2014; Neves, 2010 e 2012). Ao passo que os próprios responsáveis pela instalação de parcela desses empreendimentos econômicos, a Renova Energia, promoveu um breve estudo sobre esses saberes tradicionais com os membros das comunidades abarcadas pelos complexos eólicos, a partir de entrevistas junto aos rezadores, curandeiros, raizeiros e benzedores, tidos como os *'guardiões do saber'*.

Figura 20. Capa do livro Plantas Medicinais – Saberes Tradicionais, publicado pela Renova Energia (Fonte: Barreto 2014)

A publicação traz informações importantes acerca não só de manifestações, práticas e ofícios tradicionais ligados ao uso de plantas medicinais, como também indícios sobre a histórica relação estabelecida entre as populações do Alto Sertão e o ambiente semiárido. O trabalho quase que de cunho etnográfico desenvolvido junto às comunidades, em especial, àquelas circunscritas aos municípios de Caetité e Guanambi, conta um pouco das trajetórias e histórias de vida desses “guardiões”, ao mesmo tempo em que exibem o conhecimento de cada um com relação ao saber tradicional que carrega consigo, a exemplo de como aprendeu sobre o uso das plantas, quais plantas e para que situações ou sintomas são recomendadas, como se faz o uso, dentre outras questões.

De modo geral, o que se nota é que esses recursos se encontram na maioria dos casos situados no espaço apreendido como ‘terreiro’ das casas, demonstrando assim os *mecanismos de apropriação do ambiente e que passam a materializar* o espaço de vida e de existência. Por outro lado, as plantas presentes nos ‘terreiros’ não são apenas aquelas de uso medicinal, sendo observadas também outras espécies que são ornamentais, mas também outras para a proteção espiritual, haja vista que *é parte imprescindível da materialização da morada e dos elementos que a constituem e lhe dão forma, como limites, e como, no sertão, mercadorias são apropriadas, ganhando não apenas outras funções como outros sentidos* (Souza 2017:60; 132-141).

Seja como for, os processos históricos ocorridos nessa região, descritos e analisados em produções acadêmicas, se fortalecem quando alinhados à presença de sítios arqueológicos identificados no âmbito do licenciamento dos complexos eólicos no município de Caetité e demais municípios do entorno, e que guardam as manifestações materiais ligadas a estas e outras populações humanas que ali habitaram²⁸, conforme ilustra o **Mapa 16**, adiante. A presença de tais evidências arqueológicas confirma a interface de que o território aqui estudado já há muito se apresenta ocupado por coletivos humanos, como atestam as cronologias conhecidas.

²⁸ Para além das populações indígenas e africanas, Erivaldo Fagundes Neves (2011b), indica a presença de espanhóis, judeus, ciganos e mouros no Alto Sertão baiano, a partir do violento processo de reformulação dos territórios indígenas, iniciado por portugueses e luso-brasileiros.

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas no âmbito do processo de licenciamento dos complexos eólicos pela Zanettini Arqueologia, entre os anos de 2009 a 2016, por exemplo, resultaram no cadastro de 288 sítios arqueológicos nos municípios de Caetité, Guanambi, Pindaí, Igaporã e Licínio de Almeida, sendo que esse patrimônio arqueológico é composto por 46 sítios pré-coloniais (rupestres, líticos e rupestres, lito-cerâmicos, líticos e cerâmicos), assim como, por 192 sítios arqueológicos associados a ocupações históricas, além de 50 sítios multicomponenciais constituídos por um registro arqueológico tanto ligado ao contexto pré-colonial como ao histórico (Zanettini Arqueologia 2011, 2012a, 2014a e 2018a).

Dessa forma, ao direcionar o olhar sobre esse território, como espaço humano, visto neste momento a partir da concepção de Zedeño (1997 e 2008) consorciada ao entendimento do geógrafo Milton Santos, o território pode ser encarado enquanto formas, mas, considerando que território usado como objeto e ações, também pode ser concebido como espaço humano e habitado (Santos 2005). Este quadro me levou a refletir sobre essa porção do Alto Sertão, como sendo há muito constituída por paisagens significativas e territórios ocupados, indiciados pela presença humana nesse ambiente semiárido e, sobretudo, confirmada por meio de uma expressiva quantidade de vestígios arqueológicos. Tais evidências arqueológicas trazem não só informações sobre esse passado pré-colonial indígena, mas também, sobre as ocupações ligadas a reformulação dos territórios, caracterizadas pelo processo de constituição das grandes fazendas na transição para o século XVIII, assim como o processo posterior de decadência e desmembramento das mesmas, conformando assim, possivelmente, ao longo do tempo, nas atuais configurações territoriais das comunidades rurais dessa região (ver **Imagens 10 a 21**²⁹, a seguir). O registro arqueológico desses coletivos humanos existente na paisagem pode igualmente nos auxiliar a compreender os processos relacionados ao surgimento, manutenção e transformação desse território (Zedeño 1997 e 2008).

²⁹ O registro arqueológico compreendido nestas imagens encontra-se localizado no município de Caetité, Guanambi e Igaporã, sendo que os sítios arqueológicos Paraguai, Caipira, Estrela da Tarde e Muritiba são próximos ao território da comunidade Cristina. De forma geral, trata-se de vestígios arqueológicos associados tanto às populações caçadoras coletoras, horticultores ceramistas, como também materiais oriundos do contexto das grandes fazendas na região, como a Fazenda Hospício (Zanettini Arqueologia 2014a e 2019).

Imagem 10. Fragmento cerâmico com decoração plástica ungulada identificado junto ao sítio arqueológico Paraguai. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 11. Detalhe das gravuras rupestres no sítio arqueológico Toca do Tapuio/Moita dos Porcos. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 12. Ruína de edificação construída em pau a pique, associada à Fazenda Hospício, localizada junto ao sítio arqueológico Estrela da Tarde. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 13. Instrumento lítico lascado confeccionado em quartzito, identificado junto ao sítio arqueológico Muritiba. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 14. Fragmentos cerâmicos associados à ocupação de populações horticultoras ceramistas ligadas ao Tronco linguístico Macro Jê, exumados junto ao sítio arqueológico Freitas. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 15. Trecho de 'estrada real' preservado, na média vertente da Serra das Gerais, próximo a comunidade quilombola Gurunga, compõe um dos vestígios do sítio arqueológico Planaltina I. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 16. Detalhe de objetos cerâmicos com feições zoomorfa e antropomorfa, instalados na cumeeira da habitação em ruínas, identificado junto ao sítio arqueológico Caipira. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 17. Suporte lítico para britagem manual, identificado junto ao sítio arqueológico Redondo. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 18. Ponta de projétil bifacial fragmentada, compreendida como ocorrência arqueológica 48. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 19. Utensílio cerâmico remontado, apresentando alisamento em sua parte interna/externa, além de brunidura em sua parte externa, identificado junto ao sítio arqueológico Sobrado. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 20. Muro erigido com o emprego da técnica construtiva junta seca, compõe o sítio arqueológico Teixeira. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 21. Lâmina de machado, proveniente do sítio arqueológico Machado. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Esse denso e expressivo registro arqueológico aponta que esta região elencada historicamente como *sertão* está muito longe de poder ser entendida como sinônimo de *área despovoada*. Todas essas evidências arqueológicas corroboram para uma compreensão do processo de reformulação dos territórios e a formação histórica dessas comunidades tradicionais, notadamente um processo fluído, dinâmico e orgânico. Uma vez que as modificações humanas no ambiente, somadas aos recursos naturais, constituem-se em elementos que permitem aos arqueólogos identificar não só os territórios em geral, mas também formas e fases específicas de territorialidade (Zedeño 2008).

De modo geral, existem diversas definições tanto para o que vem a ser o *sertão*, bem como para o que se entende por *Alto Sertão* baiano, conforme mencionado anteriormente. Erivaldo Fagundes Neves (2011b) entende *sertão* assim como *região*, como uma “*categoria polissêmica*”, associada à categoria geográfica de espaço e detentora de *sentido histórico, geográfico, econômico, sociológico, antropológico*, entre outros campos do conhecimento, além de indicar que cada recorte espacial, por ser socialmente construído, revela uma diversidade de *características específicas dos viveres e saberes ali praticados* (Neves 2011b:53).

A sua vez, na concepção do geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes (2012) o *sertão* está relacionado a uma *realidade simbólica*, além de associar esse termo a uma idéia de *qualificativo de lugares*, especificamente a biomas como a caatinga, cerrados, florestas e campos.

Moraes (2012) aponta ainda que na maioria das vezes é a invisibilidade da presença humana considerada como um traço característico desses espaços. Nesse ponto, o entendimento de *sertão* concebido pelo arqueólogo Rafael Abreu e Souza (2014 e 2017) também se diferencia ao colocar que o *sertão*, especialmente o sertão nordestino, está longe de ser um vazio demográfico.

Para Souza (2014 e 2017), essa conotação negativa é gerada pelo fato de que na maioria das vezes a sociedade em geral, ao se debruçar sobre esta problemática, desconsidera os modos de viver dessas pessoas em seu diálogo intenso com o ambiente, no qual as mesmas estão construindo paisagens que se tornam para elas significativas.

Arruda (2000) expõe em seu estudo acerca das *Cidades e Sertões*, o sertão como *uma representação cultural, e leituras elaboradas da realidade*. Para Gilmar Arruda (2000), entender o sertão enquanto uma *representação cultural* que se constrói *do real dos próprios lugares físicos* é uma forma de considerar *a memória de um processo de transformação da paisagem, com todos os conflitos ocorridos na concreta reocupação espacial de determinadas regiões* (Arruda 2000:167).

Desta forma, o Alto Sertão pode ser concebido enquanto múltiplas paisagens e múltiplos territórios, ao se conformar a partir da dinamicidade das ocupações, as formas de territorialidade e da construção de lugares significativos, com base no contato e vivências das pessoas com o semiárido, muitas vezes dado como um ambiente ‘inóspito’ (Souza 2014 e 2017).

Outras manifestações materiais identificadas no escopo das pesquisas arqueológicas realizadas pela Zanettini Arqueologia, também me auxiliam na compreensão do que apreendo enquanto uma das faces materiais das territorialidades ligadas a essas populações, e consequentemente, para o entendimento da formação histórica das comunidades rurais no município de Caetité e demais municípios do projeto (ver **Mapa 17**, a seguir). Caracterizam-se através de evidências associadas a ocupações históricas ‘recentes’, e que foram alçadas no âmbito do referido estudo à subcategoria de Sítios Históricos de Interesse Arqueológico – os SHIAs³⁰. Encontram-se marcados na paisagem através da presença de estruturas de manejo de recursos hídricos, vestígios do sagrado, unidades domésticas erigidas a partir de técnicas construtivas vernaculares (em adobe ou pau a pique), muros estruturados a partir da sobreposição de blocos rochosos (técnica construtiva de junta seca), dentre outras materialidades, cujas configurações evidenciam a inter-relação dessas populações com seus territórios, tendo sido cadastrados no escopo das ações da Zanettini Arqueologia, 610 Sítios Históricos de Interesse Arqueológico desde 2009 (Zanettini Arqueologia 2011, 2012a, 2014a e 2018a).

³⁰ De modo geral, os SHIAs foram definidos no âmbito das pesquisas em questão, como locais onde se observava a presença de estruturas construtivas e vestígios derivados de atividades humanas, cronologicamente relacionados a períodos históricos recentes (Zanettini Arqueologia 2014a). No que se refere aos princípios e critérios utilizados para categorização desses eventos, destacamos que as discussões sobre essa questão serão tratadas devidamente no Capítulo 4.

A documentação e registro desses eventos ao longo dos territórios das comunidades contribuem para o entendimento das ocupações históricas a partir de uma escala reduzida (Hall e Silliman 2006), e potencializam de sobremaneira, os processos de construção das micro histórias dos lugares e das pessoas, e das relações entre os mesmos (Vainfas 2002). Por outro lado, cabe refletir se todos esses eventos embora apreendidos como uma referência cultural importante se enquadra de modo satisfatório na categoria de bem não acautelado.

Um dos exemplos dessas manifestações materiais enquadradas como SHIA e historicamente recorrentes na área de estudo³¹, são os muros estruturados a partir da técnica construtiva de junta seca ou, como são conhecidos, ‘cercas de pedra’. Dentre os possíveis motivos verificados para a construção das chamadas ‘cercas de pedra’ na região, ao que tudo indica, se dá devido ao alto custo dos materiais empregados para construção de uma cerca de arame ou, em virtude das condições observadas no terreno, como aqueles com presença de base rochosa e afloramentos, aspectos que impossibilitam a perfuração do solo para a instalação de mourões que compõem um cercamento. Na maioria dos casos, tais ‘cercas de pedra’ mapeadas estão situadas em terrenos que interceptam justamente áreas que apresentam, por exemplo, bases rochosas, muitas vezes inapropriadas para a perfuração, bem como, pela inviabilidade em se fazer um cercamento de arame, ao mesmo tempo, em razão da expressiva oferta da matéria-prima na paisagem que é vivenciada. Evidências dessa natureza registradas junto à área de influência do presente estudo indicam que um muro de junta seca pode significar muito além de ‘pedras empilhadas e alinhadas’ em um determinado espaço.

Em termos de sua funcionalidade, um ‘muro de pedra’ no Alto Sertão pode estar associado a questões como divisa de propriedade, confinamento de animais, contenção (arrimo), ou até mesmo para proteção contra o vento, dentre outras possibilidades. No que se refere a sua esfera simbólica, esse evento traz subsídios para a compreensão das formas como o espaço é apreendido na cultura ocidental, quase sempre pensada a partir de um centro,

³¹ Nas narrativas dos moradores de comunidades próximas ou onde se encontram locados tais eventos, conta-se com menções à ‘muros de pedras’ construídos há mais de 150 anos atrás.

e na qual um muro expressa até onde podem ser efetivadas as práticas e ações naquele espaço (Filgueiras 2016).

Nesse sentido, os significados que podem ser agregados a um 'muro de pedra', encontram-se ainda *independência, resistência e limite*, mas também como *barreira, lugar e 'objeto'* (coisa para mim) no processo de constituição das paisagens humanas (Filgueiras 2016). Por conseguinte, os muros também podem ser apreendidos como *veículos de ação apropriativa* de populações humanas em um determinado território (Ingold 1993:281- 295). Não por acaso, a busca pela compreensão de um determinado território encontra-se intrinsecamente ligada às maneiras pelas quais os seres humanos se inter-relacionavam com os espaços e os recursos lá existentes (Zedeño 2008).

Imagem 22. O SHIA Muro da Árvore é caracterizado por um muro de junta seca e foi construído para proteção dos fortes ventos sob um Umbuzeiro, localizado na comunidade Lagoa das Beredas. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Nota-se ainda dentre os SHIAs evidenciados pela Zanettini Arqueologia, estruturas ligadas ao manejo de recursos hídricos na região. Estes eventos são caracterizados por barragens instaladas junto a pequenos cursos d'água perene ou intermitentes, sendo sua construção por vezes caracterizada por grandes muros erigidos com blocos rochosos e argamassa de alvenaria, ou edificadas a partir de um barramento feito de tijolos maciços com argamassa e revestimento de cimento, como ilustra o **Quadro 3**, a seguir.

Por sua vez, acredito que em sua tese *Um Lugar na Caatinga: Consumo, Mobilidade e Paisagem no Semiárido do Nordeste Brasileiro*, o arqueólogo Rafael Abreu e Souza tenha tratado de modo mais do que satisfatório, muitas das temáticas que giram em torno da vida no semiárido nordestino, inclusive no que diz respeito as práticas de manejo desenvolvidas pelas populações no Alto Sertão, ao expor que *o manejo da paisagem do semiárido extrapolaria condições adaptativas, relacionando-se a aspectos cognitivos, de apego ao lugar e de escolhas políticas conformando redes de significação*, dado que segundo Souza, *pessoa e ambiente coexistem na relação através do aprendizado que se faz e se vive no lugar* (Souza 2017: 139).

Quadro 3. Exemplos de barragens evidenciadas. (Fotos: Zanettini Arqueologia).

Outra manifestação material recorrente dentre o patrimônio evidenciado junto a Arqueologia Preventiva, conforma-se através de edificações e/ou remanescentes construtivos ligados à outrora edificações, ou associados a locais relacionados a refugos de habitação e atividades cotidianas domésticas, como também aqueles que se referem a atividades específicas resultantes de ocupações temporárias, como acampamentos ou como são denominadas as ‘casas de roça’.

Quadro 4. Exemplos de casas e ‘casas de roça’ evidenciadas. (Fotos: Zanettini Arqueologia).

Estes eventos ligados a contextos de ocupação histórica (recentes ou não), também trazem à tona outras questões como a do desenvolvimento de táticas de consumo locais e de apropriações dos recursos do território, as quais se expressam no dia-a-dia das pessoas que habitam o Alto Sertão e se *materializam na construção do espaço doméstico*, que para Souza (2017) se conformaria não apenas na habitação em si, mas pelo *conjunto da casa, do terreiro e de áreas manejadas no entorno imediato, juntamente com as coisas do cotidiano, que imbuem este lugar de grande carga simbólica, transformando-o em um “lugar significativo”* (Souza 2017:76; 129).

Em razão dessa relação estabelecida entre as pessoas e as casas, além da visível mobilidade dessas populações pelo território, as edificações que aparentam estar ‘abandonadas’ no Alto Sertão, na realidade são construções ‘desocupadas’ em estado de ‘espera’ por seu novo ocupante. Além disso, tais casas podem ser apreendidas pela população local, como uma importante fonte de matéria prima a ser reutilizada em novas edificações, sem contar também com a *possibilidade de, algumas vezes, mover a casa quase*

inteira, transportando telha, caibros e trama de galhos, nos mostrando que a mobilidade no sertão faz noções como "vazio" e "abandono" perderem o sentido, dado que as coisas para nós "abandonadas" ganham outros usos e semânticas dentro das práticas de mobilidade (Souza 2017:76; 129).

Quadro 5. Detalhe de agrupamento de telhas, assim como ruínas de edificação sem a presença do telhado indicando práticas de reuso dos materiais construtivos, na comunidade Aguani. (Fotos: Zanettini Arqueologia).

No âmbito dos estudos voltados ao licenciamento dos complexos eólicos, foram averiguados ainda casos isolados de manifestações materiais que se destacam por sua singularidade, ao trazer vestígios ligados a atividades produtivas e saberes tradicionais no Alto Sertão quase não são mais visíveis nessas localidades, como àqueles relativos à confecção de tijolos de adobe (**Quadro 6**). Não por acaso, considerada como uma técnica construtiva referente ao período colonial.

De modo geral, o processo de confecção consiste na obtenção de sedimento a partir da escavação de um ponto do terreno, que é trabalhado e amassado com os pés. Em seguida, a massa de barro é posta em uma forma feita em madeira com dimensões aproximadas de 20 x 20 x 40 cm, e compactada manualmente (**Figura 21**). Posteriormente, os tijolos são desenformados e deixados dispostos no terreno por um determinado período (em torno de 7 dias), sob o sol para o processo de secagem. Cabe mencionar ainda que tanto na literatura especializada, como nas narrativas das pessoas das comunidades localizadas no entorno, indicações com relação à adição ao barro e a argila, de fibras vegetais e estrume de boi, de modo a melhorar a resistência do adobe (Colin 2010).

Quadro 6. Detalhe da cavidade resultante da retirada de sedimento para a confecção do adobe, assim como o detalhamento dos tijolos dispostos em forma ordenada no terreno, localizados em uma propriedade na comunidade Gameleira de Fora. (Fotos: Zanettini Arqueologia).

Figura 21. Detalhe do processo de confecção manual de tijolo de adobe, com o uso de forma em madeira. (Fonte: Colin 2010).

No escopo de tais pesquisas, também foram cadastrados como SHIAs, outras manifestações materiais vinculadas notadamente a uma esfera religiosa, a qual se faz marcante nas práticas, saberes e representações cotidianas que envolvem a vida nas comunidades tradicionais no Alto Sertão baiano. Estas manifestações são pautadas em sua essência a algum elemento do campo religioso, onde a fé é exteriorizada e praticada, ou referente a lugares apreendidos como sagrados, a exemplo de edificações destinadas a cultos religiosos, áreas cemiteriais, marcos de falecimento e cruzeiros.

Quadro 7. Exemplos de manifestações materiais ligados à esfera religiosa, averiguadas dentre o patrimônio evidenciado no escopo da Arqueologia Preventiva. (Fotos: Zanettini Arqueologia).

A presença ou a ausência de manifestações como essas junto aos territórios das comunidades presentes no Alto Sertão, trazem informações importantes sobre como as pessoas se relacionam com algumas temáticas, como a morte³². É notório em algumas comunidades, a ausência de áreas cemiteriais ou qualquer tipo de sepultamento no seio do território da comunidade, em detrimento a outras, que apresentam em quase que a totalidade das casas a presença de pequenas áreas cemiteriais. Assim como ocorre no caso dos marcos de falecimento.

³² Como será observado no item 3.2.2, o caso da comunidade Cristina.

Estes marcos de falecimento são conformados através da presença de um pequeno cruzeiro em madeira, ora com inscrições gravadas com nome e data, outras vezes mais elaborados apresentando pintura e até mesmo cercamento.

Tais manifestações demonstram a relevância para as comunidades locais em sinalizar, lugares aonde alguns de seus membros em virtude de alguma fatalidade vieram a falecer. E assim, ao contrário de uma área cemiterial que é sagrada por abrigar os restos mortais de pessoas, os marcos de falecimento são lugares apreendidos como sagrados por simbolizar um espaço onde pessoas, muitas vezes familiares e/ou entes queridos, perderam a vida.

Nesta mesma conjuntura, de conceber o mundo e o que lhe é externo através do olhar do sagrado, se faz presente nas manifestações religiosas marcadas pelas vias sacras realizadas, sobretudo no período da semana santa e feriado de finados, e vetorizadas por meio das penitências, promessas e súplicas feitas junto aos cruzeiros, quase sempre intencionalmente localizados no alto serra, de modo a contribuir para o sacrifício dos fiéis.

Inicialmente, as distinções entre um marco de falecimento e um cruzeiro podem ser apontadas através do porte do cruzeiro e seu local de implantação. Dado que, na maioria dos casos observados, os marcos de falecimento são caracterizados por cruces de pequeno porte e situados onde ocorreu uma morte, ao passo que os cruzeiros apreendidos no escopo das vias sacras realizadas pelas comunidades locais, são maiores em altura, e em quase todos os casos averiguados ao longo desses territórios, situados em terrenos elevados.

Outro fator que os diferencia, a princípio, são práticas de penitências dos fiéis que resultam igualmente em outra manifestação material, a exemplo da presença de diversos blocos rochosos com diferentes dimensões averiguados junto à base dos cruzeiros.

Quadro 8. Exemplos de cruzeiros situados no alto da Serra das Gerais, e marco funerário localizado em terreno aplainado as margens de uma estrada vicinal. (Fotos: Zanettini Arqueologia).

As narrativas das pessoas que compõem as comunidades locais demonstram que, no decorrer das manifestações religiosas realizadas, as pessoas ao saírem do ponto inicial das vias sacras, carregam nos ombros ou sobre suas cabeças as “pedras” através do caminho sempre íngreme e dificultoso até o cruzeiro, onde tais blocos rochosos são depositados junto à sua base.

Quadro 9. Detalhe de pequenos blocos rochosos observados na base dos cruzeiros, localizados em área de topo de morro. (Fotos: Zanettini Arqueologia).

Entretanto, foram observados casos, em que aparentemente cruzeiros também estariam localizados em terrenos baixos e aplainados. Na comunidade Paraguai, por exemplo, se observou vestígio de cruzeiro em um lugar situado em baixa vertente, mas que apresentava os ditos blocos rochosos em sua base.

Em um primeiro momento, esta manifestação material se mostrou como uma exceção, porém, as narrativas dos moradores do Paraguai e das comunidades do entorno convergiam para uma explicação mais complexa. De acordo com as narrativas, o que hoje é apreendido como um cruzeiro, no 'tempo dos antigos' já foi considerado um marco de falecimento, cujo com o tempo teria sido ressignificado, assim como as práticas que se estabeleciam junto ao lugar.

Imagem 23. Remanescente de um cruzeiro em madeira localizado as margens de uma das estradas na comunidade Paraguai, mas que antigamente era apreendido pelas pessoas como marco de falecimento. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Desse modo, todas essas manifestações materiais entendidas no escopo da Arqueologia Preventiva como SHIAs, por um lado, podem ser entendidas como referências culturais para essas comunidades do Alto Sertão, já que vetorizam certo *padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais as pessoas se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida* (Geertz

2008:66). Por outro lado, enquanto materialidade que é concebida a partir dessa complexa inter-relação pessoas/coisas que qualifica a vida humana e adjetiva lugares (Bakhtin 1993; Bell e Geismar 2009; Bezerra 2012 e 2013; Miller 2013; Ingold 2010 e 2012; Silva 2009, 2013 e 2015b; Souza 2017; Zedeño e Bowser 2009), os SHIAs também podem vir a ser entendidos como fragmentos das vivências dessas comunidades tradicionais no Alto Sertão, sendo que muitas vezes, tais práticas cotidianas sertanejas resultam em manifestações materiais, cujos aspectos e configurações podem passar despercebidos pelo olhar de pesquisadores desatentos. Como o caso dos outros SHIAs relacionados a estruturas referentes ao manejo de recursos hídricos, conforme citadas nos relatos de Spix e Martius (1781-1826/1981).

Estes eventos são marcados por um conjunto de estruturas ligadas ao aprovisionamento do recurso mais escasso nessa região, além de ser a prova material das alternativas encontradas pelos sertanejos para promover, de certa forma, condições mínimas para o seu habitar. Elas se caracterizam pelo uso das cavidades naturais em lajedos, as quais armazenam de média a pequena quantidade de água proveniente das chuvas³³. Ao mesmo tempo, nota-se na área alvo de estudo, o uso de cacimbas, cavidades resultantes de intervenção humana no solo, atualmente realizada com o auxílio de maquinário. Em alguns casos, as cacimbas eram feitas de forma manual por membros de determinadas famílias ao longo de gerações, a exemplo da cacimba ainda escavada pelo senhor 'Zé Honório', na comunidade Lagoa Funda.

Seguindo ainda nessa perspectiva, o senhor 'Zé Honório' também se apresenta como um bom exemplo das conexões entre pessoas, lugares e coisas. Posto que ele é familiar, por ex., do senhor Antônio Honório de Matos³⁴, morador da comunidade Lagoa do Fundo, casado com a senhora Zenilda Martins de Matos oriunda da comunidade Cristina.

³³ Em seu clássico – *Os Sertões* - Euclides da Cunha (2011) também traz informações importantes sobre a prática e o uso de cacimbas e caldeirões para o armazenamento do que o arqueólogo Rafael Abreu e Souza (2017) consideraria, inclusive, como uma materialidade ausente – a água. Euclides Cunha (2011) descreve tais manifestações materiais como *verdadeiro oásis*, justamente por ser a única opção ao longo de uma viagem pelos sertões baianos (Cunha 2011).

³⁴ Trecho da narrativa feita pelo senhor Antônio em entrevista informal concedida em sua residência para a equipe de arqueologia da Zanettini Arqueologia no dia 14/08/2014.

Imagem 24. Cacimba escavada manualmente, localizada na comunidade Lagoa do Fundo.
(Foto: Juliana Freitas).

De acordo com senhor Antônio, o início da comunidade em que mora está relacionado à antiga fazenda Lagoa do Fundo, pertencente a seu bisavô José Honório.

Partindo do pressuposto que o senhor Antônio Honório de Matos possui 74 anos atualmente, tem-se uma margem temporal de pelo menos 100 anos, o que possibilita a suposição de que seu bisavô tecia suas ações e relações naquele território entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Não por acaso, uma informação constatada na tese do historiador Paulo Henrique Duque Santos (2014), *Légua tirana: sociedade e economia no Alto Sertão da Bahia. Caetité, 1890 – 1930* menciona brevemente a existência de pequenos proprietários nesse fragmento do Alto Sertão, justamente na cronologia suposta, os quais, quando detentores de um conjunto de bens até o valor de 20 mil réis, associavam mais de uma atividade produtiva em sua propriedade. Coincidentemente, entre os proprietários citados por Santos (2014), encontra-se um ferreiro cujo nome é José Honório e então morador da Lagoa do Fundo (tida na documentação enquanto pequena propriedade e não fazenda), essas informações foram encontradas em documentações datadas entre os anos de 1921-1922 (Santos 2014). Fortalecendo tais narrativas acerca do processo de formação da comunidade Lagoa do Fundo, a Zanettini Arqueologia durante os estudos arqueológicos

identificou o sítio arqueológico Morro do Vento³⁵ que traz dentre os vestígios observados, evidências de uma antiga ocupação no terreno atualmente pertencente ao senhor Antônio Honório de Matos. Em meio ao acervo exumado junto ao referido sítio, constavam fragmentos de cerâmica de produção local/regional, porcelana chinesa, faiança fina e de faiança. As louças em questão indicam a possibilidade da outrora existência de uma ocupação no local no início do século XIX.

Imagem 25. Fragmento de recipiente em porcelana chinesa, exumado junto ao sítio arqueológico Morro do Vento, na comunidade Lagoa do Fundo. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 26. Fragmentos de recipiente de faiança policrômica, característica do início do século XIX, este tipo de material é facilmente encontrado em contextos litorâneos. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Desta maneira, as informações oriundas tanto a partir da documentação dos Inventários, como das narrativas apreendidas em campo, convergem, ao que tudo indica, para o mesmo indivíduo, o senhor José Honório, o que reforça as considerações até agora pontuadas, as quais sugerem que esse território conforma-se a partir dos grandes latifúndios e com o decorrer do tempo e a dinâmica histórica, social, cultural e econômica, essas grandes fazendas foram destituídas e reformuladas em pequenas propriedades, das quais, com exceção das populações remanescentes de quilombolas, surgiram às comunidades como as conhecemos hoje. Após incontáveis processos de compra, venda, arrendamento, doação, herança, quitação de dívida, entre outros processos associados a problemáticas de pertencimento e identidade dos grupos sociais e indivíduos que ali formaram pequenos núcleos de povoamento, caracterizados por fortes laços de parentesco, entretanto, nem sempre encarados enquanto fator para o

³⁵ Sítio arqueológico multicomponencial, apresenta vestígios líticos ligados a populações caçadoras coletoras, mas também materiais associados à ocupação histórica do local, ao que tudo indica, no início do século XIX (Zanettini Arqueologia 2014a e 2019).

estabelecimento de relações amigáveis, por possuírem cosmo políticas muito próprias (Vieira 2015).

Assim, a partir das minhas experiências de campo nas áreas destinadas a avaliação de natureza arqueológica no escopo da Arqueologia Preventiva, foram mapeadas 19 comunidades rurais para o meu recorte espacial arbitrado pela proximidade com a comunidade Cristina.

Dentre estas comunidades observam-se comunidades quilombolas reconhecidas, a exemplo das comunidades Olho D'Água e Gurunga, assim como a própria comunidade Cristina, tida como uma das comunidades de remanescentes quilombolas, além de outras 16 comunidades como a Serra das Tabocas (Taboca), Barriguda, Mané Braz, Gameleira, Gameleira de Fora, Morro da Gameleira, Lagoa das Beradas, Sucesso, Jurema, Cipoal, Lagoa das Vacas, Aroeiras, Lagoa do Fundo, Hospício, Paraguai e Aguaní. Essas comunidades são constituídas, muitas vezes, por indivíduos da mesma família, ou com laços de parentesco com pessoas de outras comunidades próximas a sua, tanto que, ao andar por esses territórios, nota-se uma presença mínima de pessoas não nascidas nessas referidas localidades.

Para representar as comunidades em suas possíveis configurações territoriais, foi elaborada com base nos levantamentos de campo e narrativas de seus moradores, uma ilustração³⁶ aproximada das delimitações em sua implantação no terreno.

A configuração territorial de cada comunidade está pautada em seus espaços fronteiriços por zonas de confluências, como uma '*intersecção territorial*', uma vez que considero essas marcações fronteiriças oriundas das práticas e ações humanas em inter-relação com seu território como fluídas, não entendo ser possível estabelecer uma delimitação exata, já que tais fronteiras são orgânicas. Como expõe o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, *na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem* (Souza 2009:61).

³⁶ Conforme mencionado anteriormente, sua elaboração se deu através das minhas vivências em campo no escopo das pesquisas realizadas na área alvo de estudo desde o início de 2011, bem como, a partir das narrativas dos moradores dessas comunidades acerca de seus territórios.

PATAMAR
INFERIOR

PATAMAR
INTERMEDIÁRIO

SERRA GERAL

GURUNDA

OLHO D'ÁGUA

LAGOA DAS VACAS

SUCESSE

JUREMA

LAGOA DO FUNDO

CRISTINA

LAGOA
DAS
SERADAS

MORRO
DA
GAMELEIRA

MANE
BRAZ

GAMELEIRA
DE FORA

BARRIGUDA

AGUANI
(CRIMINOSO)

GAMELEIRA

HOSPICIO

CIPÓAL

AROEIRAS

SERRA
DAS
TABOAS

PARAGUAI

RIO S. FRANCISCO

CAETITE

Entre essas comunidades, existem comunidades consideradas mais antigas, a exemplo de Hospício (constatadas em documentação histórica e nos relatos dos viajantes), Aguani (antigo Criminoso³⁷), Paraguai (citada nos relatos de Teodoro Sampaio), Cipoal, Lagoa do Fundo, Gurunga, Olho D'Água e Cristina, e outras mais recentes como Mané Braz (constituída por apenas uma família), Sucesso e Jurema.

A título de ilustração, todos os sítios arqueológicos³⁸ históricos identificados nas comunidades próximas à comunidade Cristina, comprovam a construção das paisagens e a constituição dos territórios engendrados a formação histórica das comunidades ali existentes.

Sítio arqueológico	Comunidade
Alagadiço	Cristina
Alvorecer	Gurunga
Amanda	Sucesso
Azul	Gurunga
Balanço	Gurunga
Barranco	Cristina
Boiadeiro	Cristina
Brejo	Lagoa do Fundo
Cacaria	Lagoa do Fundo
Caipira	Lagoa das Beradas
Chave	Serra das Tabocas (Taboca)
Chegada	Lagoa das Vacas
Criminoso	Aguani (Criminoso)
Cruzeiro do Gurunga	Gurunga
Céu	Cristina
Dina	Cristina
Entardecer	Lagoa do Fundo
Espinho	Jurema
Estrela	Gurunga
Estrela da Tarde	Hospício
Feijão Verde	Sucesso
Generosa	Aguani (Criminoso)

³⁷ A comunidade Aguani era conhecida anteriormente pelo nome de Criminoso. As narrativas dos mais velhos sobre essa questão convergem para o fato de que a localidade servia de esconderijo para 'criminosos e foras da lei'. Por conseguinte, diante da conotação negativa do nome da comunidade, seus moradores buscaram junto ao poder legislativo de Caetité, para que a localidade fosse renomeada de Aguani.

³⁸ Destaco que as informações (a exemplo da coordenada UTM) dos sítios arqueológicos e SHIAs identificados junto às pesquisas arqueológicas no âmbito do licenciamento dos complexos eólicos como um todo, constarão no **Anexo 3** ao final desta Dissertação.

Sítio arqueológico	Comunidade
Granizo	Cristina
Joaquim	Cipoal
Juá	Paraguai
Ladeira	Sucesso
Lagoa do Fundo I	Lagoa do Fundo
Lagoa do Fundo II	Lagoa do Fundo
Luidugério	Cipoal
Manoel	Gurunga
Maria Julia	Serra das Tabocas (Taboca)
Mata Passo	Jurema
Morro do Vento	Lagoa do Fundo
Muritiba	Cristina/Olho D'Água
Mãe Maria	Gurunga
Olha d'água I	Olho D'Água
Olho d'água II	Olho D'Água
Onça	Sucesso
Orubá	Lagoa das Beradas
Oscarino	Gurunga
Pai Pedro	Lagoa das Vacas
Paraguai I	Paraguai
Paraguai III	Paraguai
Paraguai IV	Paraguai
Pedraão	Gurunga
Planaltina I	Gurunga
Reisado	Gurunga
São João	Aroeiras
Tamiranda	Aguani (Criminoso)
Tatarena	Aroeiras
Vaqueta	Lagoa das Beradas
Zé Prefeito	Cipoal

Tabela 1. Relação dos sítios arqueológicos e as comunidades correspondentes ao processo de formação. (Fonte: Zanettini Arqueologia 2011, 2014a, 2018a e 2019).

Este registro arqueológico ligado às comunidades em questão, configura-se enquanto locais relacionados tanto a refugos de habitação e atividades cotidianas domésticas com remanescentes construtivos preservados ou totalmente colapsados, como aqueles que se referem a atividades específicas resultantes de ocupações temporárias, a exemplo dos acampamentos ou ‘casas de roça’, e ainda aqueles locais com a presença de vestígios associados à mobilidade, passagem e trânsito de pessoas,

pouquíssimo densos no contexto intrasertão (Zanettini Arqueologia 2011, 2012a, 2014a, 2018a e 2019).

Quanto às comunidades de remanescentes quilombolas, como Gurunga, Olho D'Água e Cristina, possivelmente sua gênese pode estar atrelada a um início comum, conforme apontam os levantamentos bibliográficos e as narrativas de seus moradores, sobretudo, àqueles mais velhos entre faixa etária de 80 a 100 anos, guardiões das memórias remanescentes do final do século XIX³⁹. Não obstante, devido a questões inerentes a relação de parentesco, usos do território, dentre outras questões de viés sociocultural, aparentemente ocorreu uma busca por novos territórios, fazendo com que ao longo dos anos certas pessoas originárias do então quilombo da Gurunga, buscassem outros locais para se assentar e formar novas comunidades. Esta assertiva simpatiza com o contexto histórico dessa área, como já visto, das grandes propriedades escravistas em toda região, o que me direciona a pensar que essas populações são descendentes dos coletivos africanos escravizados, os quais, em um primeiro momento, foragidos desses latifúndios e, posteriormente também alforriados, deslocando-se até esses locais de resistência que também poderia contar, em alguns casos com a presença de indígenas (Lima 2017; Nogueira 2011; Oliveira e Ivo 2013; Pires 2003, 2006, 2009 e 2014; Santana 2012).

Todavia, no caso da comunidade Cristina, mesmo sendo reconhecida e formada por remanescentes quilombolas, nem sempre a memória individual ou coletiva em relação a esse passado violento, permanece presente nas narrativas de seus moradores. Na visão de Michael Pollak (1989:4) esses hiatos podem ser as *memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio*, já que muitas vezes o silêncio é o mecanismo de resistência encontrado frente aos discursos oficiais. Portanto, é necessário estar certo de sua postura teórico metodológica para desenvolver um estudo junto a uma comunidade tradicional, como a comunidade Cristina, dado que a *questão não é apenas dar voz aos silenciados, mas detectar e entender os diferentes níveis do silêncio e do esquecimento* (Meneses 1992:18).

³⁹ Retomarei essa questão no item 3.2.1 desta Dissertação.

CAPÍTULO 3

ETNOGRAFIA ARQUEOLÓGICA E ARQUEOLOGIA DO PRESENTE – CAMINHOS PARA O ESTUDO DAS MATERIALIDADES, DOS LUGARES E DAS PAISAGENS NO (E DO) CONTEMPORÂNEO

3.1. Arqueologia – Uma questão de caráter

“But I’ll tell you a secret: archeology is a marathon, and you don’t win marathons with speed. You win them with character”⁴⁰

Nesse momento em que se mostra inevitável refletir sobre a Arqueologia em todas as suas faces, isto é, como ciência, disciplina e *práxis*, no decorrer do processo de construção da própria história da humanidade, pode-se dizer que ela também é considerada como parte desta construção, e, ao mesmo tempo, construtora desta história. Ainda que tal processo tenha se mostrado como uma longa jornada, apreende-se através dos caminhos percorridos pelo pensamento arqueológico que talvez a Arqueologia seja mesmo, de certa forma, uma questão de *caráter* (Flannery 1982: 277).

Por conseguinte, falar em *caráter*, palavra entendida neste momento como *traços particulares*, implica direcionar minhas reflexões para o que venha a ser a Arqueologia, sendo esta considerada como uma das ciências modernas forjadas a partir do século XIX. Da mesma maneira, requer um olhar atento para como se deu o processo de composição do seu objeto de estudo, bem como das formas de pensar e fazer arqueologia. Ou seja, se a Arqueologia pode estar ligada a uma questão de *caráter* (*traços particulares*), qual seria, então, a sua principal característica, além de sua notável interdisciplinaridade?

Assim, um dos *traços* constitutivos da arqueologia, ainda no momento de seu “pré-nascimento” no século XV, antes de sua institucionalização, sugere que esta já estava ligada ao mundo que lhe deu vida (Silva 2009). Talvez nesse ponto torna-se viável apontar que, longe de tecer generalizações, mas buscando esclarecimentos, que estes “primeiros estudiosos” do que viria a ser

⁴⁰ Flannery, K. V. (1982). The golden Marshalltown: a parable for the archeology of the 1980s. *American Anthropologist*, 84 (2), 265-278.

denominado cultura material, registro arqueológico, atualmente entendida como *materialidade* por muitos arqueólogos, foram frutos de uma necessidade daquele momento, margeados pela ânsia de *entender* o “outro” e, neste momento em especial, os “outros mundos” até então desconhecidos.

A sua vez, mesmo com o estabelecimento da Arqueologia Moderna no século XIX, nota-se que seu desenvolvimento está associado ao nascimento de determinados grupos sociais no Ocidente. Com isso, esta Arqueologia incorporou posturas devotadas não mais para *entender*, mas para legitimar as nações recém-criadas e a sua condição de superioridade ocidental para com as outras nações, refletindo os interesses de classes e comunidades específicas (McGuire 2008:96).

Dessa forma, como disciplina, a Arqueologia *congrega experiências* desenvolvidas nos últimos séculos, as quais, irremediavelmente, acabaram por *influenciar sua práxis contemporânea*. À vista disso, o antiquarismo, o Paradigma da Ilustração, o Evolucionismo do século XIX, a abordagem Histórico-Culturalista deflagrada a partir da primeira metade do século XX, assim como o surgimento da *New Archaeology* nas décadas de 1960 e 1970, seguida pela abordagem pós-processualista e sua postura interpretativa a partir da década de 1980, e, por fim, as demais Arqueologias irradiadas desde então, e constatadas no quadro das Arqueologias Contemporâneas, de modo geral, dão corpo ao pensamento arqueológico (Moraes Wickers 2010: 42).

Isto posto, outro *traço* marcante da Arqueologia em seu processo de desenvolvimento pode ser constatado em seu interesse pelo estudo da *materialidade* (Bakhtin 1993; Bell e Geismar 2009; Gnecco 2012, González-Ruibal 2008, 2009, 2010 e 2014; Ingold 2008a, 2012 e 2013; Hamilakis 2011, 2014 e 2015; Hamilakis e Anagnostopoulos 2009, Hamilakis e Labanyi 2008; Miller 2013; Silva 2002, 2009 e 2015; Tilley 2007).

Consequentemente, esta inclinação da Arqueologia pela esfera material resultante das ações e práticas humanas recai, inevitavelmente, para a discussão acerca de lugares. Isto é, as formas pelas quais os seres humanos apreendem os espaços físicos através dos sentidos, e a eles dão significados, e com eles constroem lugares e paisagens, e definem seus territórios através das vivências e experiências. Falar sobre *materialidade* é falar sobre pessoas ‘vivas’ ou ‘mortas’, e também falar sobre sua inter-relação com os lugares,

mesmo que a partir de diferentes perspectivas de pesquisa e posturas teórico-metodológicas (por ex. Ashmore 2004, 2007 e 2009; Bender e Aitken 1998; Bezerra 2012 e 2013; Binford 1982; Bowser 2004; Clarke 1977; Giddens 1985; Hamilakis 2011; Hodder & Orton 1976; Hodder 2011 e 2016; Ingold 1986, 1993, 2000, 2008a, 2008b e 2012; Jerstad 2016; Lefebvre 2000; Leone 1984; Reid Calde1985; Santos 1996, 1997 e 2005; Silva 2000, 2002, 2009, 2010 e 2013; Schiffer 1977; Soja 1993; Thomas 2001; Tilley 1994 e 2004; Tuan 2012; Waterton 2005; Whitridge 2004 e 2016; Zedeño 1997, 2000 e 2008; Zedeño e Bowser 2009).

Em seu artigo *Território, Lugares e Memória dos Asurini do Xingu*, publicado em 2013, Fabíola Andréa Silva já chamava atenção para a virada epistemológica desde a proclamada 'Arqueologia do Lugar', de Lewis B. Binford (1982), visto que na última década

“(...) os lugares assim como as paisagens passaram a ser entendidos como significativos, adjetivados de várias maneiras (p.ex. sagrados, perigosos, tradicionais, culturais) e estudados em termos de suas biografias, significados metafóricos e metonímicos, políticas, lógicas, redes, transformações e persistências” (Silva 2013:31).

E é a este entendimento que me associo.

Nessa perspectiva, talvez seja por isso que a arqueologia se constitua a partir da interdisciplinaridade. A arqueologia é interdisciplinar desde sempre, e foi o processualismo que constituiu campos de investigação (p.ex. geoarqueologia, etnoarqueologia etc), tendo em vista sua disposição em estudar a materialidade humana. Frente ao seu objeto de estudo, a ciência arqueológica é 'provocada' a dialogar com as mais diversas áreas do conhecimento, o que gerou, na década de 1960, e ainda gera uma certa 'crise epistemológica', em sua busca de apreender o *arqueológico* (Binford 1962; Nativ 2016). De qualquer forma, a questão latente reside em considerar que o domínio sobre o *arqueológico*, até então exclusivo da Arqueologia, passou a incorporar outras e novas narrativas na construção do conhecimento, por entender que este é um vetor para a construção de distintas percepções e interpretações das mais variadas sociedades humanas (Hodder 1982).

Entretanto, a complexidade engendrada ao objeto de estudo da arqueologia se dá, igualmente, porque o *arqueológico* também é envolvido e

influenciado por questões ligadas a outros processos e fatores desencadeados para além das ações humanas (Schiffer 1972; Villagrán 2008), fato que levou a ciência arqueológica, no decorrer do século XX, a uma forte proximidade com áreas do conhecimento como a Geografia, Geologia e Biologia, chegando ao ponto de algumas abordagens arqueológicas, a exemplo da Geoarqueologia, virem a ser encaradas como uma “*Arqueologia bem feita e amadurecida*” (Araújo 1999:44).

Ao se devotar ao *arqueológico*, a ciência arqueológica se debruça sobre coletividades humanas que viveram, e que ainda vivem, tendo então como suporte para análise a esfera material resultante da inter-relação de tais coletivos com os lugares. Sendo assim, uma ciência que se lançou a estudar um arcabouço complexo como este deveria mesmo se apresentar interdisciplinar. Estes processos que geram o *arqueológico* devem ser entendidos, a meu ver, como complementares, e não dicotômicos, tendo consciência que, ao focarem o olhar exclusivamente em processos ditos mais “científicos”, como os associados às ciências naturais e da terra, quase sempre culminam na ‘morte’ do que é ‘vivo’ na materialidade que permeia o *arqueológico*, uma vez que este pode ser considerado como multitemporal (Gnecco 1999; Ingold 1993; Hamilakis 2011; Hamilakis & Anagnostopoulos 2009).

Face ao exposto, retomo a premissa de que a Arqueologia, antes de tudo, é questão de *caráter*, tendo em vista que, ao se conceber como uma ciência social nos últimos anos, ela coloca, portanto, o arqueólogo diante de desafios concretos em meio aos conflitos contemporâneos (Ferreira 2008a; Moraes Wickers 2010). E lhe é atribuída uma grande carga de responsabilidade em relação à forma como recupera o *arqueológico* e ao modo como constrói conhecimento sobre tal materialidade (Moraes Wickers 2010). Esse momento ‘autorreflexivo’ da Arqueologia remete a pensar, desse modo, sobre quais coletivos ou comunidades podem lançar olhares e expressar suas narrativas sobre a materialidade do *arqueológico*, ao mesmo tempo em que permite também pensar o processo de construção do conhecimento deste, de forma a contemplar uma construção coletiva de tal conhecimento, a partir de um diálogo reflexivo com as comunidades locais e a sociedade em geral. Dado que os arqueólogos podem ser encarados como um grupo de pessoas

organizadas em comunidade, dentre tantas que constituem a sociedade (Atalay 2012; Gnecco e Hernández; 2008; Smith e Waterton 2013).

Assim, optei por me direcionar pela abordagem da Etnografia Arqueológica e Arqueologia do Presente. Entendo que tais abordagens são necessárias para adentrar nos caminhos do estudo das materialidades, incluindo os lugares e as paisagens no (e do) contemporâneo, e defender também a proposta de uma etnografia reflexiva na e sobre a prática arqueológica. Da mesma forma, encara-se a prática etnográfica como um espaço que abarca e onde atuam as mais diversas e diferentes vozes, devotadas a dialogar sobre materialidade e temporalidade (Hamilakis 2011). Nesse sentido, a Arqueologia do Presente também contribui para estudos devotados em apreender as relações entre coisas e pessoas, como o caso da minha proposta de pesquisa, por ser entendida como o estudo da materialidade (González-Ruibal 2009). Se considerarmos ainda que essa materialidade age sobre as pessoas através dos sentidos, e que seus próprios corpos e sua linguagem podem ser entendidos como materialidade, isto já me proporciona um vasto campo de reflexão a respeito de como as pessoas da comunidade Cristina, por exemplo, estabelecem suas percepções sobre a paisagem que vivenciam e de seu território, através de suas materialidades (p.ex. lugares, caminhos, coisas e corpos) (Bakhtin 1993; Bell e Geismar 2009; Bezerra 2012 e 2013; González-Ruibal 2009; Ingold 2010 e 2012; Hamilakis 2011; Miller 2013; Silva 2009, 2013 e 2015; Souza 2017; Whitridge 2004).

Por fim, a Arqueologia é questão de *caráter*, agora no sentido moral, dado que a construção de interpretações arqueológicas pautadas no compromisso de somar conhecimentos à produção do conhecimento comprometido e socialmente engajado perpassa uma postura política do arqueólogo como pessoa e pesquisador, pois, conforme aponta González-Ruibal (2008 e 2009), a Arqueologia trata de memória e presença, sendo esta última um dos atos políticos mais fortes da *práxis* arqueológica.

3.2. “Vou ver Cristina”⁴¹ – A Pesquisa Arqueológica e Etnográfica junto à Comunidade Cristina

“O silêncio não é ausência da fala, é o dizer-se tudo sem nenhuma palavra”⁴²”

O desenvolvimento da pesquisa arqueológica e etnográfica junto à comunidade Cristina ocorreu em diferentes momentos e por meio de distintas abordagens. Conforme mencionado anteriormente, minha presença junto ao território da comunidade se deu em razão dos estudos devotados ao licenciamento dos parques eólicos⁴³ a partir de 2014. Nesta fase embrionária do projeto, a equipe de arqueologia em campo era responsável por executar as atividades prospectivas junto aos locais que conheceriam as obras de engenharia do empreendimento.

Nesse sentido, os pressupostos teórico-metodológicos empregados como base para as ações prospectivas em campo dizem respeito, exclusivamente, às propostas levadas a cabo pela Zanettini Arqueologia. A abordagem de *survey* seguida pela empresa pautou-se em uma abordagem amostral de cunho oportunístico⁴⁴, buscando atender de modo satisfatório não só aos elementos vinculados ao projeto executivo do empreendimento, mas também ao que considerasse o complexo quadro de ocupação humana nas áreas alvo de avaliação, sobretudo com relação aos contextos mais recentes de ocupação. Experiências anteriores associadas aos estudos conduzidos nos sertões do Piauí, Pernambuco e Ceará fizeram com que o corpo técnico da empresa Zanettini se atentasse para a necessidade de adequações no conjunto de operações proposto inicialmente, de modo a contemplar contextos arqueológicos vinculados às populações sertanejas do século XX. Por outro

⁴¹ Trecho da música ‘Cristina’ interpretada por Tim Maia, e escrita por Pedro Alexandre Sanches em 1970.

⁴² Couto, M. (2006). *O outro pé da sereia*. Ed. Companhia das Letras.

⁴³ Cabe destacar que este empreendimento se encontra em fase de instalação. Em razão à crise econômica no país, o cronograma de implantação do Complexo Alto Sertão III (CAS III) conheceu a paralisação total no ano de 2015. Até o momento a empresa responsável pela implantação dos parques eólicos não retomou de forma integral as obras, como também os processos envolvidos neste quadro. Tratarei deste assunto no capítulo 4.

⁴⁴ Conforme explicitado, a abordagem metodológica adotada pela Zanettini Arqueologia pautou-se no consórcio de prospecção intensiva por amostragem e abordagens de cunho preditivo. Tais entendimentos tiveram por base, sobretudo, a tese de doutoramento de Pedro C. Carvalho, intitulada “Cova da Beira – ocupação e exploração do território na época romana, Conímbriga”, defendida junto ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no ano de 2007.

lado, essa reflexão também levantou a latente questão acerca de quais eventos, evidências e contextos poderiam vir a ser considerados como sítios arqueológicos, até porque, após a efetivação do cadastro junto ao Centro Nacional de Arqueologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNA/IPHAN), tais bens passam a ser entendidos como patrimônio da União (Souza 2017; Zanettini Arqueologia 2014a e 2019).

Foi nesta conjuntura que transcorreu a identificação, em locais próximos ou incidentes aos destinados aos acessos da obra, de seis (6) sítios arqueológicos relacionados ao processo de formação da comunidade Cristina, sendo eles: Alagadiço, Barranco, Boiadeiro, Céu, Dina e Granizo, além de evidências tratadas como bens não acautelados, mas que demonstram materialmente as práticas e relações das pessoas da comunidade junto ao seu território, a partir do registro de (3) três Sítios Históricos de Interesse Arqueológico (SHIAs). Este patrimônio cadastrado no território da comunidade Cristina, assim como os demais bens identificados nas outras áreas destinadas aos parques eólicos, também foram alvo de salvamento arqueológico e de documentação, em consonância com a devida Permissão Federal de Pesquisa Iphan/Minc: Portaria nº 48, de 12 de setembro de 2014 – Anexo I – Item 03 – Processo nº 01502.001451/2014-80, sendo esta permissão de pesquisa renovada por mais dois anos através da Portaria nº 55, de 22 de setembro de 2017 – Anexo II – Item 04 – Processo nº 01502.001451/2014-80.

Cabe destacar que, em consórcio com as pesquisas arqueológicas, a comunidade Cristina conheceu ainda as ações de cunho educativo ligadas ao programa denominado “*Território do Saber – Educação Patrimonial, Arqueologia e Mediação Cultural*”⁴⁵, desenvolvido nos municípios abarcados pela implantação do complexo eólico⁴⁶, e executado igualmente pela Zanettini Arqueologia (ver exemplar da publicação envolvendo o referido programa no **Anexo 4**). No escopo deste programa educativo, eram realizadas rodas de conversa, palestras e oficinas nas comunidades rurais e nos espaços urbanos

⁴⁵ Para o desenvolvimento do referido programa, foram levadas em conta as perspectivas metodológicas ligadas à Educação Patrimonial e ao Turismo Cultural Participativo, objetivando alinhar-se a mecanismos que respeitassem a autonomia das pessoas envolvidas e que possibilitassem múltiplas interpretações (Zanettini Arqueologia 2014b e 2018d).

⁴⁶ A proposta consiste no estabelecimento de diálogos sobre o patrimônio cultural junto aos municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandi.

dos municípios envolvidos, com o intuito de promover diálogos a respeito da materialidade observada junto aos elementos constituidores dos sítios arqueológicos, saberes e práticas tradicionais presentes nessas comunidades, bem como conversas acerca da instituição museológica, o Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), que estava sendo ‘gestado’ desde 2012 para abrigar os acervos arqueológicos oriundos das pesquisas realizadas na região (Moraes 2019; Zanettini Arqueologia 2013c, 2013d, 2014b e 2018d). Todavia, reitero que minha participação se deu exclusivamente no âmbito da pesquisa arqueológica, tendo sido as ações educativas desenvolvidas por outra equipe de profissionais devotados exclusivamente a tais atividades, os quais ainda são lembrados pela comunidade Cristina, como demonstra a narrativa do senhor Juraci Pereira Benevides – *“veio uma menina aí...combinou comigo e aí vieram aí...foi bom... conversamos bastante...o pessoal aqui gosta muito disso”*.

Muitas das narrativas da comunidade Cristina compartilhadas no escopo dessas ações eu já havia conhecido, devido à minha convivência com pessoas da comunidade. Temáticas como as possíveis origens da comunidade, saberes, ofícios e práticas tradicionais dos mais velhos, as práticas de uso da terra, e como se dava a relação das pessoas da comunidade com a materialidade do registro arqueológico cadastrado em suas propriedades pela equipe de arqueologia já faziam parte das minhas inquietações desde o momento da minha ‘entrada’ na comunidade Cristina. Não obstante, destaco que, ainda assim, uma grande parcela dos dados utilizados nesta pesquisa é proveniente do banco de dados da Zanettini Arqueologia, sobretudo no tocante aos croquis e descrições das atividades e intervenções realizadas junto aos sítios arqueológicos, além da documentação fotográfica correspondente à época do primeiro contato com a Cristina (Zanettini Arqueologia 2014a e 2019).

Após o encerramento das atividades de campo realizadas no âmbito da Arqueologia Preventiva e com o advento do meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, minhas ações junto à comunidade Cristina passaram a ser conduzidas notadamente através da perspectiva etnográfica. Assim, para além das minhas vivências junto à comunidade Cristina entre os anos 2014 a 2015 como integrante da equipe técnica da Zanettini Arqueologia,

estão as ações e reflexões estabelecidas no escopo da pesquisa etnográfica desencadeada entre o segundo semestre do ano de 2015 e o primeiro semestre deste ano.

Como exposto anteriormente, minha escolha por uma postura etnográfica vai ao encontro do que tem sido postulado pela Etnografia Arqueológica. Esta perspectiva de pesquisa proporciona elementos fundamentais para os debates e embates entre a academia e os coletivos locais em geral acerca da modernidade, temporalidade e materialidade, bem como sobre a inter-relação entre elas. As concepções formuladas no bojo da Etnografia Arqueológica entendem que incorporar e, principalmente, promover o engajamento das comunidades contemporâneas na produção do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico potencializa a pesquisa arqueológica, ao mesmo tempo em que a transforma. Para tanto, é preciso entender a *práxis* arqueológica como uma prática social no presente, assim como entender que através da etnografia os arqueólogos podem alcançar e investigar novas questões que giram em torno da gestão dos patrimônios culturais. Em resumo, tal postura teórico-metodológica possibilita que as diferentes vozes e temporalidades relacionadas ao registro arqueológico sejam ouvidas e apreendidas (Hamilakis 2011; Hamilakis e Anagnostopoulos 2009).

Da mesma forma, escolhi seguir os métodos de investigação das narrativas orais constatados no corpo de reflexões lançado pela Arqueologia do Presente, cuja proposta defende que “*debemos producir arqueologías del mundo contemporáneo que nos permitan comprender mejor a las sociedades vivas*” (González-Ruibal 2009:19). Ademais, considero que tais práticas podem ser encaradas como uma forma de ‘recuperar’ as vozes de pessoas como os moradores de Cristina, legadas ao esquecimento pelas histórias oficiais hegemônicas e colonialistas, como pontua González-Ruibal (2008:248).

Ao propor estudar “*as relações das sociedades contemporâneas com o mundo material*” (Silva 2009:121) através da perspectiva etnográfica, exponho que tenho consciência de que tal abordagem se encontra originalmente atrelada à ciência antropológica, e também reconheço que seu arcabouço não diz respeito exclusivamente às práticas ligadas aos trabalhos de campo, dado que “*confunde-se “trabalho de campo” com etnografia*” (Uriarte 2012:5). Para a antropóloga Urpi Montoya Uriarte (2012:7), a etnografia se faz através de três

momentos importantes e indissociáveis – “a *formação, o trabalho de campo e a escrita*” –, sendo que este último momento pode vir a ser apreendido como um dos mais difíceis no escopo de uma pesquisa etnográfica (Strathern 2014 e 2018), já que a escrita deverá congregiar suas experiências e percepções resultantes do *exercício de alteridade* que a etnografia proporciona. Desse modo, constará na escrita não só suas narrativas etnográficas, mas também transparecerá sua postura enquanto pesquisador, a começar pelo modo como você se posiciona com relação às pessoas da comunidade, isto é, como um objeto de estudo ou como seres humanos com nomes, sentimentos, saberes e trajetórias de vida. E por isso a etnografia pode ser apreendida para além da prática, mas como a própria *teoria do vivido* (Bosi 2003; Peirano 2008; Uriarte 2012). Ademais, todos esses dados etnográficos foram construídos através das minhas vivências, e, conseqüentemente, amalgamados sobre o peso da minha própria narrativa através da minha escrita.

Chamo atenção para o fato de que, de certo modo, já realizava a prática etnográfica desde minha experiência junto à comunidade Cristina, no escopo das ações ligadas à Arqueologia Preventiva. Tanto que foi justamente por causa dessa prática que acabei por querer estudar de forma aprofundada tal problemática de pesquisa, assim como em razão dessa prática tenho acesso às narrativas dos membros da comunidade Cristina desde 2014⁴⁷, as quais foram apreendidas tanto através da observação participante como por meio de entrevistas que ocorreram, inicialmente, de forma individual, e depois, coletivamente, configuradas como estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas⁴⁸. Com o decorrer da pesquisa, entretanto, percebi que abordagens como a entrevista estruturada e semiestruturada limitavam a espontaneidade, além de causarem um certo desconforto nas pessoas da comunidade. Assim, optei pela realização de entrevistas não estruturadas e em

⁴⁷ Diz respeito ao momento anterior à implantação do empreendimento no território da comunidade.

⁴⁸ De acordo com Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma (2005:73-75) – “A *técnica de entrevistas abertas (ou não estruturadas)* atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados (...)”. Por sua vez, “as *entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal*”. E por último, no caso das entrevistas estruturadas são “*elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas*”.

menor número, e entrevistas semiestruturadas junto aos moradores da comunidade Cristina, dado que tais circunstâncias tornavam as conversas mais naturais e sem imposições temáticas (Queiroz 2017). Também me dei conta de que a pesquisa etnográfica pode vir a se comportar como mais uma face do colonialismo, caso você não perceba que, por mais que todos na comunidade saibam o motivo de sua presença entre eles, após certo tempo e os níveis de relacionamento com essas pessoas existem narrativas e participações que serão compartilhadas e permitidas a você, não como pesquisador, mas como pessoa, isto é, ao ser humano que demonstra real interesse pelas suas trajetórias de vida e dos seus antepassados (Peirano 2008; Strathern 2014 e 2018; Uriarte 2012).

Nesta conjuntura, decidi retirar determinadas narrativas que algumas pessoas da comunidade Cristina compartilharam comigo, após uma reflexão sobre minha própria prática etnográfica. Essa minha postura ganhou força, sobretudo no momento do meu retorno para mostrar o resultado da pesquisa, em janeiro de 2019, ao ver que alguns trechos das narrativas transferidas para o corpo do texto desta Dissertação eram recebidos com uma expressão local – “*E foi mesmo?!*” –, que não me desautorizava a manter a fala e torná-la pública, mas também não me autorizava plenamente a fazer tal ação. A escritora e psicóloga Éclea Bosi, em sua obra *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*, assinala a importância, em termos morais e éticos, de se fazer essa devolutiva junto às pessoas que colaboraram e participaram ao compartilhar com você as suas memórias e trajetórias de vida. Portanto, mostrar sua escrita para as pessoas da comunidade é também um modo de respeitar suas autonomias, pois elas, a partir disso, terão a liberdade de, mesmo que através de uma expressão, como o – “*E foi mesmo?!*” –, demonstrar que algo que está escrito não precisaria necessariamente estar. Para Bosi (2003), criar esse contexto de confiança e de proximidade é de grande valor para a pesquisa, além de ser, mais uma vez, um forte *exercício de alteridade*. Outro ponto relevante indicado pela autora recai sobre o fato de que não se pode exigir de um relato uma determinada precisão histórica, mas considerar que tais narrativas possuem suas próprias verdades, pois até mesmo as incertezas presentes nas falas das pessoas indicam um corpo de significados associados a essas narrativas, ou, como Éclea Bosi chamou, *se/o*

de autenticidade (Bosi 2003:63-65). Todavia, no caso da minha experiência junto à comunidade Cristina, além das incertezas, me deparei com silêncios.

Seja como for, entendo que as narrativas compartilhadas podem ser entendidas como uma fonte de pesquisa, e seus responsáveis, como sujeitos (Thompson 1992:137 e Thompson et al. 2002), até porque acredito que a arqueologia é um recurso como tantos outros *para recuperar evidências de lutas passadas*, além de ser uma *ferramenta não para uso próprio, mas para os outros* (Agbe-Davies 2010:189-173). Assim, é possível encarar as memórias presentes nas narrativas dos moradores da comunidade Cristina como um documento, uma fonte de pesquisa. Não por acaso, o sociólogo e historiador Michael Pollak aponta que as fontes orais possuem o mesmo peso que as fontes escritas, dado que, se *a memória é socialmente construída*, é certo que toda documentação também o é (Pollak 1992:207). Portanto, é válido considerar as memórias dos moradores de Cristina como um suporte para entender o processo de ocupação histórica e formação dessa comunidade, tendo em vista que, diante de séculos de silenciamento e marginalização, narrativas de populações como a Cristina trazem nas histórias individuais e seus *cotidianos corriqueiros* reflexões importantes para a pesquisa em questão (Bosi 2003).

Entendo ainda que a memória é seletiva, pautada na lembrança e no esquecimento, mas sua elaboração se faz no presente e a ele atende (Halbwachs 1968; Pollak 1992). Assim, as narrativas foram compartilhadas porque eu me dispus a trazer no presente essa necessidade. Tanto que todas as vezes que foram compartilhadas informações importantes, estas se deram justamente durante as conversas informais ao longo de minha estadia associada à observação participante da pesquisa, a qual se pautava mais em ouvir do que em falar, como bem observa Uriarte (2012:6) quando diz que *é um ouvir que dá a palavra, não para ouvir o que queremos, mas para ouvir o que os nossos interlocutores têm a dizer*. De acordo ainda com Uriarte, a observação participante *cria familiaridade e possibilita a “fusão de horizontes” da qual falam os hermenêutas, condição indispensável para um verdadeiro diálogo* (Uriarte 2012:6). Ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar o fato evidenciado pela antropóloga Marilyn Strathern (2014), de que as pessoas da comunidade, além de interlocutores, também são de certa forma, *informantes*,

porque elas possuem o controle sobre as informações das memórias que são compartilhadas.

Cumprе apresentar, por outro lado, as reflexões de Tim Ingold em seu artigo intitulado - “*Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia*” - publicado em 2016, cujos apontamentos giram em torno da importância em se considerar a distinção entre etnografia e observação participante. Ingold (2016) não compreende a observação participante como um mecanismo *para coleta de informações das pessoas, sob o pretexto de estar aprendendo com elas*, uma vez que para ele praticá-la envolve também ser educado, portanto, trata-se de um *compromisso ontológico* (INGOLD 2016:406-408). Assim, o autor entende que *praticar* a observação participante é,

“(...) juntar-se em correspondência àqueles com quem se aprendeu ou entre os quais se estudou, num movimento que, ao invés de voltar no tempo, segue em frente”. (INGOLD 2016:409).

Para mim, uma das conquistas mais recompensadoras desse trabalho foi o engajamento das pessoas da própria comunidade no processo da pesquisa. É notório que a gênese dessa pesquisa não se deu no âmbito da arqueologia acadêmica, mas, sim, engendrada à arqueologia preventiva, associada aos contextos de implantação de empreendimentos econômicos. E trabalhar em contextos como este também é desenvolver uma pesquisa atrelada a uma arqueologia do conflito (Hattori 2015). Dessa forma, a presente pesquisa contou com participações das pessoas, não só como *interlocutores* e *informantes*, mas como pessoas engajadas pela busca de memórias que envolviam suas próprias histórias de vida. Tais ações aproximaram as pessoas da comunidade Cristina, mas também as pessoas das outras comunidades com as quais Cristina possui um intenso vínculo familiar (como as comunidades quilombolas Olho D’Água e Gurunga), ainda que em meio a um contexto conflituoso permeado de receios.

O senhor Juraci Pereira Benevides, ex-presidente da Associação da Comunidade Cristina, talvez tenha sido o mais envolvido nesse processo. Sempre me acompanhava durante as entrevistas e conversas junto à comunidade Cristina, como também nas demais comunidades, intercedendo e

interagindo durante as atividades, além de ficar atento às falas dos mais velhos, ao prestar atenção nas informações que não faziam sentido no escopo da pesquisa como um todo, ou, como expõe Strathern (2018: 346-347), *o que não foi procurado* no decorrer do momento etnográfico, mas por vezes encontrado. Tanto que, mesmo após todos esses anos, as pessoas da comunidade ainda me surpreendem com novas narrativas que trazem à tona não só informações sobre o processo de formação da comunidade, mas percepções acerca das coisas, lugares e caminhos significativos para elas, a exemplo de locais que guardam vestígios arqueológicos, dotados de uma expressiva materialidade para a comunidade, como os sítios arqueológicos Casa de Farinha e Casa Velha⁴⁹, cadastrados por mim a partir da colaboração dos moradores da Cristina.

Imagem 27. Senhor Juraci (à esquerda na foto), durante conversa com os moradores das comunidades no entorno da Cristina. (Foto: Juliana Freitas).

Durante ainda as etapas do campo, inclusive, em razão da dificuldade de deslocamento até Cristina e demais comunidades, tive auxílio de Antônio Hipólito de Souza, morador da comunidade São Miguel, também localizada no município de Caetité. Antônio esteve presente em todas as vezes que estive em Cristina, até porque ele atuou como auxiliar das pesquisas de campo para

⁴⁹ Estes sítios serão abordados igualmente no item 3.2.2 desta dissertação.

Zanettini Arqueologia no âmbito dos trabalhos da arqueologia preventiva. Seu envolvimento com esta pesquisa se mostrou tão forte que ele construiu uma relação com as pessoas de Cristina para além da minha própria 'figura', estabelecendo seus próprios laços afetivos com elas e com os lugares.

Imagem 28. Senhor Juraci e Antônio Hipólito com os moradores da comunidade quilombola Olho D'Água. (Foto: Juliana Freitas).

Com Antônio, aprendi o respeito pelos mais velhos ao acessar um dos 'lugares significativos' mais importantes para as pessoas das comunidades sertanejas no semiárido, suas casas (Souza 2017). Percebi com o tempo e através da postura dele que, ao chegar na presença de qualquer pessoa mais velha, deve-se pedir a "bença". E essa simples prática não é algo que lhe é diretamente cobrado, pois você não é pertencente àqueles territórios, no entanto possui todo um peso simbólico e um leque de significados, dado que o *momento etnográfico* pode vir a ser entendido como *uma relação, assim como um signo linguístico pode ser pensado como uma relação* (Strathern 2018:349).

Por isso, torna-se relevante notar que minha proposta de pesquisa soa como se tivesse começado pelo fim, tendo em vista que a gênese da pesquisa, embora alinhada à prática etnográfica, teve, durante seu desenvolvimento, outras frentes de pesquisa ocorrendo concomitantemente. O que quero dizer é

que o período dedicado às ações e práticas etnográficas densas deveria ter sido executado anteriormente a qualquer outra etapa de estudo junto à comunidade, já que “*só após algum caminho é que alguns contam seu segredo*”, como bem observou João Cabral de Mello Neto⁵⁰.

Para mim, a pesquisa etnográfica é como estar em meio ao mar aberto. Você deve estar com uma boa embarcação, mas também saber aonde ir e por que está engajado em alcançar seu destino final. A embarcação corresponderia às abordagens metodológicas adotadas, enquanto os instrumentos de navegação e orientação condizem com sua postura teórica. Entretanto, são inutilizáveis se não souber conduzi-los ao exercer sua prática tal como é necessário. Ao final, ela te cercará e te envolverá em níveis tão intensos que muitas vezes sua vida se confundirá com seu estudo, porque, de alguma forma, ela permeará seus pensamentos e seu cotidiano, assim como o mar e o céu se tornam um só em determinados momentos do percurso. A solidão da escrita se tornará sua única companhia entre as narrativas, memórias, coisas, pessoas, lugares e caminhos, entre os restos que sobreviveram e que ainda sobrevivem (Didi-Huberman 2012), muitas vezes sob a alcunha de patrimônio arqueológico.

⁵⁰ Melo Neto, J. C. D. (2000). Morte e Vida Severina e outros poemas. Vozes. 4^a Edição. RJ: Nova Fronteira.

3.2.1. As narrativas históricas da Comunidade Cristina

“O mais importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando”⁵¹

Para apresentar minha narrativa sobre a comunidade Cristina, cabe dizer que um dos principais suportes para essa reflexão se pauta nas narrativas de seus moradores⁵², e, sobretudo, nas informações e memórias compartilhadas pelo senhor Juraci Pereira Benevides, o qual, no início desta pesquisa, era presidente da Associação dos Moradores da Comunidade de Cristina e Região.

Imagem 29. Sede da Associação dos Moradores da Comunidade Cristina e Região.
(Foto: Juliana Freitas).

O senhor Juraci foi a primeira pessoa com quem me relacionei, até porque no momento da minha chegada à comunidade e em virtude das razões

⁵¹ Guimarães Rosa, J. (2019). *Grande sertão: veredas*. Editora Companhia das Letras.

⁵² Trechos das narrativas compartilhadas pelo senhor Juraci e demais membros da comunidade, em entrevistas semiestruturadas e não estruturadas concedidas em sua residência e em outros lugares da comunidade entre abril de 2014 e janeiro de 2019.

que culminaram na minha presença, todos os demais moradores optavam por passar a 'voz' para o senhor Juraci. Por ter nascido e ter sido criado na comunidade, o senhor Juraci é uma figura de representatividade, tanto que naquele momento era o presidente da associação. Assim, com o passar do tempo e com as minhas vivências junto às pessoas da comunidade e com o lugar, outras narrativas e memórias foram compartilhadas pelo senhor Juraci e demais membros da Cristina.

Imagem 30. Retrato da família do senhor Juraci, constando seu pai ('Tião Garapa', filho de 'Mané Preto'), sua mãe (Dometila) e seus oito irmãos. O senhor Juraci é o primeiro jovem à direita na fileira debaixo do retrato. (Foto: Juliana Freitas).

Suas primeiras narrativas eram memórias relacionadas a vivências de antigos moradores, especialmente as vinculadas à figura de seu avô paterno, o senhor Manoel Pereira Benevides, tido como um 'líder ou ancestral mítico fundador' da comunidade Cristina, e conhecido como 'Mané Preto'. Uma das primeiras questões que o senhor Juraci me esclareceu foi justamente essa prática antiga de ressignificar as pessoas ao nomeá-las com um apelido que as seguirá até o fim de seus dias. Segundo o senhor Juraci, *"tem um povo aí que não se conhece pelo nome, só pelo apelido"*, e seu avô era uma dessas

peessoas. Filho de uma senhora que atendia pelo nome de ‘Maria Preta’ ou ‘Maria de Anginha’ (e apontada como tecelã, ceramista e rezadeira), o senhor Mané Preto, conforme as narrativas do senhor Juraci, era originário da comunidade Gurunga (comunidade quilombola reconhecida).

Porém, de acordo com o senhor Juraci, por motivos ainda desconhecidos, teria se deslocado com sua mãe (‘Maria Preta’ ou ‘Maria de Anginha’) para aquela localidade em algum momento entre o final do século XIX e o início do século XX, tornando-se uma das figuras de maior respeito entre as comunidades da região.

Neste ponto, devo fazer uma breve pausa e discorrer sobre a questão dos apelidos conhecidos na Cristina, assim como nas demais comunidades rurais de Caetité. Para quem não é originário da região, chama atenção a questão dos apelidos das pessoas, uma vez que é recorrente ouvir nas conversas cotidianas menções a tais denominações pessoais.

Logo, você começa a perceber que, em menor grau, os apelidos podem estar associados a práticas e ofícios que as pessoas desempenham (a exemplo de ‘Mané Garapa’ – pai do senhor Juraci), ou devido a abreviações distorcidas de seus nomes (como o senhor ‘Zé Patinha’).

Nota-se ainda, de forma mais expressiva, a recorrência de apelidos que podem vir a ser entendidos como uma questão de pertencimento familiar, sobretudo com relação às figuras femininas (mãe ou esposa), por exemplo: ‘Toni de Deca’, ‘Jose de Nice’, ‘Zé de Maria’, ‘Toni de Nena’ e ‘Maria de Anginha’, como ocorre no caso da senhora ‘Maria Preta’. Se essa suposição estiver correta, o sufixo da denominação dada à senhora ‘Maria Preta’ indicaria o nome de sua mãe – *Anginha*. Essa suposição pode ser exemplificada no universo literário de João Cabral de Melo Neto (2000:45), quando *Severino* explica:

*O meu nome é Severino,
como não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,
que é santo de romaria,
deram então de me chamar
Severino de Maria
como há muitos Severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.*

(...)
*Como então dizer quem falo
ora a Vossas Senhorias?
Vejamos: é o Severino
da Maria do Zacarias,
lá da serra da Costela,
limites da Paraíba.*

Desse modo, num primeiro momento, *Severino* contextualiza os motivos pelos quais ele não poderia ser apenas Severino. E, então, ele explica quem é através da origem familiar, mais precisamente com base em sua figura materna, que se torna uma forma de suporte identitário para ele. Depois disso, havendo ainda necessidade de legitimação, recorre-se à figura paterna, e, só por último, ao lugar de pertencimento.

Por outro lado, não posso deixar de mencionar, ao mesmo tempo, sobre os apelidos que trazem toda uma carga historicamente negativa, de conotação pejorativa, preconceituosa e marginalizante, como pode ser constatado nos casos do senhor 'Mané Preto' e de sua mãe 'Maria Preta'.

De modo geral, as documentações históricas tratadas pela historiografia baiana, em especial o trabalho de Maria de Fatima Novaes Pires (2003), evidenciam como as populações africanas ou afrodescendentes eram denominadas no Alto Sertão, por exemplo: *africana Maria Joaquina, negro Albino, preto Florêncio*⁵³, dentre outros. Dessa forma, aos africanos, sobretudo, que já haviam sido coagidos a aceitar outro nome, outra língua, sofrendo submissão e violência física, moral e psicológica, foram adicionadas ainda tais adjetivações às pessoas, cujo significado estava intrinsecamente ligado à estrutura social escravagista (Pires 2003:84; ver também Biblioteca Nacional 1988; Soares 1998; Vainfas e Souza 1998).

Face ao exposto, considerando que essas pessoas da comunidade estabeleceram suas vivências junto ao território, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, também considero possível que elas acabaram vivenciando direta ou indiretamente este contexto descrito. E, falando em denominações, apelidos e nomes, em meio a tudo isso há a questão envolvendo o próprio nome da comunidade – *Cristina*.

As narrativas das pessoas da comunidade Cristina desde o início foram marcadas pela 'ausência' de memórias associadas à origem do nome da

⁵³Citado no item 2.1 desta Dissertação.

comunidade. Nos primeiros contatos com a Cristina, não conseguia acessar nenhum tipo de indicação ou recordação sobre esta questão, embora as pessoas da comunidade tecessem narrativas com possibilidades para explicar por que o nome Cristina. Entre os possíveis cenários inicialmente elencados por eles há um cenário alternativo de que naquela região existia uma fazenda chamada Cristina; outro, porém, coloca que Cristina foi uma fazendeira das redondezas; e, por último, um contexto relacionado a uma senhora muito antiga no lugar, que ninguém conheceu em vida, e muito menos tem conhecimento do local onde morava, mas que se chamava Cristina.

Assim, a única memória comum a todos os moradores era baseada na narrativa, que, desde os mais velhos, já era denominada como Cristina, e assim ficou, conforme aponta a narrativa do senhor Juraci – “essa *Cristina aí...da época que não sei de quando*”, além de concluir que essa questão “*é do mais véio...a gente vai crescendo e aprendendo assim*”.

Tanto que o senhor Juraci, durante sua narrativa, comenta que sua bisavó, a senhora ‘Maria Preta’, mostrava para seu pai, o senhor Sebastião Pereira Benevides, conhecido como ‘Tião Garapa’, dos ‘turrões’ de casa velha, o local e dizia que ali morava “fulana”, e lá morava “ciclana”, mas não se sabe exatamente quem eram essas pessoas, como bem expressou o senhor Juraci – “*turrão tem muito...eu não conheci em pé, nem nada...a gente só vê o lugar*”.

A título de exemplo, as narrativas históricas alicerçadas pela historiografia indicam que o processo de formação da comunidade Cristina se encontra associado a reformulações das terras outrora pertencentes a grandes fazendas do século XVIII, como Lagoa, Umbuzeiro, e, principalmente, a Fazenda Hospício (**Figura 23**).

É sempre presente nas narrativas do senhor Juraci a questão da ancestralidade, das histórias dos mais velhos, a exemplo de sua reflexão sobre o fato de que o “*peçoal mais véio tinha muita história*”.

Figura 23. Localização da comunidade Cristina e comunidades quilombolas Gurunga e Olho D'Água, em relação a locais das fazendas conhecidas desde o século VIII. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Neves 2003 e Google Earth 2018).

Esta narrativa traz indícios da prática da transmissão de conhecimento através da oralidade entre os ‘antigos’ da comunidade, visto que, segundo o senhor Juraci, essas pessoas eram sábias porque haviam adquirido conhecimentos específicos sobre coisas e lugares devido às suas vivências, ao exporem que “*essas pessoas mais véia tinha experiência*”, inclusive por isso ainda “*às vezes mantêm as coisas dos antigos por consideração, por respeito*”.

Quadro 10. Exemplos de coisas que são guardadas pelas pessoas da comunidade e tidas como dos “mais antigos”, a exemplo de utensílios cerâmicos, baús, chapéus e até mesmo coisas inutilizadas, como a parte da roda de fiar. (Fotos: Juliana Freitas).

Tal conjuntura assinala a relação afetiva que se estabelece com as ‘coisas dos antigos’ na comunidade, ao ponto de as pessoas guardarem coisas que na maioria das vezes não possuem mais funcionalidades para elas, mas que são personificações e vetores de memórias dos seus antepassados.

De modo igual, a materialidade que constitui o cotidiano dessas pessoas fornece indícios para a compreensão de sua essência multitemporal, como o caso do banco de madeira existente na sala da residência do senhor Juraci e de sua esposa, a senhora Nice. A narrativa do senhor Juraci sobre esse ‘objeto’ expõe sua percepção acerca da temporalidade presente na materialidade, que envolve não apenas seu entendimento do banco como um objeto da esfera doméstica, mas como uma coisa que conheceu ressignificações, podendo ser entendida quase como uma entidade – “*ó não lembro, já achei eles (seus pais) com esse banco...*”, ou seja, não foi o banco que foi “*achado*” com os pais, mas foram os pais “*achados*” com o banco, passando a noção de que aquele banco sempre tivesse existido.

Esse entendimento sobre as coisas é recorrente não só nas narrativas do senhor Juraci, mas está presente nas falas dos demais membros da comunidade, tanto que, noutro momento, o senhor Juraci comenta sobre as práticas de consumo outrora existentes nessas comunidades sertanejas, como a Cristina, onde novamente deixa transparecer em sua fala a prática comum entre as pessoas da comunidade, que é guardar as coisas dos mais velhos, mas que neste caso pudessem ser utilizadas por elas – “*eu me lembro que minha mãe sempre guardava as coisas da mãe dela, da avô dela...falava ‘cuidado menino, para não quebrar’...tinha uma sopeira esmaltada...tinha uns pratos...não sei qualé o material*”.

No que se refere ainda à figura do senhor ‘Mané Preto’, segundo a narrativa do senhor Juraci, toda essa conotação atribuída ao seu avô (como figura mítica da comunidade) poderia ser vista principalmente através de suas relações sociais, que lhe conferiam confiança e crédito na região, pois não havia uma venda ou comércio até Caetité no qual o nome de ‘Mané Preto’ não fosse bem recebido. Levando em consideração que o senhor Manuel Pereira Benevides teria estabelecido tais relações entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, o território de Caetité nessa época ainda tinha

de modo muito intenso posturas escravagistas na sociedade, sobretudo no espaço urbano.

Vestígios arqueológicos⁵⁴ identificados no escopo da Arqueologia Preventiva mostraram-se associados a estruturas habitacionais que serviram como residência de ‘Mané Preto’ na comunidade, como os sítios arqueológicos Céu, Dina, Boiadeiro e Barranco. Lembro-me de quando perguntava ao senhor Juraci sobre esses locais com vestígios de antigas casas, e se seu avô ‘Mané Preto’ havia morado neles, e a resposta foi – “*ele morou ali...ele morou ali também*”. De modo igual, foram identificados os vestígios da antiga residência da avó materna do senhor Juraci, a senhora Clemência Maria de Jesus, e da irmã dela, Judite Maria de Jesus⁵⁵, configurados no sítio arqueológico Alagadiço. Outra evidência arqueológica localizada na comunidade são os vestígios identificados no sítio Granizo, que, ao que tudo indica, estão associados à pessoa da senhora ‘Rita Martins’, sendo mapeado um único parente dela, sua bisneta, a senhora Zenilda Martins de Matos⁵⁶, moradora atualmente da comunidade Lagoa do Fundo.

Os ofícios desempenhados pelos mais velhos também estão presentes nas narrativas das pessoas da comunidade, como o caso bastante mencionado de um senhor cego, já falecido, que atendia pelo nome de Miro. De acordo com narrativas de diferentes pessoas da Cristina, Miro era rezador, benzedor e tinha por ofício, apesar da cegueira, a marcenaria. Segundo as narrativas do senhor Juraci, esse senhor teve uma vida muito difícil, pois – “*quando ele nasceu as duas pedra do oio caiu*”.

A figura de Miro ainda é muito presente na memória das pessoas da comunidade Cristina, sendo que algumas das coisas produzidas por ele podem ser observadas até hoje nas casas das pessoas. Essas práticas e saberes tradicionais como os exercidos por Miro eram recorrentes na região do Alto Sertão, tanto que, de acordo com o senhor Juraci, até pouco tempo atrás, na comunidade Sucesso, havia outro rezador muito popular, conhecido como

⁵⁴ Todavia, reforço que tais sítios arqueológicos foram cadastrados devido à postura adotada pela empresa Zanettini Arqueologia, de se atentar para contextos de ocupação histórica ligados às populações sertanejas. Este patrimônio em questão será tratado no item 3.2.2 desta dissertação.

⁵⁵ Familiares de Inácia Maria de Jesus e Honorina Maria de Jesus citados no item 2.1 desta dissertação.

⁵⁶ Também citada no item 2.1 deste trabalho, quando foram mencionados os vínculos e as conexões entre as pessoas das comunidades nessa região.

Renan. Falecido com 101 anos de idade, o senhor Renan deteria o conhecimento para ‘toda sorte’ de doença, picada de cobra, entre outros remédios à base de ervas e rezas.

Imagem 31. Senhor Juraci mostra o medidor de grãos e uma base de pilão em madeira, ambos confeccionados por Miro. (Foto: Juliana Freitas).

Em outras narrativas, como as da senhora Belarmina Souza Lopes, conhecida como ‘Tia Bela’, constam menções sobre outras pessoas da comunidade que detinham o conhecimento de tais práticas e saberes tradicionais, como as antigas mulheres da Cristina que eram ceramistas, ou as ‘poteiras’, como são localmente denominadas, mas, infelizmente, como expressa ‘Tia Bela’ — “*já morreram tudo, fia*”. O senhor Juraci também comenta que “*tinha muita*” ceramista na comunidade, mas que infelizmente hoje “*já morreu mais*”. Ele se lembra, inclusive, de alguns detalhes do processo de produção das cerâmicas, sobretudo no que se refere ao processo de alisamento da peça, ao recordar deste como sendo “*meio grosseiro*”, e que “*antigamente elas [as peças] acabavam com uma pedra*”. O senhor Juraci recorda que as mulheres passavam uma pedra para alisar o utensílio cerâmico que estava sendo produzido, entretanto ressalta: “*eu não conheci não, minha mãe dizia*”.

Ainda, ‘Tia Bela’ em suas narrativas trouxe outras informações acerca dos ofícios exercidos pelos antigos moradores da comunidade. Originária da comunidade quilombola Gurunga, casou-se com o senhor João Lopes, morador

da Cristina cerca de 50 anos atrás. Dentre os relatos compartilhados, alguns dissertavam sobre a presença de práticas religiosas de matriz africana e notadamente permeadas de sincretismo religioso – “*fia, se eu quisesse, tinha força pra ter uma mesa*” (de Santo).

Imagem 32. Senhora Belarmina Souza Lopes, ‘Tia Bela’, em uma das nossas primeiras conversas. (Foto: Zanettini Arqueologia).

A própria ‘Tia Bela’ possui os saberes e conhecimentos tradicionais de ofícios como o de parteira, tecelã e bordadeira. Ela reporta que aprendeu tais ofícios com as mulheres da comunidade onde nasceu (Gurunga), porque toda ‘moça’ naquela época tinha que saber, em especial, confeccionar os tecidos para fazer as roupas de sua família, dado que as pessoas dessas comunidades rurais não detinham recursos financeiros para comprá-las – “*tudo que a gente usava era ‘nóis’ que fazia. A gente fazia o lanzudo e tecia no tial, bordava, eu bordava muito*”.

Dentre outras informações relevantes expostas por ‘Tia Bela’ estão as práticas associadas ao universo feminino. Segundo ela, as moças da comunidade, quando iam contrair laço de matrimônio, tinham que fazer algo semelhante a uma toalha, que deveria ser na cor branca, embora pudesse

conter bordados e rendas. 'Tia Bela' explica que essa toalha branca era posta na janela da casa da jovem, no dia do seu casamento, como símbolo de sua pureza. E prossegue dizendo ainda que, uma vez casada, era comum que a jovem passasse a usar um lenço na cabeça. Esse adorno era o que a diferenciava as mulheres casadas das mulheres solteiras.

Imagem 33. Uma das toalhas confeccionadas e bordadas pela senhora Belarmina Souza Lopes, 'Tia Bela'. (Foto: Juliana Freitas).

Por conseguinte, outras narrativas do senhor Juraci apontam que sua avó paterna, a senhora 'Maria Preta', além de ceramista, também se dedicava ao ofício de tecelã e benzedeira – *“minha bisavó tinha um tial, ela fazia e saía o tecido certim...e também benzia de quebranto”* –, porém esses ofícios não teriam sido passados para as novas gerações, segundo ele. Tanto que um ponto importante apreendido na narrativa do senhor Juraci diz respeito exatamente às atuais tentativas de transmissão desses saberes tradicionais dos mais velhos para as novas gerações, como no caso de a 'Tia Dina' (tia paterna do senhor Juraci) ensinar sua filha Josiane sobre os processos que envolvem o ofício de tecelã – *“ela tava ensinando minha menina aí...minha menina não conhecia”*.

Imagem 34. Tia Dina demonstrando o uso do fuso. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 35. Tia Dina fazendo o 'lanzudo'. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 36. Pé de algodão existente no quintal da casa de Tia Dina. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 37. Tia Dina mostra o pé de anil (*Indigofera tinctoria*) outrora utilizado no processo de tingimento dos tecidos. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 38. Uma das toalhas que foram tecidas, rendadas e bordadas por Tia Dina. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 39. Instrumento feito com coquinho de Ouricuri (*Syagrus coronata*) e galho de vaqueta (*Combretum Leprosum*), denominado bilro. É utilizado para fazer a popular 'Renda de Bilro'. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 40. O fuso em madeira pertencente à Tia Dina é utilizado para fazer os fios de algodão cru, denominados localmente como lanzudos. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 41. O arco é utilizado no processo de limpeza do algodão, antes de iniciar o uso do fuso. (Foto: Juliana Freitas).

Conforme citado anteriormente, os tecidos produzidos pelas antigas tecelãs da comunidade Cristina eram destinados à confecção de roupas para as pessoas de suas famílias, assim como para a confecção de cobertores, guardanapos, toalhinhas, dentre outros artigos. No que concerne aos cobertores, falar sobre essa questão fez com que o senhor Juraci recordasse de que, quando era criança, eram usados muito esses cobertores – *“fui criado naquilo ali...dormia no chão no couro de boi...dormia três, quatro (pessoas) tudo junto”*. Ele explicou que naquele tempo se dormia em couro de boi porque era *“fresco e você não ficava doente”*.

Atualmente, tais práticas não são mais visíveis na comunidade, tendo sido identificadas apenas a senhora Dina Pereira Benevides (‘Tia Dina’, 94 anos, filha de ‘Mané Preto’) e a ‘Tia Bela’ como detentoras deste conhecimento, sendo apenas estas mulheres apontadas como parteiras na comunidade Cristina. Para além da ‘Tia Dina’ e da ‘Tia Bela’, são mencionadas nas narrativas das pessoas da Cristina apenas outras duas mulheres já falecidas, a senhora Emiliana Maria de Jesus e a senhora Constância Maria de Jesus⁵⁷, originárias da comunidade quilombola Olho D’ Água. Ademais, hoje em dia, quando se mostra necessário o acompanhamento de algumas mulheres em trabalho de parto na comunidade, ‘Tia Bela’ e ‘Tia Dina’ são chamadas para ajudar no processo, como explica o senhor Juraci em sua narrativa – *“só tinha uma mulher Emiliana que pegava menino...tinha mãe dela também, Constância...que era parteira...Tia Bela, quando aperta assim, chama Tia Bela, e minha tia também, a Tia Dina”*.

Têm-se ainda nas narrativas da comunidade menções a outras materialidades como aquelas ligadas à religiosidade local, a exemplo do cruzeiro de madeira presente no terreno da senhora Amélia Madalena de Jesus (‘Tia Amélia’ – atualmente com 94 anos). O cruzeiro e as práticas religiosas outrora realizadas naquele local fizeram com que os moradores da comunidade o apreendessem como um lugar significativo (Zedeño e Bowser 2009). É possível constatar nas narrativas das pessoas da Cristina memórias como – *“quando pessoal morria colocava vela e rezava lá”*, ou detalhes mais específicos das práticas ali realizadas, a exemplo da narrativa da senhora

⁵⁷ Clemência Maria de Jesus e sua irmã Judite, familiares de Inácia Maria de Jesus e Honorina Maria de Jesus citadas no item 2.1 desta dissertação.

Isaurina Pereira Benevides (Ninha – uma das filhas de ‘Tia Maria’, neta de ‘Mané Preto’, 74 anos) – “*no cruzeiro o povo rezava ladainha...chamava via sacra...e se rezava nove via sacras*”.

Imagem 42. Isaurina Pereira Benevides, ‘Ninha’. (Foto: Juliana Freitas).

Com isso, me vi a pensar sobre o fato de que as narrativas sobre a religiosidade dos mais ‘antigos’ sempre são verbalizadas com um tom forte e de intensidade, materializadas através das rezas e das ladainhas, manifestações e liturgias que eram aprendidas desde criança, como observou João Cabral de Melo Neto – “*Antes de sair de casa aprendi a ladainha*” (Melo Neto 2000:50). Cabe dizer ainda que esta religiosidade também era absorvida pelos mais jovens da comunidade (sobretudo na primeira metade do século XX), ao verem os sacrifícios e suplícios dos mais ‘antigos’. Não por acaso, o senhor Juraci diz o seguinte acerca dessas antigas manifestações religiosas – “*quando era pequeno, a gente andava com uma pedinha na cabeça de pé descalço...chegava no cruzeiro cada um com sua pedinha e joelhava na terra quente pra pedir chuva...aqui sempre foi seco*”.

Um dos pontos marcantes nesta narrativa encontra-se atrelado ao fato de que os sacrifícios e suplícios têm a ver com os esforços da comunidade, com as condições de sobrevivência junto ao ambiente semiárido, já que, ao que parece, orar pela chuva e “*ajoelhar na terra quente*” evidencia um dos meios estabelecidos por essas populações para alcançar o provisionamento

dos recursos naturais necessários para o *habitat*, só que, neste caso, a partir da cosmovisão, cuja religiosidade das pessoas, manifestada através da fé, reverbera em uma resposta positiva ao receberem uma ‘graça divina’ – a *chuva*. É a chuva que possibilita realizar o plantio do alimento, assim como é a chuva que proporciona o recurso para que as pessoas desenvolvam práticas de manejo – a *água* – da materialidade ausente no Alto Sertão (Souza 2017).

Imagem 43. O antigo cruzeiro da comunidade Cristina, atualmente localizado na casa da ‘Tia Amélia’. Ao fundo, o processo de construção de outra edificação na propriedade. (Foto: Juliana Freitas).

Seja como for, a comunidade Cristina é feita de histórias de pessoas que estabeleceram fortes relações com seu território a partir da vivência junto aos lugares que lhes são significativos, bem como com outras pessoas de outros lugares significativos. Durante o período que permaneci diariamente neste território, me chamou atenção o modo como essa vivência permite com que você compreenda a importância das relações pessoais para acessar o território, e a forma dinâmica e, ao mesmo tempo, recorrente com que isso acontece. Por exemplo, lembro-me de uma vez que estava conversando com o senhor Juraci sobre o trabalho que vinha desenvolvendo junto à Arqueologia Preventiva, e, conseqüentemente, citei algumas comunidades e pessoas que eu havia conhecido. Quando perguntei se ele conhecia um senhor chamado ‘Zé de Maria’ (morador da localidade conhecida antigamente como Criminoso,

atual comunidade do Aguani), o senhor Juraci respondeu enfaticamente – *“demais! Gosto demais de Zé de Maria. Ele vinha vender verdura lá pro Pajeú...vinha do Criminoso a pé...parava aqui...tomava uma água...e descia pro Pajeú”*.

Imagem 44. Seu Zé de Maria durante uma incursão no território da comunidade Aguani (antigo Criminoso). O senhor Zé de Maria acompanhou a equipe da Zanettini Arqueologia, à época, até o local com vestígios arqueológicos posteriormente cadastrados como sítio arqueológico Criminoso. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Neste momento, era como se a minha relação com o senhor Juraci se fortalecesse, ao saber que também estabeleci relações com pessoas conhecidas e respeitadas de outras comunidades. Essa conjuntura também indica a alta mobilidade das pessoas através dos territórios de outras comunidades, além do estabelecimento de práticas de comércio realizadas com base no desenvolvimento de uma agricultura familiar, como a horticultura, no caso do senhor ‘Zé de Maria’. Conforme recorda ‘Tia Bela’, a vida era difícil nesses lugares, não havia infraestrutura nenhuma, essas pessoas tinham que criar os próprios meios de sobrevivência, não existia caminhos, escolas, postos de saúde, energia elétrica, qualquer outro sistema que os auxiliasse no armazenamento de água, salvo suas próprias práticas de manejo. De modo geral, essas comunidades nunca haviam sido atendidas pelo poder público até recentemente, tanto que ‘Tia Bela’ relata – *“foi 76 (1976) que entro povo pra fazer estrada...abri poço...antigamente não tinha não, carro não existia...depois que essa luz chegou...não sei se chegou em 2009 (Programa Luz para Todos)*

...a luz chegou depois...as caixas foi primeiro...quando chego as caixas (Programa de Cisternas) não tinha luz não”.

Imagem 45. Exemplo de casa na comunidade Cristina, com a presença de cisterna. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 46. Exemplo de casa na comunidade Cristina, com a presença de cisterna. (Foto: Juliana Freitas).

A título de ilustração, a cisterna veio compor o quadro de manifestações materiais ligadas às práticas de manejo do recurso hídrico, historicamente recorrentes no Alto Sertão. Da mesma forma, a energia elétrica redesenhou toda a cosmovisão de se viver junto ao lugar, e práticas e coisas foram substituídas e ressignificadas, assim como práticas e coisas foram introduzidas na vida cotidiana dessas pessoas.

No caso da Cristina, a chegada da energia elétrica até as casas das pessoas ocorreu apenas cinco anos antes da vinda do próprio empreendimento econômico voltado à geração de energia. Cabe dizer que, em algumas comunidades situadas na área rural entre os municípios de Caetité e Igaporã, por exemplo, as pessoas sofrem com a triste ironia de verem suas casas em meio a traçados de linhas de transmissão e parques eólicos, e não possuírem energia elétrica ainda hoje.

Diante dessas dificuldades para acessar recursos básicos, a comunidade Cristina foi formada por pessoas com trajetórias apreendidas como aquela que *“morreu e nunca foi pra cidade”*, ou, aquela que *“ficava seis meses, um ano na estrada, ia pé pra São Paulo e não voltava mais”*. Seja qual for a rota até a cidade de São Paulo, todos os caminhos conhecidos à época demandavam mais de um mês de caminhada pelas estradas da Bahia e de Minas Gerais até se chegar a São Paulo.

Isto, se levar em consideração intervalos para descanso ou outras atividades realizadas no decorrer do percurso. De acordo com a projeção elaborada com o auxílio do Google Maps, ao que tudo indica, seriam percorridos ao menos 1.328 quilômetros, ou seja, cerca de 274 horas (sem pausas) para se chegar ao destino.

Figura 24. Detalhe de um dos possíveis roteiros a serem realizados a pé, entre Caetité e a cidade de São Paulo. Observa-se que, por essa opção de caminho, por exemplo, a pessoa percorria ao menos cerca de 1.328 quilômetros por 274 horas ininterruptas. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Maps 2019).

Por outro lado, as pessoas que são quase a personificação da comunidade são as mais recorrentes – “*o povo tem nascido à raiz aqui... não tem gente de fora*” –, diz Ninha em sua narrativa. Posso citar como exemplo a própria mãe de Ninha, a senhora Maria Pereira Benevides (‘Tia Maria’ – com cerca de 115 anos, filha de ‘Mané Preto’), falecida recentemente, que dizia nunca ter viajado para nenhum lugar em sua vida, deslocando-se apenas até a casa de familiares em outras comunidades próximas à Cristina.

Em razão de sua idade avançada, 'Tia Maria' era considerada uma das poucas pessoas vivas e ainda lúcidas a deter memórias referentes ao final do século XIX, e suas narrativas demonstram isso. Na etapa de trabalho de campo etnográfico realizada em janeiro de 2017, tive a oportunidade de conversar com a 'Tia Maria' por longas horas.

Foi um momento importante para mim não só como pesquisadora, mas como pessoa, diante do estabelecimento de um contato mais próximo com essa mulher pertencente a uma comunidade tradicional do Alto Sertão da Bahia, e que, mesmo com tantas dificuldades, havia atravessado todo um século de história, luta e resistência.

Imagem 47. Tia Maria durante nossa última conversa em sua casa em janeiro de 2017.
(Foto: Juliana Freitas).

Com mais de um século de vida, 'Tia Maria' relembra que este local onde hoje se encontra a comunidade Cristina não tinha um nome certo, e por isso as pessoas que formaram a comunidade (*“os mais antigo”*) o chamavam de *“Lugar”*.

A localidade teria se chamado “*Lugar*”, segundo a narrativa de ‘Tia Maria’, até a morte da mulher indígena chamada Cristina, possivelmente em algum momento em fins do século XIX. A partir daí, o *Lugar* teria passado a ser apreendido e chamado pelos seus habitantes de Cristina.

‘Tia Maria’ também reflete sobre a paisagem que conheceu quando criança, e como esta foi se transformando ao longo dos anos – “*fia, isso aqui era tudo mato*”, e que atualmente sente que “*agora tá mais limpo*”, completando sua reflexão com a questão da escolha do lugar para morar ser tão “*escondido*”, pois nem existia caminho para chegar à Cristina – “*caminho nós fazia fia, rompia por essa Gerais afora*”.

Em sua fala, ‘Tia Maria’ chamou atenção para o fato de que tanto sua mãe, a senhora Perciliana, como sua avó paterna, a ‘Maria Preta’, eram mulheres indígenas e não de descendência africana, além de expor que a própria Cristina era indígena.

De acordo com a narrativa de ‘Tia Maria’, a ‘Maria de Anginha’ ou ‘Maria Preta’ e a Cristina teriam sido trocadas por um homem (que seria o seu avô) originário do quilombo do Gurunga (atual comunidade quilombola Gurunga), por álcool e fumo em um aldeamento outrora existente nas proximidades da localidade conhecida como Morro do Novato, com o intuito de constituir uma nova comunidade.

Infelizmente, não obtive permissão para adentrar à propriedade atualmente circunscrita ao Morro do Novato. No escopo das pesquisas arqueológicas desenvolvidas pela Zanettini Arqueologia (2014a e 2019) foram identificados locais no território da Cristina, bem como entre o território da Cristina e a comunidade quilombola Olho D’água com vestígios arqueológicos que assinalam a outrora presença indígena na região, através da detecção do sítio arqueológico Muritiba e de uma ocorrência isolada, conformados por fragmentos cerâmicos.

De modo geral, o material arqueológico identificado junto ao sítio Muritiba se encontra disperso em superfície e apresenta tanto vestígios ligados às populações indígenas como outros materiais que remetem a ocupação do lugar a um contexto de ocupação histórica recente.

Figura 25. Localização da comunidade Cristina, em relação ao Morro do Novato apontado por Tia Maria, bem como ao local de ocorrência de cerâmica indígena no território da Cristina, e, por fim, em relação ao sítio arqueológico Muritiba, localizado próximo à comunidade Olho D'água e Cristina, que também apresenta fragmentos cerâmicos indígenas, além de vestígios líticos. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth 2019).

No que se refere à cerâmica indígena, esta apresenta na composição da pasta antiplástico cariapé e caco moído, atributos característicos das populações Aratus de Goiás e Tocantins, mas também são observados vestígios de sua ocupação em território baiano (Etchevarne 2012; Etchevarne e Pimentel 2011; Fernandes 2011; Martin 1997). Por outro lado, a cerâmica de produção local/regional identificada nesse contexto apresenta pasta bastante grossa, de queima marrom, e outro tipo de queima branca com pinturas em vermelho (Zanettini Arqueologia 2019).

Imagem 48. Atividades vinculadas ao regate arqueológico do sítio Muritiba. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 49. Fragmentos cerâmicos possivelmente relacionados às populações falantes do Tronco Macro Jê, exumados junto ao sítio arqueológico Muritiba. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 50. Fragmentos cerâmicos possivelmente relacionados às populações falantes do Tronco Macro Jê, compreendidos enquanto uma ocorrência arqueológica isolada. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 51. Vista da área indicada na narrativa de 'Tia Maria', o Morro do Novato. (Foto: Juliana Freitas).

Seja como for, a narrativa da ‘Tia Maria’ demonstra ainda a importância das relações na prática etnográfica, dado que o acesso às memórias e a novas narrativas das pessoas possibilitam novas interpretações sobre o processo de ocupação histórica que envolve a comunidade Cristina. Tanto que, após a ‘Tia Maria’ expor essas memórias, as demais pessoas da comunidade mudaram a postura, inclusive com relação ao autorreconhecimento como uma comunidade quilombola, porque começaram a pensar que, por terem descendência indígena, não poderiam ser consideradas apenas ‘quilombolas’ – “*a gente também teve índio na família*”.

Outro ponto relevante na fala de ‘Tia Maria’ é a possibilidade de a comunidade Cristina ter sido formada, então, a partir de um homem proveniente do quilombo da Gurunga e mulheres indígenas, as quais foram contraídas por meio de uma *troca*. No entanto, a ‘Tia Dina’, irmã de ‘Tia Maria’, falou em sua mais recente narrativa que as mulheres não foram trocadas por mercadorias, mas pegas à força com laço – “*minha avó foi pega no laço fia*”. E prossegue dizendo sobre como sua avó (‘Maria Preta’) era vista de modo ‘*estranho*’ pelas demais mulheres da comunidade – “*as muié tinha tudo medo dela fia, ela caçava, ficava pro mato*”.

Nesse sentido, pode-se supor que na gênese da comunidade Cristina tenha ocorrido quadros de violência física envolvendo essas mulheres indígenas, uma vez que esses detalhes expressos nas narrativas, assinalam o processo *pelo qual mulheres indígenas foram capturadas, torturadas, laçadas, amarradas e “amansadas”* (Anaquiri 2018:752), expressamente instaurado pela figura do colonizador (Beltrão et al. 2017; Lima e Oliveira 2017; Smith 2014), desconsiderando que, em alguns casos, a figura do colonizado (a exemplo de membros de determinados quilombos) também realizaria práticas de rapto de mulheres indígenas (Fiabani 2005; Machado 2006; Reis 2017; Rodrigues 2016; Santos Gomes 2005; Souza 2013).

Mais uma vez, a historiadora baiana Maria de Fátima Novaes Pires traz informações que corroboram com o complexo quadro explicitado acima, mas mencionando em seu estudo alguns processos criminais envolvendo pessoas descritas como filho(a) de *escrava com índio* (Pires 2003: 222).

Isto posto, ‘Tia Maria’ também menciona em vários momentos de sua narrativa as práticas e saberes tradicionais desenvolvidos por pessoas da

comunidade no seu tempo de criança (possivelmente, na década de 1910), sobretudo associados à figura feminina, como parteira, ceramista, tecelã, lavadeira, rezadeira, dentre outros, além de reforçar o peso de sua experiência de vida junto ao território – “*115 ano não é 5 não fia*”.

No que se refere ainda às narrativas de ‘Tia Dina’, ela fala de memórias relacionadas a práticas tradicionais nessa região do Alto Sertão, atreladas ao campo do manejo dos recursos naturais, como o aproveitamento de frutos e plantas com propriedade medicinal ou destinados à alimentação presentes nesse ambiente semiárido, pautado pela transição do cerrado para a caatinga, a exemplo do pequi e do umbu. No caso de ‘Tia Dina’, numa experiência de quando jovem, em um dia que foi ‘*apanhar umbu no morro*’, ela relata que foi atacada na região da cabeça por uma cobra caninana (*Spilotes pullatus*). É uma memória dolorosa para ‘Tia Dina’, pois, apesar de ter sido salva pelos cachorros que a acompanhavam, a picada que tomou no rosto a deixou com sequelas – ‘*se num fosse os cachorro eu tava morta fia, ela (cobra caninana) tava tentando me inforca*’. Agora, sua mãe, a senhora Perciliana, não teve a mesma sorte que ‘Tia Dina’ ao ser picada por uma cobra cascavel (*Crotalus durissus*), e perdeu a vida no caminho da Serra das Gerais, onde apanhava pequi (*Caryocar brasiliense*).

Imagem 52. Dina Pereira Benevides (‘Tia Dina’). (Foto: Juliana Freitas).

As vivências de ‘Tia Dina’ somadas à experiência de sua mãe junto à paisagem conferiram aos lugares de elevados, como os morros e serras, a adjetivação de perigosos, visto que esses lugares, além de serem apreendidos como perigosos pelas pessoas da comunidade, são também constituídos, na maioria dos casos, por terras não agricultáveis, conforme aponta o senhor Juraci em sua narrativa – *“lá em cima mesmo no morro, o marvado (cobra cascavel) pega 2 a 3 gado por ano...tem vezis que o gado cai em cima do bicho (cobra cascavel) até...lá é perigoso...tem muita pedra né...nem dá pra planta”*.

No mais, cabe dizer que a partir da prática etnográfica e através de uma ação conjunta com a comunidade foi elaborado um mapeamento específico das casas e das famílias presentes no território da comunidade Cristina (ver **Mapa 18**, a seguir), não constando nesta cartografia, *a priori*, menções aos demais lugares significativos, marcantes não apenas por suas adjetivações, mas por serem lugares de sociabilidade e engajamento, a exemplo da Associação, locais de lazer, como o bar e o campo de futebol, e locais sagrados, a exemplo do cruzeiro de ‘Tia Amélia’.

Dentre as materialidades e lugares significativos ressonantes e importantes para a Cristina encontra-se o caso das árvores frutíferas, mais precisamente o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), *“a árvore sagrada do sertão”*, nas palavras de Euclides da Cunha (Cunha 2011). Este quadro envolvendo a presença de árvores consideradas sagradas em territórios de comunidades quilombolas também pode ser averiguado em casos estudados em outras regiões do país (Carvalho 2014 e 2018). Narrativas da comunidade Cristina, a começar pelo senhor Juraci, indicam a existência de árvores que são apreendidas como a personificação de pessoas.

Segundo contam na comunidade, antigamente os mais velhos plantavam uma árvore, quase sempre um pé de umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), e lhe davam o mesmo nome da pessoa que havia nascido, conectando a árvore à pessoa – *“os mais véio plantava a árvore lá com o nome da pessoa...e assim ficava...eu mesmo já achei esses pé (árvores) aí já...aquele lá (apontando em direção a outro umbuzeiro) é que a gente planto pra minha menina Josiani, é o Imbuzeiro de Josi”* – explica o senhor Juraci em sua narrativa.

LOCALIZAÇÃO DAS CASAS E FAMÍLIAS PERTENCENTES À COMUNIDADE CRISTINA

Legenda:

- 1- Casa de Isaurina Benevides (Ninha);
- 2- Casa de Maria Benevides (Tia Maria);
- 3- 'Casa de roça' da Tia Maria;
- 4- Casa de Dina Benevides (Tia Dina);
- 5- Casa desocupada pertencente à família do senhor João Lopes;
- 6- Casa de João Lopes;
- 7- Casa de Reginaldo Lopes;
- 8 e 9- Casas pertencentes à família do senhor João Lopes;
- 10- Outrora pertencente à família do senhor João Lopes, vendida e ocupada recentemente por uma família oriunda do núcleo urbano de Caetité, chamada pelos membros da comunidade como 'Casa do Zé';
- 11 a 13- Casa de Osvaldina Nunes Guedes e filhos;
- 14- Casa de Sebastião Benevides (Tião Garapa);
- 15- Casa de Juraci Benevides;
- 16, 17 e 19- Casas da família do senhor Abiliano Alves de Castro;
- 18- Casa de Tia Júlia (edificação considerada uma das mais antigas da comunidade, por volta de 150 anos);
- 20- Casa de Manuel Alves da Silva;
- 21 e 22- Casa e comércio de Florisvaldo Pedro Lopes (atual presidente da associação da comunidade);
- 23- Casa de Amélia Madalena de Jesus (Tia Amélia);
- 24- Estabelecimento de uso comum da comunidade;
- 25- Casa atual de 'Zé Patinha';
- 26- Clarismundo Pereira Benevides;
- 27 e 28- Casas de Belarmina Lopes e filhos;
- 29- Casa outrora pertencente à Reginaldo Pereira Lopes, atualmente de 'Zé Patinha';
- 30- Casa de Renato Aurora;
- 31- José Fernandes e família (seu terreno faz parte da comunidade Lagoa das Beradas e não a Cristina);
- 32- Prédio da prefeitura de Caetité (antiga escola e igreja);
- 33- Casa de Manoel Pereira Benevides (Mané Garapa);
- 34- Prédio da Associação da Comunidade Cristina e Adjacências;
- 35- Casa de Nelson Benevides; por fim,
- 36- Casa de 'Salvador'.

Fonte: FREITAS, 2017 e IBGE, 2016
Danielle G. Samia
dez. 2017
SIRGAS2000 FUSO 23S

Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, and the GIS User Community

O “*Imbuzeiro de Titia*”, por exemplo, se mostra como um elemento recorrente nas narrativas das pessoas da Cristina, até porque é do “*tempo dos antigos*”. Com o decorrer dos trabalhos de campo etnográfico, outros “*imbuzeiros*” foram mencionados nas narrativas, a saber – “O *Imbuzeiro de Maria de Anjinha*”, o “*de Jumento*”, o “*de Juvenal*”, o “*Imbuzeiro de Iaiá*”, o de “*Mané Joaquim*”, o “*de Pursin*”, dentre outros. Um fato peculiar pode ser notado, entretanto, na espacialidade das árvores mapeadas na comunidade (ver **Figura 26**, adiante), em relação à espacialidade verificada na localização das casas pertencentes às famílias da Cristina (vide **Mapa 18**), dado que a grande parcela das árvores encontra-se em terrenos que também abrigam moradias.

Figura 26. Localização dos umbuzeiros existentes na comunidade Cristina, sendo alguns deles mencionados nas narrativas dos moradores da Cristina. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth 2019).

A fala de ‘Tia Dina’ também agrega informação sobre essa manifestação da materialidade quando diz que, em alguns casos, os “*Imbuzeiros*” recebiam os nomes das pessoas que junto deles conviviam, como aquelas árvores presentes em um terreno destinado ao plantio – “*tinha muito disso aí fia, os imbuzeiro com os nomes da pessoa, mas era porque tava na roça deles e aí acabava ficando com o nome da pessoa*”. Assim como ocorre

com os *lugares significativos*, o processo de construção de pertencimento e relação afetiva entre as pessoas e as coisas também se dá pelas vivências destas nesses lugares que lhes são significativos.

Quadro 11. Exemplos de Umbuzeiros (*Spondias tuberosa*) apreendidos a partir das designações de pessoas da comunidade, contendo algumas inscrições gravadas nos galhos das árvores. (Fotos: Juliana Freitas).

Ainda, o senhor Juraci expressa seus sentimentos diante das dificuldades e das coisas que entende como boas da vida na comunidade – “*aqui na roça a gente é muito massacrado...o sol maltrata a pele, mas nós ta feliz com saúde...aqui a gente conhece todo mundo...todo mundo nasceu aqui... mas a vida pra manter é sussegada...planta suas rocinha ...é uma vida livre...tem coisa que a gente nem planta, pega no mato...como esse maracujá do mato pra faze suco*”. Esta narrativa resume, de certa forma, o substrato da vida das pessoas junto ao seu território, a partir da descrição do modo de vida no campo, dos usos dos recursos presentes no ambiente, assim como da percepção de que, ao estar em seu território, isto os torna ‘livres’.

Imagem 53. Área de plantio de feijão e milho no território da Cristina. (Foto: Juliana Freitas).

Conforme já explicitado, as comunidades em geral são constituídas com um alto vínculo de parentesco, sendo rara a presença de pessoas não nascidas na comunidade ou em comunidades próximas. Tanto que na comunidade Cristina são observadas duas famílias com fortes laços consanguíneos, como a família Pereira Benevides e a família Pereira Lopes, as quais igualmente possuem fortes laços de parentesco com famílias de comunidades quilombolas já reconhecidas, a exemplo das comunidades Olho D'Água e Gurunga. Pode-se dizer que cerca de 80% dos moradores dessas comunidades apresentam algum vínculo de parentesco, sendo as famílias Pereira Lopes, Pereira Benevides e Maria de Jesus as que têm o maior vínculo de parentesco entre si.

Embora existam outras famílias na comunidade Cristina, estas também possuem parentesco com as famílias Pereira Benevides e Pereira Lopes, sendo raros os casos de famílias vindas da cidade de Caetité, tendo, até o momento, apenas o caso da família que adquiriu um terreno na comunidade que pertencia à família Pereira Lopes.

Esta família é apreendida por todos na comunidade como a 'Casa do Zé', dado que as pessoas da comunidade não estreitaram laços de amizade

com essa família vinda de ‘fora’ da Cristina, como pode ser observado na localização das casas das famílias na comunidade Cristina.

Uma curiosidade a ser apontada por minha narrativa refere-se à residência do senhor José Fernandes (considerada no **Mapa 18** como Casa 31), a qual, apesar da proximidade com a comunidade Cristina, pertence à comunidade Lagoa das Beradas.

Imagem 54. Em umas das minhas conversas com os moradores da Cristina, ao lado do senhor Juraci e do senhor José Fernandes. (Foto: Juliana Freitas).

Assim, embora sejam mantidas fortes relações de amizade e de compartilhamento de vivências e práticas ligadas aos moradores da Cristina, oficialmente não faz parte dela. Ainda, o senhor José Fernandes, entendido por muitos dos moradores como um elemento fronteiro da comunidade Cristina, é bisneto do senhor Luidugério Fernandes, figura associada ao sítio arqueológico Luidugério, considerado um dos primeiros moradores da comunidade Cipoal.

A pessoa do senhor José Fernandes é tida como elemento fronteiriço da comunidade, e esta concepção é vista nas narrativas das pessoas da Cristina, como quando apontam em suas falas que o “*Zé Fernandes ali já é divisa*”, ou que “*o território lá é Lagoa das Beradas*”.

Imagem 55. Quando da minha visita ao sítio arqueológico Luidugério, local da outrora residência do bisavô do senhor José Fernandes. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Da mesma maneira, essa concepção de morada de determinadas pessoas como marco na paisagem encontra-se presente nas narrativas, a exemplo daquelas que têm como objetivo explicar os caminhos para se chegar a determinados lugares, como em uma ocasião em que o senhor Juraci realizava tentativas para me explicar a localização da comunidade Sucesso – “*passa lá por Zé Fernandes...vai embora até a casa de Nenê de Chiquinha...vai lá pra Zé Grosso, e desce pra casa de Paulo*”.

É notória a recorrência de pessoas como marcos norteadores dos caminhos entre os lugares, tanto que, a título de ilustração, para chegar ao destino desejado, a comunidade Sucesso, é preciso percorrer o território de (3) três comunidades, sendo estas, mais precisamente, a Lagoa das Beradas, a Lagoa do Fundo e a Jurema (vide **Figura 22**).

O senhor Florisvaldo, morador da Cristina, também traz uma informação importante em sua narrativa com relação à questão de

pertencimento territorial, a exemplo de quando fora perguntado se havia nascido na Cristina, e o senhor Florisvaldo esclarece – “*vim pra cá, moro aqui porque casei aqui, mas eu sou do Olho D’ Água* (comunidade quilombola Olho D’ Água)”, e, mesmo após muitos anos morando na comunidade Cristina, em sua narrativa mostra sua postura de pertencer a outra comunidade – “*casei já vai fazer 50 anos...vim morar aqui...mas, eu sou de lá*”.

Em conclusão, gostaria de reforçar a narrativa do senhor Juraci quando de nossos primeiros contatos. Esta narrativa foi escolhida por mim como o título da presente pesquisa ao agregar reflexões e anseios deste estudo, por isso minha dissertação recebeu a frase “*O lugar certo é aqui*”. Lembro-me dos meus primeiros dias junto à comunidade Cristina, e das minhas conversas com o senhor Juraci, e recordo que, ao perguntar como verbalizaria seu sentimento pela comunidade da qual é pertencente, ele respondeu: “*tudo, é um lugar*” (...) “*já fui para outros lugares, mas igual esse aqui não tem*”, (...) “*o lugar certo é aqui*”⁵⁸. Essa narrativa serviu e ainda me motiva a refletir sobre território e paisagem no Alto Sertão, assim como me norteia para estabelecer proposições sobre a materialidade e lugares significativos dessas comunidades tradicionais, como a comunidade Cristina.

Desta forma, apresento a seguir as materialidades, paisagens e lugares significativos resultantes tanto das práticas etnográficas junto à comunidade como aqueles resultantes das pesquisas arqueológicas no âmbito do licenciamento do complexo eólico.

⁵⁸ Trecho da narrativa feita pelo senhor Juraci em entrevista semiestruturada concedida em sua residência para a equipe de arqueologia em campo no dia 22/11/2014.

3.2.2. Materialidades: Paisagens e Lugares Significativos

*“Esse vício de amar as coisas jogadas fora – eis a minha competência
É por isso que eu sempre rogo pra Nossa Senhora da Minha Escuridão
Que me perdoe por gostar dos desheróis⁵⁹”*

No que se refere às materialidades até o momento apreendidas junto à comunidade Cristina, torna-se necessário esclarecer como se deram as ações que inicialmente nos levaram a identificar e cadastrar os sítios arqueológicos, que são lugares significativos e indicadores das materialidades presentes no território da comunidade. Dessa forma, as pesquisas arqueológicas conduzidas no território da Cristina, no âmbito do processo do licenciamento dos parques eólicos pela Zanettini Arqueologia, por exemplo, tiveram sua fase de prospecção arqueológica marcada por abordagens de natureza intensiva ou sistemática, como também extensiva (Zanettini Arqueologia 2014a e 2019).

Tais abordagens consistiram na execução de caminhamentos e intervenções de subsuperfície realizados a distâncias regulares, os quais, de forma amostral, objetivaram atender (em superfície e subsuperfície) a totalidade da área diretamente afetada pelo empreendimento. Nesse sentido, à época, malhas e *transects* de intervenções foram exemplos de técnicas utilizadas nas metodologias adotadas. Outro método adotado no escopo das ações prospectivas em tela recai sobre a utilização da abordagem de cunho preditivo, a qual, ao invés da proposição da execução de caminhamentos e intervenções a serem realizados em locais pré-definidos, contemplava a realização de varreduras de superfície e intervenções em subsuperfície em locais onde existia uma possibilidade real (estabelecida a partir de critérios empíricos) de abrigar locais favoráveis à ocupação humana, sendo abordadas, desse modo, como áreas que *supostamente teriam mais potencial* ou que seriam *arqueologicamente mais sugestivas* (Carvalho 2007: 61; Zanettini Arqueologia 2014a e 2019).

A aplicação dessas abordagens metodológicas, junto aos terrenos abarcados pelo projeto executivo dos parques eólicos, resultou no cadastro de (6) seis sítios arqueológicos, vinculados diretamente ao processo histórico de

⁵⁹ Barros, M. (2010). Eu sou o rascunho de um sonho. In: MÜLLER, A. (Org.). Manoel de Barros. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, p. 38-171.

formação da comunidade Cristina, como mostra a **Tabela 2**. Convém destacar que foram acrescentados a esse computo outros (2) dois sítios arqueológicos oriundos das práticas etnográficas junto à comunidade, conforme apresentado na **Tabela 3**, a seguir.

Sítio	Coordenada UTM (DATUM SAD 69)	Categoria
Alagadiço	23 L 750747 8449748	Histórico
Barranco	23 L 750094 8449654	Histórico
Boiadeiro	23 L 750213 8449629	Histórico
Céu	23 L 750876 8449405	Histórico
Dina	23 L 750308 8449632	Histórico
Granizo	23 L 750520 8449646	Histórico

Tabela 2. Sítios arqueológicos localizados na comunidade Cristina no âmbito das ações da Arqueologia Preventiva (Fonte: Zanettini Arqueologia 2014a).

Sítio	Coordenada UTM (DATUM SAD 69)	Categoria
Casa de Farinha	23 L 750193 8449193	Histórico
Casa Velha	23 L 750253 8449161	Histórico

Tabela 3. Sítios arqueológicos localizados em decorrência da prática etnográfica junto à comunidade Cristina (Fonte: Freitas 2017).

Entretanto, esses locais com a presença de registro arqueológico, quando consorciados às narrativas das pessoas da comunidade, apresentam novas percepções e entendimentos acerca do que elencamos como patrimônio arqueológico, como sendo os locais de “*casa véia*” ou de “*turrão de casa*”, além de demonstrarem uma forte ligação com os antigos moradores da comunidade, em grande parte já falecidos. Um exemplo está no caso dos sítios arqueológicos Céu, Boiadeiro, Dina e Barranco, todos locais de habitação do senhor Manuel Pereira Benevides, o ‘Mané Preto’.

O conhecimento dessas novas percepções fez com que, no escopo da análise dos acervos provenientes desses sítios arqueológicos, a Zanettini assinalasse possíveis cronologias para tais ocupações e tentasse estabelecer padrões de consumo (Zanettini Arqueologia 2014a e 2019), visto que informações como essas contidas nas narrativas dos moradores da

comunidade Cristina contribuem para o entendimento que envolve a materialidade e a espacialidade desses sítios arqueológicos, além de apresentarem dados relativos à mobilidade dessas pessoas em seu território.

Convém reforçar o fato de que, para construir tais reflexões, utilizei os dados da Zanettini Arqueologia relativos aos sítios arqueológicos e às análises realizadas pela empresa. De igual modo, por fazer parte de seu corpo técnico, tive uma participação ativa no que diz respeito às interpretações estabelecidas nas atividades de análise. Contudo, irei me ater apenas aos resultados das análises junto aos acervos exumados provenientes dos sítios arqueológicos Alagadiço, Barranco, Boiadeiro, Céu, Dina e Granizo (Zanettini Arqueologia 2014a e 2019).

Em geral, as pesquisas arqueológicas no âmbito dos complexos eólicos no Alto Sertão tiveram como objetivo compreender o quadro de ocupações regionais para os séculos XIX e XX, priorizando a funcionalidade dos sítios, suas relações com a paisagem e com demais vestígios, relacionando as problemáticas de mobilidade, cronologia de ocupação e processos culturais de formação do registro arqueológico no semiárido. Uma das interpretações que as análises dos materiais históricos possibilitaram, por exemplo, foi inferir acerca da preferência pelo consumo de cerâmica e não outros tipos de materiais, processos de reuso de objetos e destinações diferentes para distintas categorias de materiais, como o uso de vasilhas cerâmicas para cocção e armazenamento de alimentos e o de louças para consumo individual (Zanettini Arqueologia 2011, 2012a e 2018a).

Além disso, as análises empreendidas naquele momento também buscaram estabelecer considerações sobre as relações entre a ‘história de vida’ dos sítios e os episódios que caracterizam uma ocupação, contribuindo com pistas às áreas que têm se dedicado ao estudo da história de vida de famílias no passado. Por isso, no escopo das análises optou-se por uma abordagem da *“household archaeology”*, para se debruçar de modo aprofundado nas práticas cotidianas, ou seja, pensar o que as pessoas fazem em suas vidas diárias, não apenas em termos econômicos (como a subsistência e o comércio), mas sobre como a materialidade reflete, de algum modo, aspectos de intimidade e limites, relações de poder e ordenação espacial e poéticas “subversivas” no interior do espaço doméstico, tecendo

considerações de gêneros e constructos identitários negociados através de alguns objetos (Beaudry 2004; Zanettini arqueologia 2013a).

Nesse sentido, as análises se pautaram nos chamados ‘universos do consumo’ e das práticas cotidianas, a fim de constituírem subsídios para tais interpretações, como o universo da alimentação; higiene pessoal e toucador; vestuário, rouparia e adornos; utilidades domésticas e manutenção da casa; trabalho; lúdico e lazer; armamentos e munições; numismática; escritório e papelaria; e construtivo. Ainda, a partir das análises dos acervos provenientes dos sítios arqueológicos localizados na comunidade Cristina, foram elaborados indicadores cronológicos referentes a possíveis cronologias de ocupação dos sítios. Isso se deu através de análise pormenorizada dos fragmentos de louças (considerando-se as datas iniciais e finais de produção de determinado padrão decorativo), bem como levando em consideração as condições, no sertão baiano, de acessibilidade, uso e descarte desses ‘objetos’, para se lançar um olhar sobre as dinâmicas do Alto Sertão Baiano. O foco das análises, dessa maneira, teve como destaque a hipótese de que essas dinâmicas, em especial as práticas de consumo e abastecimento local e regional, vão além da historiografia clássica que as engessam como homogêneas, estáticas e isoladas, pois nesse sentido a arqueologia dá respaldo a uma dinâmica muito mais ampla (Zanettini Arqueologia 2014a e 2019).

Em resumo, os procedimentos de análise realizados pela Zanettini Arqueologia ocorreram de forma amostral e por categoria material. Assim, decidiu-se fazer uma pré-seleção de materiais que possibilitassem maior qualidade de dados e informações para a compreensão da dinâmica das ocupações, sempre tendo em vista um amostral em essência (*sampling*). As peças foram, portanto, selecionadas para análise segundo alguns atributos morfológicos, funcionais e decorativos. Seguindo estes pressupostos das louças e das cerâmicas, analisaram-se bordas, bases ou paredes decoradas, e em alguns casos de remontagens foram incluídas paredes sem decoração. Dos vidros, foram analisadas bases, gargalos, bordas e paredes que apresentavam inscrições (quando ocorreu remontagem, também foram incluídas paredes sem inscrições). As demais matérias-primas, como metais, polímeros e têxteis, foram analisadas segundo suas funcionalidades; no caso, se era possível presumi-las. Já os vestígios osteodontomalacológicos foram apenas

quantificados durante a curadoria e interpretados qualitativamente (Zanettini Arqueologia 2014a e 2019).

Universos de Ação e Uso	Materiais abarcados
Alimentação	Materiais associados às esferas do consumo, preparo, armazenamento e transporte de alimentos e bebidas;
Higiene Pessoal, Farmácia e toucador	Materiais associados aos cuidados com o corpo, tanto em termos higienistas como estéticos, além de materiais ligados à produção desses;
Vestuário, Rouparia e Adornos	Materiais associados à vestimenta e acessórios;
Utilidades domésticas, manutenção da casa	Materiais associados à manutenção da casa, utilidades domésticas, como mobiliário;
Trabalho	Materiais associados à produção, sejam em níveis de subsistência ou fabris;
Lazer e entretenimento	Materiais associados ao lazer e ao brincar;
Armamentos e Munição	Materiais como armas brancas e armas de fogo e munição;
Numismática	Materiais de cunho monetário;
Escritório e Papelaria	Materiais associados à escrita, leitura, organização de documentação;
Construtivo	Materiais relacionados à construção e manutenção da edificação.

Quadro 12. Universos de Ação e Uso (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Desse modo, os materiais analisados foram submetidos a uma ficha de análise (**Anexo 5**) baseada na compreensão da categoria material, mas, ultrapassando esta “barreira”, foram levados em consideração os universos de ação e uso destes ‘objetos’, conforme demonstra o quadro acima. Por conseguinte, os acervos analisados dos sítios pesquisados na comunidade Cristina foram quantificados por categoria material.

Gráfico 1. Quantificação por categoria (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Dessa forma, a seguir apresento o descritivo dos sítios arqueológicos e as informações alcançadas a partir das análises desses materiais⁶⁰, assim como evidencio as demais materialidades apreendidas ao longo da pesquisa etnográfica desenvolvida junto à comunidade Cristina.

⁶⁰ Com base no relatório final do Programa de Gestão elaborado pela Zanettini Arqueologia (2019), tratando especificamente a área alvo de estudo. Por outro lado, no decorrer deste item, realizo esforços para demonstrar a importância de se ampliar o quadro de categorização das manifestações materiais de natureza arqueológica quando se tratarem de estudos alinhados às perspectivas etnográficas.

Sítio Arqueológico Alagadiço

O sítio arqueológico Alagadiço está implantado em média vertente, com declividade suave, situado em meio à área de pastagem (**Prancha 1**). Caracteriza-se por uma área de concentração de evidências arqueológicas, composta por fragmentos de material histórico disposto em superfície.

Embora não tenha sido identificado nenhum tipo de vestígio associado a uma estrutura habitacional, as narrativas das pessoas da comunidade associam o sítio Alagadiço a um antigo local de residência de Clemência Maria de Jesus e Judite Maria de Jesus (que também é associada a outros vestígios de ‘turrão de casa véia’ e tida como ceramista), sugerindo a outrora existência de duas casas no terreno, uma vez que os vestígios são notadamente característicos de refugio de unidade doméstica. Do acervo gerado prevalece a cerâmica de produção local/regional, com queima marrom, seguida da cerâmica de queima branca, diferente de outros sítios localizados na comunidade, como o Granizo, o Dina e o Barranco.

A cerâmica branca não é decorada com pintura, e a decoração plástica, notadamente a escovada e a aplicada, na cerâmica marrom é frequente. Chama atenção na cerâmica com decoração aplicada (asas) o descolamento dos apliques, o que indica uma especificidade da produção, talvez um defeito da pasta ou da queima. Fato que indicaria, inclusive, escolhas de ‘Tia Judith’ enquanto ceramista, nesse quadro de produção cerâmica própria do local, que era abastecida por um centro produtor distinto dos sítios próximos (ver **Prancha 2**).

Além da cerâmica, há alguns fragmentos de tigelas, pratos e pires em faiança fina, uma bacia em ágata e um fragmento de tesoura em metal (**Prancha 2**). Em relação aos universos propostos pela análise, apenas a tesoura não foi associada ao universo da alimentação, tendo sido classificada como pertencente a quatro diferentes universos: Higiene pessoal, farmácia e toucador; Decoração e mobiliário; Vestuário, rouparia e adornos; e Escritório e papelaria. Para fins de visualização, no **Gráfico 2** há *Escritório e papelaria*.

Gráfico 2. Universos de ação e uso

Para o sítio arqueológico Alagadiço foi possível estabelecer uma barra cronológica que o posiciona entre meados do século XIX e início do século XX. Dados que corroboram com as informações das narrativas das pessoas da comunidade acerca do processo de formação da Cristina e das memórias ligadas às figuras de ‘Tia Clemência’ e de ‘Tia Judite’.

Observando as características do acervo exumado nos sítios localizados na comunidade Cristina, por exemplo, os materiais analisados indicam que a ocupação do sítio Alagadiço se deu em um momento ligeiramente anterior ao do sítio Granizo. Apesar de não ter sido possível estabelecer uma barra cronológica para o sítio Granizo, devido à baixa frequência de elementos datadores, ainda assim temos as datas das fábricas de louças Santa Catarina e Williams Adams & sons. Essas duas fábricas permitem inferir uma ocupação entre 1880 e 1930, enquanto a barra cronológica para o sítio Alagadiço o coloca entre as décadas de 1830 e 1870. Neste momento, chamo atenção para a confiabilidade desses dados para o contexto sertanejo, em que práticas, relações sociais e identidades são construídas no processo de interação com o meio e a partir da casa e dos demais elementos do espaço doméstico (Beaudry 2004; Souza 2017).

Por fim, reforço novamente a diferença entre a cerâmica consumida entre as duas ocupações (Alagadiço e Granizo), visto que uma utiliza cerâmica

de queima branca, enquanto a outra, cerâmica de queima marrom, sendo evidenciada assim uma preferência individual entre as figuras femininas associadas aos sítios. A ocupação do Sítio Granizo teria uma preferência clara pela cerâmica de queima branca, produzida ainda hoje maciçamente na comunidade Santa Luzia, comunidade igualmente localizada no município de Caetité. Não por acaso, uma das personagens locais que é vinculada à ocupação deste sítio arqueológico é a senhora Rita Martins, já mencionada anteriormente, a qual seria, originalmente, oriunda da comunidade de Santa Luzia.

Prancha 1. Sítio arqueológico Alagadiço

1 e 2. Implantação do sítio arqueológico Alagadiço (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Prancha 2. Acervo proveniente do sítio arqueológico Alagadiço

1. Conjunto de fragmentos de potes de cerâmica com apliques (asa); 2. Fragmentos de vasilhames cerâmicos com decoração escovada; 3. Fragmento de cerâmica com asa aplicada e decoração digitada; 4. Espécie de peneira de cerâmica em forma quadrada; 5. Bacia de água; 6. Fragmento de borda de tigela com decoração pintada a mão livre e carimbo no canto extremo inferior direito; 7. Fragmento de tesoura (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Sítio arqueológico Granizo

O sítio arqueológico Granizo é caracterizado por refugo de unidade doméstica de finais do século XIX e XX (ver implantação do sítio no **Prancha 3**). Apesar da ausência de remanescentes construtivos no local, há narrativas indicando que a casa pertencera a certa senhora Rita, moradora da comunidade Cristina após sua união com um dos membros da família dos Pereira Lopes.

O acervo é composto em maior parte por fragmentos por cerâmica, em especial a de queima branca. As poucas louças estão associadas a recipientes usualmente destinados ao consumo individual, principalmente pratos. Foi possível identificar duas marcas, uma nacional (Fábrica de Louças Santa Catarina – 1912/1927) e uma estrangeira (Willians Adams & sons, da Inglaterra – 1879/1891) (ver **Prancha 4**).

Em relação aos universos estabelecidos, há predomínio de ‘objetos’ relacionados à *alimentação*. Os metais presentes no acervo (dobradiça e ferradura) foram relacionados, respectivamente, aos universos *Manutenção doméstica* e *trabalho e cotidiano produtivo*, além de uma fivela de cinto pertencente ao universo *rouparia e adornos*. Ademais, alguns vidros estão associados ao universo *higiene pessoal, farmácia e toucador*, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 3. Universos de ação e uso.

Para além desses vestígios, no decorrer das ações engendradas ao salvamento do sítio arqueológico Granizo foi identificado um fragmento de lâmina de machado polido na área de dispersão de material histórico. Este artefato é associado a uma outrora possível passagem/ocupação de populações ceramistas no território da comunidade Cristina. Por outro lado, nas narrativas das pessoas da Cristina, assim como de outras comunidades localizadas naquela região, este tipo de objeto, quando encontrado nas 'roças', é apreendido como 'pedra de raio'. Dessa forma, a presença deste objeto junto à área do sítio também pode estar ligada ao seu apelo estético e à prática das pessoas em montar coleções pessoais de 'coisas do passado', às quais são adicionados novos significados (Pomian 1984).

Imagem 56. Fragmento de lâmina de machado polida exumada junto ao sítio arqueológico Granizo. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Prancha 3. Sítio arqueológico Granizo

1 e 2. Implantação do sítio arqueológico Granizo (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Prancha 4. Acervo proveniente do sítio arqueológico Granizo

1. Fragmento de tigela em faiança fina, com decoração pintada a mão livre em azul; 2. Fragmentos de vasilhames cerâmicos com asas; 3. Fragmentos de talheres de metal; 4. Ferradura; 5. Fivela de cinto fragmentada; 6. Fragmento de base de objeto em faiança fina produzido pela William Adams & Sons, fábrica inglesa que funcionou de 1879 a 1891 (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Um dos enfoques dados às análises do acervo proveniente das pesquisas arqueológicas, desenvolvidas pela Zanettini Arqueologia na comunidade Cristina, recaiu sobre os sítios que foram casas outrora habitadas pelo senhor Manuel Pereira Benevides, conformadas pelos sítios arqueológicos Barranco, Boiadeiro, Céu e Dina (Zanettini Arqueologia 2014a). De acordo com as narrativas apreendidas junto à comunidade, ‘Mané Preto’ casou-se com a senhora Perciliana e teve três filhos: Dina (Tia Dina, 89 anos), Maria (Tia Maria, falecida com aproximadamente com 115 anos) e Sebastião (Tião Garapa, já falecido).

A ‘Tia Dina’ ainda reside no mesmo terreno de um dos locais de antiga residência do senhor Mané Preto, mais precisamente o sítio arqueológico Dina. Dessa forma, se for considerado que o senhor Manuel teve seus filhos por volta de seus vinte anos, conforme as informações cedidas por sua filha, a ‘Tia Maria’, pode-se aferir que ele (‘Mané Preto’) teria nascido em algum momento na segunda metade do século XIX, o que evidencia que estou diante de quatro sítios arqueológicos (ou melhor, de quatro lugares de ‘turrão de casa’) que remetem à transição do século XIX para o XX. Cabe lembrar que, nesta época, Caetité ainda apresentava, de modo muito forte, uma sociedade pautada no contexto escravagista, conforme demonstrado no item 1.2 desta dissertação. Dessa forma, mais do que mobilidade e dinâmicas de consumo, esses materiais que compõem os sítios arqueológicos em questão podem auxiliar em questões acerca de outras esferas do viver ligadas às populações africana e/ou de seus descendentes.

Isto posto, o **Gráfico 4** abaixo mostra a variação das categorias materiais por sítio arqueológico, e o **Gráfico 5** traz os dados quantitativos referentes às peças analisadas, de forma pormenorizada. Não obstante, as informações verificadas nos gráficos apontam para o fato de que em todos os sítios há o predomínio do material cerâmico, seguido dos vidros, mas também com a presença de fragmentos de louça em faiança fina, mesmo numa amostra reduzida.

Gráfico 4. Categoria Material

Gráfico 5. Categoria Material

Sítio arqueológico Céu

O sítio arqueológico Céu é representado pelo maior acervo exumado e analisado no escopo das pesquisas arqueológicas desenvolvidas pela Zanettini Arqueologia nas terras da comunidade Cristina (**Prancha 5**). Pode-se dizer que prevalece a quantidade de fragmentos de cerâmica de produção local/regional, tanto de queima branca quanto marrom, com marcas de uso ao fogo (fuligem e resíduo) (**Prancha 6**). Dentre os materiais, nota-se um fragmento de sino de metal (geralmente posto em ‘vacas leiteiras’), que reforça a presença da prática da pecuária para subsistência desde a época do senhor Manuel Pereira Benevides (Zanettini Arqueologia 2019).

No tocante às louças, o sítio apresenta uma curiosa exclusividade em faiança fina, com características do século XIX e XX, as quais apresentam padrões decorativos, como o trigal, sendo uma particularidade com relação ao acervo gerado durante as pesquisas arqueológicas em território da Cristina. Observa-se ainda uma marca sem identificação, mas que remete à louça inglesa, e um fragmento da IRFM São Caetano. Ao que tudo indica, há ao menos quatro recipientes distintos de frascos de vidro com base retangular, dentre eles uma garrafa de refrigerante da marca Antarctica (**Prancha 6**).

Apesar de a barra cronológica prolongar o período de ocupação entre o final do século XVIII até o século XXI, o círculo em preto indica o período de ocupação real do sítio, segundo as datas anteriormente expostas, como a idade de uma das filhas de ‘Mané Preto’. Este dado corrobora com as narrativas compartilhadas pelas pessoas da Cristina, como também indica que o local possivelmente continuou a ser ocupado, mesmo após a morte do senhor ‘Mané Preto’.

No que diz respeito aos universos de ação e uso, a maior parte do acervo foi associada, durante as atividades de análise, ao universo da *alimentação*, caracterizado por panelas, talheres, pratos, xícaras e tigelas; seguido do universo de *higiene pessoal*, *farmácia* e *toucador*, representado pelos frascos de vidro; e os universos *utilidades domésticas* e *trabalho e cotidiano produtivo* são igualmente representados com apenas dois objetos: dobradiça e sino, respectivamente (ver **Gráficos 6 e 7**).

Gráfico 6. Universos de ação e uso

Gráfico 7. Forma específica

Diferentemente do **sítio arqueológico Boiadeiro**, que também foi casa ocupada pelo senhor Manuel Pereira Benevides (ver **Prancha 7**). O acervo deste sítio é composto por diversos fragmentos de porcelana nacional (com decoração em decalcomania com motivos florais) e em opalina, um tipo de vidro branco (bege) que imita a louça e que começou a ser produzido e

comercializado pela marca Corolex na década de 1950. Os demais vidros também são recentes e, à exceção de um fragmento de frasco na cor âmbar, que foi relacionado ao universo *higiene pessoal, farmácia e toucador*, os demais foram associados ao universo da *alimentação*. Ainda consta neste acervo cerâmica de produção local/regional, porém altamente fragmentada, e representada por poucos recipientes (ver **Prancha 7**). Dentre alguns poucos metais (três), havia dois fragmentos de uma mesma fechadura de sobrepor e um cabo de talher. A prática de reutilização das coisas em geral na região, nesse caso, é também latente, pois no acervo foi observada uma rodela de sandália havaiana com um furo ao meio que pode ter diferentes fins, desde a utilização em tomadas para evitar choques elétricos até o fabrico caseiro de brinquedos (ver **Prancha 7**).

No **sítio arqueológico Dina** também há indícios de práticas de reuso, uma vez que, em meio ao acervo, constava uma lata de óleo que foi transformada em régua, como também uma lata de marmelada/goiabada reutilizada como marmita. Esse tipo de reutilização das latas como marmitas para a lida no campo, quando longe da casa, é usual nos sertões (Souza 2017). Ainda, dentre os metais, há uma enxada, uma dobradiça, uma faca da marca Tramontina, além de um cabo de colher da marca francesa Gombault, que funcionou até 1931. Apesar da data, os talheres dessa marca eram famosos pelo banho de prata que recebiam, o que pode ter agregado valor e, por consequência, durabilidade para a família (Zanettini Arqueologia 2019).

Além destas peças, o acervo é composto prioritariamente por cerâmicas de produção local/regional, tanto a de queima branca quanto a de queima marrom. Dentre as cerâmicas de queima marrom chama atenção um fragmento de asa com decoração digitada, e dentre as de queima branca, dois fragmentos, pertencentes a um mesmo recipiente, com engobo branco na face interna e pintura com linhas vermelhas formando losangos, algo singular entre os materiais que compõem o acervo proveniente do sítio Boiadeiro. Dentre as louças, uma xícara de porcelana de produção nacional, e, dentre os vidros, uma garrafa de refrigerante Antarctica averiguada entre os materiais analisados do **sítio arqueológico Dina**. Com exceção da enxada e da dobradiça, todos os demais fragmentos foram associados ao universo da *alimentação*.

O mesmo ocorreu ao **sítio arqueológico Barranco**, no qual todos os materiais foram associados ao universo da *alimentação*. O acervo deste sítio é composto por apenas 41 fragmentos, dentre os quais apenas dois passaram por análise quantitativa: um fragmento de base de xícara de porcelana nacional (único indicativo temporal presente no acervo) e um fragmento de recipiente de cerâmica com pintura em vermelho na face interna, provavelmente um recipiente globular, destinado ao armazenamento de água. Além destes, de forma qualitativa foram observados alguns fragmentos em vidro, provavelmente pertencentes a uma garrafa de cor âmbar (ver **Pranchas 11 e 12**).

Se fosse possível relacionar a quantidade de vestígios ao número de moradores da casa, poder-se-ia deduzir que a unidade habitacional do sítio arqueológico Barranco teria sido uma das primeiras casas de 'Mané Preto'. A baixa densidade de materiais no sítio indica os processos envolvendo a formação do registro arqueológico, como, por exemplo, através do alto nível de fragmentação do material arqueológico, da prática de reuso na comunidade, que vai desde materiais construtivos a materiais diversos e de cunho doméstico, como também da limpeza contínua do quintal, dentre outros (Souza 2017).

A figura do senhor 'Mané Preto' ainda é muito forte e presente nas memórias dos moradores da comunidade Cristina. Dessa forma, entendo que essa afetividade à figura histórica do senhor Manoel ecoará em cada peça dos acervos provenientes dos lugares de sua vivência, os quais se tornaram lugares significativos para toda comunidade Cristina. Ademais, sua história de vida pode ser apreendida como a de um homem que vivenciou ainda as violências engendradas à sociedade escravagista de Caetité, mas que, conforme apontam as narrativas de seus descendentes, sempre foi dedicado à família e ao trabalho, sobretudo após o falecimento de sua esposa, a senhora Perciliana.

Seguindo o caminho de uma conclusão, entendo que as análises dos materiais oriundos dos sítios relacionados à comunidade Cristina trazem informações importantes, como as possíveis cronologias das ocupações verificadas nesses sítios arqueológicos, assim como alguns indicativos das redes de comércio interno e externo no Alto Sertão, através da variabilidade dos materiais observados junto aos acervos, a exemplo das louças importadas

, além de sugestionar processos envolvendo questões latentes para o sertão nordestino como um todo, como a questão do reuso de materiais e mobilidade das populações sertanejas (Souza 2017).

No tocante aos **sítios arqueológicos Casa de Farinha e Casa Velha**, cadastrados no escopo do campo etnográfico e ligados a esta pesquisa junto à comunidade Cristina, destaco que, em virtude de não possuírem uma permissão federal de pesquisa chancelada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN), foram apenas realizados os procedimentos de georreferenciamento destes sítios, assim como o registro fotográfico de sua implantação e da amostra dos materiais arqueológicos observados dispostos em superfície. Assim, tais sítios não conheceram ações de salvamento arqueológico como os sítios arqueológicos inseridos no escopo das pesquisas da Arqueologia Preventiva, nos quais foram efetuados procedimentos que envolviam a coleta de material arqueológico. Em razão dessa conjuntura, não apresento as análises do registro arqueológico presentes nesses sítios, mas exponho as percepções da comunidade Cristina em torno destes.

Desse modo, o que posso sugestionar, ainda que de modo preliminar acerca da materialidade avistada nos **sítios arqueológicos Casa de Farinha e Casa Velha**, é que, primeiramente, são vestígios de antigas ocupações do local. Em todo caso, o diferencial entre tais sítios recai sobre a questão dos distintos significados que a materialidade envolvida evoca nas pessoas da comunidade. A título de ilustração, o sítio **Casa de Farinha** foi apenas constatado na narrativa do senhor Juraci, que também desconhece a origem da ocupação do local, mesmo esta encontrando-se atualmente em sua propriedade. Ele só tem a memória de que há 60 anos (quando ainda era criança) os vestígios construtivos dessa antiga habitação eram bem mais visíveis, além de recordar narrativas de antigos moradores da comunidade Cristina, já falecidos, que apontam esse lugar como uma antiga estrutura destinada à produção de farinha de mandioca (ver **Prancha 13**). Nas imediações dos remanescentes construtivos do sítio, observa-se uma área de dispersão de materiais compostos por fragmentos de utensílios cerâmicos, metálicos, vítreos, bem como uma diversidade de fragmentos de louças em faiança fina, branca e decorada, de fabricação nacional e importada, incluindo louças de origem inglesa e holandesa, além de uma moeda datada de 1830

(ver **Prancha 14**). Este elemento numismático que compõe os materiais observados recua, inclusive, para a primeira metade do século XIX, a ocupação do local, uma vez que, somado às louças avistadas no sítio, pode vir a ser considerado um bom datador para contextos como esse (Russo 1987).

Com relação ao sítio arqueológico **Casa Velha**, no momento do meu contato com o registro arqueológico no local de sua implantação, não observei nenhum tipo de vestígio de embasamento rochoso (alicerce), ou certa variabilidade de materiais dispersos em superfície, como foi constatado no sítio arqueológico Casa de Farinha, sendo este caracterizado por uma baixa densidade de material arqueológico (ver **Prancha 15**). Entretanto, próximo a essa área de concentração de fragmentos de telha, de utensílios cerâmicos, dentre outros materiais, existe outro elemento que compõe essa materialidade e de forte significado para a comunidade, o “Imbuzeiro de Titia” (ver **Imagem 57**, a seguir). Conforme já mencionado no item 2.1 desta dissertação, existia uma tradição na comunidade Cristina de se plantar uma árvore quando uma criança nascia. No caso do “Imbuzeiro de Titia”, ele é associado às memórias e narrativas dos mais velhos, sendo considerado com mais de 150 anos, de acordo com as narrativas apreendidas junto às pessoas da Cristina.

Imagem 57. Senhor Juraci Benevides mostrando o local da antiga habitação, e, ao fundo, o chamado “Imbuzeiro de Titia”. (Foto: Juliana Freitas).

Assim, o que me fez entender essas manifestações materiais como sítio arqueológico Casa Velha, para além da importante materialidade constatada junto ao lugar e às coisas (a qual pode ser vista como não significativa, dependendo da postura e do entendimento adotado pelos nossos pares acerca do que vem a ser Arqueologia), se deu também porque levo em consideração as dificuldades com relação à detecção de sítios arqueológicos caracterizados por antigas unidades domésticas que remontam as cronologias conhecidas para a ocupação da Cristina.

Em suas pesquisas sobre a arquitetura nos sertões nordestinos, por exemplo, a arquiteta Nathalia Diniz aponta que a arquitetura do gado era fruto da organização do quadro social presente nas fazendas desses sertões, e que, sobretudo, se fundamentava em um saber vernacular, pautado na utilização das matérias-primas existentes na região.

Dessa maneira, como remanescente dessas cronologias, pouco se pode contar com a presença de edificações em ruínas ou parcialmente colapsadas, em virtude das técnicas construtivas empregadas e da durabilidade dessas construções ao longo do tempo (Diniz 2008 e 2013).

Prancha 5. Sítio arqueológico Céu

1 e 2. Implantação do sítio arqueológico Céu (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Prancha 6. Acervo proveniente do sítio arqueológico Céu

1. Fragmentos de cerâmica de queima branca com decoração pintada a mão em vermelho; 2. Fragmento de fundo de pote de cerâmica onde é possível observar resíduo, indicando a utilização para cocção de alimentos; 3. Fragmentos de tigela de faiança fina com decoração em estêncil; 4. Fragmento de fundo de garrafa de vidro da marca Antarctica; 5. Cabos de talheres de metal; 6. Borda de prato com decoração trigral; 7. Dobradiça de metal; 8. Fragmento de objeto de metal, possível sino utilizado no gado; 9. Fragmentos de frascos de vidro incolor, associados ao universo *Higiene pessoal, farmácia e toucador* (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Prancha 7. Sítio arqueológico Boiadeiro

1 e 2. Implantação do sítio arqueológico Boiadeiro (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Prancha 8. Acervo proveniente do sítio arqueológico Boiadeiro

1. Bases de garrafas de vidro âmbar, provavelmente de cerveja; 2. Fragmentos de prato em opalina com acabamento acanelado; 3. Fragmentos de pires com decoração em decalquemanía, técnica iniciada já em meados do século XX; 4. Fragmentos remontados de prato em faiança fina com decoração em *transferprinting* verde; 5. Vasilhame cerâmico com decoração pintada em vermelho, característico da região; 6. Componentes de fechadura de sobrepor; 7. Rodela de sandália Havaiana com marcas reuso (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Prancha 9. Sítio arqueológico Dina

1 e 2. Implantação do sítio arqueológico Dina (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Prancha 10. Acervo proveniente do sítio arqueológico Dina

1. Fragmento de borda de recipiente feito em cerâmica com asa com decoração digitada; 2. Fragmentos de cerâmica com decoração em engobo branco e pintura vermelha em zigue-zague na face interna; 3. Alça de xícara em porcelana; 4. Faca da marca Tramontina, inaugurada 1911 e ainda em funcionamento; 5. Enxada; 6. Fragmento de fundo de garrafa de vidro da marca Antarctica; 7. Fragmento de talher da marca francesa Gombault, que fabricou utensílios banhados a prata de 1826 a 1931; 8. Fragmento de lata de óleo com marcas de corte e re-uso; 9. Lata de goiabada/marmelada reutilizada como marmitta (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Prancha 11. Sítio arqueológico Barranco

1 e 2. Implantação do sítio arqueológico Barranco (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Prancha 12. Acervo proveniente do sítio arqueológico Barranco

1. Fragmento de recipiente cerâmico com resíduo na face interna, indicando seu uso para cocção; 2. Base de xícara de porcelana, sem decoração; 3. Fragmentos de xícara de porcelana sem decoração; 4. Fragmento de pote de cerâmica com marca de confecção através da técnica de modelagem; 5. Fragmentos de garrafa de vidro âmbar (Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Prancha 13. Sítio arqueológico Casa de Farinha

1. Implantação do sítio arqueológico Casa de Farinha; 2. Pesquisadora observando remanescente do embasamento rochoso da habitação colapsada; e 3. Detalhe de marcas de tijolos de adobe colapsados na superfície da área do sítio (Fotos: Juliana Freitas).

Prancha 14. Material observado em superfície no sítio arqueológico Casa de Farinha

1 a 7. Material arqueológico observado em superfície nas imediações dos vestígios construtivos da habitação colapsada, a exemplo de fragmentos de utensílios cerâmicos, objetos metálicos, fragmentos de louça em faiança fina e um elemento numismático datado de 1830 (Fotos: Juliana Freitas).

Prancha 15. Sítio arqueológico Casa Velha

1. Implantação do sítio arqueológico Casa Velha; **2 a 4.** Material arqueológico observado em superfície nas imediações dos vestígios construtivos da habitação colapsada, a exemplo de utensílio de ágata, rodela de sandália Havaiana com marcas reuso e fragmento de tesoura (Fotos: Juliana Freitas).

Por outro lado, a partir das minhas vivências junto à comunidade Cristina, outras materialidades (paisagens e lugares) foram apreendidas no decorrer da presente pesquisa. A título de ilustração, desde minhas primeiras ações no âmbito da Arqueologia Preventiva em 2014 chegou ao meu conhecimento a importância de uma estrutura de represamento de água pluvial, conhecida como 'Represa da Cristina'.

Esta represa foi elencada, inclusive, como um Sítio Histórico de Interesse Arqueológico⁶¹ (SHIA) no escopo das pesquisas desenvolvidas pela Zanettini Arqueologia em 2014. No caso da represa, ela significa muito mais que um local de captação de recursos hídricos, mas, igualmente, um espaço de sociabilidade, um lugar significativo, e uma das paisagens importantes para a comunidade, pois ela representa o ciclo de vida no sertão, o qual também transforma essa paisagem conforme os períodos de estiagem e de chuva.

Nesse sentido, cabe apontar as reflexões do geógrafo Yi-Fu Tuan (2012) acerca de como as pessoas percebem o meio ambiente ao qual estão inseridas. Isto envolve pensar também esses fenômenos e dinâmicas ambientais, como a seca no ambiente semiárido e, junto com ela, a transformação da paisagem.

Os períodos de estiagem junto à comunidade são sentidos através do corpo de seus moradores, assim como por meio das coisas que se mostram presentes ou ausentes, conforme cada período: o calor ou a umidade, o vento durante dias antes da chuva (segundo as narrativas das pessoas da Cristina), as folhas e frutos das árvores, que deixam de fazer parte temporariamente da paisagem que é vivenciada, assim como das cores observadas nela, que vão de diferentes tons esverdeados, cinzas, mas que também se mostram amareladas, dependendo da época (Souza 2017). De acordo com Tuan (2012), é necessário ainda se atentar para o fato de que as pessoas de gêneros e idades distintas apreendem o ambiente de forma diferente, ao adotar valores e percepções distintas, assim como é diferenciada a percepção de um morador da comunidade Cristina em comparação com a de um visitante.

⁶¹ A represa foi denominada como SHIA 206 – Represa da Cristina (ver Zanettini Arqueologia 2014a).

Imagem 58. Detalhe da 'Represa da Cristina' durante o período de chuvas. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 59. Vista da 'Represa da Cristina' durante o período de chuvas. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 60. Detalhe da 'Represa da Cristina' no período de estiagem.
(Foto: Juliana Freitas).

Imagem 61. Vista da 'Represa da Cristina' no período de estiagem.
(Foto: Juliana Freitas).

Neste lugar significativo, são estabelecidas as mais diversas práticas e relações cotidianas das pessoas que ocupam este território. Tais práticas e relações se dão na ida diária à represa para levar os animais para beberem água, buscar água para os afazeres domésticos e para regar as plantações. Este lugar pode ser entendido, do mesmo modo, como um espaço feminino, dado que as mulheres da comunidade possuem ainda a prática tradicional da lavagem de roupa em jiraus e em placas rochosas instaladas no chão. A figura abaixo traz a espacialidade dessas manifestações materiais que compõem esse lugar significativo.

Figura 27. Mapa com a localização das manifestações materiais ligadas ao SHIA Represa da Cristina. (Elaborado por Gabriela Farias. Fonte: Zanettini Arqueologia 2019).

Todavia, essa prática feminina exige dessas mulheres um tempo considerável para que seja executada. Assim, elas passam muitas horas na represa no decorrer do dia, lavando as roupas dos membros das suas famílias e, ao mesmo tempo, compartilhando experiências, ideias e opiniões, sendo essas inter-relações com o lugar o que o torna significativo.

Imagem 62. Jirau presente na área da represa da comunidade Cristina, e, ao fundo, as placas rochosas instaladas no chão, igualmente destinadas à lavagem de roupa.
(Foto: Zanettini Arqueologia).

Imagem 63. Detalhe das placas rochosas instaladas no chão para a lavagem de roupa na área da represa da comunidade Cristina. (Foto: Zanettini Arqueologia).

Por outro lado, é possível apreender nas narrativas de algumas mulheres que, apesar de gostarem de lavar roupas no local, até porque essa prática remete a memórias e lembranças das mulheres antigas da família, o desejo de ter uma máquina de lavar é considerável, como expressa a narrativa da senhora Nice – *“eu gosto de lavar roupa lá, aprendi lava roupa assim com minha mãe...mas é difícil...demora muito e cansa demais a gente...dói muito as costas...eu queria muito uma máquina pra lavar”*.

Imagem 64. Mulheres durante o processo de lavagem de roupa na represa da comunidade Cristina. (Foto: Juliana Freitas).

Todo o processo de lavagem é iniciado com o transporte das roupas a serem lavadas na represa, as quais são alojadas em forma de uma ‘trouxa’, que é carregada na cabeça junto aos materiais de limpeza. Desde esse momento do processo já se nota todo um quadro de técnicas corporais que são utilizadas pelas mulheres da Cristina, que, assim como carregam as ‘trouxas’ de roupa, carregam toda uma sorte de coisas de um lugar para outro, incluindo recipientes cerâmicos e baldes plásticos para o transporte de água. Observa-se que, para carregar tais coisas, no entanto, as mulheres usam um pano em forma de círculo na cabeça, para que não lhes cause ferimentos.

Uma vez que as roupas tenham sido levadas até o local com os instrumentos e suportes para lavagem, algumas se valem de baldes para o processo de umidificação (molhar as peças), outras, no entanto, preferem ir até uma das margens da represa, onde se prostram próximo à água, de cócoras ou

sentadas sobre as próprias pernas, como a posição tradicionalmente japonesa denominada 'seiza'. O sociólogo e antropólogo Marcel Mauss (1973) entendia que até as ações mais simples realizadas por uma pessoa através de seu corpo constituem uma técnica corporal, sendo que o próprio corpo também pode ser apreendido como instrumento e um meio técnico, em que as mãos, por exemplo, são objeto de ação técnica (Leroi-Gourhan 2002).

Figura 28. Ilustração de uma das técnicas corporais das mulheres durante o processo de lavagem de roupa na represa da comunidade Cristina. (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel do artista Ricardo Sanzi).

Assim como compartilhou a senhora Nice, todo o conhecimento sobre esse processo era aprendido com as mulheres mais velhas da comunidade, e por isso ainda persiste esta prática tradicional, visto que não são apenas as

coisas dos mais velhos que são guardadas por respeito, mas também algumas práticas que remetem à memória dos seus ancestrais. A senhora Nice ainda comenta que, antigamente, as mulheres lavavam a roupa cantando, mas que isso infelizmente se perdeu com o tempo. Atualmente, as ações feitas nesse processo de lavagem correspondem ao percurso já citado anteriormente, seguido pelo ato de ensaboar as peças a serem lavadas, esfregá-las com as mãos e depois batê-las em movimentos circulares nas placas rochosas situadas no chão. Após essas ações, a roupa é deixada estendida às vezes sobre as próprias placas, ou em cima de plantas nas proximidades dos jiraus, onde as peças tomam sol para ‘curar’. Por fim, são enxaguadas com duas ou três “*mãos de água*” e estendidas, em alguns casos, na cerca de arame farpado existente na área da represa, ou então as mulheres as colocam novamente em ‘trouxas’, baldes e bacias, e as transportam até seus quintais, onde são estendidas igualmente em cercas ou em varais improvisados.

Outros ofícios, saberes, manifestações e práticas tradicionais que endossam as materialidades presentes junto à comunidade remetem também a exemplos de territorialidade dos habitantes da Cristina, a partir de suas práticas e vivências cotidianas junto às coisas, pessoas e lugares do seu território, como no caso dos rezadores e benzedores conhecidos na comunidade, a exemplo do senhor Miro, mencionado no item 3.2.1 deste trabalho, o senhor João Pereira Lopes e o senhor Desuite Pereira Guedes, falecido recentemente.

Imagem 65. O senhor Desuite fazendo as rezas contra o mau-olhado em Antônio Hipólito, durante nosso último encontro. (Foto: Juliana Freitas).

No caso do senhor Desuite, além de rezas e orientações envolvendo o campo religioso do ‘benzimento’, dizia que sabia as rezas e o modo para desencantar os tesouros enterrados, quase sempre associados à ocorrência de eventos sobrenaturais, denominados pelas pessoas da comunidade como ‘visagens’. Em se tratando de visagens que estão relacionadas aos tesouros, as narrativas dos moradores da Cristina indicam que normalmente alguém já falecido aparece para você e lhe confia o segredo de onde o tesouro está localizado nas terras da comunidade. Por conseguinte, a pessoa que viu a visagem deve fazer tudo o que foi orientado, senão o tesouro desaparece, ou ainda, como consta em alguns relatos, o tesouro se transforma em sapo. Uma das narrativas do senhor Juraci traz informações acerca de ocorridos de visagens com o seu avô, o ‘Mané Preto’, que, após ter visto uma visagem, tentou desenterrar o tesouro do lugar apontado, mas, de alguma forma, fez algo não aceitável e foi perseguido por várias assombrações. O próprio senhor Juraci compartilhou comigo, durante nosso mais recente encontro, que tinha sonhado com a visagem, que lhe falou onde tinha ouro enterrado na comunidade, tanto que foi atrás do senhor Desuite para ensinar como fazer para desencantar o tesouro. Este, no entanto, lhe ensinou uma reza associada à liturgia da igreja católica, chamada *Oração do Sonho de Nossa Senhora*. Segue abaixo sua versão desta oração para desencantar tesouros:

“Nessa cama me deito, nessa cama me levanto, 7 anjos me acompanham, 4 nos pés e 3 na cabeceira.

Nossa Senhora diante dizendo – Filho dorme, filho acorda – os sinos a tocar, anjos adora essa oração, quem reza um ano inteiro continuado há de ter perdão assim.

Como ter areia no mar e flor no campo, quem souber essa oração e não ensinar, quem ouvi e não aprender, no dia do juízo não salvará o bem que se perder”.

No caso da visagem compartilhada comigo pelo senhor Juraci, essa teria lhe aparecido transmutada em uma conhecida já falecida, que o orientou a ir sozinho ao local exatamente à meia-noite, dizendo que só poderia usar instrumentos em madeira, e que de forma alguma tivesse algum componente à base de ferro. Ademais, ainda constam outras narrativas envolvendo as visagens e assombrações percebidas nas falas dos moradores da comunidade Cristina.

Figura 29. Ilustração retratando a assombração da noiva (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).

Figura 30. Ilustração retratando a visagem envolvendo duas bolas de fogo que percorrem o território da comunidade Cristina (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).

Duas delas são recorrentes em outras comunidades do entorno, a exemplo da comunidade quilombola Gurunga, como o caso do “*avistamento*” de uma mulher vestida de noiva que anda ou aparece em lugares específicos da comunidade Cristina durante a noite (vide **Figura 29**). O interessante dessas experiências relatadas, ao que parece, é que eram mais recorrentes quando a comunidade não possuía energia elétrica nas casas, e, conseqüentemente, os caminhos existentes na comunidade eram bem mais escuros. A outra manifestação sobrenatural conforma-se pelo que é descrito nas narrativas dos moradores da comunidade Cristina, como duas bolas de fogo que percorrem a comunidade (vide **Figura 30**), tendo quase sempre como ponto inicial de “*avistamento*” as imediações da casa da ‘Tia Bela’, desaparecendo ao chegar às proximidades do “*Imbuzeiro de Titia*” (localizado no sítio arqueológico Casa Velha). De acordo com o senhor Juraci, essas bolas de fogo também indicariam a presença, no local onde desaparecem, de tesouros enterrados pelos mais antigos.

Figura 31. Projeção do percurso feito pelas bolas de fogo junto ao território da comunidade Cristina, assinalada pelo tracejado em amarelo, e o sentido, pela seta em amarelo. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth).

Em sua tese de doutorado em Antropologia Social, *Visagens e Profecias: Ecos da Territorialidade Quilombola*, Raquel Mombelli (2009:7) propõe como mote de seu estudo justamente esses “processos de reelaboração e reapropriação coletiva da territorialidade através das narrativas sobre visagens e profecias”, para então discutir em uma esfera macro acerca das *conformações identitárias quilombolas e sua relação com as narrativas sobre identidade nacional a partir dos processos de implementação de dispositivos constitucionais*, tendo como exemplo para suas reflexões a Comunidade Invernada dos Negros, localizada no estado de Santa Catarina.

Para a autora, as visagens seriam um tipo de *representações mágicas capazes de associar situações ou estreitar vínculos entre opostos, não sendo vividas como contraditórias pelos membros da comunidade*. Além disso, tais manifestações podem vir a ser entendidas como elemento *constituente da identidade étnica e, sobretudo, de sua relação com a terra, com o lugar* nessas comunidades, já que podem ser apreendidas também como um *legado herdado e repassado para as gerações sucessivas de herdeiros através do ato de contar e recontar as histórias vivenciadas, envolvendo a aparição de seres sobrenaturais* (Mombelli 2009:128-130).

Por outro lado, outra questão latente no que diz respeito às práticas e manifestações cotidianas observadas na comunidade Cristina é a relação estabelecida com a temática da morte. Diferentemente de outras comunidades da região, a Cristina não possui nem área cemiterial, assim como nenhum tipo de sepultamento em seu território. Todos os membros falecidos da comunidade ou que falecem são sepultados em áreas cemiteriais localizadas em outras comunidades, como no antigo cemitério da comunidade quilombola Gurunga (hoje desativado), e nas áreas cemiteriais da comunidade Lagoa do Fundo e do distrito de Pajeú do Vento (ver **Figura 32** adiante).

Da mesma forma, no caso da área cemiterial (cadastrada pela Zanettini Arqueologia como sítio arqueológico Cruzeiro do Gurunga), associada à comunidade quilombola Gurunga, ao que tudo indica, figuras como a do senhor ‘Mané Preto’ estariam enterradas neste cemitério, assim como supostamente a própria Cristina, de acordo com as narrativas de ‘Tia Maria’. A sua vez, sua mãe, a senhora Perciliana, que morreu após o acidente com uma cascavel na

Serra das Geraes, segundo 'Tia Maria', teria sido enterrada no cemitério da comunidade Lagoa do Fundo.

Figura 32. Localização das três áreas cemiteriais onde são enterrados os moradores da comunidade Cristina. (Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth).

Ainda, apresento seguir, a partir da parceria estabelecida com o artista paulistano Ricardo Sanzi, ilustrações retratando os outros exemplos das materialidades vinculadas às pessoas da comunidade Cristina, apreendidas junto às narrativas de seus moradores, sendo que, em alguns casos, conforme anteriormente mencionado, não são mais visíveis no território, a exemplo do ofício de marceneiros, ceramistas e tecelãs (ver **Figuras 33 a 37**, a seguir).

Figura 33. Ilustração retratando os saberes e modos de fazer associados ao ofício de marceneiro, como o caso citado do senhor Miro (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).

Figura 34. Ilustração retratando os saberes e modos de fazer associados ao ofício de ceramistas, conforme constam as figuras femininas da senhora Judite, 'Maria Preta' e Rita Martins, dentre outras mulheres já falecidas da comunidade Cristina (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).

Figura 35. Ilustração retratando os saberes e modos de fazer associados ao ofício de tecelã, como os vinculados às figuras de 'Maria Preta', a senhora Perciliana, Clemência, Dometila, 'Tia Bela', 'Tia Maria' e 'Tia Dina'. Na cena da ilustração consta o processo da tecelagem envolvendo a roda de fiar (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).

Figura 36. Ilustração retratando as atividades junto às áreas de cultivo denominadas localmente como 'roças' (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).

Figura 37. Ilustração retratando a 'lida' com o gado, envolvendo a prática de guiar os animais até os locais com vegetação, para pastagem, e água, no território da comunidade Cristina (Técnica de aquarela e nanquim sobre papel, do artista Ricardo Sanzi).

Em conclusão, para além de pensar as evidências alçadas como sítio arqueológico, portanto, um bem acautelado pelo Estado, a **Tabela 4** a seguir apresenta possíveis caminhos para ampliar o quadro de ‘classificação’ das manifestações materiais de natureza arqueológica ou não – sobretudo quando se tratarem de estudos alinhados à perspectiva etnográfica –, assim como para levantar possibilidades de novas chaves de análise não só de ‘objetos’, mas de ‘coisas’ e lugares que formam o substrato da vida material das pessoas na Cristina, fortalecendo assim o estudo das materialidades – dos lugares e das paisagens no (e do) contemporâneo.

Manifestações materiais	Coisas	Saberes, Práticas e Ofícios	Constam Narrativas (Sim ou Não)	Denominaçãoêmica/Percepção local	Lugar significativo (adjetivado como)	Família envolvida
Sítio Alagadiço; Árvore-pessoa	Imbuzeiro; Turrão de casa véia; Caco de pote	Ceramista; Técnica construtiva - alvenaria de adobe; Ressignificação cosmológica	Sim	Casa da Tia Clemencia e Judith	Tradicional; Cultural; Afetivo	Maria de Jesus; Pereira Benevides
Sítio Barranco	Turrão de casa véia; Caco de pote	Tecelã; Ceramista; Técnica construtiva - alvenaria de adobe; Reuso	Sim	Casa de Mané Preto	Tradicional; Cultural; Afetivo	Pereira Benevides
Sítio Boiadeiro	Turrão de Casa véia; Caco de pote	Tecelã; Ceramista; Técnica construtiva - alvenaria de adobe	Sim	Casa de Mané Preto	Tradicional; Cultural; Afetivo	Pereira Benevides
Sítio Céu	Turrão de casa véia; Caco de coisa	Tecelã; Ceramista; Técnica construtiva - alvenaria de adobe	Sim	Casa de Mané Preto	Tradicional; Cultural; Afetivo	Pereira Benevides
Sítio Dina	Turrão de casa véia; Caco de coisa	Tecelã; Ceramista; Técnica construtiva - alvenaria de adobe; Reuso	Sim	Casa de Mané Preto	Tradicional; Cultural; Afetivo	Pereira Benevides
Sítio Granizo	Turrão de casa véia; Caco de coisa; Pedra de raio	Ceramista; Técnica construtiva - alvenaria de adobe; Tecnologia lítica	Sim	Casa de Tia Rita	Tradicional; Cultural; Afetivo	Matos; Pereira Lopes

Manifestações materiais	Coisas	Saberes, Práticas e Ofícios	Constam Narrativas (Sim ou Não)	Denominaçãoêmica/Percepção local	Lugar significativo (adjetivado como)	Família envolvida
Sítio Casa de Farinha	Turrão de casa véia e casa de farinha; Caco de coisa	Modo de fazer farinha; Técnica construtiva - alvenaria de adobe	Sim	Casa véia	Tradicional; Cultural; Afetivo	Não identificada
Sítio Casa Velha; Árvore-pessoa	Casa de enchimento; Imbuzeiro de Titia; Caco de pote	Técnica construtiva - pau a pique; Ressignificação cosmológica	Sim	Casa véia; Imbuzeiro	Tradicional; Cultural; Afetivo	Não identificada
SHIA Cristina I; Árvore-pessoa	Casa de enchimento; Imbuzeiro	Técnica construtiva - pau a pique; Ressignificação cosmológica	Sim	Casa de Seu Zé Patinha	Tradicional; Cultural; Afetivo	Pereira Lopes
SHIA Represa da Cristina	Pedra pra lavar; Jirau; Recurso hídrico	Lavadeira de roupa	Sim	Represa; Lagoa	Tradicional; Cultural; Afetivo	Todas as famílias da comunidade
SHIA Sete Flechas	Casa de adobe	Técnica construtiva - alvenaria de adobe	Sim	Casa dos Lopes	Tradicional; Cultural; Afetivo	Pereira Lopes
Cruzeiro	Cruzeiro da 'Tia Amélia'	Via Sacra; ladainha	Sim	Cruzeiro	Tradicional; Cultural; Afetivo; Sagrado	Todas as famílias da comunidade
Associação dos moradores	Edificação	Não identificado	Sim	Associação	Tradicional; Cultural; Afetivo	Todas as famílias da comunidade
Árvore-pessoa	Pé de umbuzeiro (Spondias tuberosa)	Ressignificação cosmológica	Sim	O Imbuzeiro de Maria de Anjinha	Tradicional; Cultural; Afetivo	Todas as famílias da comunidade
Árvore-pessoa	Pé de umbuzeiro (Spondias tuberosa)	Ressignificação cosmológica	Sim	O Imbuzeiro de Jumento	Tradicional; Cultural; Afetivo	Todas as famílias da comunidade
Árvore-pessoa	Pé de umbuzeiro (Spondias tuberosa)	Ressignificação cosmológica	Sim	O Imbuzeiro de Juvenal	Tradicional; Cultural; Afetivo	Todas as famílias da comunidade
Árvore-pessoa	Pé de umbuzeiro (Spondias tuberosa)	Ressignificação cosmológica	Sim	Imbuzeiro de Iaiá	Tradicional; Cultural; Afetivo	Todas as famílias da comunidade

Manifestações materiais	Coisas	Saberes, Práticas e Ofícios	Constam Narrativas (Sim ou Não)	Denominaçãoêmica/Percepção local	Lugar significativo (adjetivado como)	Família envolvida
Árvore-pessoa	Pé de umbuzeiro (Spondias tuberosa)	Ressignificação cosmológica	Sim	O Imbuzeiro de Mané Joaquim	Tradicional; Cultural; Afetivo	Todas as famílias da comunidade
Árvore-pessoa	Pé de umbuzeiro (Spondias tuberosa)	Ressignificação cosmológica	Sim	O Imbuzeiro de Pursin	Tradicional; Cultural; Afetivo	Todas as famílias da comunidade
Árvore-pessoa	Pé de umbuzeiro (Spondias tuberosa)	Ressignificação cosmológica	Sim	O Imbuzeiro de Josi	Tradicional; Cultural; Afetivo	Pereira Benevides
Árvore-pessoa	Pé de umbuzeiro (Spondias tuberosa)	Ressignificação cosmológica	Sim	O Imbuzeiro de Bia	Tradicional; Cultural; Afetivo	Pereira Benevides
Locais elevados	Morros; caldeirões; Manejo de recursos naturais; Muro de junta seca	Pecuária; Manejo do recurso hídrico; Coleta de frutos; Técnica construtiva de junta seca	Sim	Lida com o gado; Caldeirão; Apanhar pequi e umbu; Cerca de pedra	Perigoso	Todas as famílias da comunidade
Cavidades no solo para o armazenamento de água	Cavidades circulares	Manejo do recurso hídrico	Sim	Cacimba	Tradicional; Cultural; Afetivo	Todas as famílias da comunidade
Área de Plantio; Árvore-pessoa	Imbuzeiro; Legumes, Verduras e Grãos	Agricultura; Horticultura	Sim	Roça	Tradicional; Cultural; Afetivo	Todas as famílias da comunidade

Tabela 4. Manifestações materiais associadas à comunidade Cristina.

Importa informar que optei pela designação ‘manifestações materiais’, por entender que esta qualificação comporta distintas formas resultantes da inter-relação pessoas/ambiente/território; e coisas para indicar o caráter (ou traços materiais) dessas referidas manifestações.

Considero que a materialidade pode ser também apreendida como a constituição mútua da vida humana e outros materiais (entidades), através de sua interação física e engajamento, que, por sua vez, igualmente correspondem ao que entendo como manifestação material. Outro ponto também a ser assinalado é que, por ser um conceito, a materialidade significa coisas distintas para diferentes pesquisadores, e até mesmo para os próprios

membros das comunidades (Lyons e Casey 2016). E, por isso, acredito que se torna importante agregar a tal quadro outras informações, por exemplo: se existem saberes, ofícios e práticas tradicionais associados a elas; se constam narrativas da comunidade sobre elas; se são perceptíveis denominações êmicas com relação a tais manifestações; como os locais em que ocorrem são adjetivados enquanto lugares significativos, tendo como base o entendimento da comunidade, associado às definições apontadas por diversos autores, assim como exposto por Silva (2013), já mencionadas anteriormente; e, por fim, se consta indicativo de vínculos de alguma família com relação a tais manifestações materiais.

3.3. Caminhos, Coisas e Corpos – Por uma Arqueologia dos Lugares e dos Sentidos na Comunidade Cristina

Uma das principais propostas deste estudo consiste em compreender o processo de construção da paisagem junto à comunidade Cristina, a partir da vivência dessas pessoas com os novos elementos trazidos pelo empreendimento, tanto aqueles atrelados à esfera material do complexo eólico, como aqueles ligados ao campo das relações humanas. Desse modo, com o intuito de evidenciar a magnitude das mudanças geradas nesse processo, dediquei este subcapítulo como um todo, de modo à criar uma base consistente de discussão, para demonstrar posteriormente no capítulo 4, as implicações e consequências para a comunidade Cristina, diante da instalação em seu território de um empreendimento de grande porte como esse.

Procuro alargar os entendimentos e reflexões em torno dos conceitos de *espaço, território, lugar e paisagem* já ‘pincelados’ ao longo deste trabalho, de modo que contribua com os apontamentos que serão estabelecidos, ao mesmo tempo em que colabora com outras discussões em torno da minha defesa por uma *Arqueologia dos Lugares e dos Sentidos* no Alto Sertão baiano.

Como já vimos à promoção de uma ‘Arqueologia do Lugar’, já vem se mostrando para além da proposta processualista nessas últimas décadas. Diversos autores começaram a considerar outros níveis e formas de relação e apropriação do ambiente pelos coletivos humanos (Silva 2013). Embora reconheça que muitas das premissas colocadas por Lewis R. Binford (1982), em sua *Archaeology of the Place*, ainda se mostram como condutoras de importantes discussões, como sua proposição de que para *entender o passado* (seja o remoto ou recente), *devemos entender locais* (isto é, os lugares). E para mim, em termos dessa proposta de estudo que me lancei a fazer, é justamente essa a questão. Ao se predispor entender a esfera material resultante das intervenções humanas no ambiente, a Arqueologia inevitavelmente acaba também por discutir acerca de *espaço, território, lugar e paisagem*. E um bom exemplo disso, são as diversas definições de *sítio arqueológico* existentes, as quais se vinculam direta ou indiretamente a tais conceitos ‘movediços’.

Recentemente a arqueóloga Luana Cristina da Silva Campos (2018), em seu trabalho sobre o verbete *Sítio Arqueológico*, publicado no *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*, trouxe reflexões pertinentes a respeito. Em seu texto⁶², por exemplo, Campos (2018) constata que em termos de Brasil, *tem-se considerado como sítio arqueológico todo local*⁶³ *onde há vestígios da passagem de grupos humanos que habitam ou habitaram o território nacional e que, na compreensão do arqueólogo, tenham suas feições reconhecidas especificamente através dos métodos próprios da arqueologia* (Campos 2018). Para chegar a essa conclusão, a autora analisa os diversos entendimentos⁶⁴, cujo mote central de discussão sempre leva a uma reflexão acerca da interface espaço/tempo, invariavelmente relacionada ao registro arqueológico.

À vista disso, para discorrer sobre estes conceitos, recorro às reflexões presentes no campo da ciência geográfica (em específico a de cunho cultural e humanista), da qual se originaram tais conceitos, mas também as reflexões advindas de outras áreas do conhecimento, que os incorporaram em suas áreas de atuação, muitas vezes os redefinindo de acordo com seu arcabouço teórico-metodológico, a exemplo da Arqueologia, Antropologia, Sociologia, Ecologia Histórica, Filosofia e História.

No campo da Geografia, por exemplo, me aproximei de alguns autores que demonstram posturas distintas em relação aos mesmos conceitos, como no caso dos geógrafos Milton Santos e Yi-Fu Tuan. Para mim foi difícil muitas vezes conciliar tais divergências, até porque acredito que de alguma forma ambos contribuíram (cada um a seu modo), para com as discussões acerca de espaço, território e lugar, e por isso os encaro como um dos principais aportes para debater sobre território e paisagem no Alto Sertão da Bahia. Desse modo, cabe destacar que Milton Santos (2002) não concatenava com a proposta de Yi-Fu Tuan, pautada em uma perspectiva fenomenológica. Para Santos (2002), essa abordagem não abarcava outras dimensões importantes da vida humana,

⁶² Este texto também se encontra disponível no site oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ver <https://www.iphan.gov.br>.

⁶³ Parece não se ter uma definição precisa, p. ex., se é local enquanto localização ou espaço, ou se é um conceito de local como o formulado por Appadurai (1996:34), *como uma dimensão da vida social, uma estrutura de sentimentos e em sua expressão material de vivência*.

⁶⁴ A partir do diálogo com uma amostra considerável de autores, instituições de pesquisa e com o próprio Estado, a exemplo de trabalhos como o de Bannig 2002; Bicho 2006; Carvalho e Funari, 2007; Dunnell 1992; Moraes 1999; Orton 2000; Parellada 2005; Ribeiro 2007; Saladino & Polo 2016; Shott 1985; Schiffer et al. 1978; Silva 2009; Trigger 2004; Ulpiano 1984; Willey e Phillips 1954.

na medida em que acreditava que percepção individual não significava a mesma coisa que conhecimento (Saquet e Silva 2008).

O que se nota é que o pensamento de Milton Santos com relação ao conceito de espaço, sempre perpassa e vincula-se a questão tempo/espaço, já que considera o espaço constituído por várias formas, objetos e elementos originários de tempos distintos, e por isso professa que a noção de espaço é *assim inseparável da ideia de sistemas de tempo*, ao passo em que afirma só ser possível *interpretar as diversas modalidades de organização espacial*, através da *unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo* (Santos 1979:42-43 e 1985:21-22).

Milton Santos formulou ainda, a meu ver, um dos pontos centrais que giram em torno de estudos sobre território, paisagem e materialidade, ao expressar que uma configuração territorial não pode ser encarada como sinônimo de espaço, dado que a noção de *território viria de sua materialidade*, enquanto o espaço possui a capacidade de congrega *r a materialidade e a vida que a anima* (Santos 1996:51). Por isso que para Santos, o território é a base da vida de uma população, no sentido de ser a base de todas as suas relações em todas as dimensões da vida (política, econômica, cultural, social, simbólica e cosmológica), isto é, *a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele flui*, além de ser *o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence* (Santos 2001:96).

Outros pensadores como Edward Soja (1993), chamam atenção para o fato de que o próprio *ser humano é em si espacial*, sendo este atributo visível em sua relação de proximidade ou distanciamento para com as coisas, lugares e outras pessoas. Por sua vez, o geógrafo Claude Raffestin (1993) considerava que era justamente esse processo de relação que marca a apropriação do espaço físico pelos coletivos humanos, o campo gerador do território. Ainda, na percepção do historiador Michel de Certeau (1994), o *espaço é o lugar praticado*, no qual as práticas e relações estabelecidas no e com o espaço, destacam-se porque são também *‘maneiras de fazer’*, e desse modo, comportam outros sentidos no que diz respeito a espacialidade e noções de espacialidade (Certeau 1994:172; Dosse 2013).

Ao mesmo tempo, trago aqui as ponderações expostas pelo antropólogo colombiano Arturo Escobar, em seu trabalho *Territorios de*

Diferencia - Lugar, Movimiento, Vida, Redes, publicado em 2010. Arturo Escobar entende que o território não se resume a questões associadas a terra (como simples lugar com recursos e/ou com elementos favoráveis à ocupação humana), sua elaboração tem a ver com camadas mais profundas da relação das pessoas junto ao lugar⁶⁶, esboçada por meio do próprio conceito de territorialidade, no sentido de ser uma chave para a construção política do lugar a partir das *experiências culturais*, a exemplo as populações tradicionais do Alto Sertão, como a Cristina. Para Escobar, *lutar pelo território*, por exemplo, condiz com uma *luta cultural* pela *autonomia e autodeterminação* (Escobar 2010). Este entendimento de Escobar (2010) se alinha, em certa medida, à perspectiva do geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2009), cuja definição adotada é que o território antes de tudo é poder, invariavelmente presente em todas as dimensões da vida humana.

Seja como for, ao que parece a origem do território é constantemente relacionada à interface material e imaterial que permeia a vida e as relações humanas. Consequentemente, a territorialidade comporta não apenas a dimensão política, mas todas as demais relações e dimensões da vida humana junto ao espaço, ou seja, *o modo como às pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar* (Haesbaert 1994:214). Sem mencionar ainda o fato de que, para além desse mundo, diria o geógrafo Paul Claval (2002), existiria um *mundo perceptível* pelos sentidos. E por isso acredito que as reflexões de Yi-Fu Tuan (2008 e 2012) possibilitam compreender a relação das pessoas com seus territórios e lugares significativos, a partir de outros ângulos.

Seu entendimento coloca o espaço e lugar, como indicadores de experiências comuns para os seres humanos, ao relacionar o espaço com liberdade no sentido de movimento e mobilidade, e o lugar como sinônimo de segurança, dado que o encara como um conceito estático, por levar em consideração que diante de sua compreensão do mundo como processo, o senso de lugar não seria possível, segundo o autor, se não fosse circunscrito a uma referência espacial real ou simbólica (Tuan 2008: 179). Não obstante,

⁶⁶ Para Escobar (2005:148), o *lugar* pode ser entendido como *a experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, limites e conexão com a vida cotidiana*, dado que na perspectiva do autor, os lugares são resultantes de 'coproduções' entre as pessoas e o meio ambiente.

embora considere a noção do conceito como estática, Yi-Fu Tuan entende que o que confere movimento e dinamismo ao lugar, são as relações que nele e com ele se estabelecem, sendo que a partir desse processo no qual as pessoas em suas vivências atribuem significados ao espaço, é que o espaço se transforma em lugar, pois o lugar para ele é um *mundo dos sentidos* (Tuan 2012). Talvez esse entendimento de Yi-Fu Tuan esboce inclusive, um indicativo por sua opção em trabalhar com a idéia polêmica entre os geógrafos humanistas, de território enquanto lugar (Haesbaert 1994).

Além disso, o que mais chama atenção no trabalho de Yi-Fu Tuan, é o esforço que faz para compreender como as pessoas apreendem o espaço e lugar através dos sentidos, seja a partir do campo *sensório-motor, tátil, visual*, e até mesmo de modo *conceitual*. Entretanto me atarei neste momento as proposições de Tuan, no que diz respeito à questão envolvendo a percepção sinestésica⁶⁷ das pessoas ao experienciar lugares, a começar pelo fato de que aprecia o estudo dos sentidos humanos de forma conjunta, não acreditando que apenas um possa trazer uma plena apreensão do *caráter espacial e geométrico* do mundo que nos cerca. Para Tuan (2012), sentidos como o tato, olfato e o paladar, contribuem para ampliação do espaço visual, ao enriquecê-lo com outras sensações⁶⁸. Desse modo, o lugar para Yi-Fu Tuan (2012), também é tido como *núcleo e concreção de valores*, ou seja, como as pessoas apreendem, p. ex., o sentido do que é perto ou do que é longe, em termos de distâncias e extensões, as quais também, possuem a capacidade de separar ou ligar um lugar a outro (Tuan 2008 e 2012). Para o autor, este quadro está associado ao que entende como *princípios fundamentais da organização*

⁶⁷ Para Maurice Merleau-Ponty, *a percepção sinestésica é a regra, e, se não percebemos isso, é porque o saber científico desloca a experiência e porque desaprendemos a ver, a ouvir e, em geral, a sentir, para deduzir de nossa organização corporal e do mundo tal como concebe o físico aquilo que devemos ver, ouvir e sentir* (Merleau-Ponty 2009:308).

⁶⁸ Diante dessa conjuntura e pensando no exemplo da Cristina, o espaço visual pode ser ampliado ao agregar odores, sons e sensações perceptivas na vida junto à comunidade, a exemplo do cheiro das cacimbas ou da represa quando secam no período da estiagem; o cheiro da fruta do umbu ou do pequi em época da colheita; além do cheiro que exala da cocção dos alimentos que percorre quase todo o território da comunidade, como bem observado no trabalho de Peter Whitridge (2016); os espinhos e pedregulhos pelos caminhos, que trazem sensações (dor ou contusões) que são agregadas a memória e ativadas quando se vê o lugar e as coisas que as geraram; o som intenso do vento; as vozes das pessoas que se tornam distorcidas devido à força do vento, então é comum que um pedido, cumprimento ou saudação seja emitida em voz alta, quase que um grito, mesmo se tratando de distâncias relativamente pequenas entre uma pessoa e outra; e assim por diante.

espacial, e que se conformam tanto pela postura e a *estrutura* do próprio *corpo humano*, como pelas *relações* entre as pessoas, coisas e lugares, e por isso para Yi-Fu Tuan, as pessoas organizam o espaço de acordo com suas necessidades biológicas e relações sociais (Tuan 2012). A partir do aporte teórico encontrado em Maurice Merleau-Ponty (1999) e sua *Fenomenologia da Percepção*, Yi-Fu Tuan conclui que o próprio corpo humano é assim, o dispositivo de valores, no sentido de *direção*, *localização* e *distância*, nas quais as estimativas de distâncias, por exemplo, se fundamentam na experiência vivida de esforço físico (Tuan 2012).

Trazendo ainda outras perspectivas que tratam da complexa inter-relação ser humano e ambiente, apresento também as reflexões presentes no estudo desenvolvido pela antropóloga Heid Jerstad, que aborda as relações e vivências das pessoas junto aos lugares, a partir de questões como o clima e as mudanças ambientais. Em seu artigo *Damp bodies and smoky firewood: material weather and livelihood in rural Himachal Pradesh*, publicado em 2014, a antropóloga explora o conceito de risco, ao se debruçar sobre casos de acidentes, doenças e também os riscos ligados às chuvas junto à população de Gau, uma aldeia no Himalaia indiano. A autora fundamentada em sua pesquisa etnográfica, conclui que o próprio conceito de *materialidade*, pode vir a ser igualmente compreendido como *uma maneira de entender (conhecer) o risco*, ao entender que *a prioridade da vida humana é manter-se seguros na busca dos materiais que promovem a vida*, como, por exemplo, a questão do cuidado com o *corpo nas atividades cotidianas*, ou, *com o local da morada devido ao clima*. Mas para isso, Heid Jerstad ressalta que é necessário conhecer os *fluxos materiais e suas vulnerabilidades*, sendo que na perspectiva da autora, é isso que *possibilita que as pessoas vivam no mundo*, dado que as *mudanças ambientais*, por exemplo, *não são externas à vida* e que esses riscos podem envolver inclusive, o que Jerstad denomina como “*paisagens de subsistência*” (Jerstad 2014:400-413).

É também visível em seu trabalho, uma aproximação da autora para com a perspectiva fenomenológica. Heid Jerstad deixa evidente seu entendimento de que o *tempo é experimentado e conhecido*, seja através das coisas, dos corpos ou dos lugares, como por meio da *lavagem de um lugar*, das *vidas das pessoas*, por meio do *vento* que faz a *poeira aumentar* ou, até

mesmo pelos *pingos de chuva caindo nas folhas*, por compreender que *quando o ‘tempo’ muda, também a paisagem*, visto que o clima *pode tornar a paisagem o que é*. Afinal, Jerstad compreende que é nas *interseções entre os arriscados e os materiais que importam para pessoas*, que ocorrem a partir de suas experiências e vivências junto ao ambiente (sobretudo, àqueles com fortes dinâmicas ambientais) que *o conhecimento é desenvolvido e usado*⁶⁹ (Jerstad 2014:400-413).

Nesse sentido, com relação ainda ao conceito de paisagem, uma das definições que mais simpatizo é a proposta pela antropóloga e arqueóloga Bárbara Bender, em seu artigo *Time and Landscape*, publicado em 2002. Neste trabalho, Bender (202:103) expõe que *as paisagens são criadas a partir do entendimento e engajamento das pessoas com o mundo ao seu redor*. No caso das populações tradicionais no Alto Sertão, como a Cristina, o mundo foi e ainda é apreendido a partir do seu próprio território. Outro ponto interessante a ser mencionado, recai sobre o fato de que a definição de Bender (2002) sobre o que venha ser paisagem, se assemelha ao entendimento⁷⁰ do educador Paulo Freire, sobre o que acreditava ser a chave do processo de construção do conhecimento humano⁷¹. Tanto que, Bender (2002) enfatiza que a necessidade de se reduzir ou encaixar as coisas em plataformas mensuráveis para a compreensão, é algo estritamente humano, pois, sem a presença humana no ambiente, as demais coisas iriam continuar a existir e a se relacionar, mas sem intervenções ou atribuição de significados a elas.

⁶⁹ Euclides da Cunha (2011:135) durante sua campanha pelos sertões da Bahia relata que o fenômeno da seca não apavorava as populações sertanejas, visto que com o tempo aprenderam a ver seus sinais, de modo a *conhecer, suportar e suplantar* a tal fenômeno.

⁷⁰ Embora em plataformas de conhecimento diferenciadas, compreendo que de alguma forma encontram-se debruçados sobre o mesmo processo.

⁷¹ Para Paulo Freire, o processo de produção do conhecimento se fazia a partir do *entendimento e engajamento* das pessoas com o mundo ao seu redor. E por isso, Freire acreditava que o conhecimento é construído não só pelo campo cognitivo, mas sensorio, perceptivo e emocional, a partir da experiência das pessoas junto ao seu local de vivência (Freire 2007). Cabe ainda mencionar, o interessante estudo Lionel Brunel, Denis Brouillet e Rémy Versace, *The Sensory Nature of Knowledge*, publicado em 2016, no qual lançam a hipótese da natureza sensorial do conhecimento, através de uma série de resultados experimentais, cuja investigação demonstra as ligações entre memória e percepção usando um paradigma de aprendizagem de curto prazo com base em um aprendizado na anterior fase que consiste na associação entre uma forma geométrica e um ruído branco. Tal pesquisa está levando os autores a considerar que o conhecimento da memória é baseado no sensorial, que é totalmente consistente com uma visão fundamentada da cognição, isto é, você ao experienciar uma paisagem, neste caso através da visão e audição, você está aprendendo com ela (Brunel et al. 2016:163-166).

Nesse sentido, Bárbara Bender (2002) dialoga com o arqueólogo britânico Julian Thomas, cuja reflexão evidencia que uma vez imersos no meio ambiente,

“Human beings cope with the phenomena they encounter by slotting them in to the understanding of the world which they have already developed: nothing is perceived without being perceived ‘as’ something. If there was no person, there would still be rocks, trees, mountains but no one to recognize them as such or to call them by those names” (Thomas 1996: 65-66; ver também Thomas 2001). “

O que quero dizer é que – sim, devemos considerar toda a complexidade por trás do fato de que o ser humano é uma espécie do e no ambiente – mas que ao olhar para a história da humanidade como um todo, as formas e mecanismos de sobrevivência podem ser apreendidos como processos de produção de conhecimento humano, visíveis na comunicação, habilidades e tecnologias desenvolvidas. E para mim, é em meio a tais processos que se insere tanto o processo de elaboração da noção de *território*, formulado em meio à busca de recursos e condições primordiais para a vida; da mesma maneira em que concomitantemente, os *lugares* (enquanto uma materialidade) são construídos a partir das relações (sobretudo, as de cunho cultural, social, simbólica e cosmológica) que as pessoas estabelecem com e no território; que por sua vez e ao mesmo tempo, todos esses processos constituem as *paisagens*. Uma vez que a paisagem enquanto uma construção humana, não é algo que externo ao ser humano, mas também o que faz, olha, sente, fala, ouve, cheira e degusta. E são essas habilidades, sentimentos e sensações que compõe a vivência junto a um lugar, que levam a refletir a paisagem por meio de uma perspectiva holística, constituída por tudo que existe no lugar com o qual e no qual se vive, portanto, os demais seres vivos, os recursos naturais, as dinâmicas e fenômenos ambientais, os caminhos, as coisas que produzimos ou que nos relacionamos, e até mesmo nossos próprios corpos, por meio dos quais apreendemos a paisagem, através dos sentidos que nos possibilitam.

Portanto, acredito que os processos e fenômenos vivenciados/experimentados que constituem a paisagem, também estão intimamente ligados a questão dos processos de produção do conhecimento,

os quais variam de acordo com os níveis de vivência junto a um determinado território. Este conhecimento que é *desenvolvido* e *usado* é o que possibilita as pessoas saberem *como acessar os recursos locais*, mesmo *diante de situações adversas*, como àquelas geradas devido ao clima e mudanças ambientais, como expressa Heid Jerstad (2014). Contudo, muitas vezes se soma a esse quadro, demandas atreladas a outras dimensões da vida junto ao território, como políticas e sociais, as quais indicam que em casos como das populações tradicionais no Alto Sertão, como a Cristina, sempre estiveram a margem de toda e qualquer infraestrutura oficial, a não ser aquela elaborada e construída por eles mesmos. Em meio a essa complexa conjuntura histórica de se ‘adaptar’, no sentido de aprender a viver não apenas em um ambiente marcado de fortes dinâmicas ambientais, mas também junto a seus ‘territórios invisíveis’ (Anjos 2009), essas populações ao longo desses últimos séculos, criaram e/ou seguiam as sugestões adaptativas do ambiente semiárido, para promover sua sobrevivência, através de modos e formas de se fixar ou se movimentar no/por seus territórios, que também podem ser encarados como saberes e práticas tradicionais importantes, as quais em muitos casos ainda constituem o cotidiano dessas pessoas.

Face ao exposto, a **Figura 38** exemplifica todas as dimensões da vida presentes na inter-relação da comunidade Cristina com seu território, lugares e paisagens que lhe são significativas.

Esta ilustração⁷² corresponde a uma cartografia de cunho etnográfico, cuja elaboração se deu no decorrer do primeiro semestre de 2018, através da colaboração das pessoas da Cristina e em parceria com o artista Ricardo Sanzi.

⁷² Destaco que a numeração indicada na figura condiz com as residências das famílias já assinaladas no **Mapa 18**. Ainda, o quadro com a representação de ‘Tia Maria’, situado entre as casas 1 e 2, é uma singela homenagem a ela, pois havia falecido no mesmo ano.

Nesta figura é possível observar junto ao território da comunidade Cristina, os lugares significativos como a represa, a Associação, as casas das pessoas, o cruzeiro, o campo de futebol, as cacimbas, as 'roças', os locais elevados, os lugares de 'casa véia' ou 'turrão de casa' entendidos como os sítios arqueológicos; mas também se nota os caminhos que interligam todos esses lugares, além de serem igualmente considerados como um lugar; avista-se ainda as coisas presentes no território, a exemplo das árvores-pessoa (os 'Imbuzeiros'), as 'cercas de pedra' e os próprios aerogeradores, ou 'as torres' como são chamados pelos moradores⁷⁴.

Por conseguinte, as pessoas que vivenciam seu território através de seus corpos, experienciando através dos sentidos os lugares, as paisagens e as coisas que o constituem, ao passo em que durante tais processos exibem saberes e práticas tradicionais desenvolvidas, como no caso das mulheres lavando roupas junto a represa, as mulheres que exerciam o ofício de ceramista na comunidade como a 'Tia Rita', o cultivo e o cuidado para com as plantas medicinais junto aos seus quintais, e assim por diante.

Acredito que viver junto a um lugar é senti-lo, pratica-lo, significa-lo, é saber viver e sobreviver junto a ele, é conhecer suas dinâmicas, saber aonde ir, por aonde ir e como ir, é saber como chegar ou como ficar, é estabelecer vínculos afetivos com o lugar, com as coisas e com pessoas do lugar, é isto que o torna o 'lugar certo' para se viver e dele fazer parte.

⁷⁴ Na época da elaboração desta cartografia, os aerogeradores já constavam na percepção das pessoas quando falavam acerca das esferas e modos de vida da comunidade junto ao seu território.

CAPÍTULO 4

EMPREENDEMENTOS VISÍVEIS EM TERRITÓRIOS INVISÍVEIS – AS PROBLEMÁTICAS EM TORNO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, LEGISLAÇÃO E ARQUEOLOGIA PREVENTIVA

4.1. *“Tem um probleminha aí, aqui não é caimbola não” - Os Territórios Invisíveis*

A comunidade Cristina é compreendida como umas das comunidades de remanescentes quilombolas¹¹⁶, e está localizada no sudoeste baiano (Anjos 2009). Desde o início desta pesquisa, chegou ao meu conhecimento que a Cristina havia iniciado, juntamente com outras comunidades do município de Caetité, as tratativas para o reconhecimento do seu território. Não obstante, devido a questões relacionadas às dificuldades em se formular as documentações pertinentes, bem como em razão de opiniões divergentes dos próprios moradores da comunidade ao longo desse processo, a Cristina permaneceu, e ainda permanece perante a legislação vigente, como uma comunidade rural do Alto Sertão baiano, e, conseqüentemente, não conheceu os trâmites legais dispensados a uma comunidade quilombola reconhecida, diante da implantação do parque eólico em seu território, como demonstra a fala do senhor Juraci Pereira Benevides compartilhada em meados de 2014 – *“é tem um probleminha aí, aqui não é caimbola não, mas já veio gente aí pra passar”*.

A narrativa do senhor Juraci se refere aos esforços desempenhados principalmente pela ex-vereadora Aneli Rodrigues, conhecida como ‘Lira’, em conjunto com a prefeitura de Caetité¹¹⁷, para promover as documentações necessárias visando ao reconhecimento das comunidades quilombolas do município – Caetité possui 13 comunidades já reconhecidas, conforme consta

¹¹⁶ Embora eu reconheça que este estudo trate de uma conjuntura que necessita de aprofundamento, no que diz respeito às discussões em torno de conceitos como o de quilombo e racismo estrutural, ou, questões ligadas à diáspora africana, esclareço que optei pelo desenvolvimento desta pesquisa em nível de mestrado, com base em uma abordagem da Arqueologia da Paisagem.

¹¹⁷ Ao que parece independente de quem está à frente do poder executivo no município.

nas informações fornecidas pela Fundação Cultural Palmares (ver **Tabela 5**). No entanto, há aquelas que ainda permanecem aguardando o início do processo de reconhecimento, como é o caso da Cristina e outras 22 comunidades, as quais foram, inclusive, mapeadas¹¹⁸ pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em consórcio com o Governo do Estado da Bahia, durante o primeiro mandato do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, a saber: Angico, Baixão, Boa Esperança, Cajazeira, Candonga, Colônia, **Cristina**, Elefante, Fazenda, Fundo dos Morros, Jacaré, Jatobazinho, Lagedo de Oroca, Lagoa da Cabra, Lagoa do Fundo¹¹⁹, Lagoa dos Bois, Morros, Palmital, Poço Dantas, Queimada, Riacho das Vacas, Sítio do Juazeiro e Velame.

Denominação da Comunidade	Nº Processo na FCP	Etapa do Processo	Nº Processo INCRA
Pau Ferro	01420.001106/2010-22	Certificada	
Vereda do Cais	01420.001105/2010-88	Certificada	
Sapé	01420.001107/2010-77	Certificada	54160.001801/2011-40
Mercês	01420.001103/2010-99	Certificada	54160.000787/2013-29
Lagoa do Meio	01420.001111/2010-35	Certificada	54160.000786/2013-84
Contendas	01420.001108/2010-11	Certificada	54160.000789/2013-18
Olho D'Água	01420.001109/2010-66	Certificada	54160.001253/2013-13
Sambaíba	01420.001110/2010-91	Certificada	54160.000788/2013-73
Vargem do Sal	01420.001104/2010-33	Certificada	54160.000785/2013-30
Malhada	01420.002403/2007-90	Certificada	54160.000784/2013-95
Cangalha	01420.011570/2013-70	Certificada	
Lagoa do Mato	01420.011569/2013-45	Certificada	
Passagem de Areia	01420.011567/2013-56	Certificada	

Tabela 5. Relação de comunidades quilombolas reconhecidas no município de Caetité (Fonte: Fundação Cultural Palmares).

Além disso, a ex-vereadora Aneli Rodrigues, juntamente com a Prefeitura de Caetité, o Movimento das Mulheres Camponesas, a Universidade do Estado da Bahia (Campus VI-Caetité) e o Sindicato dos Trabalhadores

¹¹⁸ Ver o site - www.mds.gov.br/.../levantamento-de-comunidadesquilombolas.pdf.

¹¹⁹ Possivelmente apontada como comunidade de remanescentes quilombolas durante o recenseamento do Governo Federal, devido ao fato de apresentar em sua conformação pessoas oriundas de comunidades quilombolas que contrairam matrimônio junto a seus membros. O processo histórico de formação desta comunidade se distingue, por exemplo, das comunidades Cristina e Olho D'Água (comunidade já reconhecida), localizadas na mesma região.

Rurais, também realizam desde o ano 2010 o *Encontro de Comunidades Quilombolas* do município, de modo a fortalecer as manifestações culturais dessas populações e suas demandas frente aos poderes públicos.

O último evento ocorrido em 2018, o *IX Encontro de Comunidades Quilombolas de Caetité*, foi realizado na comunidade quilombola Lagoa do Mato, e contou com a participação massiva de 15 comunidades, além da presença de representantes de muitas outras (reconhecidas ou não), segundo as informações que constam no site oficial da prefeitura.

Imagem 66. Aneli Rodrigues, a 'Lira', durante sua fala no *IX Encontro de Comunidades Quilombolas de Caetité*, realizado na comunidade Lagoa do Mato em 2018. (Disponível: <http://www.caetite.ba.gov.br>. Acessado em 13/02/2019).

De acordo com a Fundação Cultural Palmares (FCP), “*consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos (...) os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*”, assim como consta no art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. De modo igual, a FCP, através do § 4º do art. 3º deste mesmo decreto, passou a ser a responsável pela *emissão da certidão* e da *inscrição em cadastro geral* dessas comunidades, a partir do direito adquirido à *autodefinição*, sendo que, com

base na Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, teoricamente, todo aparato burocrático documental seria drasticamente reduzido (FCP 2019).

Quadro 13. Imagens do IX Encontro de Comunidades Quilombolas de Caetité. (Disponível: <http://www.caetite.ba.gov.br>. Acessado em 13/02/2019).

Por sua vez, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) passou a atuar em conjunto com a Fundação Cultural Palmares, a partir da implantação do Programa Brasil Quilombola (PBQ), instaurado pelo Governo Federal em 2004, objetivando fomentar uma *política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos* no país, cuja responsabilidade de regularização das terras tornou-se dever do INCRA¹²⁰. Antes disso, todo o aparato legal era baseado nos pressupostos presentes na Constituição Federal de 1988, os quais, em razão de impasses conceituais (a exemplo do entendimento do conceito de cultura como algo estático), dificultavam os processos de reconhecimento dessas comunidades tradicionais no país (Leite 2000).

Em termos de pesquisadores que tratam dessa temática, em específico, acredito que os trabalhos do antropólogo Kabengele Munanga

¹²⁰ Este instituto, por sua vez, expõe como conjunturas e dimensões importantes para essas populações negras (rurais ou urbanas) as *relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias*. Ver tais informações em: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>.

(1996, 1999, 2004 e 2012) evidenciaram outros caminhos para entender o conceito de quilombo para além das fronteiras nacionais, a partir de seu estudo comparativo entre os quilombos brasileiros e africanos, bem como suas reflexões e percepções em torno das dificuldades vivenciadas pelas populações negras ainda hoje no Brasil. De modo semelhante, penso que a historiadora e antropóloga Ilka Boaventura Leite (1988, 1991, 2003, 2009, 2016 e 2018) também se mostra como uma expressiva pesquisadora da área, por trazer relevantes críticas e apontamentos acerca do aparato jurídico formalizado a partir da Constituição Brasileira e suas implicações e desdobramentos ao longo dessas últimas décadas. Até porque em qualquer estudo que trate de temáticas envolvendo comunidades quilombolas no Brasil, o pesquisador deve estar preparado para se deparar *com uma luta política e territorial atual e um processo de conhecimento científico ainda em construção* (Anjos 2009:109).

No que diz respeito aos estudos desenvolvidos no campo da arqueologia, me simpatizo com os trabalhos realizados junto às comunidades através de uma abordagem etnográfica, como o de Fábio Guaraldo Almeida (2012), em sua pesquisa junto aos Mandira, em Cananéia, no Estado de São Paulo; as pesquisas de Patrícia Marinho de Carvalho (2014 e 2018) junto às populações negras, em Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso; como também o premiado trabalho de Irislaine Moraes (2012) junto às comunidades quilombolas do Vale do Rio Capim, no Pará.

Agora, em se tratando de estudos devotados às comunidades quilombolas do Alto Sertão baiano, há as pesquisas da antropóloga Suzane de Alencar Vieira (2015a e 2015b), a exemplo de sua tese de doutorado *Resistência e pirraça na malhada. Cosmopolíticas quilombolas no Alto Sertão Caetité*, e seu artigo *O Astro do Tempo e o fim da Era: a crise ecológica e a arte de assuntar entre os quilombolas do Alto Sertão da Bahia*, que trazem a percepção das comunidades quilombolas localizadas na porção Norte do município de Caetité acerca das mudanças climáticas e sua possível relação com a presença de empreendimentos econômicos na região. Outro trabalho importante, e defendido recentemente, é o da museóloga Carine Novaes Moraes (2019), que fez grandes esforços em sua pesquisa de mestrado para o desenvolvimento do *Inventário museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia*

na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, igualmente localizada no município de Caetité, tendo como base sua experiência junto ao processo de criação do Museu do Alto Sertão da Bahia, o MASB.

Não obstante, foram as reflexões compreendidas no trabalho do geógrafo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (2009, 2011, 2013, 2014, 2015 e 2018), sobretudo naquelas presentes em seu livro *Quilombos, Geografia Africana, Cartografia Étnica e Territórios Tradicionais*, publicado em 2009, que vi uma base fértil para minha reflexão sobre o território da comunidade Cristina, já que o autor considera os territórios tradicionais como vetores de *resistências contemporâneas*, como discorre sobre a invisibilidade destes, e por isso os denomina enquanto *territórios invisíveis* (Anjos 2009, 2015 e 2018). Para Anjos, as *comunidades negras tradicionais* são vistas como um importante *patrimônio territorial e cultural*, especialmente em razão da *relação sagrada* que tais populações estabelecem com seus territórios, além de saberes, práticas e modos de fazer que denotem sua ancestralidade, como a *agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato e utensílios de cerâmica e palha, os dialetos, a culinária, a forma comunitária de uso e ocupação da terra*, dentre outros. Desse modo, o território é uma *condição essencial* para a vida, ao mesmo tempo em que evidencia sua própria essência, dado que a materialidade das coisas está intimamente ligada às *práticas e ações desenvolvidas pelas pessoas no território*, a exemplo da produção da farinha de mandioca, das casas de ‘enchimento’, dos teares, do uso de pilões para macerar grãos, da produção cerâmica, e da resignificação dos Umbuzeiros como pessoas, conforme pode ser verificado na comunidade Cristina (Anjos 2009: 56-57; 108-105).

Mas, para além de toda essa conjuntura expressa por Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, há ainda a questão de que todo o contexto histórico violento vivenciado por seus antepassados, consorciado ao preconceito e ao racismo ainda presente no país como um todo, por exemplo, fez com que uma parcela das pessoas demonstre receio em se autodenominar como negras no Alto Sertão (Anjos 2009). Em várias situações que vivenciei, inclusive quando perguntava sobre alguma comunidade tradicional no município de Caetité, ouvia algo do tipo – “*lá é terra de preto*”. Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo

Demográfico realizado em 2010, o município de Caetité possui apenas 3.283 pessoas que se declararam ‘pretas’, face a 24.738 que se declararam como ‘pardas’, de uma população total de 47.515 habitantes. Esta questão também é visível nas informações acerca das religiões constatadas para o município, nas quais não são indicadas religiões de matriz africana, mesmo quando é de conhecimento do público em geral a existência de ao menos duas ‘casas’ tradicionais de candomblé na cidade, como o *Terreiro Ilê Asé Dana Dana*¹²¹ e o *Terreiro Ile Ashe Oju Oorum*.

Imagem 67. Vista da entrada do *Terreiro Ile Ashe Oju Oorum*, próximo ao núcleo urbano de Caetité. (Foto: Juliana Freitas).

Na área rural do município, é recorrente averiguar ainda, junto às comunidades, habitações que possuem um cômodo da casa notadamente destinado aos cultos religiosos marcados pelo sincretismo religioso (liturgias católicas/umbanda/espírita), localmente conhecidos como ‘mesa de santo’. Na Cristina, como já vimos, a ‘Tia Bela’, desde nossa primeira conversa, havia compartilhado comigo que, se ela quisesse, teria uma ‘mesa’, porque teria *força para isso*.

¹²¹ Ambas as casas sofrem permanentemente intolerância religiosa, mas, no caso do *Terreiro Ilê Asé Dana Dana*, há ainda casos de assédio jurídico, conforme os relatos do responsável pela casa. Ver <https://www.probusbrasil.org.br/noticias/92-terreiro-ile-ase-dana-dana-e-declarado-de-utilidade-publica->.

Imagem 68. Vista de ‘altar’ de uma ‘mesa de santo’, em uma das comunidades na área rural de Caetité. (Foto: Antônio Hipólito).

Diante desse complexo quadro, ocorreu ainda, nesses últimos anos, no que diz respeito à comunidade Cristina, a implantação de um parque eólico em seu território, fato que gerou como demonstrarei mais à frente, mudanças significativas nas relações entre as pessoas, e entre elas, as coisas e os lugares, acarretando uma mudança significativa na visão dos membros da comunidade, com relação ao autorreconhecimento enquanto remanescente quilombola, que é justamente o elemento fundamental para que uma comunidade seja reconhecida. Da mesma forma, o país se vê atualmente em meio a um contexto político turbulento e nebuloso, com a ascensão ao poder de grupos políticos de extrema direita, os quais se mostram desrespeitosos para com os direitos das populações tradicionais como um todo, tendo como seu maior expoente, infelizmente, o próprio presidente eleito Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Assim, ainda que os esforços sejam retomados para o reconhecimento dessas comunidades no município de Caetité, como a Cristina, os cenários não seriam os mesmos encontrados por ‘Lira’ entre os anos de

2005 e 2008, visto que, nesta época, a Fundação Cultural Palmares estava circunscrita à pasta do Ministério da Cultura, e a própria postura do Governo Federal era nitidamente outra frente às populações tradicionais do país. Atualmente, após a publicação da Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019, no Diário Oficial da União, os processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes quilombolas no país, embora ainda realizados pela FCP em consócio com o INCRA, assim como a extinção do Ministério da Cultura, levaram a Fundação para a pasta do Ministério da Cidadania. Diante desse cenário preocupante, instaurado pelo próprio Governo Federal a partir de 2019, os territórios das comunidades quilombolas reconhecidos passaram a ser vistos erroneamente como ‘entraves’ ao ‘progresso e desenvolvimento da Nação’, enquanto aqueles não reconhecidos continuam ainda mais *invisíveis*.

Esta invisibilidade histórica é perceptível tanto no *esquecimento proposital da geração de novos produtos cartográficos temáticos para o ordenamento territorial* como no que diz respeito à marginalização que sofrem essas comunidades, as quais sobreviveram quase um século e meio sem quaisquer infraestruturas delineadas pelos poderes públicos (Anjos 2018:176). Na comunidade Cristina, por exemplo, como demonstram as narrativas de seus moradores, as estradas que ligariam a comunidade aos grandes centros urbanos só começaram a ser abertas a partir das décadas de 1970/1980. Isto quer dizer que as pessoas na faixa etária entre 40 e 100 anos conheceram outras formas e condições em suas vivências junto ao seu território. A fala da ‘Tia Maria’ é marcante ao expor em sua narrativa que lá “*era tudo mato*”, assim como os relatos de ‘Tia Bela’ ao indicar que na comunidade não existia nenhuma infraestrutura, como estrada, energia elétrica, estrutura de barragem, escola, unidade básica de saúde etc. (sendo que a escola e a unidade básica de saúde ainda hoje permanecem ausentes na comunidade). Ademais, ao comparar a espacialização destes elementos de infraestrutura historicamente constatados para o município de Caetité, o suporte e o aparato para melhorar as condições de vida das populações encontrava-se exclusivamente no ‘espaço urbano’, e ainda assim também de forma precária (Pires 2003). De modo semelhante, Erivaldo Fagundes Neves (2000:93) chama atenção para o fato de que os antepassados dessas pessoas que foram escravizadas nunca

terem conhecido qualquer assistência, pois, devido à condição de trabalho forçado, doenças ou mutilações, se encontram debilitados.

Por outro lado, cabe dizer que a chegada, embora tardia, de parcela desses elementos básicos de infraestrutura, como a energia elétrica, mudou, inclusive, a relação das pessoas com o território. A título de ilustração, a energia elétrica permitiu que os moradores da Cristina ao menos pensassem na possibilidade de ‘abrir’ um poço artesiano (embora quase todas as famílias não tenham condições financeiras para tal empreitada). Assim como na época que não havia energia elétrica na comunidade (conforme tratado no item 2.2.2) implicava o desempenho de outras práticas, relações e ações junto ao território, haja vista que não se tinha como congelar alimentos ou guardá-los refrigerados, e assim as pessoas se valiam de outras formas de acondicionamento para preservar os alimentos perecíveis. Outro exemplo recai sobre as práticas e ações que eram desempenhadas junto ao território durante o período noturno, notadamente limitadas diante da ausência da luz natural, sendo exercidas e efetivadas somente aquelas realizadas sob a luz de candeeiros, lamparinas e lampiões, até porque mesmo lanternas à pilha só foram inseridas no ‘mundo material’ dessas comunidades como um todo recentemente. Na época em que as relações e práticas eram feitas pautadas na luz natural ou na escuridão, as experiências com uma esfera sobrenatural no território se destacavam.

Além disso, mesmo na segunda metade do século XX não se tinha televisão, rádio, ou meios de transportes modernos na Cristina, sendo raros até mesmo os de tração animal (carroças ou carros de boi), fatores que faziam com que o deslocamento dessas populações em seus territórios e entre outros territórios fosse realizado a pé, e através de caminhos alternativos criados por eles mesmos. Isso, portanto, demonstra que o território realmente sempre foi sua base de vida.

4.2. Empreendimentos Visíveis e Licenciamento Ambiental – A Energia Eólica no Alto Sertão

Neste subcapítulo, meus esforços estão voltados a contextualizar o que denomino de *empreendimentos visíveis*, instalados, muitas vezes, nesses *territórios invisíveis* como o da Cristina, além dos processos que giram em torno deles. Vou começar por todo um quadro histórico ligado às discussões das mudanças ambientais, e aos impactos ao meio ambiente causados por fontes de energia consideradas não renováveis, a exemplo dos combustíveis fósseis e nucleares, já que foram elas que evidenciaram a necessidade do investimento em fontes de energia renováveis, a partir da década dos anos de 1990, a exemplo da energia eólica, considerada uma ‘energia limpa’. Por isso, quando no começo desta dissertação discorro sobre os caminhos da pesquisa, faço questão também de ter como referência os *Leilões de Energia* e os empreendimentos econômicos a eles associados, e não apenas as etapas de pesquisas arqueológicas desenvolvidas no escopo do licenciamento ambiental, porque também entendo esses *empreendimentos visíveis* como um resultado dessas preocupações sentidas em escala mundial, as quais fizeram com que diversos países no mundo, incluindo o Brasil, reestruturassem todo o seu setor energético e buscassem soluções pautadas em novas fontes de energia e no discurso de ‘desenvolvimento sustentável’.

Dessa forma, quero esclarecer que não tenho a intenção de me aprofundar exclusivamente na temática do licenciamento ambiental e, conseqüentemente, da Arqueologia Preventiva, mas, sim, tratá-los como processos inseridos nestes contextos mais amplos, marcados pela implantação dessas novas fontes de energias renováveis no Brasil, mais precisamente no tocante à energia eólica no Alto Sertão baiano. Acredito que, apesar de ser uma área com muitas e sérias problemáticas¹²², já conta com trabalhos significativos e que tratam tanto do papel da Arqueologia Preventiva no licenciamento ambiental como um todo como também do papel dos profissionais que atuam nessa área, sendo as minhas reflexões apenas mais uma contribuição para esse campo de discussões (ver trabalhos como o de Bezerra 2015; Caldarelli 1999; Caldarelli e Santos 2000; Fausto 2015; Ferreira

¹²² Seja conceitual, como no que se refere a sua prática.

2008a e 2013; Gnecco e Dias 2015; Hamilakis 2015; Hattori 2015; Hutchings e La Salle 2015; Ribeiro 2015; Rocha *et al* 2015; Silva 2015a; Silva e Gnecco 2017; Zanettini 2009; Zanettini e Moraes Wichers 2015; Zarankin e Pellini 2015).

Em resumo, a década de 1990 foi marcada pela realização de conferências e acordos mundiais que traziam preocupações em torno das mudanças climáticas devido, sobretudo, ao uso intenso de combustíveis fósseis, como os provenientes do petróleo e minérios radioativos e os impactos negativos destes no meio ambiente (Moraes 2019). Assim, foram realizados eventos de ordem mundial, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, isto é, a Rio-92, como ficou conhecida, além de propostas para a diminuição de emissão de CO₂ e outros gases poluentes, a exemplo das firmadas em protocolos internacionais, como o Protocolo de Quioto, criado em 1997 (Rodrigues e Souza Miranda 2012; Sánchez 2015 e 2017). A partir disso, foram pensadas estratégias por grande parte dos países no mundo, assinaladas pela busca de fontes de energia alternativas que amenizassem tais impactos à natureza, as quais viriam a ser alcunhadas como ‘energia limpa’ ou ‘energias renováveis’, e dentre elas estava a energia eólica.

No caso do Brasil, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foi instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, durante o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso. A ANEEL se apresentava como uma autarquia responsável pelas tratativas envolvendo as concessões de serviços públicos de energia elétrica no país. Todavia, de acordo com a própria Agência, o corpo de legislação existente remontaria também a toda uma trajetória histórica vivenciada pelo setor energético no país, ao longo de quase sete décadas, pautada na *soma de artigos da Constituição, leis complementares e ordinárias, decretos, portarias interministeriais, portarias do Ministério de Minas e Energia e do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), resoluções da ANEEL, conjuntas e CONAMA*¹²³.

Por sua vez, durante o primeiro mandato do então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, em 2004, foram inseridos ainda nesse processo os Leilões Regulados de Geração e Transmissão de Energia, a partir

¹²³ Tais informações podem ser observadas no site da ANEEL (ver <http://www.aneel.gov.br>).

da implementação da Lei 10.848. Tais Leilões eram vistos como fundamentais no escopo da legislação do setor energético brasileiro, uma vez que, através deles, o Governo Federal sistematiza a expansão do setor. Além disso, por meio deles também são *negociados contratos de suprimento de energia de longo prazo, contratos que selam o compromisso requerido para que os empreendedores possam realizar investimentos em novas instalações*, além da *seleção de empreendedores no que se refere à construção, operação e manutenção das novas instalações de transmissão de energia* no país¹²⁴. Com o advento do crescimento no consumo de energia elétrica no Brasil a partir dos anos 2000¹²⁵, o Governo Federal posteriormente institui ainda, no ano de 2004, através do Decreto nº 5.025, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), com o objetivo *de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos concebidos com base em fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN)*¹²⁶. E é em meio a essa conjuntura que a Bahia despontou como ‘lugar’ de grande potencial eólico, sendo o segundo Estado em termos de produção de energia eólica no país¹²⁷ (ver também as discussões presentes no trabalho de Moraes 2019).

Nesse sentido, o município de Caetité, circunscrito às áreas superiores aos 825m de altitude acima do nível do mar, em terrenos montanhosos e com alta declividade, foi apontado pelos estudos anemométricos realizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) ligada ao Ministério de Minas e Energia (MME) como o detentor do maior potencial eólico em intensidade e por frequência de ventos, além da pouca amplitude das direções destes, o que tornou esta região uma das mais favoráveis do mundo para a instalação de complexos eólicos, segundo o Atlas do Potencial Eólico do Estado da Bahia,

¹²⁴ Conforme as informações disponibilizadas no endereço eletrônico: <http://www.aneel.gov.br/leiloes>.

¹²⁵ Sobre tudo em razão da crise energética ocorrida em 2001, e que ficou conhecida como a ‘Crise do Apagão’.

¹²⁶ Como consta nas informações do Ministério de Minas e Energia disponibilizadas em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/proinfa>.

¹²⁷ A geógrafa Cíntia Flores já chamava atenção em seu trabalho que a própria instituição do Programa de Territórios de Identidade (PTI), pelo Governo do Estado, em 2007, estaria a serviço, antes de qualquer questão, à formação de *uma unidade de planejamento de alocação de recursos* nestes territórios, devotada em atender às *intencionalidades do Governo do Estado, carregadas de interesses outros do grande capital e, que, em grande medida, diverge dos anseios populares* (Flores 2014:74).

disponibilizado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA). Não por acaso, a localização da comunidade Cristina, no escopo do território político administrativo do município de Caetité, se mostra circunscrita à área com o melhor desempenho eólico regional, sendo que tal potencialidade observada alcança até 2478W/m², conforme ilustra o **Mapa 19**, abaixo destacado.

Mapa 19. Mapa que demonstra o potencial eólico da região do município de Caetité, com indicação para a comunidade Cristina, localizada em área de alto potencial eólico.

Com isso, desde meados de 2008 esta região passou a ser alvo de estudos de viabilidade para a implantação de parques eólicos¹²⁸ atrelados aos processos dos Leilões descritos acima, e marcados pela presença de empresas nacionais e multinacionais, como a Brasil Wind, Iberdrola, Renova Energia, Rio Energy, dentre outras. A Renova Energia desponta desde o início

¹²⁸ De acordo com a ANEEL, entende-se como um parque eólico o *conjunto de aerogeradores interligados eletricamente, situados nas áreas circulares com raio de até dez quilômetros em torno das torres de medição anemométrica, no caso de terrenos de superfície plana com rugosidade homogênea, e com raio de até seis quilômetros, no caso de terrenos complexos, identificados os aerogeradores e as torres de medição por suas coordenadas Universal Transversa de Mercator - UTM, sujeita à validação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE a definição do raio quanto à adequação com a topografia.* (Disponível em: <http://www.aneel.gov.br>).

como a mais conhecida e atuante na região. Esta empresa foi a responsável pela implantação dos empreendimentos econômicos engendrados ao LER 2009, LER 2010-2011 e Leilão 2013, conformados pela instalação¹²⁹ dos Complexos¹³⁰ Alto Sertão I, II e III, respectivamente. Neste ponto, reforço que as pesquisas arqueológicas que me levaram até a comunidade Cristina encontram-se atreladas ao licenciamento do Complexo Eólico Alto Sertão III (Leilão 2013). Este empreendimento, em especial, corresponde à instalação de quarenta e seis parques eólicos nos municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida, Riacho de Santana, Pindaí e Urandi, organizados em áreas definidas a partir do recorte arbitrado pelo empreendedor, a saber: *Área 5, Área 7, Área 8-12, Área 11-1, Área 11-2 e Área 15-16*. Não obstante, o complexo é constituído não apenas pelos aerogeradores que formam tais parques, mas também por outras estruturas associadas, como vias de acesso, pátios de manobra, subestações, transformadores e casa de controle, além de linhas de transmissão (Zanettini Arqueologia 2019). A comunidade Cristina, por exemplo, encontra-se localizada na área denominada como 8-12 do empreendimento, e conheceu a instalação de cinco aerogeradores, assim como a reestruturação e criação de acessos em seu território, além de estar situada nas proximidades de uma das maiores subestações elevadoras do Complexo Eólico Alto Sertão III.

De modo geral, a literatura acadêmica especializada na questão da energia eólica coloca como vantagens diante da implantação de empreendimento como estes fatores como: o fato de ser a partir de uma fonte de energia renovável; o baixo impacto ao meio ambiente, em comparação às outras fontes de geração de energia existentes; o fato de o empreendimento se

¹²⁹ Cabe dizer que a empresa Renova Energia foi a responsável pela implantação dos complexos Alto Sertão I e II, mas desde 2018 não está à frente da operação desses empreendimentos.

¹³⁰ De acordo com as informações levantadas junto ao Ministério de Minas e Energia, o Complexo Eólico do Alto Sertão I (referente aos empreendimentos vinculados ao LER 2009) já era considerado, à época, o maior complexo dessa modalidade energética na América Latina. Este empreendimento foi implantado nos territórios de Caetité (onde se concentra a maior quantidade de aerogeradores), Guanambi, Igaporã e Pindaí, os quais somam um conjunto de 29 parques eólicos, com aproximadamente 430 geradores capazes de produzir 680,5 megawatts. Entretanto, apesar da 'viabilidade' na produção de energia eólica e da instalação do Complexo Eólico na região do Sertão Produtivo, diversos meios de comunicação (jornais, e revistas semanais) relataram que até o ano de 2012 existiram problemas com a distribuição da carga energética, e que somente em 2014 e 2016 a inauguração de novas subestações proporcionaram o escoamento da produção consorciada de energias eólica e solar para outras áreas do país.

valer apenas de faixas de terras relativamente menores; a dinamicidade na construção da infraestrutura do empreendimento; a grande quantidade de energia elétrica a ser gerada; a abertura de frentes de trabalhos para mão de obra local; além da ideia de que, mesmo após a instalação do empreendimento, as áreas ocupadas pelo parques eólicos ainda podem ser utilizadas pelas comunidades do entorno. Em contrapartida, as desvantagens apontadas conformam-se através de possíveis interferências eletromagnéticas; o efeito de sombras em movimento e a significativa mortalidade de aves causada pelas pás dos aerogeradores em funcionamento; a poluição sonora; e, por fim, o grande impacto visual observado nos lugares onde são instalados os parques eólicos (Amarante et al. 2001; Dias 2012; Dutra e Szklo 2008; Ferreira 2008; Moraes 2019; Nascimento et al. 2012; Simas 2012; Simas e Pacca, 2013; Rampinelli e Rosa Junior 2012; Terciote 2002; Ursaia et al. 2012).

De acordo com os parâmetros e prerrogativas legais, essas e outras problemáticas devem ser consideradas no Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e no respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que compõem o processo de licenciamento ambiental desses empreendimentos econômicos, visando à obtenção de suas licenças (Rodrigues e Souza Miranda 2012; Sánchez 2015 e 2017). Dentre os estudos sistemáticos presentes nesse quadro de estudos de viabilidade dos complexos eólicos, por exemplo, é que se encontram as pesquisas arqueológicas. A título de ilustração, entre os anos de 2008 e 2018 foram requeridas junto ao CNA/IPHAN 51 portarias relativas a permissões de pesquisa no âmbito da Arqueologia Preventiva para o município de Caetité, sendo que 35 delas estão relacionadas aos processos de licenciamento de empreendimentos ligados especificamente à geração de energia eólica (ver **Anexo 6**). Não por acaso, dentre as portarias emitidas, constam as ligadas aos estudos arqueológicos realizados pela Zanettini Arqueologia na região, e, conseqüentemente, as que correspondem às minhas experiências junto ao Alto Sertão baiano.

A presença da arqueologia no escopo do licenciamento está ligada à necessidade legal, fundamentada, antes de tudo, na Lei 3.924, de 26 de julho de 1961, como também na própria Constituição Federal Brasileira, que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural nacional, e por isso proíbe sua destruição ou mutilação. Da mesma forma, a Resolução Conama

01/86 aponta para a necessidade de atenção aos sítios e monumentos arqueológicos ao longo das diferentes fases de planejamento e implantação de um empreendimento. Ademais, no momento em que as pesquisas arqueológicas referentes ao licenciamento do Complexo Eólico Alto Sertão III foram iniciadas, a legislação vigente no país era ainda pautada na Portaria Iphan 230, de 17 de dezembro de 2002, responsável por normatizar a pesquisa arqueológica no âmbito de estudos de impacto e de licenciamento ambiental no país. Todavia, em 2015, tal portaria foi revogada em detrimento da instituição da Instrução Normativa Iphan n. 001, de 25 de março de 2015, que passou a estabelecer todo o quadro de procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no tocante aos processos de licenciamento ambiental no Brasil.

Uma das problemáticas imbricadas neste cenário converge para o fato de que definições de conceitos complexos como o de *sítio arqueológico* acabam por serem gestados *institucionalmente como resultado de uma sequência de procedimentos administrativos*¹³¹, além de serem uma forma de *mitigação à pressão das demandas de portarias de pesquisa, afastando-se, muitas vezes, do diálogo com a pesquisa científica*. Tais definições vêm enfrentando profundas críticas, no sentido de não serem mais abertas e maleáveis no tocante ao ‘tipo’ de registros que podem vir a ser alçados a sítios arqueológicos, sobretudo em contextos da Arqueologia Preventiva, *por serem reducionistas da delimitação temporal*¹³² *majoritariamente indicativa do passado, desconsiderando a arqueologia do presente* (Campos 2018). A título de ilustração, muitos dos sítios arqueológicos cadastrados no escopo das pesquisas realizadas pela Zanettini Arqueologia só foram assim considerados devido à postura tomada pela empresa, caso contrário sítios arqueológicos¹³³

¹³¹ Texto disponível no site oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ver <https://www.iphan.gov.br>.

¹³² A respeito dessa discussão, Tim Ingold, em seu artigo publicado em 2012, *No More Ancient; No More Human: The Future Past of Archaeology and Anthropology*, traz importantes reflexões acerca de um possível futuro no qual tanto Arqueologia quanto a Antropologia deixarão de ser ‘apegadas’ ao seu apelo pelo antigo. Ver também a discussão presente no trabalho de Fabíola Andréa Silva, *Etnoarqueologia: Uma Perspectiva Arqueológica para o Estudo da Cultura Material*, publicado em 2009.

¹³³ Sítios sem a presença de remanescentes construtivos e de baixa densidade de materiais. Cabe dizer também que, mesmo após a instituição da Portaria Iphan 375, de 19 de setembro de 2018, que trata de questões específicas aos sítios arqueológicos relacionadas a

como os identificados no território da comunidade Cristina, conforme já citado, não teriam sido considerados por não se enquadrarem em tais definições de modo geral. Embora em virtude de um dos critérios¹³⁴ adotados para classificar o que seria sítio arqueológico, de um sítio histórico de interesse arqueológico (SHIA) no projeto, seja marcado pela questão cronológica (pré ou pós a década 1950), mesmo dispendendo de intensos esforços para contemplar todos os contextos presentes nesses territórios, ainda assim tais pesquisas podem ter relegado à esfera de bens não acautelados muitas manifestações materiais importantes resultantes de práticas tradicionais e assinaladas com mais de um século (Zanettini Arqueologia 2014a e 2019). Mas reconheço todos os esforços realizados pela Zanettini Arqueologia, até porque me incluo neles, assim como considero este trabalho intimamente ligado a eles.

De igual modo, destaco ainda que, em virtude da postura tomada pela Renova Energia, frente aos municípios onde foram instalados empreendimentos sob sua responsabilidade, esta empresa acabou por se tornar sinônimo de todo e qualquer empreendimento eólico na região. Desde o início de sua atuação no Alto Sertão baiano, a empresa desenvolveu vários projetos socioeconômicos junto à parcela das comunidades impactadas pelos parques eólicos, a exemplo da construção de prédios para serem destinados às associações comunitárias ou ‘casas de farinha’, cursos profissionalizantes, entre outras *medidas sustentáveis de desenvolvimento socioambiental*, como o que aconteceu com o Museu do Alto Sertão da Bahia (Moraes 2019:50; para saber mais sobre esse processo, ver também os trabalhos de Cândido e Moraes Wichers 2015; Lima 2017; Moraes Wichers 2013 e Silva-Neponoceno 2018, cujos olhares muitas vezes se mostram de ângulos distintos). Também considero como significativo o papel desempenhado pela Zanettini Arqueologia, para que os anseios das comunidades e da sociedade em geral fossem considerados, ao participar ativamente junto aos órgãos e instituições

comunidades quilombolas, só são válidas as observações quando a comunidade já é certificada como tal.

¹³⁴ Cabe ressaltar que dentre os critérios encontrava-se a densidade de materiais, presença ou não de remanescentes construtivos, além do critério mais significativo para mim, que era o da ‘pertença’. Dessa forma, ocorreram casos em que, mesmo quando uma manifestação material era notadamente recente, ainda assim era alçada a sítio arqueológico pelo significado que ressoava junto à comunidade onde estava localizada. No entanto, devido ao período limitado das ações no escopo de um licenciamento ambiental, nem sempre é possível estabelecer um contato mais próximo com as pessoas de todas as comunidades envolvidas nesses processos, para ter acesso às narrativas que evidenciam tal importância.

responsáveis, bem como junto ao empreendedor, para a criação de uma instituição museológica capaz de abrigar os acervos arqueológicos provenientes das pesquisas realizadas junto aos seus territórios. O Museu do Alto Sertão da Bahia nasceu ¹³⁵, então, dessa demanda lançada pelas comunidades rurais e demais representantes de setores da sociedade civil, que desejavam que os acervos provenientes das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no escopo do licenciamento dos complexos eólicos não fossem enviados para instituições museológicas de outras regiões do Estado, conforme retrata a museóloga Carine Moraes em sua narrativa:

“(...) a empresa Renova Energia, iniciou em 2012 estudos preliminares para a criação do Masb, a princípio existia a ideia de criar um Museu de Arqueologia como o material arqueológico que havia sido encontrado na região. Entretanto, a ideia desse museu toma forma de Museu de Território, devido a participação coletiva de Atores Locais que optaram por preservar a história e memória local do território como um todo, alcançando áreas que não foram afetadas diretamente pelos impactos da instalação dos parques eólicos (Moraes 2019:50-51).

Infelizmente, devido a uma parceria de risco no mercado financeiro ¹³⁶, bem ao advento da crise econômica que se instaurou no país a partir de 2015, a Renova Energia não conseguiu cumprir o cronograma originalmente estabelecido para a implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III, o que a levou, inclusive, à paralisação temporária das obras e dos projetos a ela associados, e até mesmo à interrupção do pagamento de fornecedores e dos proprietários das terras onde os parques eólicos já haviam sido instalados. Desde o início do ano de 2019, a empresa vem tentando retomar seus compromissos, sobretudo no que se refere à conclusão dos parques inacabados, como é o caso do parque eólico situado na comunidade Cristina, no qual os aerogeradores permanecem sem a montagem das hélices.

¹³⁵ De acordo com Moraes (2019:79), o Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB) foi criado no município de Caetité por meio da Lei municipal nº 761, de 15 de agosto de 2013, pelo então prefeito José Barreira de Alencar Filho. A lei de criação do MASB, por sua vez, seguiu à risca os critérios estabelecidos pelo Estatuto de Museus (Lei federal nº 11.904/2009) e pela Política Nacional de Museus (PNM), de 2007.

¹³⁶ Ver: <https://www.dci.com.br/industria/sem-acordo-renova-energia-e-brookfield-encerram-negociac-es-sobre-ativos-1.705650/> <https://extra.globo.com/noticias/economia/aneel-rejeita-pedido-da-renova-para-transferir-complexo-eolico-aes-tiete-23716503.html>.

O que quero chamar atenção é que, mesmo com todas as problemáticas que gira em torno de pesquisas arqueológicas engendradas no licenciamento ambiental de empreendimentos econômicos, pautados na geração de energia considerada ‘limpa’ (como o Complexo Eólico Alto Sertão III), a questão é que a gênese de todo esse contexto é mais profunda, e instaurada de forma verticalizada. Quando uma empresa como a Renova Energia inicia os processos pertinentes ligados ao EIA-RIMA para a obtenção de suas licenças é porque os recursos eólicos presentes nesses territórios que conhecerão o empreendimento já foram há muito mapeados e, por sua vez, validados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e disponibilizados nos Leilões de Energia. Assim, quando a Renova Energia concorreu aos empreendimentos circunscritos no Leilão 2013, ela teve que elaborar uma densa documentação, cujos dados já constavam os locais da implantação dos parques eólicos, quais seriam as tecnologias utilizadas nos aerogeradores, como se daria a construção da infraestrutura do empreendimento e, principalmente, o prazo em que faria isso tudo¹³⁷.

Ou seja, já se tem um espaço geográfico delimitado para receber o empreendimento (ainda que se considere possível realizar alterações projetuais em seu layout, o recurso eólico se apresenta pontualmente em determinadas regiões), tal como já se tem um prazo almejado para que todos os estudos de viabilidade sejam concluídos, dado que o próprio empreendimento como um todo também possui um prazo para sua finalização. E, assim, tudo acaba por transcorrer no tempo do ‘grande capital’ envolvido por detrás desses processos, tornando evidente que, para além de administrar as populações, o Estado tem por objetivo administrar, sobretudo, os recursos presentes em seus territórios (Foucault 2008). Nesta conjuntura, por mais que no âmbito da efetivação do licenciamento ambiental estes processos tentem ser horizontalizados, a exemplo da obrigatoriedade da realização de audiências públicas com os representantes dos poderes executivo e legislativo, além da sociedade civil dos municípios envolvidos, esses dois fatores, que influenciam,

¹³⁷ Todas essas informações constam tanto no site oficial da ANEEL (<http://www.aneel.gov.br/leiloes>) como no da Empresa de Pesquisa Energética (<http://www.epe.gov.br>).

sobremaneira, no desenvolvimento e condução de tais processos, já estão determinados.

E a arqueologia presente nesse contexto também é afetada com esse quadro que se instala. Os profissionais que realmente se devotam a fazer um trabalho sério sofrem com a questão dos prazos cada vez mais curtos para desenvolver suas pesquisas em extensos e complexos territórios. Por isso também que os esforços empregados e como são empregados no âmbito da Arqueologia Preventiva variam de profissional para profissional, e as ações junto a tais processos podem vir a colaborar ainda mais com o agravamento deste quadro, por essência, problemático¹³⁸.

É perceptível, em muitos estudos, a “ausência” das pessoas quando da chegada do arqueólogo ao sítio (Lucas 2010), o que faz sentido se esse arqueólogo conceber uma Arqueologia onde não existam ‘pessoas’ (Nativ 2016). E por isso também defendo a realização prévia de estudos conduzidos através de abordagens etnográficas nesses contextos, visto que, apesar de todas as prerrogativas que constam na legislação serem seguidas no âmbito do licenciamento ambiental, o processo que o gera é verticalizado, ainda que se trate de um empreendimento ligado à energia renovável, pautado no discurso do desenvolvimento sustentável. Estes são instalados em territórios de populações como a Cristina, historicamente *invisíveis* para aqueles que estão no poder (Anjos 2009). Por fim, um fato intrigante e paradoxal para mim é que o mesmo governo¹³⁹ que fortaleceu as políticas públicas com relação às comunidades quilombolas no país foi o que promoveu de forma intensiva a criação de programas econômicos que possibilitaram a entrada de empreendimentos como estes nos territórios dessas comunidades.

¹³⁸ E como se não bastassem todas essas problemáticas já mencionadas, cabe dizer que, nos últimos anos, parlamentares que representam setores específicos da sociedade tentam emplacar projetos de lei para se flexibilizar ainda mais o licenciamento ambiental. Como exemplo há o Projeto de Lei do Senado 168/2018, e atualmente a movimentação de um novo projeto denominado como ‘Lei Geral do Licenciamento Ambiental’, de autoria do deputado federal Kim Kataguirí.

¹³⁹ Me refiro aqui aos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva, e posteriormente ao período de governo de Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

4.3. Uma reflexão mais do que uma conclusão - O que pode “sujar” essa “Energia Limpa”?

*“Outras vezes oiço passar o vento,
E acho que só para ouvir passar o vento vale a pena ter nascido”¹⁴⁰*

Este estudo, para mim, se mostrou laborioso em sua construção por diversas razões, mas, sobretudo, porque é a junção da minha experiência na Arqueologia Preventiva, das minhas reflexões acadêmicas e das minhas vivências junto aos lugares, pessoas, caminhos e coisas no Alto Sertão baiano. Todo esse quadro proporcionou-me estudar a relação das pessoas dessas comunidades tradicionais e suas materialidades, mais especificamente no que diz respeito à comunidade Cristina. À vista disso, acredito que esta proposta de estudo se mostra relevante para discutir acerca das problemáticas em torno do licenciamento ambiental, legislação e arqueologia preventiva nesses contextos, dado que este estudo almejou demonstrar como tais materialidades que envolvem e constituem a essência da vida dessas pessoas são elementos fundamentais para a elaboração da sua noção de território a partir da evidência de que, para se compreender a dimensão, importância e significado dessas materialidades (a exemplo das paisagens e lugares significativos), torna-se indispensável a realização, antes de quaisquer estudos ou levantamentos engendrados ao escopo de um licenciamento ambiental, e o desenvolvimento de pesquisas alinhadas a uma perspectiva etnográfica junto às comunidades tradicionais que conhecerão as transformações advindas com a implantação de empreendimentos econômicos.

No caso da comunidade Cristina, as narrativas apontam que os locais onde foram instalados os aerogeradores do parque eólico, por exemplo, são lugares adjetivados como perigosos (por ter sido agregado a eles um significado de dor e perda), além de serem apreendidos como impróprios para o cultivo. Entretanto, ainda assim são importantes para a comunidade em termos de lugares de vivência, já que também comportam caminhos que ligam a comunidade a outros lugares significativos, assim como são vivenciados no decorrer de práticas tradicionais, como a ‘lida’ com o gado, ou o manejo de

¹⁴⁰ Pessoa, F. (2017). *Poemas de Alberto Caeiro*. Edições Vercial.

recursos naturais, a exemplo da prática de coleta de frutos e plantas medicinais. O que quero dizer é que, para se propor ou possibilitar a implantação de empreendimentos econômicos através de uma legislação específica, deve-se levar em consideração as particularidades culturais e históricas que giram em torno das populações que lá habitam, assim como a inter-relação dessas pessoas com seus territórios.

No decorrer do processo desta pesquisa, e através da prática etnográfica junto aos moradores da Cristina, percebi que, com a chegada do empreendimento, em um primeiro momento, antes do início das obras de implantação, as pessoas apenas se mostraram curiosas e/ou confusas com os acontecimentos que estavam por vir, mesmo tendo uma mínima noção do que era receber em seu território um empreendimento deste porte, a partir das experiências de comunidades vizinhas. A questão é que os aerogeradores do parque eólico instalados na Cristina encontravam-se circunscritos a uma única propriedade, sendo constatados apenas alguns casos de outros moradores com terrenos interceptados pelos acessos projetados para tal empreendimento. Tanto que a narrativa do senhor Juraci, ainda em 2014, período anterior à instalação do empreendimento, evidencia a incerteza de como se daria esse processo – *“não sei não...não sei não...a propriedade é do cara né...no terreno de Florisvaldo pegou torre, por exemplo, os outros só deu pedaço que vai passar estrada deles aí”*. Por outro lado, a narrativa do senhor Florisvaldo Pedro Lopes, que assumiu, em fins de 2014, a presidência da Associação da comunidade, com a saída do senhor Juraci, expõe uma outra perspectiva quando afirma que *“praticamente todo mundo concordo...pego coisa no terreno de quase todo mundo”*.

No que se refere às narrativas das pessoas da comunidade Cristina como um todo, sobre o parque eólico durante a fase de sua instalação, estas convergem para questões como a restrição ou dificuldade de acesso a alguns locais de seus terrenos onde estavam sendo implantadas as obras de engenharia, a poeira constante por causa do intenso tráfego de veículos pesados, como indica a narrativa da ‘Tia Dina’ – *“a fia no comecinho entrava muita terra aqui dentro, mas aí vieram aí e arrumaram a casa, colocaram forro novo...aí fico bom...eu não tenho nada contra esse negócio do vento não fia”*. A sua vez, em meio a esta fase, o senhor Florisvaldo aponta que foi até bom o

começo das obras, porque “*a gente pediu e eles foram abrindo cacimba* (cavidade feita no solo para armazenar água) *pra muita gente, arrumo as estradas aí tudo*”.

Cabe dizer, entretanto, que é nítida a mudança de perspectiva com relação ao ‘valor’, em termos financeiros, que era dado à terra, assim como é possível constatar a alteração nas relações pessoais entre os membros da comunidade. Muitas pessoas passaram por todo esse processo não querendo expor sua posição, simplesmente em silêncio. Embora, informalmente, alguns me dissessem – “*ah foi bom a obra, porque deu emprego pro povo*” –, outros diziam – “*é uma pena que não caiu torre (aerogerador) no meu terreno*” –, e ainda ouvi muito que a única coisa boa que veio com o empreendimento foi a melhoria das estradas, ou que não houve nenhuma melhoria e que “*só tomaram prejuízo com isso*”. Ou seja, a vinda desse empreendimento notadamente marcado por um discurso de ‘desenvolvimento sustentável’ não corresponde à realidade local. Até o momento anterior à chegada do parque eólico, praticamente todos da comunidade apresentavam a mesma renda mensal, as práticas e relações eram permeadas pelo senso de coletividade, e, a meu ver, com o advento do empreendimento, isso se rompeu. Por outro lado, uma das posturas mais enigmáticas com relação ao parque eólico é marcada pela perspectiva de ‘Tia Maria’. Talvez por toda sua trajetória histórica junto ao território, visto que a ‘Tia Maria’ vivenciou o lugar, há mais de um século quase como um ‘esconderijo’, quando “*tudo ainda era mato*”, o que chamava a atenção dela é que a obra, ao ter que suprimir a vegetação para a instalação dos aerogeradores, deixou a paisagem “*mais aberta, mais limpa*”.

Todavia, com o transcorrer do processo e o advento da paralisação das obras pela Renova Energia, como exposto anteriormente, senti que comentar sobre o empreendimento com as pessoas da comunidade era como pedir para mudar de assunto, pois o que se instaurava era o silêncio. E isso faz sentido se considerarmos o apontamento de Bárbara Bender e Margot Winer (2001) em *Contested landscapes: movement, exile and place*, quando dizem que o silêncio é uma forma de contestar as paisagens construídas, talvez como o caso averiguado a partir deste processo. Desse modo, quero chamar atenção para o fato de que, ao contrário do que dá a entender o velho ditado popular “*de quem cala, consente*”, na maioria dos casos observados na Cristina

entendo que *quem cala contesta*, na realidade, ainda mais, se considerarmos também o processo de formação da comunidade e das pessoas associadas a ele. Nesse sentido, apenas o senhor Juraci Pereira Benevides, até pelo fato de ser a pessoa com a qual tenho até hoje uma maior proximidade, e com a qual estreitei relações nesses últimos anos, expôs sua visão sobre a conjuntura atual em que se encontra o empreendimento – *“olha a gente sempre viveu aqui na tranquilidade, com a obra aí fico meio movimentado até eles faze as coisas aí, coloca as torres aí (aerogeradores), e agora já faz tempo que a gente não vê mais ninguém da obra aqui...só ficou esses negócio aí...ainda num tá funcionando né...mas tá tudo bem...as vezes não dá pra leva o gado em alguns lugar por causa das cerca, mais, isso num tem nada não...quem conseguiu pegar alguma coisa no terreno, pegou um dinheirinho, eu só peguei um pedaço de estrada no meu terreno lá em cima...mais tá do mesmo jeito, só ficou as coisas aí”*.

Mas o “só ficou as coisas aí” não significa que não houve mudanças na comunidade, para além da visível divergência de opiniões e a mudança nas relações interpessoais depois da chegada do empreendimento¹⁴¹, que tem ainda a questão da inter-relação das pessoas com os lugares que lhes são significativos. No caso da Cristina, os acessos reestruturados ou criados pelo empreendimento também romperam com toda uma ordem de caminhos já existentes, ou seja, o parque eólico reordenou a lógica do espaço e as práticas e ações que eram realizadas junto a ele. Ao mesmo tempo, a inserção desses novos elementos, como os aerogeradores e os acessos ao território da comunidade Cristina, transformou radicalmente a paisagem do lugar tornando-a significativa, histórica e cultural. É possível observar essa mudança nas figuras e imagens apresentadas a seguir, as quais evidenciam como era esta paisagem, e, junto com ela, os lugares, os caminhos e as coisas antes da chegada do empreendimento, e como se transformou após a implantação dele.

¹⁴¹ A antropóloga Suzana Vieira (2015b), em seu artigo *O Astro do Tempo e o fim da Era: a crise ecológica e a arte de assuntar entre os quilombolas do Alto Sertão da Bahia*, por exemplo, expõe suas impressões e reflexões acerca das especulações dos quilombolas de algumas comunidades de Caetité, a respeito de mudanças ecológicas em diferentes escalas e proporções e a partir da constatação da Mudança de Era, as quais são associadas, muitas vezes, à chegada dos empreendimentos eólicos na região.

Figura 39. Comunidade Cristina, em 2014, sem a implantação do empreendimento
(Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth 2019).

Figura 40. Comunidade Cristina, em 2019, com a implantação do empreendimento
(Elaborado por Juliana Freitas. Fonte: Google Earth 2019).

Imagem 69. Vista da comunidade Cristina, sentido Leste-Oeste, antes da implantação do empreendimento, no ano de 2014. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 70. Vista da comunidade Cristina, sentido Leste-Oeste, depois da implantação do empreendimento, no ano de 2018. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 71. Vista da comunidade Cristina, sentido Norte-Sul, antes da implantação do empreendimento, no ano de 2014. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 72. Vista da comunidade Cristina, sentido Norte-Sul, depois da implantação do empreendimento, no ano de 2019. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 73. Vista da comunidade Cristina, sentido Oeste-Leste, depois da implantação do empreendimento, no ano de 2019. (Foto: Juliana Freitas).

Imagem 74. Vista da subestação elevadora a partir da entrada da comunidade Cristina, sentido Oeste-Leste, depois da implantação do empreendimento, no ano de 2019. (Foto: Juliana Freitas).

Um aerogerador mede em torno de 120 metros de altura (Moraes 2019:50), e vários deles foram implantados notadamente próximos às casas das pessoas da comunidade, embora em cotas mais elevadas do terreno. Existem medidas de segurança, em termos da distância de um aerogerador com relação a uma residência (cerca 300 metros), justamente por considerar a possibilidade de colapso ou explosão do gerador e o arremesso de alguma das hélices, e também por conta da poluição sonora permitida (Segalovich e Winter 2018), como aferir tal ‘valor’ em termos do que seja ‘seguro’, sem antes conhecer as dinâmicas de mobilidade dessas populações em seu próprio território, e, por conseguinte, sobre a percepção das pessoas sobre o que é longe ou que é perto.

Imagem 75. Detalhe do aerogerador de um dos parques da Renova Energia que veio a colapsar em 2016, no município de Igaporã. (Foto disponível em: <http://www.alocidade.com.br>).

Tenho como base as preposições de Yi-Fu Tuan (2012) de que é o próprio corpo humano que se apresenta como o dispositivo de valores, no sentido de *direção*, *localização* e *distância*, cujas estimativas de distância, por exemplo, se dão com base na experiência vivida e no esforço físico. Será que tais problemáticas são consideradas quando territórios como o da Cristina se tornam alvo de estudos na busca por recursos energéticos pelo Estado?

Por isso, ainda que em menor número, os impactos negativos oriundos da instalação de empreendimentos de ‘energia limpa’ acabam se sobressaindo aos positivos, principalmente se pensarmos como se dão os processos de elaboração da noção de território e da construção das paisagens, como tentei demonstrar ao longo deste trabalho. Ao inserir um parque eólico em um território tradicional, você não estará apenas impactando a paisagem, em termos sonoros e visuais, pois haverá mudanças profundas e irreversíveis para as populações que nele habitam, porque, conforme já apontado, acredito que a paisagem é parte das pessoas e as pessoas são parte dela, ao experienciá-la através de seus corpos, por meio de uma conexão sinestésica através dos sentidos, e assim o conhecimento é desenvolvido e usado em decorrência da experiência junto ao território (Bender 2002; Ingold 1993; Jerstad 2014; Santos 2001; Tilley 2004; Tuan 2012). Essas problemáticas, para mim, ‘suam’ o que é encarado como fonte de energia ‘limpa’, e, conseqüentemente, os empreendimentos de energia eólica.

Desse modo, nestes contextos envolvendo a Arqueologia Preventiva, mesmo quando os profissionais envolvidos dispensam todo um conjunto de esforços ao seu alcance para fazer um trabalho que respeite a história das pessoas dessas comunidades que serão impactadas, por estarem circunscritos nesta conjuntura, muitas problemáticas permanecem, porque transcendem sua esfera de atuação. Um exemplo disso foi o que ocorreu com as pesquisas desenvolvidas pela Zanettini Arqueologia, que evidenciou em um espaço até então considerado ‘vazio’ diversas manifestações humanas ligadas tanto a um passado remoto como ao que é recente, e a partir de seu engajamento contribuiu para a criação do Museu do Alto Sertão da Bahia, sendo este, inclusive, elaborado como um museu de território que buscou agregar não apenas um olhar à materialidade do arqueológico, mas múltiplos olhares. Mas, ainda assim, mesmo demonstrando a importância dos lugares e das coisas

presentes nestes territórios, de uma forma ou de outra o empreendimento foi implantado, e com ele as transformações nas vidas dessas pessoas. A título de ilustração, deixo aqui uma das falas que mais me comoveram durante toda minha vivência junto à comunidade Cristina, e que retrata essa questão: em certa ocasião, o senhor Juraci se virou e me perguntou – “*depois dessas torre pronta, será que isso faz baruido? Vai dá pra ouvi o vento ainda?*”.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

JULIANA FREITAS

**“O LUGAR CERTO É AQUI”: PAISAGEM E TERRITÓRIO NO ALTO SERTÃO BAIANO,
COMUNIDADE CRISTINA**

Volume 2

Versão Revisada

**São Paulo
Outubro 2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

JULIANA FREITAS

**“O lugar certo é aqui”: Paisagem e Território no Alto
Sertão Baiano, Comunidade Cristina**

Volume 2

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dra. Fabíola Andréa Silva

Linha de pesquisa: Arqueologia e Sociedade

Versão Revisada

**São Paulo
Outubro 2019**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGBE-DAVIES, A.S. Archaeology as a tool to illuminate and support community struggles in the black metropolis of the twentieth and twenty-first centuries. *Public Archaeology*, v. 9, n. 4, p. 171-193, 2010.

AGOSTINI, C. (Org.). *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

AGUIAR, L. A. “*Agora um pouco da política sertaneja*”: A trajetória da família Teixeira no Alto Sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia, UNEB Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2011.

ALFONSO, L. P. *Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social*. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALMEIDA, F. G. *Terra de Quilombo: arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira, município de Cananéia/SP*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALMEIDA, K. L. N. *Alforrias em Rio de Contas-Bahia: século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

ALMEIDA, K. L. N. *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas: Bahia, século XVIII*. Salvador: EDUFBA, 2018.

AMARANTE, Odilon A. et al. Atlas do potencial eólico brasileiro. In: Atlas do potencial eólico brasileiro. Ministério de Minas e Energia Eletrobras, 2001.

ANAQUIRI, Y. O. K. M.. “Minha avó foi pega no laço”: A questão da mulher Indígena a partir de um olhar feminista. In: II Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual, 2., 2018, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2018, v. 2, p. 752-763.

ANDERSON, B. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANJOS, R. S. A. Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombolas do Brasil. *Revista Humanidades - UNB*, Brasília, v.9, n.47, p. 87-98, 1999.

ANJOS, R. S. A. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 52-57, jul./dez. 2003.

ANJOS, R. S. A. Geografia, cartografia e o Brasil africano: algumas representações. *Revista do Departamento de Geografia - USP*, v. Especial Cartogeo, p. 332-350, 2014.

ANJOS, R. S. A. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, v. 19 n. 2, 374-390, 2015.

ANJOS, R. S. A. Geografia oficial, cartografias invisíveis, geotecnologias e educação geográfica. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 99, 169-184, 2018.

ANJOS, R. S. A. *Territórios das comunidades quilombolas no Brasil*: segunda configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

ANJOS, R. S. A. *Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil*: primeira configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.

ANJOS, R. S. A. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In: SANTOS, R. E. (Org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais*: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 115-136

ANJOS, R. S. A. *Territorialidade quilombola*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2011.

ANJOS, R. S. A. A territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo: uma aproximação. In: SILVA, T. D.; GOES, F. L. (Org.). *Igualdade racial no Brasil*: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013. p. 137-152

ANJOS, R. S. A. *Quilombos*: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade: notas para uma Geografia pós-nacional. Tradução: Heloísa Buarque de Almeida. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 49, nov.1997.

ARAÚJO, A. G. M. As geociências e suas implicações em teoria e métodos arqueológicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, supl. 3, p. 35-45, 1999.

ARAÚJO, S. G. *O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil - século XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) - UFC, Fortaleza, 2007.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, v. 48. p. 129-143, 1990.

ARRUDA, G. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru-SP: Edusc, 2000.

ASHMORE, W. Biographies of place at Quirigua, Guatemala. In: BOWSER, B. J.; ZEDEÑO, M. N. (ed.) *The archaeology of meaningful places*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2009. p. 15-31

ASHMORE, W. Gender and landscapes. In: NELSON, S. M. (Ed.) *Women in antiquity: theoretical approaches to gender and archaeology*. Lanham: AltaMira Press, 2007. P. 169-199 (Série: Gender and Archaeology)

ASHMORE, W. Social archaeologies of landscape. In: MESKELL, L.; PREUCEL, R. W. *A companion to social archaeology*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 255-271

ATALAY, S. *Community-based archaeology: Research with, by, and for Indigenous and Local Communities*. Berkely: University of California, 2012. p.1-28.

AUBREVILLE, A. *Climats, forêts et désertification de l'Afrique tropicale*. Paris: Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales. 1949.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares*. Papirus Editora, 1994.

BAHIA. *Atlas do Potencial Eólico*. Coelba. 2013. Disponível em: http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/atlas_eolico_BA.pdf Acessado em 28 de janeiro de 2019.

BAHIA. *Caetité*. Disponível em: <http://www.caetite.ba.gov.br/#> Acessado em: 23 de jan. de 2019.

BAHIA. *Territórios de identidade*. Secretaria do Planejamento, 2008. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html . Acessado em: 11 jun. 2018.

BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, 2008.

BAREL, Y. Le social et ses territoires. *In: AURIAC, F.; BRUNET, R. (Org.) Espaces, Jeux et Enjeux*. Paris: Fayard; Fondation Diderot, 1986. p. 129-139.

BARRETO, J. J. (Org.) *Plantas medicinais, saberes tradicionais*. Lauro de Freitas-BA: Solisluna Design, 2014.

BARROS, M. Eu sou o rascunho de um sonho. *In: MÜLLER, A. (Org.) Manoel de Barros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010. p. 38-171.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEAUDRY, M. Doing the housework. New approaches to the archaeology of households. *In: BARILE, K. S.; BRANDON, J. C. (org.) Household chores and household choices: theorizing the domestic sphere in Historical Archaeology*. Tuscaloosa: University Alabama, 2004. p. 254-262.

BAKHTIN, M. M. *Toward a philosophy of the act*. Trans.: Vadim Liapunov. Ed. Michael Holquist and Vadim Liapunov. Austin: University of Texas Press, 1993.

BELL, J. A.; GEISMAR, H. Materialising Oceania: new ethnographies of things in Melanesia and Polynesia. *Australian Journal of Anthropology*, v. 20, n. 3, p. 3-27, 2009.

BELTRÃO, M. *Rock paintings of the Chapada Diamantina and the magical-religious universe of prehistoric man in Brazil*. Patrocínio da Org. Odebrecht e apoio de Sherwin Williams S.A., São Paulo Alpargatas Ltda. e Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Fontes Financiadoras: CNPq e FINEP, 2007.

BELTRÃO, J. F.; CASTELO BRANCO BARATA, C. G.; TORRES ALEIXO, M. Corporeidades silenciadas: reflexões sobre as narrativas de mulheres violadas. *Revista Direito e Práxis*, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 592-615, mar. 2017.

BELTRÃO, M.; LOCKS, M.; AMARAL, M. Sítios arqueológicos pré-históricos e históricos, na região arqueológica de Central, Bahia, Brasil. *In: Workshop Arqueológico de Xingó, 2., 2002, Canindé do São Francisco, Sergipe. Anais...* Canindé do São Francisco: Museu de Arqueologia de Xingó, 2002. p. 67-68.

BENDER, B. Subverting the Western Gaze: mapping alternative worlds. In: UCKO, P. J.; LAYTON, R. (ed.) *The archaeology and anthropology of landscape: shaping your landscape*. London; New York: Routledge, 1999. p. 31-45.

BENDER, B. Time and landscape. *Current Anthropology*, Chicago, v. 43, n. S4, p.103-112, aug./oct. 2002. (Volume supplement)

BENDER, B.; AITKEN, P. *Stonehenge: making space*. Oxford: Berg, 1998.

BENDER, B.; WINER, M. (Ed.) *Contested landscapes: movement, exile and place*. Oxford: Berg, 2001. p. 1-18.

BENDER, B. *et al.* *Stone worlds: narrative and reflexivity in landscape archaeology*. Walnut Creek-CA: Left Coast Press, 2007.

BENDER, Barbara. Stonehenge—contested landscapes (medieval to present-day). *Landscape: Politics and perspectives*, v. 245, n. 79, p. 1, 1993.

BERGMANN, A.; HANLEY, N.; WRIGHT, R. Valuing the attributes of renewable energy investments. *Energy Policy*, [S.l.], v. 34, n. 9, p. 1004-1014, jun. 2006.

BERT ERNSTE. *Brieven uit Brazilië: reizen in een primitief land*. São Paulo; Utrecht, 2013. Disponível em: <https://ernste.net/brazilie/verschuur.html>. Acesso em 12 de Abril de 2019.

BEZERRA, M. Na beira da cava: arqueologia, educação patrimonial e direitos humanos em Serra Pelada, Pará, Amazônia. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 216-228, dez. 2015.

BEZERRA, M. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, v. 7, n. 1[7], p. 107-122, ago. 2013.

BEZERRA, M. Signifying heritage in Amazon: a public archaeology project at Vila de Joanes, Marajó Island, Brazil. *Chungara - Revista de Antropología Chilena*, Arica, v. 44, n. 3, p. 533-542, 2012.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Para uma história do negro no Brasil*. Rio de Janeiro, 1988.

BINFORD, L. R. Archaeology as anthropology. *American Antiquity*, v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962.

BINFORD, L. R. The archaeology of place. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 1, n. 1, p. 5-31, mar. 1982.

BINFORD, L. R. The archaeology of place. In: BINFORD, L.R. *Working at Archaeology*. New York: Academic Press, 1983. Pp. 357-78.

BINFORD, L. R. Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological reasoning. *American Antiquity*, v. 32, n.1, p. 1-12, 1967.

BINFORD, L. R. Willow smoke and dogs' tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity*, v. 45, n. 1, p. 4-20, 1980.

BISPO, R. Tempos e silêncios em narrativas: etnografia da solidão e do envelhecimento nas margens do dizível. *Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 20, n. 2, p. 251-274, 2016.

BHABHA, H. K. *Narration and Nation*. London; New York: Routledge, 1990.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005.

BORGES, J. O. *Geologia e evolução metalogenética do minério de manganês da Mina Lagoa D'anta, Subdistrito Ferro-manganesífero de Caetité-Licínio de Almeida, Bahia*. Dissertação (Mestrado em Geologia) - UFBA, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21508> Acessado em: 29 de janeiro de 2019.

BOURDIEU, Pierre. Symbolic power. *Critique of anthropology*, v. 4, n. 13-14, p. 77-85, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Social space and symbolic power. *Sociological theory*, v. 7, n. 1, p. 14-25, 1989.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOWSER, B. J. Prologue: toward an archaeology of place. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 11 n. 1, p. 1-3, mar. 2004.

BOWSER, B. J.; ZEDEÑO, M. N. (ed.) *The archaeology of meaningful places*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – IBAMA. *Resolução CONAMA, nº 001 de 23 de janeiro de 1986*. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>

BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 nov. de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

BRASIL. Lei n. 3.924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 jul. de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Balanço Energético Nacional 2012: ano base 2011*. Brasília: EPE, 2012. 281 p.

BRASIL. Ministério do Planejamento – PAC. *Usina Eólica - Caetitê – BA*. 30 de jun. de 2018. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/obra/30508>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

BROCHADO, J. P. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America*. Tese (Doutorado em Antropologia) - University of Illinois, Urbana, 1984.

BROCHADO, J. P. (1989). A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. *Dédalo*, São Paulo, n. 27, p. 65-82, 1989.

BUENO, L. M. R. Arqueologia, patrimônio e sociedade: quem define a agenda?. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 26, p. 55-72, dez. 2011.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 41, n. 1/ 2, p. 141-155, nov. 2007.

CABRAL, M. P. De cacos, pedras moles e outras marcas: percursos de uma arqueologia não-qualificada. *Amazônica - Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 314-331, out. 2014.

CADIER, E. *Hidrologia das pequenas bacias do nordeste semi-árido: transposição hidrológica*. Recife: SUDENE, DPG; PRN; ME, 1994.

CALDARELLI, S. B. Levantamento arqueológico em planejamento ambiental. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, sup. 3, p. 347-369, 1999.

CALDARELLI, S. B.; SANTOS, M. D. C. M. Arqueologia de contrato no Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 52-73, fev. 2000.

CALDERÓN, V. Contribuição para o conhecimento da arqueologia do Recôncavo e do Sul da Bahia. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quinto ano, 1969-1970. *Publicações Avulsas Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 26, p. 141-5, 1974

CALDERÓN, V. Notícia preliminar sobre as seqüências arqueológicas do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina, Estado da Bahia. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do primeiro ano, 1965-66. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 6, p. 107-120, 1967.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: Ideias, pensadores e períodos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 65–88, dez. 2014.

CANCLINI, N. G. Hybrid cultures and communicative strategies. *Media Development*, v. 44, n. 1, p. 22-29, 1997.

CÂNDIDO, M. M. D.; MORAES WICHES, C. A. Reflexões sobre museus, turismo e o compromisso público da Arqueologia. *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, Penedo, v. 5, n. Especial, p. 103-119, out. 2015.

CAPE TOWN WORLD ARCHAEOLOGICAL CONGRESS 1999, SOUTH AFRICA. Contested landscapes: movement, exile and place. Oxford: Berg, 2001.

CARRER, F. Interpreting intra-site spatial patterns in seasonal contexts: an ethnoarchaeological case study from the Western Alps. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 24, n. 2, p. 303-327, jun. 2017.

CARVALHO, P. C. *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana*. Tese (doutoramento em Letras, na área de História (Arqueologia)) - Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007. (Policopiada).

CARVALHO, P. M. A travessia Atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela-

MT (e a sua interface com a religiosidade Afro-Brasileira). *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 26/27, n. 2/1, p. 287-290, 2014.

CARVALHO, P. M. *Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão-Vila Bela/MT*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CASTAÑEDA, Q. The 'past' as transcultural space: using ethnographic installation in the study of archaeology. *In*: HAMILAKIS, Y. ANAGNOSTOPOULOS, A. Archaeological ethnographies: a special double issue of Public Archaeology. *Public Archaeology*, v. 8, n. 2-3, p. 262-282, 2009.

CASTRO, J. M. L. Análise dos aspectos geoambientais da bacia do Rio Carnaíba de Dentro no município de Guanambi – BA. *In*: Reunião Anual da SBPC, 61., 2009, Manaus. *Anais...Amazônia Ciência e Cultura*. Manaus: SBPC, 2009.

CAVIGNAC, J. A. A etnicidade encoberta: 'índios' e 'negros' no Rio Grande do Norte. *Mneme: Revista de Humanidades*, Caicó-RN, v. 4, n. 8, p. 1-79, abr./set. de 2003.

CAVIGNAC, J. A. A índia roubada: estudo comparativo da história e das representações das populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte. *Cadernos de História Social*, Campinas, v. 2, p. 83-92, 1995.

CAVIGNAC, J. A. Vozes da tradição: reflexões preliminares sobre o tratamento do texto narrativo em antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 12, p. 245-265, dez.1999.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *Desertificação, degradação da terra e secas no Brasil*, Brasília-DF, p.252, 2016.

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA. *Atlas do Potencial Eólico Brasileiro: Simulações 2013*. Rio de Janeiro: CEPEL, 2017

CERTEAU, Michel de . A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer, v. 16, 1994.

CHAGAS, M. F. A política do reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 209-235, jul. 2001.

CHANG, C. The grass is greener on the other side. A study of pastoral mobility on the Eurasian steppe of southeastern Kazakhstan. *In*: SELLET, F.; GRAVES,

R.; YU, P. I. (Ed.) *Archaeology and Ethnoarchaeology of Mobility*. Gainesville: University Press of Florida, 2006. p.184-200.

CHAZAN, M. E.; HORWITZ, L.K. Milestones: in the development of symbolic behavior: a case study from Wonderwerk Cave, South Africa. *World Archaeology*, v. 4, n. 4, p. 521-539, 2009.

CHILTON, E. The cultural origins of technical choice: unraveling Algonquian and Iroquian ceramic traditions in the northeast. In: STARK, M (Ed.) *The Archaeology of Social Boundaries*. Washington; London: Smithsonian Institution Press, 1998. p.132-160.

CHRISTENSEN, K. Archaeology and activism of the past and present. In: STOTTMAN, M.J. (Ed.) *Archaeologists as activists: can archaeologist change the world?* Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2010. p. 19-35.

CIDADES do Brasil. *Município de Caetité*. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-caetite.html> Acessado em: 23 de jan. de 2019.

CLARKE, D. L. (Ed.) *Spatial archaeology*. London; New York: Academic Press, 1977.

CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org.) *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p.11-43.

CLAVAL, P. As abordagens da geografia cultural. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 89-117, 1997.

CLIFFORD, J. Sobre la autoridad etnográfica. In: REYNOSO, C. (org.) *El surgimiento de la antropología pos-moderna*. Barcelona: Gedisa; 2003. p. 141-170.

COBB, H.; CROUCHER, K. Personal, political, pedagogic: challenging the binary bind in archaeological teaching, learning and fieldwork. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 23, n. 3, p. 949-969, sep. 2016.

COLWELL, C. Collaborative archaeologies and descendant communities. *Annual Review of Anthropology*, v. 45, p. 113-127, 2016.

COLWELL-CHANTHAPHONH, C. Myth of the Anasazi: archaeological language, collaborative communities, and contested pasto. In: HAMILAKIS, Y. ANAGNOSTOPOULOS, A. Archaeological ethnographies: a special double issue of Public Archaeology. *Public Archaeology*, v. 8, n. 2-3, p. 191-207, 2009.

COLWELL-CHANTHAPHONH, C. The archaeologist as a world citizen. *In*: MEKELL, L. (Ed.). *Cosmopolitan Archaeologies*. Durham; London: Duke University Press, 2009. p.140-165.

COLWELL-CHANTHAPHONH, C. *et.al*. The premise and promise of indigenous archaeologies. *American Antiquity*, v. 75, n. 2, p. 228-238, 2010.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. *CBH dos Rios Paramirim e Santo Onofre-Bahia*. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/comites-de-afluentes/cbh-dos-rios-paramirim-e-santo-onofre-bahia/>. Acessado em: 29 de janeiro de 2019.

CORREA, A. A. *Pindorama de mboîa e îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COSGROVE, Denis E. Social formation and symbolic landscape. Univ of Wisconsin Press, 1998.

COSTA, I. F. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina nos desenhos de Teodoro Sampaio*. Dissertação (Mestrado em Ensino Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007.

COSTIN, C. L. The use of ethnoarchaeology for the archaeological study of ceramic production. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 7, n. 4, p. 377-403, dec. 2000.

COTRIM, C. G. C. C. “As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas (Alto Sertão da Bahia, 1870-1930). *Revista Epígrafe*, São Paulo, n. 2, p. 25-46, 2015.

COTRIM, D. T. *O distrito de Paz do Gentio e a história sucinta de sua decadência*. Montes Claros: A Penna, 1997.

COUTO, M. *O outro pé da sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CRIADO-BOADO, Felipe. Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje. Universidad de Santiago de Compostela, 1999.

CUDDY, T.W.; LEONE, M. New Africa: understanding the americanization of african descent groups through archaeology. *In*: C. COLWELL-CHANTHAPHONH, C ; FERGUSON, T. J. *Collaboration in Archaeological*

Practice. Engaging Descendent Communities. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 203-223.

CUNHA, E. *Os sertões: Campanha de Canudos*. 27. ed. Brasília: Editora da UnB, 1963.

D'ALÉSSIO, M. M. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13 n. 25/26, p. 97-103, set. 1992/ago. 1993.

DAVID, N. Integrating ethnoarchaeology: a subtle realist perspective. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 11, n. 4, p. 330-359, dec. 1992.

DELEUZE, G. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *A thousand plateaus*. Trans. B. Massumi. London: Continuum, 2004.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é filosofia?*. São Paulo: Editora 34. 2007

DINIZ, N. M. M. *Velhas fazendas da Ribeira do Seridó*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DINIZ, N. M. M. *Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado nas Ribeiras do Norte*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DOURADO, C. S. *Áreas de risco de desertificação: cenários atuais e futuros frente às mudanças climáticas*. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - UNICAMP, Campinas, 2017.

DUTRA, R. M. *Proposta de políticas específicas para energia eólica no Brasil após a primeira fase do PROINFA*. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

EDGEWORTH, M. Multiple origins, development, and potential of ethnographies of archaeology. In: EDGEWORTH, M. (ed). *Ethnographies of Archaeological Practices*. Lanham: Altamira Press, 2006. p. 1-19.

ESCOBAR, A. *Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências*. Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado. Porto: Afrontamento, 2003. p. 605-630.

ESCOBAR, A. Comunidades negras de Colombia: en defensa de biodiversidad, territorio y cultura. *Biodiversidad: sustento y culturas*, n. 22, p. 15-20, 1999.

ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political geography*, v. 20, n. 2, p. 139-174, 2001.

ESCOBAR, A. Latin America at a crossroads: alternative modernizations, post-liberalism, or post-development?. *Cultural Studies*, v. 24, n. 1, p. 1-65, 2010.

ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Santafé de Bogotá: Editorial Norma, 1998.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168

ESCOBAR, A. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

ESCOBAR, A. Worlds and knowledges otherwise 1: the Latin American modernity/coloniality research program. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 179-210, 2007.

ESCOBAR, A. *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes*. Popayán: Envión Editores, 2010.

ESTRELA, E. S. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; Fapesp; Educ, 2003.

ETCHEVARNE, C. A. *Escrito na pedra: cor, forma e movimento nos Grafismos rupestres da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2007.

ETCHEVARNE, C. O sítio de tradição Aratu de Água Vermelha, Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, e suas implicações arqueológicas e etno-políticas. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 1, n. 1, p. 53-57, 2012.

ETCHEVARNE, C.; PIMENTEL, R. (Org.) *Patrimônio Arqueológico da Bahia*. Salvador: SEI, 2011. (Série estudos e pesquisas, 88).

FAHLANDER, F. Archaeology and anthropology: brothers in arms? On analogies in 21st century archaeology. In: FAHLANDER, F; OESTIGAARD, T.

(Ed.) *Material culture and other things: post-disciplinary studies in the 21st century*. Lindome: Bricoleur Press, 2004. p. 157-180.

FALHEIROS, E. S. De escravo a retornado: a trajetória do africano Luís Xavier de Jesus, Bahia - Golfo do Benim, século XIX. *Revista Veredas da História*, v. 7, n. 1, 2014.

FALZ, E. Die Idar-Obersteiner Schmuckstein-Industrie. Idar: Carl Schmidt Verlag, 1926.

FALZ, E. Von Menschen und edlen Steinen. Heimat, Rheinland- Pfalz, Wein, Rheinhessen, Hunsrück: Selbstverlag, 1939. 171p.

FAUSTO, C. Da responsabilidade social de antropólogos e arqueólogos: sobre contratos, barragens e outras coisas mais. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 202-215, dez. 2015.

FERNANDES, L. A. Elementos das lâminas de machado lascadas de sítios Aratu na Bahia. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 9, n. 2, p. 239-257, 2011.

FERREIRA, L. M. Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, v. 7, n. 1[7], p. 87-106, ago. 2013.

FERREIRA, L. M.; NOELLI, F.S. João Barbosa Rodrigues: precursor da etnoclassificação na arqueologia amazônica. *Amazônica - Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 68-95, mar. 2009.

FERRO, R. F. F. C. *Potencialidades de desenvolvimento local da comunidade de São Gabriel do Oeste em termos de ocupação*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2003.

FEWKES, J. W. The prehistoric culture of Tusayan. *American Anthropologist*, v. 9, p. 151-173, 1896.

FIABANI, A. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FILGUEIRAS, T. M. *Sentidos do muro: barreira, lugar e objeto estético*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FLANNERY, K. V. The golden Marshalltown: a parable for the archeology of the 1980s. *American Anthropologist*, v. 84, n. 2, p. 265-278, 1982.

FLEXNER, J. L. Historical archaeology, contact, and colonialism in Oceania. *Journal of Archaeological Research*, v. 22, n. 1, p. 43-87, 2014.

FLORES, C. D. *Territórios de identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, revisão de Ligia Vassalo. Petrópolis; Lisboa: Vozes; Centro do Livro Brasileiro, 1972. [Edição Original publicada em 1969].

FOUCAULT, M. *La arqueología del saber*. México: Siglo XXI, 1983.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984 [1979]

FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. Orders of discourse. *Social Science Information*, v. 10, n. 2, p. 7-30, abril 1971.

FOUCAULT, M. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1986 [1975].

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FRIKEL, P. Tradição tribal e arqueologia no Tumucumaque. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, p. 471-491, 1963.

FUNARI, P. P. A. A Arqueologia e a cultura africana nas Américas. *Estudos Ibero-Americanos - PUCRS*, v. 17, n. 2, p. 61-72, 1991.

FUNARI, P. P. A. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 6, n.1, p. 11-38, 2001.

FUNARI, P. P. A. A “República de Palmares” e a arqueologia da Serra da Barriga. *Revista USP*, n. 28, p. 6-13, mar. 1996.

FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. *Diálogos*, Maringá, v. 9, n.1, p. 33-48, 2005.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989

GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: EdUNESP, 1991.

GIDDENS, A. Time, Space and Regionalisation. *In: GREGORY D.; URRY, J. (ed.) Social Relations and Spatial Structures. Critical Human Geography*. London: Palgrave, 1985. p. 265-295

GLOBAL Wind Atlas. Bahia, Brazil. Disponível em: <https://globalwindatlas.info/area/Brazil/Bahia> Acessado em: 23 de jan. de 2019.

GNECCO, C. Arqueología multicultural. Notas intempestivas. *Complutum*, v. 23, n. 2, p. 93-102, dic. 2012.

GNECCO, C. *Multivocalidad histórica*: hacia una cartografía postcolonial de la arqueología. Bogotá: Departamento de Antropología, Universidad de Los Andes, 1999.

GNECCO, C.; DIAS, A. S. Sobre Arqueologia de Contrato. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 03-19, dez. 2015.

GNECCO, C. *et al.* History and its discontents: stone statues, native histories, and archaeologists. *Current Anthropology*, v. 49, n. 3, p. 439-466, 2008.

GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. Energia e meio ambiente no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 59, p. 7-20, 2007.

GOMES, F. S. A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Unesp, 2005.

GOMES, F. S. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, G. R. *As secas na Bahia do século XIX* : sociedade e política. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2000.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. An archaeology of predation: capitalism and the coloniality of power in Equatorial Guinea (Central Africa). In: LEONE, M. P.; KNAUF, J. E. (ed.) *Historical archaeologies of capitalism*. 2. ed. New York: Springer, 2015. p. 421-444

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. *An archaeology of resistance: materiality and time in an African borderland*. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2014.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Archaeology and the time of modernity. *Historical Archaeology*, v. 50, n. 3, p. 144-164, 2016.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Arqueología de la Guerra Civil española. *Complutum*, v. 19, n. 2, p. 11-20, 2010.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. Arqueología y memoria histórica. *Revista Patrimonio Cultural de España*, Madrid, v. 1, p. 103-122, 2009.

GONZÁLEZ-RUIBAL. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, J; DOMINGO, I; AZKÁRRAGA, J. M.; BONET, H (org.). *Mundos tribales: una visión etnoarqueológica*. Valencia: Museu de Prehistoria de Valencia, 2009. p. 16-27.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Time to destroy. *Current Anthropology*, v. 49, n. 2, p. 247-279, 2008.

GONZÁLES-RUIBAL, A. The dream of reason: an archaeology of failures of modernity in Ethiopia. *Journal of Social Archaeology*, v. 6, n. 2, p. 175-201, 2006.

GONZALEZ-RUIBAL, A. *et al.* Time to destroy: An archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*, v. 49, n. 2, p. 247-279, 2008.

GOSDEN, C. What do objects want? *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 12, n. 3, p. 193-211, sep. 2005.

GOSSELAIN, O.P. Materializing identities: an African perspective. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 7, n. 3, p. 187-217, sep. 2000.

GOSSELAIN, O. P. To hell with ethnoarchaeology. *Archaeological Dialogues*, v. 23, n. 2, p. 215-228, 2016.

GOULD, R. A. The archaeologist as ethnographer: a case study from the western desert of Australia. *World Archaeology*, v. 3, n. 2, p. 143-177, oct. 1971.

GRAHAM, R. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, p. 121-160, 2002.

GUATTARI, Félix. *Chaosmosis: An ethico-aesthetic paradigm*. Indiana University Press, 1995.

GUIMARÃES, E. M. B. *Um painel com cangalhas e bicicletas: os (des)caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia (Caetité, 1910 – 1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012.

GUMES, J. *O Sampauleiro*. Caetité: Typographia d'A Penna, 1926.

HABER, A. Decolonizing archaeological thought in South America. *Annual Review of Anthropology*, v. 45, p. 469-485, 2016.

HABU, J.; FAWCETT, C.; MATSUNAGA, J. M. (Ed.). *Evaluating multiple narratives: beyond nationalist, colonialist, imperialist archaeologies*. New York: Springer, 2008.

HAESBAERT, R. *Desterritorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro Nacional da ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. *Anais*. v. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001a

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Org.). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas; Porto Alegre: ULBRA; UFRGS, 2008. p. 19-36.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L.; BASTOS, L. (org.) *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras, 2002b.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 5., 1994, Curitiba. *Anais Perspectivas da Geografia Brasileira*. São Paulo: AGB, 1994, p. 206-214.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. *Terra Livre-AGB*, São Paulo, n. 18. P. 37-46, 2002a.

HAESBAERT, R. Le mythe de la déterritorialisation. *Géographies et Cultures*, Paris, n. 40, p. 53-76, 2001b.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Geo UERJ - Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, jan. 1999.

HALBWACHS, M. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.

HALL, Stuart. A identidade cultural na era pós-moderna. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, M.; SILLIMAN, S. W. *Historical Archaeology*. Oxford: Blackwell Press, 2006.

HAMILAKIS, Y. Archaeological ethnography: a multitemporal meeting ground for archaeology and anthropology. *Annual review of anthropology*, n. 40, p. 399-414, 2011.

HAMILAKIS, Y. *Archaeology and the senses: human experience, memory, and affect*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

HAMILAKIS, Y. Archaeology and the logic of capital: pulling the emergency break. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 19, n. 4, p. 721-735, 2015.

HAMILAKIS, Y. A arqueologia e a lógica do capital: puxando o freio de emergência. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 45-63, dez. 2015.

HAMILAKIS, Y.; ANAGNOSTOPOULOS, A. What is archaeological ethnography? *In: Archaeological ethnographies: a special double issue of Public Archaeology*. *Public Archaeology*, v. 8, n. 2-3, p. 65-87, 2009.

HAMILAKIS, Y.; LABANYI, J. Introduction: time, materiality, and the work of memory. *History & Memory*, v. 20, n. 2, 5-17, 2008.

HAMILAKIS, Y.; PLUCIENNIK, M.; TARLOW, S. Introduction. *In: Thinking through the Body*. Boston: Springer, 2002. p. 1-21

HATTORI, M. L. *Arqueologia em áreas de conflito: cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) –

Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

HECKENBERGER, M. Entering the 'agora': archaeology, conservation, and indigenous peoples in the Amazon. *In: COLWELL-CHANTAPHONH, C.; FERGUSON, T. J. Collaboration in archaeological practice: engaging descendent communities*. Lanham: Altamira Press. 2008, p. 243-272.

HEGMON, M.; KULOW, S. Painting as agency, style as structure: innovations in Mimbres pottery designs forms Southwest New Mexico. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v.12, n. 4, p. 313-334, dec. 2005.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1988.

HENDON, J. A. Living and working at home: the social archaeology of household production and social relations. *In: MESKELL, L; PREUCEL, R. W (org.). A Companion to social archaeology*. Oxford: Blackwell publishing, 2007.

HODDER, I. Archaeological reflexivity and the "local" voice. *Anthropological Quarterly*, v. 76, n. 1, p. 55-69, 2003.

HODDER, I. *Entangled: An archaeology of the Relationships Between Human and Things*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.

HODDER, I. Human-thing entanglement: towards an integrated archaeological perspective. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 17, n. 1, p. 154-177, 2011.

HODDER, I. *Leggere il passato*. Turim: Einaudi, 1992

HODDER, I. The interpretation of documents and material culture. *In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.), Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. p. 393-402.

HODDER, I. *Theory and practice in archaeology*. London; New York: Routledge, 2004.

HODDER, I. More on history houses at Çatalhöyük: a response to Carleton et al. *Journal of Archaeological Science*, v. 67, p. 1-6, mar. 2016.

HODDER, I. *Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HODDER, I.; ORTON, C. *Spatial Analysis in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

HODDER, I.; HUTSON, S. *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HOLLOWELL, J.; NICHOLAS, G. Using ethnographic methods to articulate community-based conceptions of cultural heritage management. In: HAMILAKIS, Y.; ANAGNOSTOPOULOS, A. (ed.). *Archaeological ethnographies: a special double issue of Public Archaeology*. *Public Archaeology*, v. 8, n. 2-3, p. 141-160, 2009.

HOLTORF, C. Notes on the life history of a pot sherd. *Journal of Material Culture*, v. 7, n. 1, p. 49-71, 2002.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

HUTCHINGS, R.; LA SALLE, M. Arqueologia como capitalismo do desastre. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 20-44, dez. 2015.

HUYSEN, A. *After the great divide: Modernism, mass culture, postmodernism*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1986.

HUYSEN, A. Geographies of modernism in a globalizing world. *New German Critique*, New York, v. 34, n. 1(100), p. 189-207, 2007.

HUYSEN, A. Memory things and their temporality. *Memory Studies*, v. 9, n. 1, p. 107-110, 2016.

INGOLD, T. Anthropology is not ethnography. *Proceedings of the British Academy*, v. 154, n. 11, p. 69-92, 2008c.

INGOLD, T. *Being alive: Essays on movement, knowledge and description*. London; New York: Routledge, 2011.

INGOLD, T. Bindings against boundaries: entanglements of life in an open world. *Environment and planning A*, v. 40, n. 8, p. 1796-1810, aug. 2008a.

INGOLD, T. Bringing things to life: Creative entanglements in a world of materials. *World*, n. 44, p. 1-25, 2010.

INGOLD, T. Culture and the perception of the environment. *In*: CROLL, E.; PARKIN, D. (Ed.) *Bush base: forest farm - culture, environment and development*. London; New York: Routledge, 1992. p. 39-56

INGOLD, T. *Making: Anthropology, archaeology, art and architecture*. Londres; Nova York: Routledge, 2013.

INGOLD, T. Materials against materiality. *Archaeological dialogues*, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2007.

INGOLD, T. No more ancient; no more human: the future past of archaeology and anthropology. *In*: GARROW, D.; T. YARROW, T. (ed). *Archaeology & Anthropology: understanding similarly, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books. 2010. p. 160-170.

INGOLD, T. Pare, olhe, escute! Visão, audição e movimento humano. *Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, [online], n. 3, 2008b. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1944>

INGOLD, T. *The appropriation of nature: essays on human ecology and social relations*. Manchester University Press, 1986.

INGOLD, T. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Psychology Press, 2000.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. *World archaeology*, v. 25, n. 2, p. 152–174, 1993.

INGOLD, T. The textility of making. *Cambridge Journal of Economics*, v. 34, n. 1, p. p. 91-102, 2009.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, ano18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Caetité – Bahia. *Biblioteca Digital*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/caetite.pdf> Acessado em: 23 de jan. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Geociências. Disponível em: https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm Acessado em: 16 de jan. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE divulga as Estimativas de População dos municípios para 2018*. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>. Acessado em: 28 de jan. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Manual Técnico de Geociências. Manual Técnico de Vegetação Brasileira: Sistema fitogeográfico, Inventário das formações florestais e campestres, Técnicas e manejo de coleções botânicas, Procedimentos para mapeamentos*. n. 1, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf>. Acessado em: 28 de jan. de 2019.

IVO, I. P. *O anjo da morte, contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

IVO, I. P. A conquista do sertão da Bahia no Século XVIII: Mediação cultural e aventura de um preto forro no Império Português. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005.

IVO, I. P. *Governo, administração conexões culturais*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. v. 13. (Dossiê Temático: Sertões do Brasil)

IVO, I. P. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa: século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

IVO, I. P. O ouro de boa pinta e abertura das minas baianas. In: Simpósio Nacional de História. História e ética, 25., 2009, Fortaleza. *Anais...Fortaleza*: editora UFC, 2009. v. 1. p. 5-5.

JERSTAD, H. Damp bodies and smoky firewood: material weather and livelihood in rural Himachal Pradesh. In: Forum for development studies. Routledge, 2014. p. 399-414.

JERSTAD, H. Climate Change in the Jaisamand Catchment Area: Vulnerability and Adaptation. Unpublished report for SPWD, 2009.

JERSTAD, H. Mundane energies: The working body as a heat source in the Indian Himalayas. *Anthropology Today*, v. 32, n. 4, p. 8-11, 2016.

JESUS, Z. R. *Eldorado sertanejo: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2005.

JOYCE, R. A. Archaeology of the body. *Annual Review of Anthropology*, v. 34, p.139-158, 2005.

LAGE, E. S.; PROCESSI, L. D. Panorama do setor de energia eólica. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 183-206, jun. 2013. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3906.pdf . Acesso em: 30 out. 2015.

LANE, P. Possibilities for a postcolonial archaeology in sub-Saharan Africa: indigenous and usable pasts. *World Archaeology*, v. 43, n. 1, p. 7-25, 2011.

LANE, P. Present to past. In: DAVID, B.; THOMAS, J. *Handbook of Material Culture*. Los Angeles; London: SAGE, 2010. p. 402-424.

LANGDON, E. J. *A doença como experiência: a construção da doença e seu desafio para a prática médica*. Florianópolis: UFSC. 1996.

LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense. 1996.

LAPLANTINE, F. *La description ethnographique*. Paris: Armand Colin, 2005.

LA SALLE, M. Community collaboration and other good intentions. *Journal of the World Archaeological Congress*, v. 6, n. 3, p. 410-422, 2010.

LE GOFF, J. Documento/monumento. *Enciclopedia Einaudi*. Torino: Einaudi, 1978. V. 5, p.38-43.

LEITÃO, S. Energia, um debate vital para o país. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 77, p. 207-216, 2013.

LEFEBVRE, H. *Everyday life in the modern world*. London: A&C Black, 2000.

LEFEBVRE, H. *La Production de l'Espace*. Paris : Anthropos, 1986[1974].

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Blackwell: Oxford, 1991. (Vol. 142).

LEONE, M.P. Interpreting ideology in historical archaeology using rules of perspective in the William Paca Garden in Annapolis, Maryland. In: MILLER, D.; TILLEY, C. (ed.) *Ideology, Power and Prehistory*. Cambridge University Press, 1984. p. 25-35.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos feministas*, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.

LEITE, I. B. Os quilombos e a constituição brasileira. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (Org.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Hucitec; Anpocs, 2008. p. 276-295.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LEITE, I. B. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?. *Horizontes Antropológicos*, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999.

LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra: Técnica e linguagem*. Lisboa. Edições 70. 2002. V. 1.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955.

LIMA, Z. B. S. Museu do Alto Sertão da Bahia: diálogos entre museu de território e culturas digitais. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

LIMA, Z. B.; OLIVEIRA, J. C. Ciberespaço: um possível caminho para o patrimônio cultural. O caso do Museu do Alto Sertão da Bahia. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-INTERCOM, 37., 2014, Foz do Iguaçu. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2014.

LIMA, E. C.; OLIVEIRA, J. E. Remoções forçadas de grupos indígenas no Brasil Republicano. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 13-23, 2017.

LIMA, A.A.C.; OLIVEIRA, F.N.S.; AQUINO, A.R.L. *Limitações do uso dos solos do Estado do Ceará por suscetibilidade à erosão*. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2002.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia* – Departamento de Antropologia, UNB, Brasília, n. 322, 2002.

LLERA-SASTRESA, E. *et al.* Local impact of renewables on employment: assessment methodology and case study. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 679-690, jan. 2010.

LUCAS, G. Triangulating absence: exploring the fault-lines between archaeology and anthropology. In: GARROW, D.; YARROW, T. (Ed.). *Archaeology & Anthropology. Understanding similarity, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books. 2010. p. 28-39.

LYDON, J.; RIZVI, U. Z. (Ed.). *Handbook of Postcolonial Archaeology*. London; New York: Routledge, 2010.

LYDON, J.; RIZVI, U. Z. (Ed.). *Handbook of Postcolonial Archaeology*. Routledge Handbooks Online, 2016.

LYMAN, R.L.; O'BRIEN, M.J. The direct historical approach, analogical reasoning, and theory in americanist archaeology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 8, n. 4, p. 303-323, dec. 2001.

LYONS, D.E. Building power in rural hinterlands: an ethnoarchaeological study of vernacular architecture in Tigray, Ethiopia. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 14, n. 2, p. 179-207, jun. 2007.

LYONS, D.; CASEY, J. It's a material world: the critical and on-going value of ethnoarchaeology in understanding variation, change and materiality. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 609-627, 2016.

MACEDO, H. A. M. *Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da capitania do Rio Grande*. Dissertação (Mestrado em História) - PPG-História, UFRN, Natal, 2007.

MACHADO, M. F. R. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 25., 2006, Goiânia. *Anais...* Associação Brasileira de Antropologia, 2006.

MAGALHÃES, D. S. *Geração de energia eólica em Caetité - BA: uma revisão*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p.4-9.

MARENGO, J. A.; SOARES, W. R. *Impacto das mudanças climáticas no Brasil e Possíveis Cenários Climáticos: Síntese do Terceiro Relatório do IPCC de 2001*. Cachoeira Paulista: CPTEC-INPE, 2003. 29p

MARENGO, J. A.; VALVERDE, M. C. Caracterização do clima no século XX e cenário de mudanças de clima para o Brasil no século XXI usando os modelos do IPCC-AR4. *Revista Multiciência*, Campinas; São Paulo, n. 8, maio de 2007.

MARTIN, G. O povoamento pré-histórico do vale do São Francisco (Brasil). *Clio - Série arqueológica - UFPE*, v. 1, n. 13, p. 09-41, 1998.

MARTIN, G. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 2. ed. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1997.

MARTINS, R. “*Vinha na fé de trabalhar em diamantes*”. Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2013.

MASSEY, D. Power-geometries and a progressive sense of place. *In: BIRD, J. et al. (ed.) Mapping the futures: local cultures, global changes*. Londres; Nova York : Routledge, 1993.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. *In: ARANTES, O. (org.) O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MATALLO JÚNIOR, H. *Indicadores de Desertificação: histórico e perspectivas*. Brasília: UNESCO, 2001. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001298/129871POR.pdf> . Acessado em 28 de janeiro de 2019.

MATTOSO, K. M. Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, K. M. Q. Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX: estudo de um grupo social. *Revista de História*, São Paulo, v. 28, n. 97, p. 109-135, 1974.

MAUSS, M. Techniques of the Body. *Economy and society*, v. 2, n. 1, p. 70-88, 1973.

McGHEE, R. Aboriginalism and the problem of indigenous archaeology. *American Antiquity*, v. 73, n. 4, p. 579-597, 2008.

McGUIRE, R. H. *Archaeology as political action*. Berkeley; Los Angeles: Univ. of California Press, 2008.

MELO NETO, J. C. *Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MENESES, U. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, p. 9-23, 1992.

Merleau-Ponty, M. O visível e o invisível (A. Gianotti, & A. Mora, Trad.). São Paulo: Perspectiva. (Texto original publicado em 1964), 1992.

Merleau-Ponty, M. Fenomenologia da percepção (C. Moura, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Texto original publicado em 1945), 1994.

Merleau-Ponty, M. A natureza (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Merleau-Ponty, M. A prosa do mundo (P. Neves, Trad.). São Paulo: Cosac & Naify. (Texto original publicado em 1969), 2002.

MIGNOLO, W. *Capitalismo y geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporâneo*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001.

MILLER, D. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MILNE, S.B. Colonization, structured landscapes and seasonal mobility. An examination of earley paleo-eskimo land-use patterns in the eastern Canadian Artic. In: BARNARD, H. B.; WENDRICH, W. (ed). *The Archaeology of Mobility. Old World and New World Nomadism*. Los Angeles: University of California, 2008. p.174-199.

MIRANDA, R. F. Senhores e escravos na formação de uma sociedade escravista no Alto Sertão da Bahia, termo de Monte Alto, século XIX. In: Encontro Estadual de História, 8., Feira de Santana, 2016. *Anais...* Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2016

MOMBELLI, R. *Visagens e profecias: ecos da territorialidade quilombola*. Tese (Doutorado e Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MONTEIRO, J. M. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre docência) – UNICAMP, Campinas, 2001.

MORAES, A. C. R. O Sertão. Um “outro” geográfico. *Terra Brasilis - Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 4-5, 2003. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>

MORAES, C. N. *Inventário museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, Caetité, Bahia*. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MORAES WICHES, C. A. *Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira*. Tese (Doutorado em Museologia) - Departamento de Museologia - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2010.

MORAES WICHES, C. A. *Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico*. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 2, 2013.

MOREIRA, H. M.; GIOMETTI, A. L. B. R. O Protocolo de Quioto e as possibilidades de inserção do Brasil no mecanismo de desenvolvimento limpo por meio de projetos em energia limpa. *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v30n1/01.pdf> . Acesso em: 2 fev. 2016.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, n. 28, p. 56-63, mar. 1996.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999

MUNANGA, Kabengele. *A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil*. *Estudos avançados*, v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?*. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012.

NASCIMENTO, Thiago Cavalcante; DE MENDONÇA, Andréa Torres Barros Batinga; DA CUNHA, Sieglinde Kindl. Inovação e sustentabilidade na produção de energia: o caso do sistema setorial de energia eólica no Brasil. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 10, n. 3, p. 630-651, 2012.

NASLAVSKY, G.; LARA, F. Regionalismo como alteridade: da América Latina ao Nordeste do Brasil, reflexões sobre a historiografia da arquitetura moderna brasileira. In: Seminário do Docomomo Brasil, 11., 2016, Recife. *Anais...* Recife: DOCOMOMO_BR, 2016. p.1-9.

NATIV, A. No compensation needed: on archaeology and the archaeological. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 24, n. 3, p. 659–675, sep. 2017.

NEVES, E. F. *Dimensão Histórico-Cultural: Chapada Diamantina*. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional–CAR, 1997.

NEVES, E. F. *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

NEVES, E. F. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador; Feira de Santana: Edufba; UEFS, 2005.

NEVES, E. F. Historiografia sobre o negro, a escravidão e a herança cultural africana na Bahia. *Revista POLITÉIA (UESB)*, v. 10, p. 151-171, 2010.

NEVES, E. F. Poder Local Oligárquico: Alto Sertão da Bahia. *Sitientibus*, Feira de Santana-BA, n. 15, p. 321-340, 1996.

NEVES, E. F. *Posseiros, Rendeiros, proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750 – 1850)*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

NEVES, E. F. Região, território, lugar: sertão como categoria espacial, alteridade sociocultural e interação político-econômica. In: NEVES, E. F. (org.). *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Arcádia, 2011b. p. 51-60

NEVES, E. F. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000.

NEVES, E. F. *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: ARCADIA, 2011a.

NEVES, E. F. Sucessão dominial e escravidão na pecuária do Rio das Rãs. *Sitientibus*, Feira de Santana-BA, n. 21, p. 117-142, jul./dez. 1999.

NEVES, E. F. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo de história regional e local). Salvador; Feira de Santana: EDUFBA; UEFS, 1998.

NEVES, E. F. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo regional e local). 2 ed. Revista e ampliada. Salvador; Feira de Santana: EDUFBA; UEFS, 2008.

NEVES, E. F.; MIGUEL, A. *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

NIMUENDAJU, C. Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

NGUYEN, K. Q. Alternatives to grid extension for rural electrification: decentralized renewable energy technologies in Vietnam. *Energy Policy*, [S.l.], v. 35, n. 4, p. 2579-2589, apr. 2007.

NÓBREGA, M. T.; COLLISCHONN, W.; TUCCI, C. E. M.; PAZ, A. R. Uncertainty in climate change impacts on water resources in the Rio Grande Basin, Brazil. *Hydrol. Earth Syst. Sci.*, v. 15, p. 585–595, 2011.

NOELLI, F. S. As hipótese sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 7-53, 1996.

NOELLI, F. S. Por uma revisão das hipóteses sobre os centros de origem e rotas e expansão pré-históricas dos Tupis. *Estudos Ibero-Americanos- PUCRS*, v. 20, n. 1, p. 107-136, 1994.

NOELLI, F. S. The Tupi: explaining origin and expansion in terms of archaeology and of historical linguistics. *Antiquity*, Cambridge, v. 72, n. 277, p. 648-662, sep. 1998.

NOGUEIRA, G. A. *Viver por si, viver pelos seus: Famílias e Comunidades de Escravos e Forros no "Certam de Sima do Sam Francisco" (1730-1790)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, 2011.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

OLIVER, J. On mapping and its afterlife: Unfolding landscapes in northwestern North America. *World Archaeology*, v. 43, n. 1, p. 66-85, 2011.

OLIVEIRA, C. A.; IVO, I. P. Um olhar sobre as comunidades negras no sertão baiano, na passagem do século XIX para os primeiros anos do século XX: continuidade e descontinuidade. *In: Encontro Estadual de História - ANPUH-BA*, 6., 2012, Ilhéus. *Anais...Ilhéus*: ANPUH-BA, 2013.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos 'Índios misturados'? Situação colonial, Territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, P. M.; SILVA, S. D. Estado e desenvolvimento sustentável: um olhar para implantação de empreendimentos econômicos no município de Caetité. *In: Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia*, 4., Barreiras, 2014. *Anais....* Barreiras: UESB, 2014.

OLIVEIRA, R. C. *O trabalho do antropólogo*. Brasília; São Paulo: Paralelo XV; Ed UNESP; 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção das Nações Unidas de combate à desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África*. Brasília: MMA, 1997.

PACCA, S.; SIMAS, M. Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 99-115, 2013.

PARAÍSO, M. H. B. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. *Revista de História (Porto)*, São Paulo, v. 129-131, p. 179-208, 1994.

PARAÍSO, M. H. B. De Rio Grande de Belmonte a Jequitinhonha: a conquista dos territórios indígenas e a construção de um caminho para o comércio entre Bahia e Minas Gerais. *In: NEVES, E. F. (Org.). Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Arcádia, 2011. p. 119-164.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, [online], n. 2, 2008. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1890>

PINTO, M. O. *Fundamentos de energia eólica*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

PINTO, L. I. C.; MARTINS, F. R.; PEREIRA, E. B. O mercado brasileiro da energia eólica, impactos sociais e ambientais. *Revista Ambiente & Água*, [s. l.], n. 6, p. 1082, 2017. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edssci&AN=edssci.S1980.993X2017000601082&lang=pt-br&site=eds-live&authtype=ip,uid> . Acesso em: 1 jan. 2019.

PIRES, M. I. C. *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*. Recife: FUNDARPE, 1990.

PIRES, M. F. N. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1898)*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2003. (Coleção História, v. 192)

PIRES, M. F. N. Ex-escravos no alto sertão da Bahia: fios da vida. *In: Encontro Regional de História*, 18., 2006, Assis. *Anais...O historiador e seu tempo*. Assis: ANPUH/SP – UNESP, 2006. CD-ROM.

PIRES, M. F. N. *Fios da vida: Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertões de Sima, 1860-1920*. São Paulo: Annablume Editora, 2009. v. 1.

PIRES, M. F. N. *Fios da vida: trajetórias de escravos e libertos no alto sertão da Bahia-Rio de Contas e Caetité (1860-1920)*. Tese (Doutorado em História Social) –FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

PIRES, M. F. N. História, historiografia e historicidade: tempos históricos, tempo presente. *In: Seminário Nacional de História da Historiografia*, 4., 2010, Mariana. *Caderno de Resumos e Anais... Tempo presente e usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. p. 1-11.

PIRES, M. F. N. Sertões da Bahia nos tempos da escravidão. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 49, p. 331-337, 2014.

PIRES, M. F. N. Travessias a caminho–tráfico interprovincial de escravos, Bahia e São Paulo (1850-1880). *África (s) - Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, Salvador; Alagoinhas, v. 4, n. 8, p. 63-78, 2018.

POLITIS, G. Reflections on contemporary ethnoarchaeology. *Pyrenae*, v. 46, n. 1, p. 41-83, 2015.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POMIAN, K. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. (v. 1: Memória–História)

PRICE, R. Meditação em torno dos usos da narrativa na antropologia contemporânea. *Horizonte Antropológico*, São Paulo, v. 10, n. 21, p. 293-312. 2004.

PRYBYLSKI, M.E.; STOTTMAN, M.J. Reconnecting community. Archaeology and activism at the Portland wharf. In: STOTTMAN, M. J. (ed). *Archaeologists as activists. Can archaeologists change the world?* Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2010, p.126-140.

PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp, 2002a.

PUNTONI, P. O país dos Tapuias: a guerra do Açu. In: *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp, 2002b.

QUEIROZ, L. A. P. *Água fria é no pote do Cariri cearense*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2017.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Space, territory, and territoriality. *Environment and planning D: society and space*, v. 30, n. 1, p. 121-141, 2012.

RAMPINELLI, Giuliano Arns; DA ROSA JUNIOR, Celso Generoso. Análise da geração eólica na matriz brasileira de energia elétrica. *RECEN-Revista Ciências Exatas e Naturais*, v. 14, n. 2, p. 273-302, 2012.

RATNAGAR, S. Archaeology at the heart of a political confrontation. *Current Anthropology*, v. 45, n. 2, p. 239-259, 2004.

REGO, F. C. V. S. Do sabão à pedra de engomar: uma descrição do processo técnico de lavagem e engomagem de roupas à mão em Açu-RN. *Primeiros Estudos*, São Paulo, n. 6, p. 26-43, 2014.

REID, J. J. Formation processes for the practical prehistorian. In: DICKENS JR, R. S.; WARD, H. T. *Structure and process in southeastern archaeology*. Alabama: University of Alabama Press, 1985. p. 11-13

REIS, D. M. Dança do Quilombo: os significados de uma tradição. *Afro-Ásia*, Salvador, n.17, p. 159-171, 1996.

REIS, J. A. *Não pensa muito que dói: um palimpsesto sobre teoria na Arqueologia brasileira*. Tese (Doutorado em História) - Unicamp, Campinas, 2004.

RIBEIRO, L. Empreendimentos econômicos, violação de direitos humanos e o silêncio da arqueologia no Brasil. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 172-186, dez. 2015.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. *Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008.

ROCHA, B. C. *et al.* Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 130-140, 2013.

RODRIGUES, M. F. F. Paisagens, geossímbolos e dimensões da cultura em comunidades quilombolas. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, v. 10, p. 103-121, 2011.

RODRIGUES, P. R. *Energias renováveis: energia eólica*. Livro Digital: Jelare, 2011.

RODRIGUES, B. P. Uma “devassa no sertão”: a instituição escravista no oeste da América portuguesa a partir dos contatos interétnicos entre africanos e indígenas (1718-1795). *Revista Labirinto*, Porto Velho, ano 15, v. 23, p. 65-92, 2015

RODRIGUES, J. E. R.; MIRANDA, M. P. S. *Estudos de direito do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Editora Forum, 2012.

RODRIGUEZ GONZÁLEZ, R. La escala local del desarrollo: definición y aspectos teóricos. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 6-16, nov. 1998.

ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RUBERTONE, P. Engaging monuments, memories, and archaeology. In: RUBERTONE, P. (ed.) *Archaeologies of placemaking: Monuments, memories, and engagement in native North America*. Walnut Creek-CA: Left Coast Press, 2008. p. 13-33.

RUSSO, A. *Livros das Moedas do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Labograf Artes Gráficas, 1987.

SÁ, I. B.; CUNHA, T. J. F.; TAURA, T. A.; DRUMOND, M. A. Mapeamento da desertificação da Região de Desenvolvimento Sertão do São Francisco com base na cobertura vegetal e nas classes de solos. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Recife, v. 8, n. especial, p. 510-524, nov. 2015.

SACRAMENTO, A. J. *Artes e práticas curativas em Caetité - BA (1897-1940)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, 2012

SACK, R. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Editora Companhia das Letras, 2007.

SAMPAIO, C. A. R. Um grande complexo eólico é inaugurado na Bahia. Mas não produz energia porque falta transmissão. *Jornal Expresso*. 10/07/2012. Disponível em: <https://jornaloexpresso.wordpress.com/2012/07/10/um-grande-complexo-eolico-e-inaugurado-na-bahia-mas-nao-produz-energia-porque-falta-transmissao/>
Acessado em: 30 de janeiro de 2019

SAMPAIO, T. *O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80)*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:sampaio-1905-rio>

SAMPAIO, E. V. S. B.; ARAÚJO, M. S. B.; SAMPAIO, Y. S. B. Impactos ambientais da agricultura no processo de desertificação no nordeste do Brasil. *Revista Geografia*, Recife, v. 22, n. 1, p. 90-112, 2005.

SÁNCHEZ, L. E. *Avaliação de impacto ambiental*. 2. ed. 2013, 1. reimpressão. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

SÁNCHEZ, L. E. Por que não avança a avaliação ambiental estratégica no Brasil? *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 167-183, 2017.

SANTANA, N. P. *Família e micro-economia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local), Universidade do Estado da Bahia, campus V, Santo Antonio de Jesus, 2012.

SANTOS, G. A. *Memória, identidade e linguagem: comunidade quilombola do Quenta Sol. (Tremedal-BA)*. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista-BA, 2013

SANTOS, F. L. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, H. G.; *et al.* *Sistema brasileiro de classificação de solos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2013.

SANTOS, H. L. *Caetité, pequenina e ilustre*. 2. ed. Caetité-BA: Tribuna do Sertão, 1995.

SANTOS, H. L. *Caetité pequenina e ilustre*. 2 ed. Brumado: Tribuna do Sertão, 1997.

SANTOS, M. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. O retorno do território. *OSAL - Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, año 6, n. 16, jun. 2005.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de geografia*, n. 54, 1977.

SANTOS, M. *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. *et al.* O papel ativo da Geografia: um manifesto. *In: Encontro Nacional de Geógrafos*, 12., 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: AGB/UFSC, 2000. p. 1-13

SANTOS, M. R. A. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, M. R. A. Os relatos de reconhecimento de Quaresma Delgado. *Varia Historia*, v. 24, n. 40, p. 689-706, 2008.

SANTOS, O. F. Memórias da escravidão e das mestiçagens no sertão da Bahia do século XIX. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2015.

SANTOS, P. H. D. *Cidade e memória: dimensões da vida urbana*. Caetité, 1940-1960. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, P. H. D. *Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetité, 1890-1930. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH-USP, São Paulo, 2014.

SANTOS, P. H. D. Veredas dos sertões da Bahia: economia e sociedade nos relatos de viajantes. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 21, n. 1, 2013.

SANTOS, R. A. *Energia eólica como alternativa de desenvolvimento local: sistemática socioeconômica no município de Caetité-Bahia*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, 2016.

SANTOS, R. A.; ARAUJO, P. S. R. Os parques de energia eólica como vetores de desenvolvimento local. *Bahia Analise & Dados*, Salvador, v. 26, n. 1, p. 221-237, jan./jun. 2016.

SANTOS, S. N. A. *Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, S. N. A. Diáspora Indígena no Sertão das Jacobinas (1673-1706). In: Encontro de Novos Pesquisadores em História, 2., 2010, Salvador-BA. *Anais...* Salvador: UFBA, 2010. p. 13-24.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio; DA SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo Uerj*, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SAHLINS, Marshall David. *Social stratification in Polynesia*. University of Washington Press, 1972.

SAHLINS, Marshall David. *The use and abuse of biology: An anthropological critique of sociobiology*. University of Michigan Press, 1976.

SCHLANGER, S.H. 1992. Recognizing persistent places in Anasazi settlement systems, in Rossignol, J. & Wandsnider, L. (ed.) *Space, time and archaeological landscapes*: 91–112. New York: Springer

SCHIFFER, M. B. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, v. 37, n. 2, p. 156-165, 1972.

SCHIFFER, M. B. Archaeological Context and Systemic Context. In: SCHIFFER, M. B. *Behavioral Archaeology*. First Principles. Foundations of archaeological Inquiry. Salt Lake City: University of Utah Press, 1995. p.25-34

SCHIFFER, M. B. Behavioral archaeology: origins and the four strategies. In: SCHIFFER, M. B. *Behavioral Archaeology*. Principles and Practice. London; Oakville:Equinox Pub., 2010. p.3-8.

SCHIFFER, M. B. Is there a "Pompeii Premise" in archaeology? *Journal of Anthropological Research*, v. 41, n. 1, p. 18-41, 1985.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. The explanation of artifact variability. *American Antiquity*, v. 62, n. 1, p. 27-50, 1997.

SCHIFFER, M. B. Toward a unified science of the cultural past. In: SOUTH, S. (ed.) *Research strategies in historical archaeology*. New York: Academic Press, 1977. p.13-40

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. M. Theory and experiment in the study of technological change. In: SCHIFFER, M. *Behavioral Archaeology*. First Principles. Foundations of archaeological Inquiry. Salt Lake City: University of Utah Press, 1995. p.230-249.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, v. 17, n. 2, p. 11-41, 2006.

SCHWARTZ, S. B. Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. *Estudos Econômico*, São Paulo, v. 17, n. Especial, p. 61-86, 1987.

SEGALOVICH, Raísa Nocetti; WINTER, Anne Caroline. Análise das condições de segurança em usinas eólicas. 2018. TCC (Graduação) – Curso de Engenharia Elétrica, Departamento de Engenharia Elétrica, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SHANKS, M. Postprocessual archaeology and after. In: BENTLEY, R. A.; MASCHNER, H. D. G.; CHIPPINDALE, C. *Handbook of Archaeological Theories*. Lanham: AltaMira Press. 2008. p. 133-144.

SILLIMAN, S. Between the longue durée and the short purée: postcolonial archaeologies of indigenous history in colonial North America. In: OLAND, M.; HART, S. M.; Frink, L. (Ed.). *Decolonizing Indigenous Histories: Exploring Prehistoric/Colonial Transitions in Archaeology*. Tucson: The University of Arizona Press. 2012, p.113-131.

SILLIMAN, S. W.; DRING, K. H. Working on pasts for futures. Eastern Pequot field school archaeology in Connecticut. In: SILLIMAN, S. (ed.). *Collaborating at the trowel's edge*. Teaching and learning in indigenous archaeology. Tucson: The University of Arizona Press. 2008. p.67-87.

SILVA, F. A. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: Um relato sobre a pesquisa no Igarapé Piranhaquara, Terra Indígena Koatinemo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 58, p. 142-173, 2015b.

SILVA, F. A. Arqueologia de Contrato e Povos Indígenas: reflexões sobre o contexto brasileiro. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 187-201, dez. 2015a.

SILVA, F. A. Cultural behaviors of indigenous populations and the formation of the archaeological record in Amazonian dark earths: the Asurini do Xingú case study. In: LEHMANN, J. et al. (ed.) *Amazonian Dark Earths*. Dordrecht: Springer, 2003. p. 373-385

SILVA, F. A. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 8, n. 16, p. 121-139, 2009.

SILVA, F. A. Mito e arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu-Pará. *Horizontes Antropológicos*, ano 8, n. 18, p. 175-187, dez. 2002.

SILVA, F. A. As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, F. A. Território, lugares e memória dos Asurini do Xingu. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 28-41, 2013.

SILVA, F. A.; BESPÁLEZ, E.; STUCHI, F. F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: terra indígena Kuatinemu, rio Xingu, Pará. *Amazônica - Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 32-59, nov. 2011.

SILVA, F. A.; STRUCHI, F. F.; BESPÁLEZ, E.; PONGET, F. C. Arqueologia em terra indígena: uma reflexão teórico-metodológica sobre as experiências de pesquisa na Aldeia Lalima (MS) e na Terra Indígena Kaiabi (MT/PA). In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (org.) *Arqueologia Amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; IPHAN; Secretaria de Estado de Cultura do Pará, 2010. v. 2, p. 776-794.

SILVA, J. C. *Arqueologia no Médio São Francisco*: indígenas, vaqueiros e missionários. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, P. C. Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Seção Gráfica da Escola de A. Artífices da Bahia, n. 58, 1932.

SILVA, R. T. C. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 3., 2007, Florianópolis. *Caderno de Resumo...* São Leopoldo: Oikos, 2007.

SILVA-NEPONOCENO, G. R. Planejamento de Comunicação do Museu do Alto Sertão da Bahia–MASB: A importância da comunicação estratégica nas instituições museológicas. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 20., 2018, Juazeiro-BA. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2018

SILVA-SANTANA, C. C. Sítios em cavernas e abrigos de minério de ferro no sudoeste da Bahia. In: Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 17., 2013, Aracaju. *Caderno de Resumos.... Arqueologia sem Fronteiras. Repensando espaço, tempo e agentes*. SAB, 2013. p. 74-74.

SILVA-SANTANA, C. C.; SILVA, V. C.; SANTANA, H. A. *Projeto arqueológico Pedra do Ferro: Relatório Final de Prospecção e Resgate*. BAMIN/ BIOMOM/ CONSULTARQ/ LAPUNEB. Senhor do Bonfim, 2010.

SILVA-SANTANA, C. C.; SOUZA, M. F. B.; VIEIRA, N. S.; NICOLA, P. A. Zooarqueologia de vertebrados: sítio arqueológico Abrigo do Palmito, Caetité, Bahia. *Revista Clio Arqueológica*, Recife, v. 32, n. 1, p. 68-94, 2017.

SIMAS, Moana Silva. Energia eólica e desenvolvimento sustentável no Brasil: estimativa da geração de empregos por meio de uma matriz insumo-produto ampliada. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SIMAS, Moana; PACCA, Sergio. Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável. *Estudos avançados*, v. 27, n. 77, p. 99-116, 2013.

SINGLETON, T. A. African Diaspora in archaeology. In: OLANIYAN, T.; SWEET, J. (ed.) *The African diaspora and the disciplines*. Bloomington: Indiana University Press, 2010. p. 119-141

SINGLETON, T. A. Cultural interaction and African American identity in plantation archaeology. In: CUSICK, J. G. (org.). *Studies in culture contact: interaction, culture change, and archaeology*. Carbondale: Center for Archaeological Investigations, 1998. p. 172-188

SMITH, A. A violência sexual como uma ferramenta de genocídio. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, 195-230, jan./jun. 2014.

SMITH, L.; WATERTON, E. Heritage, communities and archaeology. A&C Black, 2013.

STRONG, W. D. 1933. The plains culture area in the light of archaeology. *American Anthropologist*, v. 35, n. 2, p. 271-287, 1933.

SOARES, M. Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista. *Tempo*, Niterói, v. 3, n. 6, p. 73-94, dez. 1998. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artq6-6.pdf.

SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOLAR and Wind Energy Resource Assessment (SWERA). *OPENEI*. Disponível em:

[https://openei.org/wiki/Solar_and_Wind_Energy_Resource_Assessment_\(SWERA\)#/?aL=0&bL=groad&cE=0&IR=0&mC=-11.307707707765436%2C-53.30566406249999&zL=4](https://openei.org/wiki/Solar_and_Wind_Energy_Resource_Assessment_(SWERA)#/?aL=0&bL=groad&cE=0&IR=0&mC=-11.307707707765436%2C-53.30566406249999&zL=4) Acessado em 23 de janeiro de 2019.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. *Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental*. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SOUZA, R. A. Morar na caatinga: arqueologia do século XX no semiárido. *Laboratório de Arqueologia Pública - Laboratório Virtual de Arqueologia/UNICAMP*, 2014. Disponível em: <http://www.arqueologiapublicalap.blogspot.com.br/2014/02/morar-na-caatinga-arqueologia-doseculo>

SOUZA, R. A. *Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro*. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2017.

SOUZA, T. R. A Troya Negra de Nina Rodrigues: o Quilombo dos Palmares um espaço do racismo científico. *QUIPUS*, v. 2, n. 2, p. 93-109, 2013.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, C. V. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

STEIL, C. A. Política, etnia e ritual: O Rio das Rãs como remanescente de quilombos. *Revista de Ciências Humanas (CFH/UFSC)*, Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 93-110, 1998.

STEWART, J.H. The direct historical approach in archaeology. *American Anthropologist*, v. 31, p. 491-495, 1942.

STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu, 2018.

SUÁREZ, C. M.; DANS, E. P. Arqueologia de Gestão em Madri: presos pelo modelo de especulação capitalista do território. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 118-138, dez. 2015.

SYMANSKI, L. C. P. Africanos no Mato Grosso: cultura material, identidades e cosmologias. In: AGOSTINI, C. (Org.) *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado* Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 37-58.

SYMANSKI, L. C. P. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 49, p. 159-198, 2014.

SYMANSKI, L. C. P. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 21, n. 2, 2008.

SYMANSKI, L. C. P.; GOMES, F. Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em arqueologia e história. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 293-338, 2013.

SYMANSKI, L. C. P.; ZANETTINI, P. Encontros Culturais e etnogênese: o caso das comunidades afro-brasileiras do vale do Guaporé. *Vestígios: revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 4, n. 2, p. 89-123, 2010.

TARLOW, S. The archaeology of emotion and affect. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, p. 169-85, 2012.

TENDERO, S. *Parques eólicos e impactos socioeconômicos e ambientais na percepção de agricultores em Osório-RS*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnológica em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2013.

TERCIOTE, Ricardo. A energia eólica e o meio ambiente. *Proceedings of the 4th Encontro de Energia no Meio Rural*, 2002.

THACKER, P.T. Local raw material exploitation and prehistoric hunter-gatherer mobility. In: SELLET, F.; GRAVES, R.; YU, P. I. (Ed.). *Archaeology and Ethnoarchaeology of Mobility*. Gainesville: University Press of Florida, 2006. p. 240-261.

THOMAS, J. Archaeologies of place and landscape. In: HODDER, I. *Archaeological theory today*. Cambridge: Polity Press, 2001. p. 165-186.

THOMPSON, P. *História oral: a voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. Tradução Andréa Zhouri e Lígia Maria Leite Pereira. *História Oral*, v. 5, p. 9-28, 2002.

TILLEY, C. Y. *A phenomenology of landscape: places, paths, and monuments*. Oxford: Berg, 1994.

TILLEY, C. Materiality in materials. *Archaeological dialogues*, v. 14, n. 1, p. 16-20, 2007.

TILLEY, C. Y. *The materiality of stone: explorations in landscape phenomenology*. Oxford; New York: Berg, 2004.

TOMASELLA, J.; RODRIGUEZ, D. A.; CUARTAS, L. A.; FERREIRA, M.; FERREIRA, J. C.; FERREIRA, J. C.; MARENGO, J. *Estudo de impacto das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos superficiais e sobre os níveis dos aquíferos na Bacia do Rio Tocantins*. Cachoeira Paulista: CCST/INPE, 2009.

TRAD, L. A. B. Trabalho de campo, narrativa e produção de conhecimento na pesquisa etnográfica contemporânea: subsídios ao campo da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 627-633, mar. 2012.

TUAN, Y. F. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. *Geograficidade*, v. 1, n. 1, p. 4-15, inverno 2011.

TUAN, Y. F. *Geografia humanística*. Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982. p.143-164.

TUAN, Y. F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012

TUAN, Y. F. *Space and Place: the perspective of experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

TURATTI, M. C. M.; SCHIMDT, A.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, ano 5, p. 45-48, 2002.

URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Ponto Urbe. *Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, [online], n. 11, 2012. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/300>

RIZVI, U. Z. Accounting for multiple desires: Decolonizing methodologies, archaeology, and the public interest. *India Review*, v. 5, n. 3-4, p. 394-416, 2006.

VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VAINFAS, R.; SOUZA, M. D. M. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. *Revista Tempo*, Niterói, v. 3, n. 6, p. 95-118, dez. 1998.

VERDUM, R.; MEDEIROS, R. (Org). *Relatório de impacto ambiental: legislação, elaboração e resultados*. 5. ed. rev. ampl. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

VIANNA, C. M.; RIBEIRO, M. S. Sobre pessoas e coisas: entrevista com Daniel Miller. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 415-439, jan. 2009.

VIEIRA, N. S. *A zooarqueologia de vertebrados do sítio arqueológico do Abrigo do Palmito, Caetité – Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde e Biológicas) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Donato, 2017.

VIEIRA, S. A. O astro do tempo e o fim da era: a crise ecológica e a arte de assuntar entre os quilombolas do Alto Sertão da Bahia. *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*, Campinas, ano 2, n. 3, p. 16-33, ago. de 2015b.

VIEIRA, S. A. *Resistência e pirraça na malhada: cosmopolíticas quilombolas no Alto Sertão de Caetité*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015a.

VILLAGRÁN, X. S. Análise de arqueofácies na camada preta do sambaqui Jabuticabeira II. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VILAS BOAS, J. H. (Org.). Projeto RADAMBRASIL. *Sítio Eletrônico dos Antigos Funcionários do Projeto RADAMBRASIL*. Rio de Janeiro, 1998-2012.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas caníbales: líneas de antropología posestructural*. Madrid: Katz Editores, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 2, n. 1, p. 3-22, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, out. 1996.

URSAIA, Guilherme Crippa et al. O quadro político e institucional do setor energético brasileiro. *Unisul de Fato e de Direito: revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina*, v. 2, n. 4, p. 27-56, 2012.

WATERTON, E. Whose sense of place? Reconciling archaeological perspectives with community values: cultural landscapes in England. *International Journal of Heritage Studies*, v. 11, n. 4, p. 309-325, 2005.

WATSON, P. J. Processualism and after. In: BENTLEY, R. A.; MASCHNER, H. D. G.; CHIPPINDALE, C. *Handbook of Archaeological Theories*. Lanham: AltaMira Press. 2008. p. 29-38.

WEDEL, W. The direct-historical approach in Pawnee archaeology. *Smithsonian Miscellaneous Collections*, v. 97, n. 7, p. 1-21, 1938.

WEY, C. Chasseurs de plantes, botanistes et naturalistes luxembourgeois au Brésil (XVIIe - XXe siècles). *Bulletin de la Société des Naturalistes Luxembourgeois*, n. 115, p. 11-78, 2014.

WEY, C. L'émigration luxembourgeoise vers l'Argentine. Du phénomène migratoire à caractère limité à l'éphémère flux migratoire de masse. *Migrance*, v. 20, n. 1, p. 28-49, 2002.

WEY, C. Luxembourg immigrants and their descendants in Argentina, 1880-1940. *AEMI Journal*, v. 2, p. 143-150, 2004.

WEY, C. Luxembourgers in Latin America and the permanent threat of failure. return migration in the social context of a european micro-society. *AEMI Journal*, v. 1, p. 94-105, 2003.

WHITRIDGE, P. Fractal worlds: an archaeology of nested spatial scales. *ARCTIC*, v. 69, n. 5, p. 1-10, 2016.

WHITRIDGE, P. Landscapes, houses, bodies, things: "place" and the archaeology of Inuit imaginaries. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 11, n. 2, p. 213-250, jun. 2004.

WITTMANN, M. A. S. *Entre cientistas, burocracias e uma coisa chamada patrimônio: uma etnografia da prática arqueológica no licenciamento ambiental*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

WOBST, H. M. The archaeo-ethnology of Hunter-gatherers or the tyranny of the ethnographic record in archaeology. *American Antiquity*, v. 43, n. 2, p. 303-309, abril 1978.

WYLIE, A. The reaction against analogy. In: SCHIFFER, M. B. (ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*. New York: Academic Press, 1985. v. 8, p. 63-111

YARROW, T. Not Knowing as knowledge: asymmetry between archaeology and anthropology. In: D. GARROW, D.; YARROW, T. (ed.). *Archaeology & Anthropology: Understanding similarity, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books, 2010. p. 13-27.

ZAMBRANO, C. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 21, n. 1, p. 9-49, jan./jul. 2001.

ZANETTINI, P. E. *Arqueologia Histórica de Canudos: Estudos Preliminares*. Salvador: UNEB, 1996.

ZANETTINI, P. E. *Arqueologia e reconstituição monumental do Parque Estadual de Canudos*. Salvador: UNEB; CEEC, 2002.

ZANETTINI, P. E. Arqueologia na Caatinga: arqueologia de Canudos, em Canudos ou para Canudos?. *ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. 10/09/2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/arqueologia/arq19.shtml>

ZANETTINI, P. E. Pesquisa Arqueológica no Museu da Energia. *Revista Memória*, Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo (FPHESP), São Paulo, n. 26, p.52-61, jan./ago. de 1999.

ZANETTINI, P. E. Pequeno roteiro para a classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. *Arqueologia*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 117-130, 1986.

ZANETTINI, P. E. Projetar o futuro para a arqueologia brasileira: desafio de todos. *Revista de Arqueología Americana*, n. 27, p. 71-84, 2009.

ZANETTINI, P.; MORAES WICHES, C. A. Arqueologia Preventiva e o Ensino de Arqueologia no Brasil. *Habitus*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 239-256, dez. 2014.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Avaliação Arqueológica Rápida/ AAR (Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo)*. Parque Eólico Caetité - Município de Caetité e Igaporã, Estado da Bahia, 2008.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Avaliação Arqueológica Rápida/ AAR (Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo)*. Parque Eólico Caetité - Município de Caetité e Igaporã, Estado da Bahia, 2009.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico*. Parque Eólico Renova Energia (LER 2009). Municípios de Caetité, Igaporã e Guanambi, Estado da Bahia, Relatório Final das Ações 2010, Julho de 2011.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Educação Patrimonial Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico Parque Eólico Renova Energia (LER 2009)*. Municípios de Caetité, Igaporã e Guanambi, Estado da Bahia. Relatório Final, Abril de 2012a.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Parques Eólicos Renova Energia (LER 2010 e LER 2011)*. Municípios de Caetité, Igaporã, Guanambi e Pindaí, Estado da Bahia. Relatório de Diagnóstico, Julho de 2012b.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Levantamento do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural (Fase de diagnóstico). Parques Eólicos da Renova Energia – 2012*. Municípios de Urandi, Licínio de Almeida, Pindaí, Caetité, Guanambi e Igaporã, Estado da Bahia, Relatório Final, Dezembro de 2012c.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Parques Eólicos Renova Energia (LER 2010 e LER 2011)*. Municípios de Caetité, Igaporã, Guanambi e Pindaí, Estado da Bahia. Relatório Final de Prospecção, no prelo. 2013a

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Parques Eólicos Renova Energia (LER 2010 e LER 2011) Complexo Eólico Alto Sertão II*. Municípios de Caetité, Igaporã, Guanambi, Licínio de Almeida e Pindaí, Estado da Bahia. Levantamento Preliminar das Referências Culturais, Junho de 2013b.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Plano Museológico do MASB*. Volume I. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2013c.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Plano Museológico do MASB*. Volume V. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2013d.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Prospeção Arqueológica Parques Eólicos da Renova Energia (LEILÃO 2013)*. Municípios de Caetité, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandi, Estado da Bahia. Relatório Final, Maio de 2014a.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Educação Patrimonial do Complexo Eólico Alto Sertão II*. Municípios de Caetité, Igaporã, Guanambi, Licínio de Almeida e Pindaí, Estado da Bahia. Relatório Final, São Paulo, 2014b.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial Parques Eólicos da Renova Energia LEILÃO 2013 (Complexo Eólico Alto Sertão III)*. Municípios de Caetité, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandi, Estado da Bahia. Áreas 5 e 15-16 – Etapa de Resgate Arqueológico. Relatório Final, Agosto de 2017.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Parques Eólicos Renova Energia (LER 2010 e LER 2011)*. Complexo Eólico Alto Sertão II. Municípios de Caetité, Igaporã, Guanambi, Licínio de Almeida e Pindaí; Estado da Bahia. Etapa de Resgate e Monitoramento Arqueológico, Relatório Final: junho de 2018a.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial Parques Eólicos da Renova Energia LEILÃO 2013 (Complexo Eólico Alto Sertão III)*. Municípios de Caetité, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandi, Estado da Bahia. Área 11-1 – Etapa de Resgate Arqueológico. Relatório Final, Maio de 2018b.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial Parques Eólicos da Renova Energia LEILÃO 2013 (Complexo Eólico Alto Sertão III)*. Municípios de Caetité, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandi, Estado da Bahia. Áreas 7 e 11-2 – Etapa de Resgate Arqueológico. Relatório Final, Maio de 2018c.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Diálogos sobre o patrimônio cultural de Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandi*. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2018d.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial Parques Eólicos da Renova Energia LEILÃO 2013 (Complexo Eólico Alto Sertão III)*. Municípios de Caetité, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandi, Estado da Bahia. Área 8-12 – Etapa de Resgate Arqueológico. Relatório Final, Maio de 2019.

ZARANKIN, A.; PELLINI, J. R. Arqueologia e companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 44-60, 2012

ZEDEÑO, M. N. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from puebloan southwest. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 4, n. 1, p. 63-103, mar.1997.

ZEDEÑO, M. N. On what people make of places: a behavioral cartography. In: SCHIFFER, M. B. (ed.) *Social Theory in Archaeology*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2000. p. 97-111

ZEDEÑO, M. N. The archaeology of territory and territoriality. In: DAVID, B.; Thomas, J. (Ed.) *The Handbook of Landscape Archaeology*, California: Left Coast Press; Walnut Creek, 2008. p. 210-217.

ZEDEÑO, M. N.; BOWSER, B. J. The archaeology of meaningful places. In: BOWSER, B. J.; ZEDEÑO, M. N. (Ed.) *The archaeology of meaningful places*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2009. p. 1-14

ZORZIN, N. Arqueologia Distópica: a implementação da lógica do capital na gestão do patrimônio. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 97-117, dez. 2015.

ANEXOS

Anexo I

Mapa dos Territórios de Identidade – Estado Bahia - 2017

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

ESTADO DA BAHIA

2017

Territórios de Identidade (Nº de municípios)	
01 - Irecê (20)	15 - Baía da Jacuipé (15)
02 - Velho Chico (16)	16 - Piemonte da Diamantina (09)
03 - Chapada Diamantina (24)	17 - Semiárido Nordeste II (18)
04 - Sisal (20)	18 - Litoral Norte e Agreste Baiano (20)
05 - Litoral Sul (26)	19 - Portal do Sertão (17)
06 - Baixo Sul (15)	20 - Sudoeste Baiano (24)
07 - Extremo Sul (13)	21 - Recôncavo (19)
08 - Médio Sudoeste da Bahia (13)	22 - Médio Rio de Contas (16)
09 - Vale do Jiquiriçá (20)	23 - Baía do Rio Corrente (11)
10 - Sertão do São Francisco (10)	24 - Itaparica (06)
11 - Baía do Rio Grande (14)	25 - Piemonte Norte do Itapicuru (09)
12 - Baía do Paramirim (08)	26 - Metropolitano de Salvador (13)
13 - Sertão Produtivo (20)	27 - Costa do Descobrimento (08)
14 - Piemonte do Paraguaçu (13)	

Cidade	●
Outras Localidades	○
Limite Intermunicipal	—
Limite Interestadual	— · —
Limite Território de Identidade	—
Rodovia	—
Elementos Hidrográficos	
Curso d'água permanente	—
Curso d'água intermitente	- - -
Massa d'água	—

Escala: 1:2.250.000
22,5 11,25 0 22,5 45 67,5 90 km
Projeção: POLICÔNICA
Meridiano de referência: 42°W; Gr.
Paralelo de referência: 13°30' S.
Datum Horizontal: SIRGAS 2000

FONTE: Lei nº 13.468 de 29 de dezembro de 2015. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019. Divisão política dos Territórios de Identidade do estado da Bahia. SEI, Versão - 26 de Dezembro de 2017.

NOTA: Os limites intermunicipais do estado da Bahia estão em processo de atualização de acordo com a Lei 12.057 de 11 de janeiro de 2011. Mapa elaborado pela Diretoria de Informações Geomercantis no mês de Fevereiro de 2018. Agradecemos a comunicação de falhas e/ou omissões verificadas neste mapa.

Anexo II

Diário do Rio de Janeiro, 4.1.1863, Edição 4, Página 1

POR ANNO.	240000
POR SEMESTRE.	120000
POR TRIMESTRE.	80000

Os artigos ou correspondências serão recebidos neste jornal, uma vez que sejam escriptos com a necessaria decencia e escoimados de injurias e insultos a quem quer que for. Admitte-se o anonymo no que pertencer a politica, administração, sciencia e artes, defesa ou censura ao governo e autoridades. Nas questões puramente pessoais, e que não respeitem ao uso de attribuições publicas, só se aceitarão o que vier com o nome do respectivo autor, e tudo competentemente legalizado.

As assignaturas podem começar em qualquer dia, mas acabam sempre em Março, Junho, Setembro ou Dezembro.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO.

RIO, 4 DE JANEIRO DE 1863.

Ao presidente da commissão directora da Praça do Commercio foi dirigido hontem, pelo ministerio dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas, o seguinte officio:

Noticiando o telegrapho do morro do Castello ter sido apressado hontem, ás duas horas e meia da tarde, um patacho nacional que se dirigia a este porto, por um dos vapores de guerra da marinha ingleza; referindo os jornaes desta manhã a captura de um summa na altura de Cabo Frio, cumpre que V. Ex., pelos meios a seu alcance, proceda ás necessárias investigações, não só para verificar a verdade desses factos, como tambem, no caso de serem exactos, informar o nome dos navios capturados, seus donos e consignatarios, natureza e importância do respectivo carregamento, porções de sua propriedade, circunstancias que precederam á captura, lugar em que esta se effectuou, e tudo mais quanto seja preciso para habilitar o governo imperial a promover a indemnização devida aos respectivos interessados.—A S. Ex. o Sr. José Joaquim de Lira e Silva Sobrinho.—Deus guarde a V. Ex.—João Lins Vieira Cansação de S. M. N.º.

O Sr. presidente da commissão respondeu o seguinte:

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presentado á commissão da praça do commercio, o officio que V. Ex. dirigio ao seu presidente, para entrar em indagações a respeito da captura de navios com a bandeira nacional; cumprindo á mesma commissão responder que vai já cuidar em verificar a veracidade de tais factos para communicar a V. Ex.

Deus guarde a V. Ex.—Sala das sessões da commissão da praça do commercio, 3 de Janeiro de 1863.—José Joaquim de Lira e Silva.

Depois do estado lamentavel a que chegou a questão; depois da digna e peremptoria rejeição do ultimatum do ministro inglez; depois de se traduzirem as ameaças em factos attentatorios da nossa soberania e do nosso direito não sabemos que solução digna possa ter o conflicto a não ser aquella que logicamente se infero do proceder até aqui seguido pelo nosso governo, e que esperamos seja continuado.

Não somos suspeitos em tal causa. Para nós a dignidade do Brasil está antes de tudo; a honra da nossa bandeira vale mais para nós do que todos os interesses politicos que se possam ligar a uma qualquer situação.

O que queremos é que através de todas as difficuldades, através de todos os sacrificios fique inteira e respeitada a honra do paiz.

Do enthuasmo e da alicença politica á causa nacional não injusta e violentamente agredida por um ministro estrangeiro, pôde já o ministerio convencer-se pela patriotica e decidida coadjuvação moral que lhe prestou e lhe presta ainda neste momento—toda a população da corte, todo o paiz seguramente.

Applaudindo a attitude assumida pelo governo, em face desta emergencia complicada, não disfarçamos que nos foi agradável a maneira moderada e sãda por que o ministerio entendeu dever sustentar o pleito no terreno de discussão.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

O que o governo não quiz de modo algum reconhecer foi o principio estabelecido pela responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

O que o governo não quiz de modo algum reconhecer foi o principio estabelecido pela responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

O que o governo não quiz de modo algum reconhecer foi o principio estabelecido pela responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

O que o governo não quiz de modo algum reconhecer foi o principio estabelecido pela responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

O que o governo não quiz de modo algum reconhecer foi o principio estabelecido pela responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

O que o governo não quiz de modo algum reconhecer foi o principio estabelecido pela responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

O que o governo não quiz de modo algum reconhecer foi o principio estabelecido pela responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

O que o governo não quiz de modo algum reconhecer foi o principio estabelecido pela responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

O que o governo não quiz de modo algum reconhecer foi o principio estabelecido pela responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

O que o governo não quiz de modo algum reconhecer foi o principio estabelecido pela responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

O que o governo não quiz de modo algum reconhecer foi o principio estabelecido pela responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade, por uma naufragante da responsabilidade.

O que o governo repellio foi a maneira indecorosa para o paiz porque o Sr. Christie entendeu dever fazer exigências absurdas.

em favor do candidato inglez. Melhor inspiradas andam essas populações do que as outras.

No dia 6 de Dezembro tinham principiado as eleições, em virtude de uma modificação publicada na vespera, o novo soberano por ser eleito directamente pelo povo, por meio do suffragio universal, e não por uma assembleia nacional. Apesar da recusa tardia e calculada da Inglaterra, era provavel a eleição do principe Alfredo.

Os outros candidatos são o duque de Nassau, (Nicola), nascido em 1832, irmão do principe reinante no ducado; é protestante; o archiduque Maximiliano pouco disposto a aceitar; o duque d'Aosta, filho do rei do Italia e que caso fuisse eleito, casaria com uma princeza russa; os principes de Baviera, teimosos candidatos a um throno fatal para a sua familia; o principe Ypsilanti, que, vendo a declaração do governo inglez, se apresentou outra vez.

Fallava-se muito de um novo candidato, que reuniria talvez o apoio das principaes potencias europeas é o duque de Dalecarlie, o irmão mais moço do rei da Suecia; nasceu em 1831.

Entretanto a eleição de Alfredo era quasi certa. A formal recusa da Inglaterra ha de dar lugar a perturbações naquella infeliz terra, onde as intrigas das potencias estrangeiras, hão de exacerbá-las ainda mais os partidos politicos. Os primeiros 2,500 votos depositados na urna, em Athenas, sem excepção de urna, tinham o nome de Alfredo, rei dos hellenos.

A Inglaterra porém com quanto renuncia a assentar um principe inglez no throno hellenico, está tomando providencias para o rei que sahir eleito seja dedicado aos interesses da Gran-Bretanha, já pelas intrigas dos agentes inglezes, um club em Athenas tinha declarado, depois de conhecida a resolução do governo inglez, que, no caso de Alfredo não aceitar a oferta, votar-se-hia em favor do lord Stanley, filho de lord Derby. Não seria para admirar que, nas segundas eleições, tão singular candidatura triumphasse. O novo candidato agradara pouco á França e á Russia; lord Stanley, rei dos gregos, não passaria de um pretexto da Inglaterra, que, mais do que nunca, firmaria a sua preponderancia na Oriente.

Não é um rei que a Italia está pedindo, como a Grecia ou as rãs da fabula, é um ministerio; pois, Rattazzi deixou o lugar vazio; demittiu-se no dia 30 de Novembro, sem esperar pelo voto da camera.

Entre as listas que circularam em Turim, para o novo gabinete, a mais acreditada era esta:

Passoliti, presidente do conselho e ministro dos negocios estrangeiros (já da Emilia); Minghetti, fazenda (Emilia); Manna, commercio (Napoli); Menabrea, obras publicas (Saboya); Pettit, ou de la Rovere, guerra (piemonte); Ricci, marinha, (genovez); Amari, instrução publica, (siciliano); Assolani, justiça, (piemonte); Peruzzi, interior, (toscano).

O parlamento fôr adiado até á formação definitiva do novo gabinete; será convocado para votar o orçamento e um emprestimo de 500 milhões; acreditava-se que depois seria dissolvido.

M. de Salgues, embaixador do França em Turim, foi recebido em audiência solemne por Victor Emmanuel. Nessa occasião manifestou sentimentos de amizade do imperador russo ao rei e a Italia.

Garibaldi melhorava promptamente.

Continuavam as provincias napolitanas assoladas pelos bandidos, crescendo as idéas de opposição contra o Piemonte. São numerosas as intrigas dos Murats e dos Bourbons.

O novo embaixador de França em Roma, o principe de La Tour d'Auvergne, tinha partido para Roma no dia 6 de Dezembro; eram muito cordias as relações do papa e do imperador.

Inaugurou-se a estrada de ferro de Roma para Caprano e de Caprano para Napoles, ficando assim unidas Napoles e Roma; exige o governo pontificio que todos os viajantes andem munidos de uma licença dada pela policia, e annual.

De França, poucas noticias ha. O imperador inaugurou no dia 7 de Dezembro o boulevard do principe Eugenio, a imperatriz e o principe imperial assistiram á cerimonia.

Nessa occasião o imperador dirigio ao prefeito do Sena e á commissão municipal de Paris o discurso seguinte, cujo alcance não escapará a ninguém:

Quiz eu presidir á inauguração deste novo boulevard para agradecer a vossa dedicação aos interesses desta grande cidade.

Transformar a capital tornando-a mais vasta e mais bella, não é só edificar mais casas do que as que se abatem, fornecer trabalho a uma multidão de industrias diversas; é tambem introduzir por todas as partes os hábitos de ordem e de amor para o bello.

Estas ruas esparçadas, estas casas architecturadas, esses jardins abertos para todos, estes monumentos artisticos, augmentando o bem-estar, vão aperfeiçoando o gosto. E quando se pensa que ao lado destas obras grandiosas vós desenvolveis tambem a assistencia publica, multiplicais os edificios destinados á religião e á educação, deve-vos infinita gratidão por tantas conquistas, cujas despesas não comprometem a situação prospera das finanças da cidade.

Já o sabeis, a minha constante preocupação é procurar os meios de remediar a falta momentanea do trabalho, e de dar o maior bem-estar possível ás classes laboriosas. A questão da alimentação publica foi ainda ultimamente o objecto da minha particular attenção.

A ultima discussão do conselho de estado ha de introduzir algumas reformas uteis no fabrico do pão. Fico por todas as partes a conservar, com algumas modificações, o sistema de compensação e a estabelecer, conforme as localidades que uma taxa official do pão que uma taxa official.

Tinha tambem a peito agradecer-vos o

concurso que fardes prestado a uma obra devida á iniciativa da imperatriz, (que facilitando capitais aos obreiros honrados e laboriosos, ha de fazer mui to o proverbio: *Só se emprega aos ricos*.—Se, como o espero, essa instituição se desenvolver, é consolador pensar que a boa reputação é uma propriedade verdadeira que offerece vantagens e garantias.

As obras da paz são tanto mais preciosas quanto ellas comemoram as gloriosas paginas da nossa historia. Por isso quiz eu que o novo boulevard que atravessa um dos bairros mais industrioses tivesse o nome do principe Eugenio, official de ordenação do general Hoche aos 14 annos, um dos heróis da retirada da Russia e que, antes de abandonar a França e o imperador, recusou a corôa da França que lhe offereciam os soberanos aliados.

Não posso dizer quanto me sensibilizou o movimento espontaneo da população que deu o nome de minha mãe a um dos boulevards vizinhos; porém não posso aceitar tal designação. Os nomes que devem ser inscriptos no marmore não podem ter exclusividade de minha familia; pertence a todos os que prestaram serviços ao paiz. A nova via de communicação que substitui hoje o canal de S. Martinho ha de chamar-se daqui em diante—*Boulevard de Richard Leoni*.

Posso que já existe uma pequena rua com o nome de Richard Leoni, eu deo-lhe o nome de grande luz o nome de *avenue*, que simples obreiro do bairro de *Santo-Antonio*, tornou-se um dos primeiros manufacturheiros da França, que o imperador celebrou com sua medalha e com a honra de *chevalier* da *legião de honra*. Não peles immensos progressos que a industria ha de fazer, e a honra de *chevalier* da *legião de honra*. Não peles immensos progressos que a industria ha de fazer, e a honra de *chevalier* da *legião de honra*.

Tal auguração passou sem novidade apesar dos boatos que tinham corrido; havia muito povo, muito mais soldados e pouco enthuasmo.

No dia 1º de Dezembro a rainha de Hespanha abriu a sessão das cortes, pronunciando naquella occasião um discurso, cujos topicos importantes, relativos ás questões politicas do momento, são estes:

Espero que as difficuldades e o descontentamento que succederam entre os plenipotenciarios aliados no Mexico, e que tiveram em resultado a não execução do tratado de Londres, hão de terminar de um modo satisfactorio. Os obstaculos imprevistos que se levantaram naquella occasião não tem alterado a minha vontade de levar á execução o tratado, e de realizar o pensamento que lhe serve de base.

O governo ha de vos submeter as communicações relativas nos graves acontecimentos de Cuba. Eu tenho a confiança que elles não hão de alterar as boas relações que existem entre meu governo e o dos Estados-Unidos da America.

Em Inglaterra a miseria crescia espantosamente nos districts aldozeiros preocupando a attenção publica; a beneficencia particular fazia prodigios; até agora porém o governo não julgava necessaria a sua intervenção directa.

Morreu em Londres o exilado francez *Simo Bernard* que se tornou tão celebre pela sua abolição pelo jury inglez como cunplix de Orsini.

O conflicto de Antuerpia não teve conseqüencias; as eleições municipales foram hostis ao ministerio, e a população esperava ainda obter a modificação ao projecto das fortificações.

Acreditava-se que o governo prussiano convocaria as camaras antes do fim de 1862 para lhes apresentar em tempo conveniente o orçamento.

Burnside tinha tomado o commando do exercito de Potomac, do qual Mac-Clellan despidio-se com a seguinte proclamação:

Officias e soldados do exercito do Potomac! Uma ordem do presidente transfere ao general Burnside o mando do exercito. Não posso deixar-vos sem vos explicar a affeição e o reconhecimento que vos voto. Fui eu que formei o vosso exercito; nunca achei em vós frialdade nem desconfiança.

As batalhas que destes sóz minhas ordens hão de occupar uma nobre pagina na historia do nosso paiz e gloria que vos conquistastes, as fadigas e perigos affrontados em commun, os tumultos dos nossos companheiros mortos nos combates e pela enfermidade, os padecimentos daquelles que a doença e as feridas desamaram; todos esses laços, os mais estreitos que possam existir entre homens, nos unem para sempre. Serei sempre o vosso companheiro para defender a constituição do nosso paiz e a nossa nacionalidade.—*Mac-Clellan*.

Por sua parte, Burnside dirigio aos soldados a seguinte ordem do dia:

Corfome a ordem geral n.º 182, emitida pelo presidente dos Estados-Unidos, tomo, desde hoje, o commando do exercito do Potomac. Meu patrio—*Mac-Clellan* é a minha energia, auxilio e apoio.

Trido sido companheiro das fadigas, e testemunha da bravura do antigo exercito de Potomac no Maryland, o sentimento de estima e de respeito para com o general Mac-Clellan, sentimento nascido de longas e intimas relações com elle não levam a crer que eu não serei considerado como um estranho neste momento.

Do 9º corpo, que por tanto tempo foi meu companheiro, nada tenho que dizer; a nossa historia é a mesma.

Com certa desconfiança de mim proprio porém com inteira confiança na inalteravel fidelidade e na resolução do exercito, oncoito este commando com a profunda convicção de que a causa da justiça ha de triumphar.—*Burnside*.

O novo general dividio o seu exercito em tres corpos commandados por Sumner, Franklin e Hosker, estando a reserva ás ordens de Sigel.

Tomou Burnside por base de operações Agua-Creek; o seu plano é marchar contra Richmond pela estrada de ferro de Fredericksburg. E' quasi o antigo plano de Mac-Clellan, com a modificação que desta vez Richmond ha de ser agredida pelo lado do norte, o que permitirá aos federaes defender Washington no mesmo tempo. Já 20 de Novembro apresentouse Sumner diante de Fredericksburg que não quiz abrir as portas; uma batalha estava imminente entre Sumner e Longstreet acampado do outro lado daquella cidade.

O exercito confederado já não era commandado por Lee, porém por Joe Johnston; Lee estava em Richmond; o resto do exercito confederado ficava em Manassas Gap. O general Stenewall Jackson occupava ainda o valle de Shenandoah.

Partido democratico, forte com a sua recente victoria nas eleições, intrigava com Richmond; já tinha offerecido bases de transacção, que tinham sido repellidos. Entretanto o sul estava em sérios apuros financeiros.

Os negociantes de New-York, em um meeting, atacaram com muita vehemencia a Inglaterra por deixar ella construir e armar nos seus portos corsarios como o *Alabama*.

O almirante francez Reynaud estava em frente a New-Orleans com os navios *Catima*, *Benavide* e *Guerrero*, para prestar em caso de necessidade auxilio aos francezes, que já soffriam em seus interesses; o general Butler foi a bordo cumprimentar o official francez, e eram boas as relações entre ambos.

Haviam noticias do Mexico até 31 de Outubro.

Chegou o general Forey a Orizaba no dia 25 de Outubro com o general o Mirandol, seu estado-maior e 20º batalhão de caçadores. Lorenzetti tinha-lhe entregue o commando do exercito e estava para voltar á França. Os habitantes notaveis de Orizaba tinham offerecido a Forey um banquete no qual o general pronunciou um discurso, procurando acalmar as susceptibilidades mexicanas.

Forey tinha dividido o exercito em dois corpos nas duas estradas que conduzem para Puebla. O general de Berthier, tomando o caminho de Jalapa, tinha chegado a *Puente Nacional*, posição importante que não foi defendida nem destruida pelos mexicanos.

Os caminhos estavam tão ruins por causa das chuvas, que a brigada de Berthier percorreu somente 10 leguas em sete dias; não tinha encontrado nem um soldado mexicano, nem um habitante; as aldeias tinham sido abandonadas, fugindo o povo para os bosques e levando tudo; parece pois que a tactica dos mexicanos é transformar em deserto os lugares por onde passar o exercito francez.

Desappareceu a febre amarella, e era bom o estado sanitario do corpo expedicionario. Os consules estrangeiros todos, com excepção do consul inglez Wycke, tinham protestado contra a expulsão de Jecker e de 10 residentes francezes, desterrados por ordem do presidente Juarez.

Den-se no Japão um conflicto entre os consules europeos e as autoridades do paiz por motivo do attentado commettido contra europeos, attentado cujos detalhes são hoje conhecidos.

No dia 15 de Setembro tres inglezes e uma senhora, de passeio perto da corte, encontraram na aldea de Kanagawa, a escolta de um principe, governador de provincia, que ia visitar Taikoun (imperador militar do Japão). Assistido, o cavallo da senhora enfureceu-se, e precipitou-se sobre a cadeirinha do illustre peregrino, o qual, considerando aquelle acaso como um insulto, mandou que os seus soldados lhe levassem a cabeça da mulher barbara (sic).

Os inglezes puzeram-se de permeio para proteger sua companheira. Um delles, sir Richardson, moço de fortuna que viajava por gosto, foi morto pelos japonezes, e outro gravemente ferido.

Sabendo daquella attentado o commandante da corveta franceza *Dupleix* mandou logo as suas embarcações em soccorro das victimas; os marinheiros francezes affilaram a escolta e recolheram a bordo a senhora, e os inglezes, e bem assim o cadaver do infeliz Richardson.

A colonia europeia estava consternada, e a piedade vingança; o almirante inglez Cooper chegou 2 dias depois com a fragata ingleza *Evangelin* e uma canhoneira. Os consules estrangeiros e os commandantes dos navios de guerra francezes, inglezes, holandezes e russos, reunidos em conselho a bordo da fragata inglesa, acordaram que, sendo common o perigo, as forças navaes combinadas deviam fazer uma demonstração contra a capital para exigir uma reparação solemne, e bem assim garantias de segurança para os residentes estrangeiros.

A 22 de Setembro, á partida do correo, as esquadras aliadas estavam desfalcando as velas para ir fundear em frente de Jeddo.

A minuciosa carta do nosso correspondente de Lisboa resume os principaes acontecimentos de Portugal.

A ultima data receberam-se em Lisboa os seguintes telegrammas:

Madrid, 11, ás 12 horas e 20 minutos da manhã.

Nova York, 32.

O sentimento publico manifesta-se hostil á Inglaterra. Em um meeting democratico os oradores pedem guerra vigorosa contra o Sul, e esperam que os estados do Sul e do Norte tornados amigos, declararão guerra á Inglaterra. Wilkes fez demonstrações contra Nassau, possessão inglesa.

O opinio geral que deve cessar a intervenção franceza no Mexico.

Consta que o gabinete de Turim ficou assim constituído:

Conde de Casati, presidente e ministro dos negocios estrangeiros;

Peruzzi, interior;

Minghetti, fazenda;

Ricci, marinha, graça e justiça;

Menabrea, obras publicas;

De la Rovere, guerra;

Ricci, marinha;

Faltava nomear os ministros da instrução publica e do commercio e agricultura. Indagittavam-se para estas pastas os Srs. Amari e Manna.

Foi quasi certo que Farini entrará na nova combinação ministerial.

Está a expirar Horacio Vernet. O imperador escreveu-lhe enviando-lhe a gran-cruz da Legião de Honra.

Paris, 10 de Dezembro.—Grande agitação em Napoles. Cantou-se o hymno de Garibaldi nos theatros e nos cafés.

Ha muito tempo que os ecos do mundo litterario não reproduziam a voz sempre magistosa do grande prosador e poeta portuguez Alexandre Herculano.

Por mais sensivel que fosse esse silencio, cumpria ao mundo respeitar os motivos intimos que compelliam esse grande espirito a retrahir-se á sombra e á mudez.

Um incidente particular veio dar occasião a que elle quebrasse o silencio que se havia imposto, e temos hoje o prazer de transcrever a carta em que explica as razões que teve e tem para recusar condecorações nobiliarias.

Como se pôde ver, é um modelo de dignidade e de atticismo, que ainda mais realçam as nobres qualidades desse coração tão elevado, como o talento de que tantas provas são conhecidas.

Meu amigo,—Pego-lhe o favor de mandar publico o seguinte no *Jornal do Commercio*:

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo. A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

A reforma da ordem de Santiago tem fardado discussões á imprensa em que o meu nome, dizem, tem figurado. Não houve nunca motivo aquipar a ser o meu longo silencio que tenho guardado, que espero cessar logo.

Anexo III

Planilha de Evidências Cadastradas pela Zanettini
Arqueologia

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LER2009	2010	Sítio	Guanambi I	23L 756220 8429644	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2009	2010	Sítio	Guanambi II	23L 756043 8429793	Guanambi	Lítico
LER2009	2010	Sítio	Guipará I	23L 755537 8434458	Guanambi	Histórico
LER2009	2010	Sítio	Rio Verde	23L 759018 8433496	Caetité	Lítico
LER2009	2010	Sítio	Moita dos Porcos (Toca do Tapuio)	23L 765740 8432556	Caetité	Lítico; Rupestre
LER2009	2010	Sítio	Toca do Tapim	23L 764444 8433384	Caetité	Lítico; Rupestre
LER2009	2010	Sítio	Toca do Índio	23L 763283 8429558	Caetité	Rupestre
LER2009	2010	Sítio	Igaporã I	23L 752571 8465538	Igaporã	Lítico
LER2009	2010	Sítio	Santana I	23L 750402 8468722	Igaporã	Histórico
LER2009	2010	Sítio	Três Passagens I	23L 750825 8469408	Igaporã	Histórico
LER2009	2010	Sítio	Planaltina I	23L 754250 8454373 a 753908 8454233	Igaporã	Histórico
LER2009	2010	Sítio	Caetité I	23L 760381 8453115	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Sítio	Morro do Jacaré	23L 762040 8451058	Caetité	Lítico; Rupestre
LER2009	2010	Sítio	Sítio Paraguai	23L 756215 8444208	Caetité	Cerâmico
LER2009	2010	Sítio	Sítio Paraguai I	23L 756327 8445007	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Sítio	Sítio Paraguai II	23L 756214 8445107	Caetité	Cerâmico
LER2009;Leilão 2013	2010	Sítio	Paraguai III	23L 755373 8444926	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Sítio	Sítio Vereda	23L 754947 8441648	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Sítio	Sítio Vereda II	23L 754998 8441171	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Sítio	Sítio Vereda III	23L 754312 8441224	Caetité	Lítico; Histórico
LER2009	2011	Sítio	Paraguai IV	23L 757416 8444080	Caetité	Lítico; Histórico
LER2009	2011	Sítio	Morrinhos II	23L 754665 8427618	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Morrinhos III	23L 754973 8427521	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Pajeú	23L 753278 8428245	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2009	2011	Sítio	Benjamim	23L 755429 8430921	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2009	2011	Sítio	Tião	23L 755668 8430900	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Taboa Nova	23L 754560 8427401	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Sacoto	23L 753035 8429217	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Erminda	23L 755562 8431083	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Forno Jêsse	23L 755592 8431256	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Adão	23L 754713 8427309	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Gerais	23L 759197 8434495	Caetité	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Gado Bravo	23L 757083 8435610	Caetité	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Salinas	23L 755430 8430174	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Taboa Velha I	23L 755194 8428484	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Pajeu II	23L 753562 8428445	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Taboa Nova II	23L 754991 8427667	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Barriguda	23L 754430 8427631	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Branco	23L 756258 8433683	Caetité	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Guilhermino	23L 756442 8435529	Caetité	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Vista da Serra	23L 760808 8457267	Igaporã	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Casa do Brejo	23L 755097 8461435	Igaporã	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Forno do Brejo	23L 755172 8461529	Igaporã	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LER2009	2011	Sítio	Forno do Rio	23L 754959 8461388	Igaporã	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Morrinhos I	23L 755075 8428143	Guanambi	Lítico
LER2009	2011	Sítio	Biriba	23L 756491 8435430	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Adão II	23L 755138 8426952	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Barrero	23L 753645 8429713	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Sítio	Sacoto II	23L 752504 8430504	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Juá	23L 756684 8444666	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Buracão	23L 749309 8438455	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Lajedo I	23L 751090 8438106	Caetité	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Cerrado	23L 762665 8438404	Caetité	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Antenor	23L 767233 8400800	Licínio de Almeida	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Triângulo	23L 765409 8401032	Licínio de Almeida	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Arvoredo	23L 760141 8394579	Pindaí	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Pé do Morro	23L 759338 8403344	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Reis	23L 751977 8436792	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Sereia	23L 752054 8436700	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Cascalheira	23L 754094 8435517	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Antônio	23L 752257 8436367	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Coqueiro	23L 752403 8436299	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Manga	23L 749695 8436548	Guanambi	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Sítio	Mandacaru	23L 749873 8436589	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Goiabeira	23L 750709 8435799	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Estiva	23L 750780 8436141	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Tamburiu	23L 753503 8435924	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Mourão	23L 749546 8436540	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Umburana	23L 753262 8436416	Guanambi	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Milharal	23L 748873 8436724	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Redondo	23L 751540 8437015	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Capim	23L 750229 8436497	Guanambi	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Sítio	Coxo	23L 750051 8436514	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Piteira	23L 752272 8433484	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Tanque	23L 750395 8434154	Guanambi	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Gato	23L 750174 8434414	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Arco	23L 752165 8433401	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Capoeira	23L 751213 8433780	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Paineira	23L 749652 8435717	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Lourdes	23L 750150 8434584	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Cálice	23L 750014 8434992	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Boa Vista	23L 749207 8434282	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Pindó	23L 748696 8432615	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Rocha	23L 748801 8431793	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Laje	23L 750814 8437087	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Pedreira	23L 750641 8439125	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Saci	23L 748518 8437068	Guanambi	Lítico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LER2010_2011	2012	Sítio	Dona Antônia	23L 750708 8437358	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Favas	23L 750640 8443078	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Lajedo II	23L 750945 8438170	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Fátima	23L 751001 8439366	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Abriguinho	23L 750607 8437046	Caetité	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Agapito	23L 757914 8396572	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Baixada	23L 751013 8437168	Caetité	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Balanço	23L 752494 8454918	Igaporã	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Barão	23L 760122 8420098	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Caboclo	23L 760049 8394373	Pindaí	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Caixeiro	23L 751739 8441233	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Canela de Ema	23L 763113 8437352	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Carmelindo	23L 749558 8439603	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Carrapato	23L 755655 8441608	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Carro de Boi	23L 747907 8436464	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Chapada	23L 760475 8395581	Pindaí	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Chave	23L 755983 8446717	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Coquinho	23L 748834 8435717	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Criminoso	23L 754387 8448700	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Dio	23L 761897 8419997	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Engenho	23L 761389 8417765	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Escorpião	23L 751364 8442988	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Estrela	23L 752860 8454518	Igaporã	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Floquinho	23L 757647 8437899	Caetité	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Flores	23L 762159 8418780	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Forno de Pedra	23L 748326 8436572	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Generosa	23L 754351 8448580	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Gonzaga	23L 757639 8438090	Caetité	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Iraci	23L 755045 8441250	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Joaquim	23L 754727 8447564	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Júlia Benigna	23L 759412 8422327	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Jurema	23L 760200 8397721	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Laurêncio	23L 751529 8395193	Pindaí	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Sítio	Luidugério	23L 754283 8447880	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Luiz Adélia	23L 750721 8442855	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Mãe Maria	23L 752548 8455015	Igaporã	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Manoel	23L 752962 8454617	Igaporã	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Maria Julia	23L 755887 8446746	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Olímpio	23L 751671 8395142	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Oscarino	23L 752973 8454553	Igaporã	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Palma	23L 758705 8420782	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Pedra Grande	23L 752362 8438852	Caetité	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Pedras Finas	23L 751102 8437270	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Pequeno	23L 760765 8395540	Pindaí	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Pequi	23L 762865 8438207	Caetité	Lítico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LER2010_2011	2012	Sítio	Por do Sol	23L 763392 8436987	Caetité	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Reisado	23L 752716 8455013	Igaporã	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Ruína	23L 751204 8437483	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Sete Ventos	23L 760428 8395316	Pindaí	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Tamiranda	23L 754592 8448680	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Tear	23L 747769 8436471	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Terra Vermelha	23L 749620 8434603	Guanambi	Lito-cerâmico
LER2010_2011	2012	Sítio	Umbu	23L 747879 8436689	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Unicórnio	23L 757561 8444055	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Ventania	23L 760272 8394483	Pindaí	Lítico
LER2010_2011	2012	Sítio	Zé Lima	23L 751532 8440526	Caetité	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Sítio	Zé Prefeito	23L 754003 8448049	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Carrasco	23L 747681 8435243	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Trilha	23L 748166 8435687	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Flor	23L 751604 8439282	Caetité	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Cobra	23L 748541 8438498	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Osvaldo	23L 751117 8437614	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Sítio	Coronel Alves	23L 749247 8436438	Guanambi	Histórico
LP	2012	Sítio	Olho d'água do Egídio	23L 747353 8462679	Igaporã	Histórico
LP	2012	Sítio	Chico Bezerra	23L 747935 8460495	Igaporã	Histórico
LP	2012	Sítio	Casarão Piripiri	23L 739919,8461489	Igaporã	Histórico
LP	2012	Sítio	Tinó	23L 741903,8462728	Igaporã	Histórico
LP	2012	Sítio	Casarão da Gameleira	23L 747315,8472761	Igaporã	Histórico
LP	2012	Sítio	Fazenda Santo Antônio	23L 747096,8473864	Igaporã	Histórico
LP	2012	Sítio	Ruína do Piripiri	23L 739752,8461129	Igaporã	Histórico
LP	2012	Sítio	Casarão do Brejo	23L 747392 8440383	Guanambi	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Sítio	Olho d'água I	23L 750330 8450714	Caetité	Histórico
LP	2012	Sítio	Olho d'água II	23L 750360 8450225	Caetité	Histórico
LP	2012	Sítio	Tamboril I	23L 746947 8456659	Igaporã	Histórico
LP	2012	Sítio	Lagoa Grande	23L 746943 8453757	Igaporã	Histórico
LP	2012	Sítio	Lagoa do Fundo I	23L 752202 8450902	Caetité	Histórico
LP	2012	Sítio	Lagoa do Fundo II	23L 751874 8450967	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Sítio	Cruzeiro do Gurunga	23L 751004 8454340	Igaporã	Histórico
LP	2012	Sítio	Faiança	23L 748021 8454820	Igaporã	Histórico
LP	2012	Sítio	Mulungu	23L 744180 8435928	Guanambi	Histórico
LP	2012	Sítio	Natalino	23L 743971 8435017	Guanambi	Histórico
LP	2012	Sítio	Sr Julio	23L 751273 8428701	Guanambi	Histórico
LP	2012	Sítio	Sepultura	23L 750986 8429243	Guanambi	Histórico
LP	2012	Sítio	Do Brejo	23L 744365 8439630	Guanambi	Lítico
LP	2012	Sítio	Bonfim	23L 755374 8421505	Guanambi	Histórico
LP	2012	Sítio	Canoa	23L 769582 8402850	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Sítio	Bambú	23L 768032 8399428	Licínio de Almeida	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LP	2012	Sítio	Pomar	23L 762678 8395047	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Sítio	Abrigo	23L 765213 8438697	Caetité	Rupestre
LT CHESF	2012	Sítio	Marlene	23L 756022 8409776	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Tombo	23L 752062 8436858	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Assa Peixe	23L 751948 8437004	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Cabocla do Vento	23L 750161 8434499	Guanambi	Lítico
LER2010_2011	2013	Sítio	Pedra Talhada	23L 763302 8426638	Caetité	Rupestre
USINA SOLAR	2013	Sítio	Novos Baianos	23L 758817 8448299	Caetité	Lítico
USINA SOLAR	2013	Sítio	Beira da Estrada	23L 758926 8448332	Caetité	Histórico
USINA SOLAR	2013	Sítio	Gravanha	23L 758942 8448786	Caetité	Histórico
USINA SOLAR; Leilão 2013	2013	Sítio	Escovada	23L 758918 8449471	Caetité	Histórico
USINA SOLAR	2013	Sítio	Alicerce	23L 759072 8449952	Caetité	Histórico
USINA SOLAR	2013	Sítio	Zin	23L 759301 8450070	Caetité	Histórico
USINA SOLAR	2013	Sítio	Borda	23L 759383 8450157	Caetité	Histórico
USINA SOLAR	2013	Sítio	Esperança	23L 758945 8448584	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Bonito	23L 751920 8438850	Caetité	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Dingo	23L 751675 8437135	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Sol	23L 748496 8432028	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Umbuzeiro	23L 751635 8438237	Guanambi	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2013	Sítio	Bicicleta	23L 757309 8402751	Pindaí	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2013	Sítio	Boniteza	23L 757600 8402705	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Cigano	23L 752446 8433896	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Leonel	23L 750780 8435690	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Mandioca	23L 752020 8433370	Guanambi	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2013	Sítio	Sergino	23L 759244 8402406	Pindaí	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2013	Sítio	Tenório Machado	23L 758470 8402634	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Teixerinha	23L 750485 8441086	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Machado	23L 751786 8433132	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2013	Sítio	Tanque II	23L 750908 8433981	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Cansada	23L 751429 8434320	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Lili	23L 752292 8434060	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Sítio	Jatobá	23L 762888 8434934	Guanambi	Histórico
MASB	2013	Sítio	Casa da Chácara (MASB)	Área urbana	Caetité	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2013	Sítio	Cascavel	23L 756952 8403177	Pindaí	Lítico; Histórico
DIAGNÓSTICO NÃO INTERVENTIVO 2009	2009	Sítio	Ametista I	23L 761469 8413844	Pindaí	Lítico
DIAGNÓSTICO NÃO INTERVENTIVO 2009; Leilão 2013	2009	Sítio	Espigão I	23L 761525 8395826	Pindaí	Lítico
DIAGNÓSTICO NÃO INTERVENTIVO 2009	2009	Sítio	Pipiri I	23L 757613 8413720	Pindaí	Rupestre

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
DIAGNÓSTICO NÃO INTERVENTIVO 2009	2009	Sítio	Pipiri II	23L 757624 8431729	Pindaí	Rupestre; Lito-cerâmico
Leilão 2013	2014	Sítio	Alagadiço	23L 750747 8449748	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Amanda	23L 753380 8451018	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Aruanda	23L 753446 8450412	Caetité	Lítico
Leilão 2013	2014	Sítio	Barranco	23L 750094 8449654	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Boiadeiro	23L 750213 8449629	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Brejo	23L 752514 8449902	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Céu	23L 750876 8449405	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Chegada	23L 752119 8453710	Igaporã	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Dina	23L 750308 8449632	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Espinho	23L 753032 8451665	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Estrela da Tarde	23L 754955 8445157	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Ladeira	23L 753257 8450183	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Matuto	23L 750802 8453214	Igaporã	Lítico
Leilão 2013	2014	Sítio	Morro do Vento	23L 752083 8449863	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Muritiba	23L 749819 8450684	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Orubá	23L 752271 8449608	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Pai Pedro	23L 752357 8453780	Igaporã	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Pedra Lascada	23L 753295 8445466	Caetité	Lítico
Leilão 2013	2014	Sítio	São João	23L 752553 8445706	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Tatarena	23L 752364 8446416	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Granizo	23L 750520 8449646	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Elizabete	23L 766831 8421228	Caetité	Lítico; Rupestre; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Alvorecer	23L 751545 8455536	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Azul	23L 752005 8454702	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Freitas	23L 749443 8471482	Igaporã	Lito-cerâmico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Gil	23L 749433 8459948	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Lagoa Funda	23L 748773 8471718	Igaporã	Lítico
Leilão 2013	2014	Sítio	Padilha	23L 751770 8455219	Igaporã	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Pedraão	23L 752071 8454108	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Ribanceira	23L 749768 8463007	Igaporã	Lítico
Leilão 2013	2014	Sítio	Arraial da Colina	23L 749965 8467252	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Capitão do Mato	23L 749846 8457798	Igaporã	Lítico
Leilão 2013	2014	Sítio	Entardecer	23L 751323 8451879	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Feijão Verde	23L 754441 8450642	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Jazido	23L 741811 8479224	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Onça	23L 754586 8450603	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Nego	23L 758281 8404901	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Sebastião	23L 757419 8404689	Pindaí	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
Leilão 2013	2014	Sítio	Licuri	23L 759998 8405846	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Alto do Umbuzeiro	23L 758434 8416338	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Arcansul	23L 749733 8438703	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Carrapicho	23L 754097 8426768	Guanambi	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Eulália	23L 752869 8428151	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Ladeira Vermelha	23L 756906 8418336	Guanambi	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Marise	23L 759766 8414847	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Seu Coló	23L 755134 8426173	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Sobrado	23L 758442 8416545	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Tambiá	23L 759513 8414892	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Taubatinga	23L 760731 8413671	Pindaí	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Paliteiro	23L 751982 8450328	Caetité	Lítico
Leilão 2013	2014	Sítio	Caipira	23L 752813 8446982	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Vaqueta	23L 752068 8449376	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Louzada	23L 766055 8418715	Caetité	Rupestre
Leilão 2013	2014	Sítio	Folha	23L 766454 8420299	Caetité	Rupestre
Leilão 2013	2014	Sítio	Casa da Olaria	23L 765530 8417829	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Gaúcho	23L 759664 8405688	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Estrela Guia	23L 762658 8419750	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Solitário	23L 759409 8404643	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Sítio	Cuca	23L 749603 8463945	Igaporã	Lítico
Leilão 2013	2015	Sítio	Mata Passo	23L 753025 8451455	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Boi Branco	23L 760434 8409750	Pindaí	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Cascalho	23L 760552 8408417	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Ceguinho	23L 760785 8413712	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Distante	23L 760387 8409943	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Flor Branca	23L 759898 8407159	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Franco	23L 760772 8414535	Pindaí	Lítico
Leilão 2013	2015	Sítio	Morana	23L 760531 8408165	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Morro Vermelho	23L 760561 8414517	Pindaí	Lítico
Leilão 2013	2015	Sítio	Vertigem	23L 760590 8408251	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Cacaria	23L 751343 8449883	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Luzia	23L 757135 8417782	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Horizonte	23L 750052 8465198	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Gentileza	23L 750270 8468975	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Amaralino	23L 750305 8444233	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Faca Velha	23L 760332 8414148	Caetité	Lítico; Histórico
Leilão 2013	2015	Sítio	Lagoa da Pedra	23L 756968 8404007	Pindaí	Histórico
LER2009	2010	Shia	Conjunto de Cavas	23L 759047 8433479 a 759040 8434246	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Casa de Morrinhos	23L 760479 8428222	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Caminho Brejo dos Padres	23L 771131 8441298 a 771743 8442323	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Cerca de Pedra	23L 759102 8434415 a 759372 8433249	Caetité	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LER2009	2010	Shia	Muro de Pedra Serra do Ouro	23L 759372 8433249	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Brejo dos Padres	23L 761658 8434497	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Fazenda Santa Bárbara	23L 780099 8445719	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Cava Topo da Serra	23L 751238 8462744	Igaporã	Histórico
LER2009	2010	Shia	Fazenda Santo Antônio	23L 747099 8473873	Igaporã	Histórico
LER2009	2010	Shia	Beraldo da Silva	23L 760552 8458126	Igaporã	Histórico
LER2009	2010	Shia	Cava de Mineração 2	23L 754919 8457055	Igaporã	Histórico
LER2009	2010	Shia	Cava de Mineração 3	23L 755368 8450045	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Três Casas	23L 755335 8445703	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Praça do Paraguai	23L 755348 8445303	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Casa Margem da Estrada 1	23L 755418 8445178	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Casa Margem da Estrada 2	23L 755396 8445109	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Fazenda Paraguai	23L 755248 8444874	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Casa Margem da Estrada 3	23L 755265 8444687	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Cruzeiro do Paraguai	23L 755203 8444178	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Casa do Paraguai 1	23L 754892 8442267	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Casa do Paraguai 2	23L 754935 8442268	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Casa do Paraguai 3	23L 754858 8442040	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Casa do Paraguai 4	23L 755009 8441591	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Capela São Sebastião	23L 753704 8444855	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Casas Veredas 1	23L 755080 8441220	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Casas Veredas 2	23L 754978 8440039	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Antiga Casa Veredas	23L 756554 8439335	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Casa de Farinha Veredas	23L 756637 8439346	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Muro de Pedras Veredas 1	23L 754646 8440874	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Muro de Pedras Veredas 2	23L 754525 8440976	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Cruzeiro Veredas 1	23L 754652 8442224	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Cruzeiro Veredas 2	23L 756112 8447517	Caetité	Histórico
LER2009	2010	Shia	Muro de Pedras Veredas 3	23L 754093 8440771	Caetité	Histórico
LER2009	2011	Shia	Casa da Esquadria	23L 754757 8426815	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Shia	Capela de Morrinhos	23L 757057 8425715	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Shia	Estrada Morrinhos	14; 23L 758627 8434297; 23	Caetité	Histórico
LER2009	2011	Shia	Cava de Mineração 1	23L 758658 8434499	Caetité	Histórico
LER2009	2011	Shia	Cambraim	23L 755360 8429849	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Shia	Lajedo	23L 756477 8435693	Caetité	Histórico
LER2009	2011	Shia	Casa de Farinha	23L 755241 8431124	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Shia	Cemitério do Pajeú do Josefino	23L 753504 8428319	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Shia	Capela do Paraguai	23L 755743 8446620	Caetité	Histórico
LER2009	2011	Shia	Sepultamento Morrinhos	23L 755922 8432576	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Shia	Cemitério Jurema do Barbosa	23L 755739 8431331	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Shia	Casa da Móbia	23L 760945 8458212	Igaporã	Histórico
LER2009	2011	Shia	Captação de Água 2	23L 755337 8449982	Caetité	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LER2009	2011	Shia	Captação de Água 1	23L 755570 8448932	Caetité	Histórico
LER2009	2011	Shia	Acampamento 1	23L 755530 8428946	Guanambi	Histórico
LER2009	2011	Shia	Acampamento 2	23L 752507 8430347	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 01 - Morro Verde	23L 766965 8400900	Licínio de Almeida	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 02 - Mato Seco	23L 766853 8400906	Licínio de Almeida	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 03 - Cupim	23L 766223 8400883	Licínio de Almeida	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 04 - São Francisco	23L 765136 8401044	Licínio de Almeida	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 05 - Monte de pedra	23L 760318 8400859	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 06 - Igreja do Barreiro de cima	23L 759196 8404100	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 07 - Espinho	23L 759453 8403053	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 08 - Forno de carvão	23L 752623 8436816	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 09 - Pedra na cerca	23L 750822 8435932	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 10 - Casa Branca	23L 750882 8435868	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 11 - Muro escondido I	23L 750767 8435909	Guanambi	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 12 - Alvenaria I	23L 750721 8434132	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 13 - Alvenaria II	23L 751087 8435603	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 14 - Lagoa	23L 748915 8436201	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 15 - Murinho	23L 749084 8436593	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 16 - Tabua	23L 749144 8436613	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 17 - Muro do Buraco I	23L 748685 8437050	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 18 - Muro do Buraco II	23L 748612 8437783	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 19 - Tijolo	23L 749951 8433761	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 20 - Adobe	23L 749856 8437529	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 21 - Muro do Capim	23L 750645 8443637	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 22 - Fogão de lenha	23L 748251 8437217	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 23 - Chão Batido	23L 750441 8439712	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 24 - Muro da Tabua	23L 749910 8440494	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 25 - Muro no lajedo	23L 749953 8440595	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 26 - Muro do mandacaru	23L 750009 8440689	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 27 - Muro da Pedra Quadrada	23L 749999 8440771	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 28 - Muro escondido II	23L 750622 8439007	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 29 - Capim no muro	23L 750591 8443427	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 30 - Poco Muro	23L 750493 8443478	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 31 - Trio de Cava I	23L 762810 8438233	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 32 - Trio de Cava II	23L 763045 8437745	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 33 - Trio de Cava III	23L 763061 8437615	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 34 - Muro no Alto	23L 763038 8437320	Caetité	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 35 - Forno de Telha	23L 754533 8448753	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 36 - Muro do Zé	23L 754428 8448813	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 37 - Casa do Manoel	23L 754447 8448849	Caetité	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 38 - Muro da Palma	23L 753825 8448620	Caetité	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 39 - Muro Grande	23L 753897 8448838	Caetité	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 40 - Muro com cerca de Arame	23L 753565 8449375	Caetité	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 41 - Muro Colapsado	23L 753698 8449107	Caetité	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 42 - Cercado da Lagoa	23L 753829 8448378	Caetité	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 43 - Dona Naná	23L 753971 8448130	Caetité	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 44 - Muro do Ademar	23L 754204 8447756	Caetité	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 45 - Cruzeiro Velho	23L 754168 8447794	Caetité	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 46 - Muro do Rio	23L 754071 8447921	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 47 - Casa dos Pais	23L 752732 8455076	Igaporã	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 48 - Venda	23L 752578 8454934	Igaporã	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 49 - Olaria	23L 752777 8455073	Igaporã	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 50 - Desmoronado	23L 756546 8439337	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 51 - Casa da Ana	23L 755486 8446340	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 52 - Horta	23L 750471 8435697	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 53 - Dos Gatos	23L 751202 8434459	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 54 - Lagoa Seca	23L 749138 8436185	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 55 - Murico	23L 748216 8436798	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 56 - Pilão	23L 752200 8433571	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 57 - Casa da Vaca	23L 752426 8433721	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 58 - Muro do Vento I	23L 748456 8433502	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 59 - Muro do Vento II	23L 748449 8433570	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 60 - Muro do Morro	23L 748088 8431969	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 61 - Muro Baixada	23L 750151 8434770	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 62 - Muro Quiabento	23L 750518 8435022	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 76 - Capim Branco	23L 748671 8435690	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 88 - Muro Cacto	23L 750035 8440583	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 89 - Entre Pedras	23L 750032 8440646	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 90 - Muro Longo	23L 749879 8440703	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 91 - Muro Contenda	23L 750029 8440879	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 92 - Cruzeiro do Arroz	23L 751501 8442132	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 93 - Parede Caída	23L 751657 8441949	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 99 - Chaminé	23L 751309 8437243	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 100 - Pedrinha	23L 750036 8440010	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 101 - Muro Cerria	23L 750586 8443455	Caetité	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 102 - Parede do Mato	23L 751010 8443024	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 103 - Pé de Manga	23L 751353 8442813	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 104 - Muro Virado	23L 751755 8442296	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 105 - Muro Quadrado	23L 751454 8439388	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 106 - Muro Escora	23L 751312 8438836	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 107 - Muro Amarelo	23L 751222 8437640	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 108 - Fogão	23L 751300 8437383	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 109 - Parede Branca	23L 751358 8437324	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 110 - Casa Escondida	23L 751301 8437289	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 126 - Área Cemiterial Comunidade Capoeira	23L 751933 8433745	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 123 - Área Cemiterial Comunidade Goiabeira	23L 751417 8435089	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 63 - Pires da Silva	23L 760051 8419828	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 64 - Joaquim Caolho	23L 761592 8420503	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 65 - Forninho de telha	23L 761968 8419004	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 66 - Leolino	23L 759162 8421046	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 67- Do Rio	23L 759122 8421037	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 68 - Lurdes	23L 759738 8421637	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 69 - Trindade I	23L 759395 8421747	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 70 - De Castro I	23L 758368 8422840	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 71 - De Castro II	23L 758472 8422926	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 72 - Nesinho	23L 759107 8422354	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 73 - Santana	23L 759187 8422383	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 74 - Cruzeiro	23L 758056 8423376	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 75 - Trindade II	23L 759383 8421690	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 77 - Donero	23L 758963 8399312	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 78 - Rapadura	23L 766439 8400945	Licínio de Almeida	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 79 - Dora	23L 764182 8400537	Licínio de Almeida	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 80 - Angelita	23L 764097 8400438	Licínio de Almeida	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 81 - Pilão quebrado	23L 763182 8399732	Licínio de Almeida	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 82 - Benedito	23L 762109 8397421	Licínio de Almeida	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 83 - Cubículo I	23L 755170 8399833	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 84 - Cubículo II	23L 755264 8399995	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 85 - Lagoa Dantas I	23L 756543 8400732	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 86 - Lagoa Dantas II	23L 756536 8400751	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 87 - Lagoa Dantas III	23L 756554 8400760	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 94- Emília	23L 751893 8395344	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 95 - Belarmino	23L 751807 8394431	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 96 - Contendas	23L 758652 8397284	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 97 - Artur	23L 758891 8399637	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 98 - Ediberto	23L 759064 8399591	Pindaí	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 111 - Muro Alinhado	23L 751817 8436984	Guanambi	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 112 - Represa de Pedra	23L 760824 8398639	Licínio de Almeida	Lítico; Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 124 - Osvaldino	23L 748743 8436262	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 125 - Jiral	23L 748825 8436291	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 113 - Mandioccal	23L 752457 8439293	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 114 - Cerca do Poço	23L 754212 8440519	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 115 - Cerquinha do Poço	23L 754100 8440410	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 116 - Farinha do Vô	23L 753889 8440334	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 117 - Pedras Secas	23L 752344 8438790	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 118 - Compartilhada	23L 752250 8438635	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 119 - Arrozal	23L 751598 8437974	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 120 - Cerca do Pasto	23L 751438 8437709	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 121 - Casa do Adão	23L 750942 8437019	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 122 - Garrafas	23L 757638 8442691	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 127 - Do Barranco	23L 751229 8436981	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 128 - Pedregulho	23L 750551 8437071	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 129 - Bifurcado	23L 750443 8437125	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 130 - Cacimba do Lajedo	23L 748364 8437102	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 131 - Muro da Picada	23L 763161 8437261	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 132 - Lajedão do muro	23L 748738 8436300	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 133 - Complexo de pedra	23L 748717 8436095	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 134 - Cerca do caminho	23L 747755 8435739	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 135 - Muro do Sete	23L 747875 8435549	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 136 - Cercadão	23L 748179 8437184	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 137 - Cerca do Tombo	23L 748192 8437067	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 138 - Roça das Pedras	23L 748253 8438186	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 139 - Pedra pro alto	23L 750866 8437191	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 140 - Ribeirão	23L 750840 8437418	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 141 - Drenagem	23L 750905 8437591	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 142 - Carreiro	23L 751001 8437663	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 143 - Cerca da Montanha	23L 750575 8443342	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 144 - Boi	23L 751147 8438554	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 145 - Aparecida	23L 751324 8438929	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 146 - Cerquinha do Lajedo	23L 748593 8438468	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 147 - Caldeirões	23L 751109 8440030	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 148 - Açude de Pedra	23L 751442 8439227	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 149 - Ponteira	23L 751382 8439703	Caetité	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 150 - Corredor	23L 750711 8440822	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 151 - Pedra Quente	23L 750656 8440906	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 152 - Gameleira	23L 750597 8441075	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 153 - Moringa	23L 750597 8441118	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 154 - Chiqueiro	23L 750555 8441196	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 155 - Rochedo	23L 750770 8440780	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 156 - Pedra do Lajedo	23L 750397 8439173	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 157 - Escondida	23L 750550 8439265	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 158 - Curral do cercado	23L 750419 8439803	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 159 - Cerquinha da Retirada	23L 750359 8439841	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 160 - Grande cercado	23L 750234 8439894	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 161 - Surucucu	23L 750110 8442077	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 162 - Campo	23L 750076 8441886	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 163 - Cruz	23L 750291 8441566	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 164 - Cerca da Angola	23L 750096 8439947	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 165 - Cerca Topo do Morro	23L 750147 8442639	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 166 - José Lopes	23L 751213 8434359	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 167 - Pé do Morro	23L 749610 8433547	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 168 - Arrimo do Morro	23L 749461 8432703	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 169 - Caldeirão do Morro	23L 749546 8432945	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 170 - Cerca da Trilha	23L 748099 8435604	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2012	Shia	Shia 171 - Cerca do Lajedão	23L 749538 8435709	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 100 - Ruínas do sótão	23L 747448,8468430	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 101 - Sofá velho	23L 747539,8468458	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 102 - Casa da esquina	23L 747489,8468829	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 103 - Pedras encaixadas	23L 746082,8468392	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 104 - Quadradinha	23L 746234,8468459	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 105 - Cocho de aroeira	23L 746980,8468355	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 106 - Casinha da trilha	23L 748925,8469050	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 107 - Ruínas do fogão	23L 750410,8468843	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 108 - Casa Branca	23L 751121,8468859	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 109 - Josefina	23L 749594,8458362	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 110 - Casa da lasca	23L 750100,8462116	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 111 - Pedacos de parede	23L 749719,8462217	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 112 - Porta pintada	23L 750507,8464946	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 113 - Janela xadrez	23L 748926,8465583	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 114 - Ferradura no adobe	23L 748629,8472234	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 115 - Caixote de farinha	23L 748748,8472041	Igaporã	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 116 - Porteira antiga	23L 748948,8471736	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 117 - Três ruínas	23L 749830,8470581	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 118 - Alicerce de tijolo	23L 749919,8469570	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 119 - Parede descascada	23L 750433,8467380	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 120 - Casa Darlan	23L 750424,8467229	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 121 - Cinco janelas	23L 747357,8464627	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 79 - Paredes	23L 746217,8457845	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 80 - Rosinha	23L 745419,8460618	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 81 - Pote quebrado	23L 744756,8465140	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 82 - José Maria	23L 745726,8460743	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 83 - Ruína da usina	23L 745195,8460922	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 85 - Casa da cerca	23L 739411,8462097	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 86 - Grande cerca	23L 739700,8462474	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 87 - Cozinha	23L 741803,8462794	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 88 - Ruína perdida	23L 741375,8462988	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 89 - Carvoeiro	23L 744010,8460849	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 90 - Solitária	23L 744782,8464931	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 91 - Cabideiros	23L 744450,8465300	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 92 - Pequeninha	23L 744812,8465429	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 93 - Paredes de barro	23L 744839,8465456	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 94 - Dois andares	23L 744874,8465525	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 95 - Duas casas	23L 745576,8468650	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 96 - Isolada	23L 745003,8466909	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 97 - Alambique velho	23L 744973,8469500	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 98 - Quatro edificações	23L 745655,8465687	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 99 - Espinheiro	23L 748296,8465902	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 23 - Área cemiterial	23L 741330,8467048	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 35 - Chapéu do forno	23L 743013,8465554	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 47 - Muro no lajedo	23L 743010,8466186	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 164 - Coluna	23L 742735 8462286	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 165 - Caldeirão	23L 748760 8471707	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 166 - Taboca	23L 749842 8461683	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 167 -Canabrava I	23L 745440,8461118	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 168 - Currais	23L 741326,8461140	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 169 - Canabrava II	23L 744014,8462196	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 28 - Casa Aroeira	23L 753520 8444419	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 31 - Cerca	23L 750048 8446484	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 32 - Cercado	23L 749384 8445830	Caetité	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LP	2012	Shia	Shia 33 - Porta azul	23L 749209 8445712	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 34 - Cacimbão	23L 749257 8445769	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 36 - Ivani	23L 745769 8450300	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 37 - Palha	23L 744860 8452364	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 38 - Curral da casa	23L 744025 8453758	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 39 - Amarelinha	23L 743667 8454979	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 40 - Divisor	23L 743684 8455210	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 41 - Casa do tacho	23L 743739 8454353	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 42 - Cruzeiro	23L 743638 8454617	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 46 - Curva da cerca	23L 752807 8450156	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 48 - Casa e curral	23L 751333 8448098	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 50 - Trincada	23L 746970 8453725	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 52 - Detalhada	23L 746853 8453995	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 53 - Ruinão	23L 746752 8456378	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 56 - Separação	23L 748170 8456320	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 57 - Ferradura velha	23L 748170 8456300	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 58 - Duas paredes	23L 749574 8457621	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 59 - Apenas paredes	23L 749802 8457971	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 60 - Viola quebrada	23L 750116 8458149	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 63 - Caldeirão	23L 750446 8448903	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 64 - Grandes pedras	23L 750587 8448607	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 65 - Caldeirão natural	23L 749424 8450069	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 66 - Cerca panorâmica	23L 749299 8450094	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 67 - Ruína do rancho	23L 749227 8450163	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 68 - Pequenas pedras	23L 749558 8449976	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 69 - Pequeninina	23L 750334 8451207	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 70 - Reformada	23L 744892 8442072	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 71- Azul e branca	23L 746207 8443823	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 72 - Marimbondo	23L 749044 8452062	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 73 - Três edificações	23L 749403 8452066	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 74 - Cerca da cachoeira	23L 748453 8451565	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 75 - Abandonada	23L 747490 8453717	Igaporã	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 76 - Varanda nova	23L 749023 8455001	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 84 - Cerca da Lagoa	23L 749721 8450819	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 154 - Tamboril	23L 746813 8456482	Igaporã	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 155 - Cristina I	23L 751081 8449605	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 156 - Cristina II	23L 750319 8449137	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 157 - Lagoa do Fundo	23L 752238 8450717	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 158 - Gameleira I	23L 750822 8445461	Caetité	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LP	2012	Shia	Shia 159 - Gameleira II	23L 750588 8445725	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 160 - Malhada do poço	23L 739368 8442116	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 161 - Pintada	23L 740711 8441559	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 162 - Fazenda Nova	23L 741953 8444946	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 1- Casinha branca	23L 744301 8439460	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 10 - Farinhada	23L 743730 8434926	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 11 - Caixa d'água	23L 744079 8434895	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 13 - Pereira	23L 744200 8435111	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 14 - Brito	23L 745180 8436561	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 15 - Quatro águas	23L 743172 8431943	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 16 - Esticadinho	23L 743480 8431787	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 17 - Oliveira	23L 747870 8429289	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 18 - Casona	23L 747544 8429279	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 19 - Lorindo	23L 751093 8428617	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 2 - Casa do mato	23L 744837 8438356	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 20 - Mota	23L 751134 8428576	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 21 - Marcelo	23L 751148 8428534	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 22 - Nicândido	23L 751187 8428647	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 25 - Duas covas	23L 751556 8428957	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 27 - Silva	23L 747437 8440172	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 3 - Casa da panela	23L 744889 8436745	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 4 - Rodapé	23L 745204 8436456	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 5 - Neto	23L 744256 8436019	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 7 - Cunha	23L 744070 8435639	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 8 - Puxadinho	23L 743997 8435868	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 9 - Duas águas	23L 742709 8436667	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 24 - Faustino	23L 751625 8428793	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 152 - Casarão do Cajueiro	23L 744945 8440360	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 153 - Cemitério do Cajueiro	23L 743421 8440121	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 131 - Cerca de adobe	23L 756588 8420902	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 132 - Pedras chatas	23L 755651 8420893	Guanambi	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 133 - Pato	23L 756953 8418516	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 134 - Rosa	23L 756957 8418404	Caetité	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 135 - Capela de adobe	23L 756840 8418037	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 136 - Casinha de barro	23L 756563 8417857	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 137 - Abandonada	23L 755916 8417519	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 138 - Palma	23L 755766 8417237	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 139 - Branca de adobe	23L 754113 8417758	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 151 - Retiro	23L 755447 8421040	Guanambi	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 125 - Casinha canoas	23L 768784,8406282	Pindaí	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 126 - Casa da Maria	23L 769382,8406100	Licínio de Almeida	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LP	2012	Shia	Shia 127 - Paredes firmes	23L 768436,8406291	Pindaí	Histórico
LP; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 128 - Arrimo de pedra	23L 765647,8421643	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 129 - Bela vista	23L 764940,8423667	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 130 - Poucas paredes	23L 762338,8422802	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 29 - Coqueiro	23L 769563,8400340	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 30 - Meia rua	23L 769666,8400631	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 43 - Manga	23L 769931,8402399	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 44 - Cosme	23L 769917,8402598	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 45 - Ruínas do milharal	23L 769428,8402804	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 49 - Travessa de barro	23L 769311,8402770	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 51- Poucas ruínas	23L 769460,8402922	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 54 - Tijolo furado	23L 765770,8401678	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 6 - Eucalipto	23L 764455,8396577	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 12 - Do tambôr	23L 764858,8396181	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 26 - Moenda de madeira	23L 767218,8400768	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 55 - Perdida	23L 761929,8396402	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 61 - Reformada de tijolo	23L 762511,8398471	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 62 - Duas barragens	23L 765179,8392924	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 77- São Domingos	23L 763181,8399739	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 78 - Mexerica	23L 763456,8389840	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 122 - Porteira de bambu	23L 763530,8389346	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 123 - Cacimbinha	23L 764097,8388215	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 124 - São João	23L 764867,8386745	Licínio de Almeida	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 140 - Pedra Chata	23L 764343,8443595	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 141 - Muro Torto	23L 764340,8443640	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 142 - Cacto na Pedra	23L 764364,8443839	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 143 - Roda	23L 762903 8442577	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 144 - Porta	23L 762400,8444063	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 145 - Sem telha	23L 758277 8446462	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 146 - Telha torta	23L 758378 8446573	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 147 - Pé de morro	23L 759913,8446971	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 148 - Bloco quadrado	23L 761313 8447319	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 149 - Beira da estrada	23L 761790,8448069	Caetité	Histórico
LP	2012	Shia	Shia 150 - Quatro janelas	23L 763564,8446630	Caetité	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LT CHESF	2012	Shia	Shia 01 - Adobe Caído	23L 758122 8404565	Pindaí	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 02 - Casas da Roça	23L 758665 8404436	Pindaí	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 03 - Farinhal	23L 755131 8407254	Pindaí	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 04 - Cama Quebrada	23L 757971 8407211	Pindaí	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 05 - Ruína do Morro	23L 759791 8407913	Pindaí	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 06 - Casa da Gamela	23L 759122 8410836	Pindaí	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 07 - Casa do Cômodo	23L 759209 8411012	Pindaí	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 08 - Eunice	23L 759758 8412965	Pindaí	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 09 - Porta Quebrada	23L 756957 8410745	Pindaí	Histórico
LT CHESF; Leilão 2013	2012	Shia	Shia 10 - Esteios de Pé	23L 759885 8414831	Pindaí	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 11 - Alan	23L 760795 8416127	Caetité	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 12 - Morro Alto	23L 759275 8415783	Pindaí	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 13 - Casa Branca	23L 760717 8416220	Caetité	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 14 - Sofá Velho	23L 758528 8426675	Caetité	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 15 - Tiago	23L 758280 8424905	Caetité	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 16 - Ruína do Morrinho	23L 758145 8425004	Caetité	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 17 - Ibiricu	23L 758489 8467394	Igaporã	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 18 - Farofada	23L 758627 8476134	Igaporã	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 19 - Cachorro Bravo	23L 759327 8480551	Caetité	Histórico
LT CHESF	2012	Shia	Shia 20 - Carvoeiro	23L 758632 8476001	Igaporã	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 172 - Molhada	23L 754746 8436041	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 173 - Murão	23L 748231 8436461	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 175 - Raquel Lopes	23L 751151 8434334	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 176 - Muro Sagui	23L 749796 8434990	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 177 - Muro Cachoeira	23L 749787 8435015	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 179 - Encantada	23L 750375 8433916	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 180 - Muro Gameleira	23L 749728 8435026	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 174 - Casa do Engenho	23L 763909 8400901	Licínio de Almeida	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2013	Shia	Shia 178 - Irabel Júnior	23L 759764 8403297	Pindaí	Histórico
USINA SOLAR	2013	Shia	Shia 01 - Represa	23L 758945 8449669	Caetité	Histórico
USINA SOLAR	2013	Shia	Shia 02 - Duda	23L 758841 8448143	Caetité	Histórico
USINA SOLAR	2013	Shia	Shia 03 - Muro da Mata	23L 758957 8449192	Caetité	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 181 - Muro Espinho	23L 750424 8441318	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 182 - Preá	23L 751670 8438747	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 183 - Gelol	23L 750704 8440333	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 184 - Muro Infinito	23L 751612 8438552	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 185 - Pena Branca	23L 751663 8438674	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 186 - Dourado	23L 751973 8437461	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 187 - Muro Arame	23L 751813 8438608	Guanambi	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 188 - Represa da Lagoa	23L 751814 8437485	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 189 - Surpresa	23L 751842 8437321	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 190 - Perfeição	23L 751717 8438938	Guanambi	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2013	Shia	Shia 191 - Muro do sol	23L 749900 8442419	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 192 - Camuflada	23L 751503 8438436	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 193 - Cruzeiro do Dingo	23L 751276 8438058	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 194 - Marimbondos	23L 751654 8438159	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 195 - Muro Aipim	23L 751467 8438401	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 196 - Palmas	23L 751220 8438106	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 197 - Abelha	23L 751483 8438249	Guanambi	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2013	Shia	Shia 198 - Casa das Telhas	23L 757001 8404088	Pindaí	Histórico
LER2010_2011; Leilão 2013	2013	Shia	Shia 199 - Casa do Quiabento	23L 757403 8402807	Pindaí	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 200 - Esquecida	23L 751654 8433254	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 201 - Muro Caído	23L 752354 8434005	Guanambi	Histórico
LER2010_2011	2013	Shia	Shia 202 - Muro do Sol II	23L 752425 8433984	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 170 - Janela	23L 754113 8446920	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 171 - Muro Cipoal	23L 754118 8447880	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 173 - Muro do Aguani	23L 753815 8448781	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 174 - Muralha	23L 753495 8449479	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 175 - Muro Vizinho	23L 753233 8449642	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 176 - Pequeno	23L 752953 8449876	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 177 - Cabide	23L 752572 8453626	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 178 - Pasto	23L 751171 8453540	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 179 - Palma Seca	23L 752412 8452501	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 180 - Mato Fechado	23L 752881 8446653	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 181 - Imensidão	23L 752492 8446334	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 182 - Amendoeira	23L 751123 8449497	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 183 - Cansação	23L 753750 8445755	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 184 - Carvalho	23L 753517 8446640	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 185 - Córrego	23L 751249 8448224	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 186 - Juá Mirim	23L 753842 8445009	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 187 - Vendaval	23L 750374 8447639	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 188 - Lajedão	23L 753631 8445866	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 189 - Montanha	23L 750486 8447821	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 190 - Pinheira	23L 751143 8447474	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 191 - Murungu	23L 751298 8447808	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 192 - Surubim	23L 751206 8447626	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 193 - Caldeirão da Jú	23L 753596 8446964	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 194 - Muro da Vaca	23L 749537 8450114	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 195 - Tony	23L 750764 8448902	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 196 - Complexo de Muros	23L 752488 8449280	Caetité	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 197 - Muro da Árvore	23L 752434 8449139	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 198 - Muro do Lajedo Escondido	23L 752484 8448864	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 199 - Muro Contenção	23L 752517 8448808	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 200 - Cacimba e Muro	23L 752614 8448711	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 201 - Sete Flechas	23L 750367 8449514	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 202 - Cacimba Grande	23L 752102 8450188	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 203 - Muro Bonito	23L 752046 8450375	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 204 - Primeiro Muro	23L 752341 8449824	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 205 - Último Muro	23L 752546 8449644	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 206 - Represa da Cristina	23L 750437 8449522	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 172 - Área Cemiterial de Brejinho	23L 766932 8420867	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 207 - Muro do Rafael	23L 766384 8421349	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 208 - Muro da Cobra	23L 766694 8421265	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 209 - Casa Escondida	23L 765432 8417703	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 210 - Cerca da Taboquinha	23L 765553 8421604	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 211 - Morcego	23L 749186 8459603	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 212 - Roberto	23L 749981 8458430	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 213 - Martírio	23L 749517 8465157	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 214 - Rua	23L 748299 8466194	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 215 - Agropolo	23L 748304 8466361	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 216 - Daniel	23L 748143 8467956	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 217 - Torre	23L 748116 8468855	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 218 - Sucam	23L 748262 8466110	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 219 - Flor Branca	23L 751607 8456018	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 220 - Casebre	23L 751362 8456109	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 221 - Duarte	23L 749788 8469472	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 222 - Represa do pasto	23L 749616 8468477	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 223 - Ambar	23L 750685 8456667	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 224 - Ladi	23L 750279 8457968	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 225 - Terra Arada	23L 747773 8464130	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 226 - Muro do Brito	23L 722319 8496101	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 227 - Muro do Gil	23L 722473 8496833	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 228 - Muro do Zeca	23L 722307 8497342	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 229 - Gezu	23L 722179 8497588	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 230 - Forno Vermelho	23L 721795 8497963	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 231 - Muro Quizumba	23L 728495 8499205	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 232 - Muro Cipó	23L 729051 8499449	Riacho de Santana	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 233 - Muro Alfavaca	23L 729073 8499420	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 234 - Muro Jandanta	23L 729097 8499403	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 235 - Muro Mutamba	23L 729109 8499403	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 236 - Poço fundo	23L 721120 8499001	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 237 - Forno Baquiara	23L 721842 8497846	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 238 - Sombra da ovelha	23L 721473 8498290	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 239 - Biqueira	23L 721461 8498325	Riacho de Santana	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 240 - Casa dos morcegos	23L 756093 8451215	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 241 - Casa do Poste	23L 742022 8478734	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 242 - Esterco	23L 743640 8476407	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 243 - Poço do rio	23L 750880 8454704	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 244 - Nelore	23L 744739 8475469	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 245 - Porta Baixa	23L 742102 8478694	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 246 - Teiú	23L 742057 8478702	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 247 - Muro do lamento	23L 751219 8451553	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 248 - Murilinho	23L 751202 8451538	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 249 - Bento	23L 754379 8450591	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 251 - Casa do Asfalto	23L 741915 8478789	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 252 - Cruzeiro Igaporã	23L 740921 8480356	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 253 - Muro Joaquim	23L 753324 8450367	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 254 - Muro Baixo	23L 753191 8450397	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 255 - Jonas	23L 758364 8404952	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 256 - Mazinho	23L 758581 8405054	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 257 - Zeca Pedroso	23L 758492 8405046	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 270 - Torrão	23L 749985 8467428	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 271 - Mura	23L 749928 8467534	Igaporã	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 250 - Acerola	23L 750273 8445223	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 258 - Muro Lajedo do Rio	23L 751253 8449544	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 259 - Muro Mamãozinho	23L 750208 8445539	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 260 - Muro Garrafa	23L 750136 8445407	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 261 - Feijão	23L 749725 8442234	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 262 - Mutamba	23L 749773 8441873	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 263 - Muro da aranha	23L 749913 8441979	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 264 - Muro Coité	23L 750047 8439414	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 265 - Muro boi barroso	23L 755177 8425946	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 266 - Muro Garça	23L 755390 8425735	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 267 - Muro Moringa	23L 755584 8425548	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 268 - Tibira	23L 755446 8425655	Guanambi	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 269 - Muro Carlota	23L 756830 8424197	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 272 - Muro Pinhão	23L 756952 8421388	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 273 - Quixó	23L 756978 8421837	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 274 - Mororó	23L 757821 8416925	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 275 - Siriguela	23L 757082 8421771	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 276 - Zilda	23L 756888 8418399	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 277 - Babosa	23L 759335 8415165	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 278 - Muro Surpresa	23L 753536 8427234	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 279 - Baleia	23L 759454 8414993	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 280 - Patente	23L 759360 8415009	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 281 - Louro	23L 758600 8415959	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 282 - Caritó	23L 752438 8429481	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 283 - Piaçava	23L 752672 8428647	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 284 - Regapé	23L 758403 8416891	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 285 - Pataca	23L 752693 8428622	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 286 - Graviola	23L 756850 8420977	Guanambi	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 287 - Guanambu	23L 759159 8404983	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 153 - Grama	23L 751568 8448676	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 288 - Muro Foice	23L 766040 8421311	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 289 - Cava do Brejo	23L 766032 8421206	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 290 - Caldeirão da Lebre	23L 753523 8446759	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 291 - Cacimba Dupla	23L 754087 8445151	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 292 - Lampião	23L 750664 8447615	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 293 - Papão	23L 750742 8447450	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 294 - Três Mandacarus	23L 756902 8451490	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 295 - Muro Ali	23L 750166 8445305	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 296 - Varandinha	23L 756913 8418494	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 297 - Trevinho	23L 757009 8418521	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 298 - Estradinha	23L 762735 8419861	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2014	Shia	Shia 299 - Micro	23L 765138 8421875	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 300 - Muro Newton	23L 752757 8450059	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 301 - Latão	23L 760955 8413616	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 302 - Cruzeiro Torto	23L 761573 8411931	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 303 - Figo	23L 760464 8408495	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 305 - Altinho	23L 760482 8408017	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 306 Cibebe	23L 760394 8410874	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 307 - Estefani	23L 760053 8410185	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 308 - Degrau de Pedra	23L 759827 8410728	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 309 - Quartinho	23L 760192 8409722	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 310 - Represinha	23L 760563 8408356	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 311 - Belo Monte do Norte	23L 750491 8446531	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 312 - Bom Descanso	23L 765322 8416868	Caetité	Histórico

Leilão correspondente	Ano do cadastro	Tipo de evidência	Denominação	Coordenadas UTM (DATUM SAD 69)	Município	Categoria
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 313 - Cacimba da Baixada	23L 751788 8450317	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 314 - Muro da Grotta	23L 752557 8448626	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 315 - Caldeirão do Céu	23L 750756 8449158	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 321 - Estrada do Lagarto	23L 750596 8448825	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 304 - Britto	23L 760156 8420395	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 325 - Nathália	23L 750227 8444163	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 317 – Casa da Calha	23L 750335 8444290	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 318 – Muro Médio	23L 750985 8443864	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 319 – Muro Cachorrada	23L 749880 8439715	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 322 – Muro Oxalá	23L 750683 8444219	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 323 – Muro Jataí	23L 751143 8443749	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 324 – Muro Jararaca	23L 751290 8443552	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 320 – Cemitério das Letras	23L 759964 8410778	Pindaí	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 316- Muro do Córrego	23L 752218 8449019	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 326 - Jairo	23L 753423 8444592	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 327 - Barrados	23L 752737 8452817	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 328 - Casa do Riacho	23L 751251 8452465	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 329 - Fornalha	23L 758507 8415904	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 330 - Caldeirão Azul	23L 749532 8450345	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 331 - Bacia de Pedra	23L 749727 8445820	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 332 - Tanque Grande	23L 758399 8416016	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 333 - Hosana Paes	23L 757688 8406079	Pindaí	Histórico
USINA SOLAR	2015	Shia	Shia 04 - Pau de Copa	23L 758534 8446894	Caetité	Histórico
USINA SOLAR	2015	Shia	Shia 05 - Margem	23L 758393 8446549	Caetité	Histórico
Leilão 2013	2015	Shia	Shia 202 - Muro Pedra Preta	23L 752741 8447113	Caetité	Histórico

Anexo IV

*Território do Saber – Educação Patrimonial, Arqueologia e
Mediação Cultural*

Zanettini
ARQUEOLOGIA

RENOVA
ENERGIA

ISBN: 978-85-63868-12-1

Diálogos sobre o patrimônio cultural de Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindai, Riacho de Santana e Urandi

TERRITÓRIO DO SABER

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, ARQUEOLOGIA E MEDIAÇÃO CULTURAL

Diálogos sobre o patrimônio cultural de
Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida,
Pindai, Riacho de Santana e Urandi

TERRITÓRIO DO SABER

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, ARQUEOLOGIA E MEDIAÇÃO CULTURAL

**Diálogos sobre o patrimônio cultural de
Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida,
Pindaí, Riacho de Santana e Urandi**

Edição Zanettini Arqueologia	Pesquisas Arqueológicas (em ordem alfabética) Beatriz Lussini Breno de Souza Paiva Camila Azevedo de Moraes Wickers Hendriago Valenziano Juliana Freitas Lucas de Paula Souza Troncoso Luciana Bozzo Alves Murilo Munúba Araújo Paulo Eduardo Zanettini Rodrigo Tugo Amendola Sheila Elizabete Silva
Autores (em ordem alfabética) Camila Azevedo de Moraes Wickers Bernardo de Carvalho Daniela Calvo Rodrigues Dionizio Louise Prado Afonso	
Projeto Gráfico e Diagramação Gabriela Ribeiro Farias	Coordenação Geral Paulo Eduardo Zanettini
Ilustrações Gabriel dos Santos Nunes	
Fotos Zanettini Arqueologia	Tiragem 1.000 exemplares
Revisão Glória Tago	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO EDITOR

228d	Zanettini Arqueologia. 2015 Diálogos sobre o patrimônio cultural de Caetité, Guanambi, Igaporã, Pindai, Licínio de Almeida, Pindai, Riacho de Santana e Urandi / Zanettini Arqueologia - São Paulo: Zanettini Arqueologia. 2015. 42 p. : 21 x 25 cm; il. ISBN: 978-85-63868-12-1 I. Arqueologia 2. Patrimônio Cultural 3. História. I. Zanettini Arqueologia II. Título.
	COD 930 1

Sumário

- 05** Quem é a Renova Energia
- 07** Apresentação
- 08** Arqueologia: um olhar diferente sobre nós mesmos
- 10** Arqueologia Pré-Colonial: construindo histórias indígenas
- 11** Arqueologia Histórica: construindo múltiplas narrativas
- 12** As pesquisas arqueológicas nos Parques Eólicos da Renova Energia
- 13** Etapas da pesquisa arqueológica
- 14** Conheça alguns sítios arqueológicos da nossa região
- 18** Identidade e Patrimônio: povo plural, patrimônio plural
- 19** Entre o material e o imaterial: as diversas faces do Patrimônio
- 20** Mediação Cultural, Arte e Arqueologia
- 23** Uma educação para o patrimônio
- 24** Caetité
- 26** Guanambi
- 28** Igaporã
- 30** Licínio de Almeida
- 32** Pindai
- 34** Riacho de Santana
- 36** Urandi
- 38** O Museu do Alto Sertão da Bahia
- 40** Instituições relacionadas ao Patrimônio Cultural
- 41** Bibliografia

Quem é a Renova Energia

A Renova Energia é líder em geração de energia por fontes renováveis do Brasil e possui o maior empreendimento eólico da América Latina, o Complexo Eólico Alto Sertão I. A empresa concluiu no primeiro semestre de 2014 a construção do Complexo Alto Sertão II. Juntos, são 29 parques eólicos que irão gerar mais de 340 MW de energia.

Fundada há 14 anos, a Renova Energia iniciou sua atuação com o Complexo Serra da Prata (BA), que integra três pequenas centrais hidrelétricas (PCH). Atualmente, além das PCHs e dos complexos eólicos, a Renova ainda investe no crescimento da energia solar. Não à toa foi uma das primeiras empresas a acreditar no potencial do mercado de energias renováveis no Brasil.

Destaca-se por atuar de ponta a ponta na construção dos seus empreendimentos e desenvolve projetos de forma integrada, desde a prospecção até a implantação e operação de usinas geradoras de energia. Em seus 14 anos de existência a empresa investiu na formação de uma equipe multidisciplinar e altamente capacitada formada por profissionais com grande experiência no setor de energia.

A convivência harmoniosa, a valorização e o respeito à cultura local são alguns dos maiores valores da Renova junto às comunidades e municípios onde está presente. Por isso, o Projeto de Educação Patrimonial, Arqueologia e Turismo, foi pensado de forma a disseminar o conhecimento obtido durante as pesquisas arqueológicas realizadas nos municípios de Caetité, Igaporã, Guanambi, Pindai, Licínio de Almeida, Riachão de Santana e Urandi. A Renova considera de extrema importância a identificação e a valorização dos bens patrimoniais da região e incentiva sua preservação, bem como o resguardo dos achados arqueológicos encontrados durante o período que antecede a implantação de seus empreendimentos.

Apresentação

Convidamos você a compartilhar e refletir conosco sobre os patrimônios culturais da sua comunidade, município e região. E quais patrimônios são esses? São as histórias, saberes, objetos e lugares...entre outras coisas que marcam as identidades do Alto Sertão.

Esta publicação faz parte de um programa educativo voltado a criar espaços de diálogo sobre esses patrimônios: o **Programa de Educação Patrimonial, Arqueologia e Mediação Cultural**, desenvolvido pela Renova Energia. Essas ações fazem parte de um programa maior, o **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico dos Parques Eólicos Renova Energia**. Em áreas da região, uma equipe de arqueólogos tem realizado estudos com o objetivo de identificar e revelar vestígios de um passado até então pouco conhecido.

As pesquisas arqueológicas apontaram que grupos indígenas ocuparam essa região desde, pelo menos, 6 mil anos atrás. Esses estudos trouxeram, ainda, informações a respeito da história da formação das comunidades rurais que habitam o Alto Sertão, dialogando com suas memórias.

Desse modo, o **Programa de Educação Patrimonial, Arqueologia e Mediação Cultural** promove um diálogo sobre a diversidade cultural, integrando os achados arqueológicos aos saberes e histórias das pessoas da região. Além disso, as discussões em andamento mostram que o patrimônio cultural é uma ferramenta fundamental para a crítica do presente e a construção do futuro.

Assim, esses diálogos têm envolvido novos olhares sobre o território, a partir da diversidade que permeia a vida social.

Esperamos que as ações deste programa promovam a troca de experiência e conhecimento, suscitem novos olhares e práticas, baseados no multifacetado patrimônio regional.

Participe e divulgue!

Arqueologia: um olhar diferente sobre nós mesmos

Arqueologia é a ciência que estuda o ser humano a partir das coisas produzidas, utilizadas e descartadas pelos homens e mulheres do passado e do presente. Os locais onde são encontrados esses vestígios são chamados de sítios arqueológicos.

No Brasil, as pesquisas são realizadas desde o Período Imperial, quando alguns cientistas já se dedicavam ao estudo de evidências arqueológicas.

Naquela época, a atenção estava voltada para os sambaquis, para os sítios arqueológicos da Amazônia (devido à exuberância de suas peças) e para sítios arqueológicos que mostrassem a antiguidade do homem no território brasileiro.

No século XX, entre as décadas de

1950 e 1970, a Arqueologia brasileira foi bastante influenciada por pesquisadores franceses e norte-americanos, que formaram as primeiras gerações de arqueólogos profissionais no Brasil.

Essas pesquisas permitiram o reconhecimento de grandes áreas, criando um primeiro quadro interpretativo do passado do nosso país. Esses pesquisadores também atuaram no estado da Bahia, possibilitando o desenvolvimento de pesquisas sistemáticas.

Atualmente, a Arqueologia brasileira apresenta um quadro de crescimento, com pesquisas desenvolvidas em diversas regiões do país.

Grande parte dessas pesquisas enquadra-se na denominada **Arqueologia Preventiva, que tem como obje-**

tivo resgatar o patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos diversos, como, por exemplo, estradas, ferrovias e hidrelétricas, conforme determina a legislação brasileira. As pesquisas arqueológicas financiadas pela Renova Energia se enquadram nessa modalidade de pesquisa.

O estado da Bahia tem mais de mil sítios arqueológicos registrados até o momento.

Esses são classificados em diferentes tipos: sítios líticos, cerâmicos, históricos e de arte rupestre. Essa classificação é baseada no tipo de vestígio mais recorrente em cada sítio arqueológico. Por exemplo, um sítio de arte rupestre tem gravuras e pinturas nas paredes do abrigo, mas, ao ser escavado, seu solo pode revelar instrumentos feitos em pedra, cerâmicas e ossos, frutos das ações humanas ali ocorridas.

Patrícia Fernandes na escavação na Casa da Chácara.

Pesquisa arqueológica na área do Parque Eólico Dourado.

Arqueologia Pré-Colonial: construindo histórias indígenas

Sabe-se hoje que os povos indígenas que habitam o continente sul-americano descendem de populações que aqui se instalaram há dezenas de milhares de anos, ocupando quase toda a extensão do continente. Ao longo desse período, essas populações desenvolveram diferentes modos de uso e manejo dos recursos naturais e diferentes formas de organização social, o que é atestado pelo crescente número de pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil e países vizinhos. (Eduardo Góes Neves, *Os índios antes de Cabral: Arqueologia e História Indígena no Brasil*, 1995)

As pesquisas arqueológicas que visam ao estudo das ocupações indígenas antes do contato com o europeu são enquadradas na denominada **Arqueologia Pré-Colonial**.

O território que hoje conforma o país que chamamos de Brasil é habitado há milhares de anos por diversas populações indígenas.

Uma vez que esses grupos transmitiam seus conhecimentos e crenças pela linguagem oral, e não pela escrita, apenas o estudo dos objetos e estruturas que sobreviveram à ação do tempo pode revelar um pouco sobre tais culturas.

Ou seja, esse passado só pode ser recuperado a partir da pesquisa arqueológica.

Milhares de ferramentas em pedra lascada, pedra polida, cerâmicas, restos de fogueiras, estruturas de enterramento, pinturas e gravuras rupestres compõem esse importante patrimônio.

Por meio de escavações e análises minuciosas de laboratório, os pesquisadores conseguem construir capítulos importantes dessa história.

As populações indígenas contemporâneas herdaram algumas características dos povos antigos. Algumas vezes, indígenas participam ativamente da pesquisa arqueológica, auxiliando na identificação e análise dos objetos de seus antepassados.

Outras vezes, o arqueólogo observa o cotidiano das populações indígenas atuais para obter referências para o estudo dos objetos que encontra. Esse ramo da Arqueologia é chamado de etnoarqueologia.

Arqueologia Histórica: construindo múltiplas narrativas

Os objetos, vistos como uma espécie de resíduo básico das relações sociais, como suportes destas, analisados dentro de uma perspectiva relacional, são capazes de falar sobre diversos aspectos e instâncias das relações humanas ao longo do tempo e, quiçá, são capazes de fornecer elementos para reescrevermos a nossa própria história. (Paulo Eduardo Zanettini, *Por uma arqueologia de Canudos e dos brasileiros letrados*, 1996)

A Arqueologia não trata apenas do passado indígena. Muitos arqueólogos dedicam-se ao estudo de épocas mais recentes a partir do olhar da Arqueologia, no âmbito da chamada **Arqueologia Histórica**. Ou seja, no continente americano, a pesquisa arqueológica que aborda sociedades após a chegada do colonizador europeu é enquadrada nesse campo da disciplina.

Nesse caso, o diálogo com historiadores e com outras áreas do saber é fundamental, mas a fonte principal de informação continua sendo a cultura material.

Objetos (louças, cerâmicas de produção local, vidros e metais), bem como ruínas de edificações (antigas casas de adobe, tijolo ou pau a pique), e antigos caminhos, contam, muitas vezes, histórias que não foram escritas ou, até mesmo, contradizem a história escrita e a versão oficial que, em geral, é apresentada nos livros.

A Arqueologia Histórica procura realizar uma leitura das mudanças nas expressões culturais das sociedades no tempo e no espaço.

As Pesquisas Arqueológicas nos Parques Eólicos da Renova Energia

O Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico nos Parques Eólicos da Renova Energia tem especial importância no âmbito da Arqueologia Preventiva efetuada em empreendimentos eólicos, em franca expansão no estado da Bahia, uma vez que congrega proposições metodológicas específicas, no escopo de uma abordagem regional.

Esse programa e outros estudos relacionados à atuação da Renova Energia na região já possibilitaram a identificação de **262 sítios arqueológicos e 551 sítios históricos de interesse arqueológico, totalizando mais de 800 bens patrimoniais** que evidenciam um extenso e diversificado processo de ocupação humana nessa porção do território baiano.

Além das ocupações indígenas com mais de 6 mil anos na região, o programa direcionou seu olhar para as estruturas e assentamentos relacionados às comunidades tradicionais que ali vivem.

Assim, as pesquisas arqueológicas realizadas no Alto Sertão, ao contemplar as manifestações materiais recentes, trazem uma perspectiva antropológica e uma história do tempo presente, integrando o patrimônio arqueológico aos demais patrimônios do Alto Sertão da Bahia.

Etapas da pesquisa arqueológica

- 1** O primeiro passo envolve a análise de mapas da região e imagens das áreas. Essas informações ajudam os arqueólogos a planejar suas ações de campo.
- 2** Com mapas e GPS nas mãos, a equipe caminha dezenas de quilômetros para encontrar os sítios arqueológicos. No caso das pesquisas realizadas nos Parques Eólicos da Renova Energia, foi dada ênfase às áreas onde serão instalados os aerogeradores, acessos e demais estruturas do empreendimento.
- 3** Nos sítios arqueológicos identificados, foram realizadas atividades de documentação e resgate. Cada peça coletada tem sua localização registrada, áreas de escavação são abertas e, nos sítios históricos, estruturas são minuciosamente desenhadas e fotografadas.
- 4** No laboratório, cada peça é limpa, numerada e analisada por especialistas. Até o momento, foi coletado na região um acervo composto por mais de 50 mil peças.
- 5** Os resultados da pesquisa são divulgados para a comunidade. No caso da Renova Energia foi concebido um programa especialmente dedicado à socialização do conhecimento construído, intitulado "Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial". Paralelamente, a política de investimento social privado da empresa possibilitou a concepção do Museu do Alto Sertão da Bahia, em processo de implantação.

Sítios Arqueológicos são lugares onde são encontrados objetos, restos de alimentação, enterramentos humanos, resquícios de construções, alterações do terreno ou qualquer outra evidência material relacionada à atividade humana.

Sítios Históricos de Interesse Arqueológico são locais com presença de vestígios materiais, em geral ocupados ou recentemente abandonados, que em sua maioria remete à segunda metade do século XX.

Conheça alguns sítios arqueológicos da nossa região

Sítio arqueológico Elizabete

Localizado em Caetité, é um abrigo cujas paredes contêm pinturas rupestres. Os desenhos, com diferentes tamanhos, têm uma grande variedade de temas, como figuras humanas e cenas de caça. Segundo relatos de pessoas que moram próximo ao sítio arqueológico, em seu entorno existiu uma frente de garimpo. O uso de explosivos para a extração de minerais acabou causando danos ao sítio arqueológico.

Sítio Arqueológico Arvoredo

Localizado na cidade de Pindaí, os arqueólogos encontraram no terreno diversos instrumentos feitos em pedra, chamados pelos pesquisadores por objetos líticos. Com esses artefatos, foi possível refletir sobre as técnicas de confecção e como esses instrumentos eram usados.

Sítio arqueológico Moita dos Porcos ou Toca do Tapulo

Localizado no município de Caetité, é um abrigo sob rocha cujas paredes contêm gravuras rupestres. Durante as escavações, foram coletadas peças feitas em pedra lascada e fibras vegetais. Segundo relatos, o local tem danos causados pela retirada de fragmentos do abrigo para a comercialização e pela escavação do solo da gruta para a obtenção de "salitre". O sítio já é visitado há alguns anos pela comunidade local e por turistas. O turismo espontâneo, não planejado, também pode causar uma série de impactos negativos ao patrimônio arqueológico. Por isso é importante o trabalho com esse sítio nas atividades de Educação Patrimonial. Ele será um Núcleo do Museu do Alto Sertão da Bahia, no âmbito do Programa Catavento da Renova Energia.

Sítio arqueológico Terra Vermelha

Localizado em Guanambi, nele foi encontrada uma concentração de fragmentos de cerâmica e objetos feitos em pedra (líticos). Esses fragmentos cerâmicos apontam uma matriz cultural Jê, uma das etnias indígenas que ocupou a região.

Sítio arqueológico Fazenda Santo Antônio

Localizado na cidade de Igaporã, é um sítio arqueológico do período colonial. É uma antiga sede de fazenda, uma das primeiras da região. A casa tem paredes de pedra e o espaço da propriedade é demarcado por muro. Os arqueólogos identificaram fragmentos de cerâmica, faiança fina, vidros, metal e restos de construção.

Sítio arqueológico Gado Bravo

Localizado no município de Caetité, seu nome está relacionado à fazenda Gado Bravo, local cercado por muitas lendas e mistérios. Segundo a documentação encontrada, trata-se de uma propriedade rural da segunda metade do século XIX. As pesquisas arqueológicas identificaram estruturas relacionadas à moradia, capela, cruzeiro, cerâmicas e louças. Relatos sobre bolas de fogo, revelações em sonhos a respeito de cura emendado e as versões a propósito da morte de José Joaquim Xavier revelam as narrativas presentes nesse importante patrimônio. Você já ouviu essas histórias?

Sítio arqueológico Estrela da Tarde

Localizado no município de Caetité, nele podemos ver ruínas de uma antiga casa constituída em pau a pique. Na pesquisa, os arqueólogos também encontraram fragmentos de faiança fina, garrafas, pederneira, moeda, com data de 1825, chave de metal e cerâmicas de produção local.

Sítio histórico de interesse arqueológico Cristina I

Localizado próximo à Comunidade de Cristina, no município de Caetité. Trata-se de uma construção em pau a pique, com telha de cerâmica, conhecida na região como *capa e biça*. Ao redor dessa pequena edificação, os arqueólogos encontraram fragmentos de louça branca, vidro, embalagens metálicas e restos de construção. De acordo com informações orais, a casa foi reformada várias vezes, mas é uma das mais antigas da região.

Sítio arqueológico Antenor

Localizado no município de Licínio de Almeida, próximo a comunidade quilombola de São Domingos. É uma moradia possivelmente do final do século XIX ou início do século XX. Feita de adobe e com alicerce de pedra, contém também vestígios associados ao antigo engenho. Você já viu um engenho?

Sítio histórico de interesse arqueológico Muro do Sol

O Muro Sol está localizado no município de Guanambi. É um tipo de vestígio do passado recorrente em toda a região. Trata-se de um muro estruturado com blocos rochosos sobrepostos, possivelmente usado para marcar divisa de propriedades. Você sabia que um muro pode ser considerado patrimônio?

Sítio arqueológico Reis

Localizado no município de Guanambi, reúne elementos frequentes em diversos sítios arqueológicos e históricos estudados na região: uma casa construída em adobe sobre embasamento de pedra, um curral, uma casa de farinha, um forno de pedra e uma prensa de madeira, entre outros. Sua última moradora, a senhora Maria Reis, dentre outras atividades, fiava e tecia algodão, tendo sido coletados alguns objetos relacionados a essa prática tradicional, tão marcante na região.

Sítio histórico de interesse arqueológico Forno Vermelho

Localizado no município de Riacho de Santana, é um forno de adobe com base de pedra, utilizado na produção de carvão. Esse sítio nos permite refletir sobre o patrimônio por meio das técnicas construtivas, dos costumes e do trabalho cotidiano.

Casarões de Tauape.

Cerâmicas de Maria do Pote.

Valtelina Santana e o cultivo de ervas.

Cemitério na comunidade do Pajeú do Josefino.

Reisado na comunidade quilombola Gurunga.

Identidade e Patrimônio: povo plural, patrimônio plural

Mas, afinal, o que é o homem brasileiro? O mito das três raças – índios, negros e brancos – é pouco para falar sobre um povo e sua capacidade de se misturar ou de conviver com diferenças, hierarquias e muitas tradições culturais. Na terra que cultiva o doce, na festa que colore as roupas, nos tachos que atizam a fome, nos contos que celebram a vida e lamentam a morte, no fé que ora nos leva ao terreiro de candomblé, ora à igreja, os brasileiros se encontram, se igualam e se distinguem. Nas nações indígenas que vivem aqui de longa data, das muitas áfricas para cá trazidas, de portugueses, alemães, turcos, libaneses, italianos, japoneses e muitos outros que também chegaram, em épocas diversas e por motivos vários, se faz a expressão ímpar de um povo plural. (Texto de Apresentação do Museu de Folclore Edison Carneiro, RJ)

Vivemos em uma sociedade marcada por uma cultura plural. Assim, não existe um patrimônio cultural brasileiro, existe, sim, uma multiplicidade de bens culturais, muitos não consagrados. A partir dessas informações é possível notar que qualquer ação centrada no patrimônio sempre está pautada em seleções, uma vez que é impossível darmos conta de toda a multiplicidade de bens culturais de uma sociedade.

A diversidade implica várias identidades, identidades no plural, fluidas e em constante alteração, pertencimentos múltiplos, às vezes parciais e contraditórios. (Funari e Carvalho, 2010)

A Arqueóloga como ciência social pode, e deve, fornecer elementos para a

valorização dos direitos das comunidades sertanejas, indígenas, afrobrasileiras, entre outras, visando a uma política patrimonial inovadora e inclusiva e à luta por museus mais democráticos.

Devemos lembrar que a "gente comum" normalmente não se identifica com os vestígios arqueológicos, já que, na maioria das vezes, são ensinados a desprezar os povos indígenas, negros, mestiços, pobres, "em outras palavras, a si próprios e a seus antepassados". (Funari, 2001)

É importante, assim, que se valorize e se preserve os vários patrimônios, a fim de que a comunidade conheça um pouco mais sua história e aprimore sua reflexão sobre suas identidades.-

Carro de boi na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.

Para o Ministério da Cultura (MinC), o patrimônio cultural pode ser dividido em duas categorias: o patrimônio material e o patrimônio imaterial.

O patrimônio material é composto pelos bens paisagísticos, etnográficos, históricos, arqueológicos e artísticos. Esses são divididos em bens imóveis – como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos – e bens móveis – como peças arqueológicas, documentos históricos, fotográficos e cinematográficos.

A UNESCO define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

Entre o material e o imaterial: as diversas faces do patrimônio

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão do Ministério da Cultura, também classifica os bens patrimoniais como referências culturais, procurando ressaltar que os patrimônios materiais e imateriais são complementares, como faces da mesma moeda. Assim, temos as seguintes categorias:

→ **Ofícios, saberes e modos de fazer** – atividades desenvolvidas por conhecedores de técnicas e matérias-primas como, por exemplo, artesãos, benzedores, pessoas que trabalham com culinária ou técnicas construtivas, entre outras;

→ **Celebrações** – momentos de reunião de grupos, incluindo decoração, roupas, gastronomia, músicas e objetos;

→ **Formas de expressão** – manifestações de música, artes, teatro, entre outras;

→ **Lugares** – espaços onde se realizam e reproduzem práticas culturais das comunidades;

→ **Edificações** – construções que são referenciais para a memória e a identidade das comunidades.-

Mediação Cultural, Arte e Arqueologia

O percurso educativo desse programa propõe o diálogo entre os conceitos e práticas da Arqueologia, da Educação Patrimonial e da Mediação Cultural. Já apresentamos algumas ideias a respeito da Arqueologia e da sua inserção no campo patrimonial, destacando que a Arqueologia é uma forma de olhar mundo, cujos resultados fazem parte do amplo mosaico do que denominamos como patrimônios culturais. Agora vamos tratar um pouco acerca da mediação, para então chegarmos ao conceito de Educação Patrimonial.

A prática da mediação teve início nos museus na década de 1970. O objetivo era mudar o pensamento a respeito dos museus serem depósitos de co-

leções ou de bens herdados com o intuito de ressignificar objetos.

Aos poucos, a mediação extrapola os muros dos museus e parte para as escolas, comunidades, espaços culturais, entre outros.

Além de promover um diálogo, a mediação é uma experiência coletiva que incentiva a democratização da cultura e do patrimônio cultural.

A abordagem triangular, proposta por Ana Mae Barbosa (2009), é uma das formas de mediação utilizadas no Brasil.

Para ela, a construção do conhecimento se dá a partir de três eixos: ver, contextualizar e fazer artístico.

Essa perspectiva privilegia a relação não hierárquica entre os eixos e

trabalha a relação ensino / aprendizagem ao mesmo tempo a leitura da imagem, objeto ou campo de sentido da arte (análise, interpretação e julgamento), contextualização e prática (o fazer artístico).

É possível trabalhar com a mediação cultural na Arqueologia, por meio do trabalho com os objetos, com os sítios arqueológicos, com as narrativas acerca desses lugares ou ainda por meio de imagens ou outras representações do patrimônio arqueológico.

Como arte possibilita um olhar sobre o mundo que nos rodeia, ela é um instrumento valioso para pensarmos sobre o passado a partir do presente, projetando um futuro.

Podemos trabalhar com esses diversos olhares: das comunidades, dos professores, dos artistas, dentro e fora da sala de aula.

Curiosidade

O programa de Educação Patrimonial vem ocorrendo desde 2011, nos municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí. São desenvolvidas Rodas de Conversa com as comunidades e oficinas com os professores. Em 2014, os municípios de Urandi, Licínio de Almeida e Riacho de Santana também foram envolvidos no Programa.

Mediação durante oficina com professores.

Educador confeccionando caderno em oficina para professores.

Roda de conversa com a comunidade.

Educador Edicartles Pereira Souza mostrando caderno de impressões patrimoniais produzido em oficina para professores.

Ação Educativa durante a escavação na Casa da Chácara.

Uma educação para o patrimônio

A Educação Patrimonial visa o planejamento de ações pedagógicas, permanentes e sistemáticas, na área do patrimônio cultural enquanto fonte primária de conhecimento. Junto às comunidades em geral, por meio do contato direto, para que elas possam identificar os bens culturais que possuem (...). É a consolidação de sujeitos sociais – crianças, jovens e adultos –, para que eles entendam que patrimônio não é algo exterior aos indivíduos, pois foi produzida por eles mesmos ao longo da história. (IPHAN, 2010)

A Educação Patrimonial é um processo educativo baseado no Patrimônio Cultural. Um centro histórico, um objeto da arte popular, uma peça arqueológica, uma dança, enfim, qualquer manifestação cultural do passado ou do presente pode ser utilizada como fonte de conhecimento na ação educativa patrimonial.

Para tanto, existem alguns conceitos a serem trabalhados, como Patrimônio e Cultura.

Patrimônio significa herança. Uma herança que vai muito além do valor monetário: herança genética, emocional, memória, enfim, muito do que somos reflete nossa família, nossos antepassados, o lugar de onde viemos e onde vivemos. Cabe a cada um de nós eleger, de forma democrática e plural, parcelas desta herança como patrimônio.

O conceito de Cultura engloba tudo o que é aprendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo e que confere a cada um deles uma identidade dentro desse grupo.

A Cultura é, portanto, Patrimônio, mas, um patrimônio dinâmico, que vai mudando permanentemente ao longo do tempo.

Para viver democraticamente é preciso reconhecer a diversidade cultural e mostrar que não existem culturas superiores a outras. É evidenciar a importância dos diferentes segmentos que formam a sociedade, valorizando e preservando os bens patrimoniais ligados aos mais diferentes grupos.

Nas páginas a seguir, vamos caminhar pelos municípios que compõem o programa e conhecer alguns, dentre os muitos, patrimônios culturais das comunidades que vêm participando das ações educativas.

São os olhares, conhecimentos e histórias das mestras e mestres do Alto Serião. Experiências que têm desafiado e inspirado os pesquisadores e que aqui têm aprendido a se renovar.

Produção de cerâmica na comunidade quilombola Pau Ferro Joazeiro.

Caetité

Caetité há muito tempo vem se destacando como um polo cultural no sudoeste baiano. A cidade encanta com seus casarões, o Arquivo Público Municipal, o Observatório Meteorológico, a Catedral Nossa Senhora de Santana, a Igreja de São Benedito, as praças e demais edificações. Essas são apenas algumas referências diante de tantos patrimônios que os caetiteenses elencaram durante as ações educativas realizadas no município. A feira se destacou por concentrar muitos saberes e fazeres, dentre eles a gastronomia, os trabalhos em madeira, os potes e panelas de barro, os temperos, os artesanatos. Trata-se de lugar de encontro, de

troca entre pessoas de diferentes regiões do município.

As festas populares e religiosas foram ressaltadas como importantes celebrações, em destaque a festa de independência da Bahia, ou 2 de julho, a Festa de Santana e o carnaval. Também foram mencionados como referências culturais os cruzelhos, as diversas capelas, o boi de Idalino, os engenhos, as carpideiras, o fogão a lenha, o carro de boi, o morro do cruzeiro, as penitências, as histórias de assombração, a via-sacra, as diversas comunidades quilombolas e suas tradições.

A Educação vem sendo prioridade no município: as escolas, os cursos técnicos diversos e a UNEB destacam-se por seu trabalho em sala de aula, visando o incentivo à pesquisa e à valori-

zação do patrimônio cultural. Além do ensino formal, outras instituições contribuem com a cultura local, destacando-se a Casa Anísio Teixeira e o Espaço Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Foram os educadores os primeiros a reivindicarem um espaço para a guarda e apropriação dos acervos arqueológicos coletados nos mais de 500 sítios arqueológicos e históricos estudados na região – dentre os quais mais de 200 estão em Caetité. Tal reivindicação tornou possível o início do processo de implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia, com sede na Casa da Chácara, além de possuir outros cinco núcleos museológicos em diferentes áreas do município. Um desses núcleos ficará na escola do Distrito de Caldeiras, famoso por seu patrimônio cultural.

Dia da Consciência Negra 20 de Novembro

"Para finalizar essas palavras
Peço respeito e amor
Com a raça negra
Que sofreu perseguição e dor
Negros do bem
Que trabalhou como escravos
Para fazendeiros brancos
Dar aos filhos bons empregos e salários
Por isso minha gente
De qualquer raça e cor
Não guarde em seus corações".

Rosângela Maria da Silva

Paredão do distrito de Caldeiras.

Terreiro Ilê Asé Dana Dana.

Dança Afro comunidade quilombola Mercês.

Edvaldo Rodrigues dos Santos mostrando seu artesanato com palha.

Rosalino da comunidade Curral de Varas com suas ervas.

O trabalho do benzedor

"O benzedor, também é conhecido como rezador e curador.

Trata-se de uma atividade praticada para curar uma pessoa doente, aplicando orações e preces em geral acompanhados por alguma erva".

Rosalino Lopes dos Santos

Guanambi

Guanambi não se trata apenas de um grande centro comercial. O município possui relevante patrimônio cultural identificado pelos participantes das mais diversas oficinas realizadas no âmbito do programa, em especial aquelas feitas com os professores. Suas escolas são engajadas no levantamento das diversas memórias e histórias do município e, cada vez mais, tornam-se espaços de multiplicação dessas informações com a comunidade.

Além das escolas, também se destacam importantes instituições culturais, como a Casa de Dona Dedê e a Fundação Joaquim Dias. Ambas vêm lutando para contar narrativas sobre o

passado e incentivando reflexões sobre o presente da população. Também destaca-se a Casa do Escritor Domingos A. Teixeira, que apresenta peculiaridades sobre a localidade. O MASB também terá núcleos museológicos em Guanambi, localizados nas comunidades Curral de Varas e Pajeú do Josefino.

Dentre os bens patrimoniais destacados pela comunidade estão as casas antigas da cidade e dos povoados; as festas tradicionais, em especial a festa de São João; a Praça do Feijão, que abriga diferentes eventos; a noite cultural; as danças folclóricas; o parque da cidade, os artistas locais; a cavalgada; a orquestra sinfônica; a culinária regional; a casa do artesão; a história da Leocádia que inclusive, já virou filme.

A pedra do Índio e o nome Guanambi ressaltam à memória as populações indígenas que viveram por tanto tempo na região. Os mais de 190 sítios arqueológicos e históricos estudados no município ajudam a contar histórias, muitas dessas desconhecidas das populações que habitaram o território de Guanambi no decorrer do tempo.

Valmir e Filinto Brito da Silva, violeiros da comunidade Curral de Varas.

Parteira Carolina da comunidade Pajeú do Josefino.

Cerca de pedra na comunidade Pajeú do Josefino.

Quadilha da comunidade Curral de Varas.

Estrada Real na Comunidade Quilombola Gurunga.

Igaporã

Igaporã possui multifacetado patrimônio cultural. Segundo as centenas de participantes das oficinas de Educação Patrimonial, a área urbana do município é marcada por uma gama de bens culturais, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento, a casa grande da praça da igreja, os casarões, a casa paroquial, as praças, o ginásio de esportes, entre tantos outros.

As celebrações também foram mencionadas pela população: as festas juninas que coloreem com sua decoração o município, em especial a festa de São Pedro; a Via Sacra; a alvorada; e a festa da Padroeira; além da Cavalga-

da, que possui um parque específico para sua realização.

A zona rural de Igaporã apresenta importantes referências culturais. Há quem diga que o principal bem é a Casa de Pedra, na fazenda Santo Antônio. Porém, ressaltam na paisagem rural os muros de pedra, os cruzeiros, as casas de farinha, as casas de barro ou "enxurimento", os engenhos... Os saberes das parteiras, benzedeiros, os grupos de reisado, de folia de reis, as ladainhas em latim. Ainda é importante destacar as comunidades quilombolas, com suas tradições e memórias.

Juntam-se a esses tantos outros bens os sítios arqueológicos. Em Igaporã foram evidenciados, até o momento, 108 sítios arqueológicos e históricos. São lugares que contam histó-

Lugares: A estrada real na Comunidade Quilombola Gurunga

"Minhas tias contavam que no alto da estrada dava para pegar o céu com as mãos".

Roseli Benevides

rias dos antigos habitantes da região e também da formação das diferentes comunidades que formam o município.

Por fim, destaca-se o trabalho do Espaço Cultural, que realiza importantes ações com crianças, jovens e idosos. O Espaço Cultural vai abrigar um dos três núcleos museológicos do MAB, os outros dois núcleos do município ficarão no Colégio Municipal do Tamboril e na Comunidade Quilombola Gurunga.

Cantoria na comunidade Cachoeira do Tatu.

Casa de farinha na comunidade do Tamboril.

Reisado na comunidade quilombola Gurunga.

Festa de São José.

Galpão da Linha Férrea.

Licínio de Almeida

Ao som da zabumba e do apito do trem estão guardadas as histórias de Licínio de Almeida. A partir da linha férrea, o município ganha o nome que carrega até os dias atuais. Gado Bravo, seu antigo nome, foi trocado. Desse tempo, restou a lagoa, as antigas edificações e as histórias contadas pelos moradores.

O trem foi trazendo de outros lugares pessoas, culturas e costumes que fizeram de Licínio um lugar ímpar. As referências culturais dessa cidade são muitas: as parteiras, as cavalgadas, a novena de nossa Senhora da Conceição, o Leilão e o reisado.

Algumas dessas referências foram

se modificando ao longo do tempo, como o trabalho das parteiras que foi se extinguindo com o surgimento dos hospitais. Já outras, como o reisado, permanecem vivas. Álvaro Brito Alves, mestre de reisado, fabrica seus instrumentos e organiza o terno de reis. Algumas músicas foram feitas por ele. Seus filhos aprenderam a tocar os instrumentos utilizados no reisado com o próprio mestre Alves. O sindicato dos trabalhadores rurais tem um papel importante na manutenção do reisado na medida que apoia essa celebração.

Recentemente, as cavalgadas aparecem como uma busca pelo estilo de vida rural. Ao todo no município de Licínio de Almeida, são nove cavalgadas, algumas com 300 cavaleiros participantes.

Licínio de Almeida também tem lugares significativos para a comunidade: a cachoeira sete quedas e o sítio arqueológico Pedra Arenosa, cadastrado pelo arqueólogo Carlos Alberto Etchevama. O local tem incríveis pinturas rupestres, com o poder de transportar o visitante para outros tempos.

Tauápe, distrito de Licínio, também possui várias referências, como antigos casebres; a festa de Nossa Senhora da Piedade, que existe por conta de uma promessa feita pelo primeiro morador do lugar, Domingos Tupinambá e o reisado das ciganas.

Esse reisado de ciganas teve suas músicas coletadas em um município vizinho, Caculé, e a partir daí seus participantes pesquisaram como seriam as roupas e também a bandeira.

Reis ao Dono da Casa

"Vou chegando no terreiro
Nesta casa de harmonia,
Porta aberta luz acesa
Receber com alegria
O Sr. Dono da casa
Boa nova vou lhe dar
Receber o Santo Reis
Que aqui veio lhe visitar
Que aqui veio lhe visitar
Com prazer e alegria
Receber o Santo Reis
O Senhor, e sua família".

Reisado do mestre Alves

Sítio Pedra Arenosa.

Reisado do mestre Alves acompanhado por seus filhos.

Cachoeira sete quedas.

Linha férrea.

Sítio Histórico Regapé

Pindai

O patrimônio arqueológico de Pindai é formado por muitos sítios arqueológicos e históricos que favorecem uma melhor compreensão das diferentes ocupações da região. Além de possibilitar narrativas sobre os povos indígenas que viveram onde hoje é Pindai, contam histórias sobre a formação dos primeiros povoados e sobre comunidades mais recentes que habitam a região.

Além dos bens arqueológicos, o município apresenta outras tantas referências culturais, como as praças, os casarões, a igreja matriz, a fonte, as festas religiosas, os artesanatos, os artistas locais, as carroças e os carros de

boi, os potes e as panelas de barro, o pillão, as benzedelas, os festejos, as rezadeiras das almas, as celebrações de casamento, com o quebra pote e o quebra panela. Uma das comunidades, Cubículo, que participou da roda de conversa em 2014, realizada no âmbito do Programa de Educação Patrimonial da Renova Energia, ainda mantém viva tradições como o tocar a viola e a sanfona, os tecidos feitos com o fuso e a forma de cultivar a roça e as poesias.

Durante a conversa com seus moradores foi notado um dado importante para as pesquisas arqueológicas: a reutilização de objetos, como a enxada reaproveitada em formato de martelo. Os arqueólogos encontraram a enxada amassada e essa informação traz um novo significado para o objeto.

Assim, a conversa com as comunidades próximas à pesquisa realizada é fundamental para o entendimento da ressignificação dos objetos pela comunidade.

Um elemento mencionado pelos moradores de Pindai foi a proximidade do estado de Minas Gerais, que faz com que o município apresente elementos culturais mineiros e baianos, o que dá à culinária local uma característica ímpar.

A paisagem da região, com seus montes, fauna e flora, traz características específicas e de notável beleza, nesse sentido, é válido citar a Serra Geral que o município compartilha com os municípios que constam neste Programa de Educação Patrimonial.

Oficina com a comunidade de Cubículo.

Oficina com os professores.

Trecho do hino de Pindai

"São João da Gameleira
Ouro Branco do Algodão
Não importa é brasileira
Dentro dessa imensidão
Pindai nossa cidade
Está em nosso coração
Somos frutos de um povo lutador
Que trabalha em toda e qualquer profissão
Enfrentando com coragem e amor
Vivendo a vida e buscando ganhar o pão".

Trecho do hino de Pindai citado em oficina com os professores

Serra Geral do Espinhaço.

Sítio arqueológico Agapito.

Praça Monsenhor Tobias.

Riacho de Santana

Os casarões do centro, localizados ao redor da praça Monsenhor Tobias são muito relevantes para os moradores de Riacho de Santana. Nessas construções do século XIX e início do XX, ocorria uma prática cultural muito importante: as lapinhas.

Quem se lembra das disputas para o preparo delas? Quem se lembra de Clara e Leonor, tentando fazer a melhor lapinha, e a população da cidade contando para uma e para outra o que ambas estavam fazendo?

Os materiais utilizados para fazer essas lapinhas eram praticamente caixas de papelão, jornais, alguns elementos que pegavam na natureza, co-

mo plantas, pedras, galhos. A base das lapinhas era feita com a árvore barriguda e uma dose de muita criatividade.

Pelas janelas das casas se via e ouvia o drama da Cavallhada Mourama acontecendo na praça. Novamente a disputa, agora em forma de teatro, o rei mouro rouba a princesa cristã e se faz toda uma guerra entre cristãos e mouros. É uma manifestação centenária feita desde 1926. Durante a celebração, cristãos se vestem de azul enquanto os mouros se vestem de vermelho.

Das portas dessas casas também saíam os foliões para pular o carnaval nas ruas da cidade. Um caninhão conduzia os músicos e os foliões seguiam atrás dançando as marchinhas.

Outro marco importante de Riacho são suas 12 comunidades quilombolas, que imprimem uma dinâmica cultural diversa. Entre essas comunidades, há uma na área urbana, a Largo da Vitória, que está resgatando vários costumes como o reisado, a capoeira, a contação de história e onde ainda pode ser vista a lapinha de Otília Pereira Silva. Em Riacho também se destaca o trabalho de Maria do Poto, reconhecida por toda a região por produzir manualmente suas cerâmicas, e o de Dona Mariã, que faz seus doces e vende para diversos lugares no país.

Vale destacar o movimento de mulheres camponesas. Organizadas em uma Associação, produzem produtos que são distribuídos para diversas famílias de Riacho de Santana.

As Lapinhas de Riacho de Santana

"Fazia os bichinhos da lapinha, eu fazia tudo, tudo feito de barro, comprava a tinta e pintava, com isso vendia para o povo lá na feira e alimentava meus filhos com esse dinheiro, ganhava o que comer vendendo isso para o povo e dava de comer aos meus filhos. Porque todo mundo tinha lapinha em suas casas, mas não eram todos que faziam suas lapinhas".

Otília Pereira Silva

Detalhe da Casa do Sol.

Comunidade quilombola Largo da Vitória.

Capela da comunidade Barreiro do Bom Sucesso.

Doces de Mariã Terezinha Castro.

Cova da Mandioca

Urandi

A preocupação com a preservação da memória local e com a continuidade de algumas tradições é um traço da população. Essa preocupação impulsionou a criação da Casa de Memória de Urandi. Nela, vários objetos doados pelos moradores se transformaram em exposição.

Através da pintura alguns moradores capturam as referências culturais, reforçando o valor de sua cultura, como é o caso de Cláudia Manoela da Silva Santos, que se inspira na cidade, nos trabalhos desenvolvidos pelos moradores e no patrimônio cultural de Urandi para pintar seus quadros.

Entre as referências culturais está

o reisado com grupos que circulam entre o urbano e o rural. As edificações, entre elas, os casarões de Carlos Liberato e Pedro Alves de Souza, guardam aspectos importantes da cultura do município: os presépios, lapinhas e saberes relacionados à fabricação da cachaça.

Os trançados de alho e cebola comercializados na região, além de um saber local, marcam um momento de reunião. Ao pé de uma grande árvore, como é o caso de Sebastiana Carvalho dos Santos, as cebolas são trançadas acompanhadas de músicas, conversas e histórias.

Dona Arlinda, benzedeira da região, faz de suas rezas um ritual que lembra versos de poesia, continuando a ecoar nas memórias dos moradores

de Urandi.

Já o ato de benzer é uma prática que vem diminuindo, pois, como conta a benzedeira, é preciso ter o dom para benzer.

Alguns lugares na área rural são importantes para Urandi: a Igreja do Santo, nome pela qual é conhecida a Igreja de Santo Antônio, construída há mais de 200 anos pela família de Honório e Manoel Nogueira, em devoção a Nossa Senhora Aparecida.

Também cabe citar antiga hidroelétrica, que colocou Urandi como a primeira cidade da Bahia a ter fornecimento elétrico de matriz hidráulica, e a barragem Cova da Mandioca, responsável pelo abastecimento de água de muitas famílias da região.

Relíquia Vital

"O mundo é muito rico;
Tem petróleo e muito ouro!
A água, líquido precioso,
É nosso maior tesouro!"

Sebastião Santos Silva

Casarão de Pedro Alves

Cebolas trançadas de Sebastiana Carvalho dos Santos

Pintura de Cláudia Manoela da Silva Santos

Casa de memória

O Museu do Alto Sertão da Bahia

O Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB) nasceu da mobilização de professores, membros das áreas de cultura, história e turismo da região, entre outros.

Em 2011, durante as oficinas de educação do Programa de Educação Patrimonial, Arqueologia e Mediação Cultural, a notícia de que os objetos arqueológicos coletados seriam enviados para um museu em Rêus, por falta de instituições museológicas na região, provocou a indignação dos atores locais, que formaram um Grupo de Trabalho e passaram a discutir caminhos para a preservação desse patrimônio.

A Renova Energia passou, então, a apoiar o projeto no escopo de sua política de investimento social privado.

Dessa maneira, foram criados espaços de diálogo, que envolveram diferentes grupos: escolas, associações de trabalhadores rurais, comunidades quilombolas, movimentos sociais, moradores do Bairro da Chácara, professores e estudantes da Universidade do Estado da Bahia - UNEB Caetité, Secretarias Municipais de Educação e Cultura dos municípios envolvidos, entre outros.

A partir desses diálogos, foi construído o planejamento do MASB, envolvendo mais de 2500 pessoas.

Com o objetivo de preservar a diversidade cultural do Alto Sertão por meio das diferentes histórias e memórias da região, o MASB adotou o modelo de museu de território, sendo formado por uma sede e dez núcleos museológicos. Desde a finalização do Plano Museológico, em março de 2013, as ações se voltaram ao seu fortalecimento institucional, à dinamização dos núcleos por meio de inventários patrimoniais e formação de agentes culturais e à adequação do espaço dedicado à sede, a Casa da Chácara, cedida pela família proprietária. Atualmente, as discussões, abalizadas pela Associação de Amigos do MASB - AMASB, também se voltam à construção de caminhos de sustentabilidade do museu.

Venha fazer parte você também do MASB!

Contato da AMASB: Rua Travessa Jatobá, 165, subsolo I, Bairro Rancho Alegre | Caetité
E-mail: gtamasb@gmail.com

Associação de Amigos do MASB.

Ciclo de Debates do MASB.

Visita dos núcleos museológicos à sede do MASB.

Missão do MASB: "O Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB) tem como objetivo preservar o patrimônio cultural do Alto Sertão, adotando esse território como campo de pesquisa e de intervenção social. Para tanto, o MASB visa integrar diversos agentes, instituições e segmentos sociais, cuja participação é fundamental para que as diferentes memórias, histórias e identidades sejam contempladas nesse museu. Busca-se construir uma instituição de excelência, onde os processos educativos propiciem diferentes leituras do mundo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região a partir de uma ação descentralizada."

Instituições relacionadas ao Patrimônio Cultural

Ministério da Cultura

O Ministério da Cultura tem como missão constitucional ampliar o acesso da sociedade brasileira à produção e à fruição cultural. O Ministério da Cultura apoia projetos culturais por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet, da Lei do Audiovisual e também por editais para projetos específicos, lançados periodicamente.

www.cultura.gov.br

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional realiza um trabalho permanente de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país. O IPHAN elabora programas e projetos que integrem a sociedade com o patrimônio. Bem como busca linhas de financiamento e parcerias para auxiliar na execução das ações planejadas.

www.iphn.gov.br

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia atua de forma integrada e em articulação com a sociedade, visando à salvaguarda dos bens tangíveis e intangíveis e o fomento de ações culturais no estado da Bahia.

www.ipac.ba.gov.br

O Ministério do Turismo tem como objetivo desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social, por meio de um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico. Para subsidiar o desenvolvimento turístico existem Linhas de Crédito para o Turismo, o Programa de Financiamento para o Turismo, o Programa de Atração de Investimentos e de Fomento à Iniciativa Privada.

www.turismo.gov.br

Ministério do Turismo

SECRETARIA DO TURISMO
BAHIA TURISMO

A Secretaria de Turismo (SETUR) tem como finalidade planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo, formular diretrizes, coordenar ações, atrair recursos, realizar pesquisas visando o desenvolvimento do turismo no estado da Bahia. Na sua estrutura organizacional direta, a SETUR abriga a Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos (Suintest), que tem por finalidade promover investimentos públicos e privados com vistas ao desenvolvimento do turismo estadual, e na sua estrutura indireta a Empresa de Turismo da Bahia (Bahaturisa), sendo responsável pela divulgação e promoção turística da Bahia, no Brasil e no Exterior.

www.setur.ba.gov.br

www.bahia.com.br

O Instituto Brasileiro de Museus é responsável pela Política Nacional de Museus e pela melhoria dos serviços do setor: aumento de visitação e arrecadação dos museus; fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Tem atuado com diversos programas e editais, sendo um deles o Mais Museus, que pretende atingir a meta de que toda cidade brasileira tenha uma instituição museológica.

www.museus.gov.br

Sugestões de leitura

Guia Básico de Educação Patrimonial.

Autor: Maria de Lourdes Pereira Horta, Eveline Grunberg, Adriane Queiroz Monteiro. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, Brasília, 1999.

Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial.

Autor: Eveline Grunberg. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, 2007.

A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.

Autor: Aracy Lopes da Silva, Luís Denise B. Grupioni | Editor MEC/MAR/UNESCO, 1995.

Arqueologia.

Autor: Pedro Paulo Funari | Editora Ática, São Paulo, 1988.

O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país.

Autor: André Prous | Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2006.

Os índios antes do Brasil.

Autor: Carlos Fausto | Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2006.

A arte rupestre no Brasil.

Autor: Maria Dulce Gaspar | Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

Turismo e sustentabilidade.

Autor: Ministério do Turismo do Brasil | Portal Brasileiro do Turismo, 2007.

Por uma Arqueologia de Canudos e dos brasileiros Metrados.

Autor: Paulo Eduardo Zanetti | Revista Canudos – UNEB, 1996.

Questões sobre a formação de mediadores culturais.

Autor: Rejane Ganhão Coutinho | 18º Encontro da ANPA | Transversalidades nas Artes Visuais, Bahia, 2009.

Arte na Educação: Interterritorialidade reflexando Interdisciplinaridade.

Autor: Ana Mae Barbosa | Revista design, arte e tecnologia4, Universidade Anhembi Morumbi, PUC-Rio, e Unesp Bauru, São Paulo, 2008.

Livros didáticos

Os antigos habitantes do Brasil.

Autor: Pedro Paulo Funari | Editora Unesp e Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

Os primeiros habitantes do Brasil.

Autor: Norberto Luiz Guarinello | Editora Ática, São Paulo, 1994.

Websites de interesse

www.itaucultural.org.br/arqueologia

www.arqueologia.org.br

www.cultura.gov.br

www.museus.gov.br

www.iphn.gov.br

www.turismo.gov.br

www.bahiatursa.ba.gov.br

www.ipac.ba.gov.br

www.zanethniamuseologia.com.br

www.renovaenergia.com.br

Bibliografia

RENOVA
ENERGIA

Zanettini
ARQUEOLOGIA

Anexo V

Chaves para a Análise

Chaves para a análise

Lote

Proveniência

Nível

N. individual

1. Categoria Material

1. Cerâmica
2. Faiança
3. Faiança fina
4. Porcelana
5. Grés
6. Cerâmica vidrada
7. Vidro
8. Metal
9. Plástico

2. Parte do recipiente

1. Borda
2. Base
3. Parede
4. Forma íntegra
5. Forma inteira
6. Piteira
7. Apêndice
8. Outros
9. Gargalo
10. Fornilho

3. Técnica de produção

1. Acordelada
2. Modelada
3. Moldada
4. Torneada
5. Características de roda de oleiro
6. Sopro automático
7. Sopro manual
8. Adição
99. Não identificado

4. Espessura (máxima)

5. Diâmetro da borda

6. Diâmetro da base

7. Design

1. Côncavo
2. Plano

8. Forma específica

1. Prato	41. Ferradura
2. Xícara	42. Fivela
3. Tigela	43. Colher
4. Cachimbo	44. Lata de óleo
5. Garrafa	45. Enxada
6. Frasco	46. Lata
7. Copo	47. Leiteira
8. Pires	48. Argola de corrente
9. Tampa	49. Grampo de cerca
10. Bola de gude	50. Componente de maquinário
11. Pote	51. Comp. fechadura de sobrepor
12. Bibelô/decoração	52. Parafuso com porca
13. Âmpola	53. Telha capa canal
14. Bola de gude	54. Chave
15. Cravo	55. Espátula (pintura)
16. Pregos	56. Pingente
17. Vaso	57. Bacia
18. Prato de sobremesa	58. Tesoura
19. Jarra	60. Pá (vanga)
20. Faca	61. Bule
21. Ralo	62. Penico
22. Açucareiro	63. Machado
23. Parafuso	64. Foice
24. Moeda	65. Tubo pomada/pasta
25. Brinco	66. Fechadura
26. Pimenteiro	67. Rosca de roseira
27. Espelho	68. Chinelo
28. Capsula	69. Pente
29. Chapa	70. Lima
30. Botão	71. Gancho
32. Manilha	72. Sola de sapato
33. Sopeira	73. Picareta
34. Componente elétrico	74. Parafuso olhal
35. Sino	75. Colher de arroz
36. Cabo de talher	76. Dedal
37. Moringa	77. Puxador
38. Garfo	78. Componente cinto de segurança
39. Dobradiça	79. Relógio
40. Panela	80. Chaleira
81. Cabo	86. Cuscuzeira
82. Cadinho	87. Bateria
83. Elemento fixador comparado a um cravo	88. Peso de rede
84. Ferragem da maçaneta	89. Travessa
85. Chapa de fogão	90. Elemento Fixador

9. Decoração (cromática/plástica)

- 0. Ausente
- 1. Cromática
- 2. Plástica

10. Acabamento de superfície

(no caso de cerâmica)

1. Alisada
2. Polida
3. Corrugada
4. Acabamento plástico
5. Engobada
6. Pintada
7. Banho
8. Marca de dedo na forma de modelar

12. Técnica de decoração

1. Incisa
2. Roletada
3. Digitada
4. Escovada
5. Entalhada
6. Transferprint
7. Estêncil
8. Pintada a mão livre
9. Decalque mania
10. Areografia
11. Borrão
12. Esponjado
13. Carimbada
14. Pintada a mão sobre esmalte
15. do molde

13. Padrão

1. Incisos
 - 1.1 Inciso não identificado
2. Peasant Style
3. Trigal
4. Faixa e friso
 - 4.1 Frisos com frisos ondulados
5. Blue edged
6. Cut-sponge
7. Shell Edged
8. Sprig Style
9. Willow
10. Cena (oriental)
11. Marmorizado
12. Cena (bucólica)
13. Digitado
 - 13.1. Digitado na asa
 - 13.2. Digitado no lábio
 - 13.3. Digitado sobre filete aplicado
14. Cena não identificada
15. Friso com friso ondulado (faiança)
16. Motivo antropomorfo (cachimbo)
17. Friso ondulado com contas (faiança)
18. Aplicada
 - 18.1. Filete aplicado
 - 18.2. Asa curva
 - 18.3. Asa linear
 - 18.4. Alça

11. Queima (no caso de cerâmica)

1. Branca
2. Marrom

16. Aplicada
17. Dígito-ungulada
18. Carimbada
19. Ponteadada
20. Esmaltada
21. Ungulada

- 18.5. Asa (sem identificação da forma)
- 18.6. Asa linear acompanha lábio
- 18.7. Ponta repuxada
- 18.8. Cabo
- 18.9. Asa curva acompanhando lábio

19. Pintada a mão livre

- 19.1. Linha vermelha acompanha lábio na parte interna
- 19.2. Linha vermelha acompanha lábio parte externa
- 19.3. Linha vermelha única no lábio
- 19.4. “contas no pescoço” – bolas de rosário (gargalo moringa)
- 19.5. Linha vermelha acompanha base em pedestal
- 19.6. Linhas entrecruzadas formando losangos

- 19.7. Linha vermelha acompanha base plana
- 19.8. Linha vertical na parte interna
- 19.9. Linhas retas
- 19.10. Linhas curvas
- 19.11. Linha na borda com pinceladas grossas verticais

- 20. Ponteadado
- 21. Acanelada
- 22. Chineware
- 23. Royal Rim
- 24. Ungulado na borda
- 25. Carimbado

14. Motivo

- 1. Floral
- 2. Trigal
- 3. Geométrico
- 4. Favo de mel
- 5. Scalloped rim curved or straight lines (1800 -1830) shell edge
- 6. Impressed straight lines (1840 – 1860) shell edge
- 7. Arabescos com flores
- 8. Faixa e friso ondulado
- 9. Setas para cima em alto relevo
- 10. Zoomorfo
- 11. Folhagem
- 12. Arabescos
- 13. Quadriculado
- 14. Rococo – asymmetrical (1775-1810) shell edge
- 15. Non impressed (1860-1890) shell edge
- 16. Floco de neve
- 17.1. Escamas
- 17.2. Linhas e bolas
- 18. Fitomorfo
- 19. Rede em alto relevo
- 20. Paisagem praia
- 21.
- 22. Cena

15. Cor/engobo

1. Vermelho	13. Laranja
2. Branco	14. Dourado
3. Verde claro	15. Vermelho
4. Verde escuro	16. Preto
5. Âmbar	17. Rosa
6. Incolor	18. Lilás/Roxo
7. Roxo	19. Marrom
8. Azul	20. Cinza
9. Amarelo	21. Vinhoso
10. Bege	
11. Bordô	
12. Prateado	

16. Inscrições/marcas

1. Santa Catarina – FLSC (1912-1927)
2. William Adams & Sons (1879-1891) – Kovels, pag. 7 F
3. Sta. Helena (1935 – 1956) – Porcelana Brasil, pag. 79
4. Antarctica
5. Adelinas S. Caetano (1929 – 1947)
6. Hudnut (1880 – 1961)
7. Cerâmica Mauá (1930, 1940, 1956) – Porcelana Brasil, pag. 42-3
8. Pedreira São João (1963 – 2015...)
9. Cerâmica Campo Largo Paraná (déc 1940) – Porcelana Brasil, pag. 16
10. Kolynos (- 1997)
11. Cispor (1918 – 2015...)
12. Pozzani
13. ITABRASIL
14. Eberle (colher inox)
15. Delco ind. Brasileira
16. Bayer
17. Maestrich
18. DAVENPORT (KOVEL'S pag 27/ 1793-1887)

17. Universo

1. Esfera alimentar
2. Higiene pessoal, farmácia e toucador
3. Lazer e entretenimento
4. Decoração e mobiliário
5. Utilidades domésticas
6. Armamentos e munições
7. Vestuário, roupa e adornos
8. Numismática
9. Escritório e papelaria
10. Trabalho e cotidiano produtivo
11. Construtivo
12. Automobilístico

18. Reuso

0. Não
1. Sim

19. Universo de reuso

Observações

Marcas de fuligem/resíduo, alça, cabo, opalina, especificação mais detalhada da forma (exemplo: preenchido como frasco, porém de conhecimento ser vidro de esmalte – especificar nas observações) e/ou demais observações que julgar necessário.

Anexo VI

Portarias Iphan para o município de Caetité

Ano	Processo	Projeto	Tipo de Empreendimento	Natureza	Município	Outorga	Tipo
2008	01502.001035/2008-33	Diagnóstico Arqueológico do Projeto Pedra de Ferro - Mina Pedra de Ferro	Mineração	Arqueologia Preventiva	Caetité	07/05/2008	Permissão
2009	01502.001850/2009-83	Prospecção Arqueológica da área Adutora do Projeto Pedra do Ferro	Dutos	Arqueologia Preventiva	Caetité	07/08/2009	Autorização
2009	01502.001849/2009-59	Resgate e Valorização do Patrimônio Arqueológico das Áreas da Mina e Usina Pedra do Ferro	Mineração	Arqueologia Preventiva	Caetité	07/08/2009	Autorização
2010	01502.001419/2010-71	Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico – Parque Eólico Renova Energia, Municípios de Caetité, Igaporã e Guanambi, no Estado da Bahia.	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité, Igaporã e Guanambi	25/06/2010	Permissão
2010	01502.000498/2010-01	Projeto de Levantamento e Prospecção Arqueológica do Projeto Planta de Filtragem do Projeto Pedra do Ferro (Caetité/BA)	N.A.	N.A.	Caetité	25/08/2010	Permissão
2011	01502.003396/2010-39	Programa de Prospecções Arqueológicas – Parques Eólicos EPP, Municípios de Xique-Xique e Gentio de Ouro (Complexo 1), Tanque Novo, Livramento de Nossa Senhora e Caetité (Complexo 2), Estado da Bahia	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Xique-Xique, Gentio de Ouro, Caetité, Tanque Novo e Livramento de Nossa Senhora	17/01/2011	Permissão
2011	01502.001419/2010-71	Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico – PARQUE EÓLICO RENOVA ENERGIA.	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité, Igaporã e Guanambi	20/12/2011	Renovação
2011	01502.002762/2011-13	Prospecção, Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o Empreendimento LINHA DE TRASMISSÃO DA IBERDROLA.	Linha de Transmissão	Arqueologia Preventiva	Caetité	29/12/2011	Permissão
2012	01502.002124/2011-01	Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para a SUBESTAÇÃO 230/69 KV IGAPORÃ	Linha de Transmissão 69kV	Arqueologia Preventiva	Caetité	24/04/2012	Permissão
2012	01502.000825/2012-88	Prospecções Arqueológicas na Área Diretamente Afetada (ADA) e na Área de Influência Direta (AID) de Sete PARQUES EÓLICOS LOCALIZADOS EM CAETITÉ E PINDAÍ/BA	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité e Pindaí	21/05/2012	Permissão
2012	01502.001057/2012-80	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – PARQUES EÓLICOS RENOVA ENERGIA	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité, Igaporã, Guanambi e Pindaí	15/06/2012	Permissão
2013	01502.002105/2012-57	Programa de Prospecção e Educação Patrimonial dos Parques Eólicos Emiliana e Joana	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité e Igaporã	10/01/2013	Permissão
2013	01502.001994/2012-35	Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para a Linha de Transmissão de 230KV, Igaporã/Bom Jesus da Lapa II	Linha de Transmissão 230kV	Arqueologia Preventiva	Caetité, Igaporã, Riacho de Santana e Bom Jesus da Lapa	21/01/2013	Permissão
2013	01502.002762/2011-13	Prospecção, Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o Empreendimento LINHA DE TRASMISSÃO DA IBERDROLA	Linha de Transmissão	Arqueologia Preventiva	Caetité	19/03/2013	Renovação
2013	01502.001206/2013-91	Resgate Arqueológico para o Programa de Gestão do patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural no Parque Eólico Curva dos Ventos	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité e Igaporã	07/05/2013	Permissão
2013	01502.001131/2013-49	Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na ADA e ADI em Sete Parques Eólicos de Caetité e Pindaí	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité e Pindaí	21/05/2013	Permissão
2013	01502.001994/2012-35	Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para a Linha de Transmissão 230 KV Igaporã/Bom Jesus da Lapa II	Linha de Transmissão 230kV	Arqueologia Preventiva	Caetité, Igaporã, Matina, Riacho de Santana e Bom Jesus da Lapa	08/07/2013	Renovação
2013	01502.001649/2013-82	Diagnóstico Interventivo e Prospecção Arqueológica Intensiva USINA SOLAR FOTOVOLTAICA RENOVA ENERGIA	Geração de Energia Solar	Arqueologia Preventiva	Caetité	13/08/2013	Permissão
2013	01502.002069/2013-11	Diagnóstico Interventivo, Prospecção Arqueológica, Educação Patrimonial e Monitoramento Arqueológico para a Implantação do Acesso Externo do Complexo Eólico Guirapá I	Rodovia	Arqueologia Preventiva	Caetité	10/09/2013	Permissão

Ano	Processo	Projeto	Tipo de Empreendimento	Natureza	Município	Outorga	Tipo
2013	01502.002247/2013-03	Diagnóstico Interventivo e Prospecção Arqueológica CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité	15/10/2013	Permissão
2013	01502.002506/2013-98	Diagnóstico Arqueológico na ADA e AID das Eólicas Caldeirão Mangaba I, Caldeirão Mangaba IV, Caldeirão Mangaba V, Encruzilhada I, Ouro Verde III e Samambaia I, Município de Caetité, Estado da Bahia.	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité	25/11/2013	Permissão
2013	01502.002547/2013-84	Levantamento Arqueológico nas Áreas de Impacto Direto e Indireto do Complexo Eólico do Tanque Novo	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité e Tanque Novo	25/11/2013	Permissão
2014	01502.003061/2013-63	Prospecção Arqueológica para Parques Eólicos da Renova Energia	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandi	03/02/2014	Permissão
2014	01502.000691/2013-86	Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para empreendimento LT Caetité – Bloco 3 da BAMIN	Linha de Transmissão	Arqueologia Preventiva	Caetité e Guanambi	24/02/2014	Permissão
2014	01502.003092/2013-14	Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para as obras de implantação do Sistema de Esgoto Sanitário	Infraestrutura Urbana	Arqueologia Preventiva	Caetité	26/05/2014	Permissão
2014	01502.001131/2013-49	Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área Diretamente Afetada (ADA) e na Área de Influência Direta (AID) de Sete Parques Eólicos	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité e Pindaí	04/08/2014	Renovação
2014	01502.001599/2014-14	Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial das Centrais Eólicas de Caetité Participações S/A.	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité	15/09/2014	Permissão
2014	01502.001451/2014-80	Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial Parques Eólicos da Renova Energia – Leilão 2013 (Complexo Eólico Alto Sertão III)	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandi	15/09/2014	Permissão
2014	01502.000691/2013-86	Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para empreendimento LT Caetité – Bloco 3 da BAMIN	Linha de Transmissão	Arqueologia Preventiva	Caetité e Guanambi	20/10/2014	Renovação
2014	01502.003092/2013-14	Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para as obras de implantação do Sistema de Esgoto Sanitário	Infraestrutura Urbana	Arqueologia Preventiva	Caetité	31/12/2014	Renovação
2015	01502.001131/2013-49	Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na ADA e ADI em Sete Parques Eólicos de Caetité e Pindaí	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité e Pindaí	30/03/2015	Renovação
2015	01502.002641/2014-14	Diagnóstico Interventivo, Prospecção Intensiva e Educação Patrimonial no Seccionamento da LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II – Ibicoara e Ampliação da Subestação Igaporã III	Linha de Transmissão 500kV	Arqueologia Preventiva	Caetité e Igaporã	20/04/2015	Permissão
2015	01502.001208/2015-42	Gestão do Patrimônio Arqueológico – Usina Solar FotoVoltaica – Renova Energia S/A (Etapas Resgate)	Geração de Energia Solar	Arqueologia Preventiva	Caetité	07/08/2015	Permissão
2016	01502.002136/2015-51	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico das Usinas Solares Fotovoltaicas Caetité VIII, IX e X	Parque Solar	Arqueologia Preventiva	Caetité	22/02/2016	Autorização IN
2016	01502.003604/2015-12	Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Carcará	Parque Eólico	Arqueologia Preventiva	Caetité	29/02/2016	Permissão
2016	01502.003602/2015-15	Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Corrupião III	Parque Eólico	Arqueologia Preventiva	Caetité	07/03/2016	Permissão
2016	01502.003641/2015-12	Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para área complementar da Planta de Filtragem do Projeto Pedra do Ferro	Mineração	Arqueologia Preventiva	Caetité	14/03/2016	Permissão
2016	01502.003092/2013-14	Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para as obras de implantação do Sistema de Esgoto Sanitário	Infraestrutura Urbana	Arqueologia Preventiva	Caetité	27/06/2016	Revogação

Ano	Processo	Projeto	Tipo de Empreendimento	Natureza	Município	Outorga	Tipo
2016	01502.003412/2015-06	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da LT 230 kV Igaporã - Pindaí III	Linha de Transmissão 230kV	Arqueologia Preventiva	Pindaí, Guanambi e Caetité	18/07/2016	Autorização IN
2016	01502.003680/2015-10	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Solar fotovoltaico de Caetité – Fase 1	Geração de Energia Solar	Arqueologia Preventiva	Caetité	18/07/2016	Autorização IN
2016	01502.000691/2013-86	Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para empreendimento LT Caetité – Bloco 3 da BAMIN	Linha de Transmissão	Arqueologia Preventiva	Caetité e Guanambi	01/08/2016	Revogação
2016	01502.003640/2015-78	Resgate para o Empreendimento Planta de Filtragem do Projeto Pedra de Ferro	Mineração	Arqueologia Preventiva	Caetité	26/09/2016	Permissão
2016	01502.002136/2015-51	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico das Usinas Solares Fotovoltaicas Caetité VIII, IX e X	Parque Solar	Arqueologia Preventiva	Caetité	26/09/2016	Revogação
2016	01502.002348/2016-19	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a Linha de Transmissão 230 kV Igaporã III - Pindaí II	Linha de Transmissão 230kV	Arqueologia Preventiva	Pindaí, Guanambi e Caetité	17/10/2016	Autorização IN
2016	01502.003641/2015-12	Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para área complementar da Planta de Filtragem do Projeto Pedra do Ferro	Mineração	Arqueologia Preventiva	Caetité	31/10/2016	Renovação
2017	01502.002348/2016-19	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a Linha de Transmissão 230 kv III-Pindaí II	Linha de Transmissão 230kV	Arqueologia Preventiva	Pindaí, Caetité	04/09/2017	Renovação IN
2017	01502.001451/2014-80	Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial – Parques Eólicos da Renova Energia - Leilão 2013 (Complexo Eólico Alto Sertão III)	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandí	25/09/2017	Renovação
2018	01502.001456/2016-74	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Complexo Eólico Caetité Fase 2	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité	26/03/2018	Autorização IN
2018	01450.007369/2017-64	Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico da LT 500 kV Igaporã III - Presidente Juscelino	Linha de Transmissão 500kV	Arqueologia Preventiva	Caetité, Candiba, Guanambi, Pindaí, Urandí	30/04/2018	Autorização IN
2018	01502.001456/2016-74	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Complexo Eólico Caetité Fase 2	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité	21/05/2018	Revogação
2018	01502.000668/2018-04	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Complexo Eólico Brejinhos	Geração de Energia Eólica	Arqueologia Preventiva	Caetité	15/10/2018	Autorização IN